



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais
antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura**

CAMILA CAROLINA HILDEBRAND GALETTI

BRASÍLIA - DF

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais
antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura**

Texto apresentado ao Departamento de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Doutora em Sociologia, na área de concentração de Política, Valores, Religião e Sociedade.

Orientadora: **Profa. Dra. Débora Messenberg.**

Brasília, Fevereiro, 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

**Feminina sim, feminista não: uma análise das deputadas federais
antifeministas de extrema direita na 56ª Legislatura**

Banca:

Profª. Doutora Flávia Biroli (UnB)

Profª. Doutora Sayonara Leal (UnB)

Profª. Doutora Nina Rosas (UFMG)

Profª. Doutora Lidiane Rodrigues (UFSCar)

(suplente)

SUMÁRIO

Introdução	16
I. I Procedimentos metodológicos	23
II. Análise de discurso	29
Capítulo 1: A ascensão das novas direitas no mundo	33
1.1 Extrema-direita, Neoliberalismo e Neoconservadorismo: como se entrelaçam?	46
1.2 Uma interpretação neoliberal das mulheres durante as eleições pelo mundo	61
1.2.1 Gênero, representatividade feminina na política institucional: a captura pela extrema direita	69
1.3 De outsider a principal aposta: quem é Jair Messias Bolsonaro?	76
1.4 A identificação com o líder: estratégia ou espelhamento?	82
Capítulo 2: Antifeminismo, Masculinismo e Neoconservadorismo	96
2.1 O feminismo como inimigo	110
2.2 O ressentimento como afeto crucial	115
2.3 Antifeminismo e religião nas eleições de 2018	119
Capítulo 3: Câmara das Deputadas: Trajetória de vida, perfil e valores das eleitas	126
3.1 Perfil e Trajetória de vida das deputadas federais	137
3.2 A questão geracional entre as deputadas	147
3.2.3 O desempenho das deputadas nas eleições	153
Capítulo 4: As disputas em torno da feminilidade	161
4.1 A aposta na mulher guerreira	169
4.1.1 A maternidade como eixo fundamental	180
4.2 Trabalho feminino e a glorificação da família	184
Capítulo 5: A eleição das postagens	189
5.1 As disputas em torno do movimento #EleNão e Ele sim na campanha eleitoral	219
5.1.1 De que família elas falam? O discurso das candidatas no processo eleitoral	227
Considerações Finais	232
Referências	240
Apêndice	251

Por que sou levada a escrever?

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia.

— **Glória Anzaldúa**

AGRADECIMENTOS

Foram exatos cinco anos gestando este trabalho. Acompanhado de inúmeros percalços, seja em minha vida particular, seja na sociedade. Vivenciei juntamente com toda a população mundial, a pandemia da Covid-19, a qual nos fez perder pessoas queridas, modificou completamente a dinâmica social, nossas interações, percepções de mundo e nos fez ficar completamente reclusos durante um bom tempo. Pelo menos quem tinha essa opção, realidade que não se aplica a todas/os.

Me recorro como se fosse hoje o dia em que foi decretada a pandemia no ano de 2020. Eu estava no laboratório do Instituto de Ciências Sociais juntamente com colegas da pós-graduação. Naquela sexta-feira, a energia da Universidade de Brasília acabou, talvez um prelúdio dos anos que teríamos pela frente? Não sei. A segurança do prédio nos informou que deveríamos sair daquele espaço e foi ali meu último momento de convívio coletivo com outros pós-graduandos pelos próximos dois anos. Lembro de ter chegado em casa, um apartamento de 40m² e não compreender muito bem o que estava acontecendo, como me portar, o que sentir, afinal, nunca tinha vivido um contexto pandêmico. Confesso que pensei que passaria rápido, que as coisas “voltariam ao normal” em pouco tempo - quanta inocência.

Quando a ficha caiu que as coisas só estavam piorando, veio o desespero. Moro longe dos meus pais desde quando me mudei para Brasília (2014), quando vim sozinha iniciar os estudos do mestrado na UnB. Porém, naquele contexto de início de pandemia, me vi sozinha novamente. Foi desesperador. Na quinta semana enclausurada em casa fiz amizades com meus vizinhos de porta, Claussen e Matheus, os quais já tinham duas gatas e um cachorro, mas a “partir daquele dia adotaram uma socióloga também” (palavras do Claussen). Eles foram minhas únicas companhias por meses, até eu decidir passar um bom tempo na casa dos meus pais no interior do Paraná, Maringá.

Muitas pessoas “travaram” no contexto pandêmico, outras, mergulharam na produtividade acadêmica como fuga e eu fui uma dessas últimas. Eram *lives*, artigos, textos, cursos *onlines*, intercalados com crises de ansiedade, o que para mim era uma realidade desconhecida. Além do fato que adoeceu muita gente: a orquestração do ex-presidente da República Jair Bolsonaro na condição de chefe de estado. O qual, na prática, foi o culpado por inúmeras mortes, pela sua incapacidade de fazer o mínimo do que se espera de um chefe de estado.

Apesar do pico de produtividade desconhecida, era difícil olhar para a tese. Escrever sobre algo que estava em curso tem seu preço, gera tantos incômodos que ainda sou incapaz

de elaborá-los (deixo essa parte para a minha analista). Assim, ficou completamente inviável realizar entrevistas com as deputadas de extrema direita, além da frustração de não ter conseguido realizar a pesquisa fora do país, mediante bolsa sanduíche. Projeto tão sonhado por mim - sobretudo, quando essa é uma das poucas chances de experimentar morar fora de seu país com financiamento governamental. Mas estou viva e isso já é muita coisa.

Frente a todos esses percalços, finalizar um processo tão exaustivo é de tamanha alegria, mas isso seria impossível se eu não tivesse sido acompanhada pela orientação da professora Débora Messenberg, a qual nesses cinco anos foi sem dúvida a melhor orientadora que eu poderia ter. Débora é uma pesquisadora incrível e orientadora acolhedora. Sempre apontou saídas para um objeto que possui uma escassez de materiais.

Quantas vezes nos reunimos para discutir quais caminhos adotar frente a esse desafio? Mergulhamos em leituras, discussões sobre um contexto que estava à flor da pele. O apoio de Débora foi crucial para que eu não desanimasse frente às dificuldades. Obrigada, Débora. Você é uma grande referência para mim, sem dúvidas.

Sou grata aos meus pais pelo apoio incondicional em realizar esse sonho, eles, mais do que quaisquer outras pessoas, sabem todas as dificuldades que passei - no âmbito financeiro e emocional - meus melhores amigos e apoiadores. Jacyana e Vane Gabriel, essa tese eu dedico a vocês mais do que ninguém. Amo e sou grata a Deus pelo privilégio de ser filha de uma pedagoga e de um pastor (tão progressista, ufa).

Agradeço também a minha amiga, companheira de produtividade e colo, Jéssica Melo. A qual me acompanha desde meados de 2015, e que em um Seminário de Sociologia Política na Universidade Federal do Paraná, tornou-se uma grande parceira. Mas, além disso, é minha interlocutora. Foram inúmeros artigos escritos, cursos ministrados conjuntamente na USP, UEM e um sonho que recentemente se concretizou: nosso primeiro livro organizado conjuntamente, que muito em breve estará no mundo. Seguimos firmes, provando que ao passo que a academia é um espaço competitivo e hostil, nossa parceria mostra o quanto também pode ser um lugar acolhedor e afetuoso. É nisso que eu acredito.

Sou grata também à amiga querida que o doutorado me presenteou, Cléa Aguiar, a qual além de ter sido colo em momentos difíceis durante o processo de doutoramento, foi parceira de representação discente, de congressos internacionais, a que pretendo levar para o resto da vida. Meus sinceros agradecimentos aos amigos e amigas de laboratório Kely Nobre, Mateus Ribeiro, Flávio, Mateus Lobo, Tiago Franco, os quais dividimos laboratório, cafés e risadas. Ao amigo Túlio Celini por todas as trocas.

Agradeço ao amigo de mestrado, Edi Alves, pelo auxílio na final, leituras, piadas, prontidão em me auxiliar, a Clara Wardi, por ser tão solista ao ler parte desta tese e comentar com tanto cuidado. À Isabella Duarte, pelas trocas “psicanalíticas” e auxílio nas últimas semanas, que permeiam de Freud a Lacan e tanto afeto.

À Patrícia Lessa, professora e ativista que sempre foi inspiração acadêmica para mim. Nutro um carinho especial pelos docentes da Universidade Estadual de Maringá, até porque foi ali, na condição de graduanda, que o desejo de realizar mestrado e doutorado nasceu. Agradeço ao meu eterno professor de graduação, Fagner Carniel, por sempre me incentivar, me convidar para produzirmos juntos, pelas trocas, artigos e amizade generosa. Ainda nessa esteira da UEM, dedico esse trabalho ao Ferd companheiro de produções e reflexões sobre neoliberalismo. As minhas amigas de graduação, Laís Bonifácio, Isabela Santos e Ana Laura, companheiras de longa data e porto seguro em Maringá.

Agradeço as trocas com pesquisadoras e amigas queridas como Lara Sartorio, Bruna Camilo, Laira Rocha, Nah Royer. Aos colegas do LAPCOM. Foram inúmeras pessoas que seguraram minha mão nesses cinco anos, como minhas eternas *roomates* Carol Marra, Raquel Rizzi, Luma Poletti, Stella Paterniani. Essas que não apenas dividiram uma casa comigo, mas sim angústias, fins de ciclos e foram colo, reforçando que em tempos de angústias há amigos mais chegados que irmão. Um agradecimento especial a minha psicóloga Marina, pelo seu profissionalismo e por todo cuidado quando eu estava completamente fragilizada com esse processo.

As companheiras de luta do Juntas DF pela militância dos últimos anos, atividades, trocas acadêmicas, escutas e o desejo de viver em uma sociedade menos desigual, para nós mulheres. Em especial a Lina Vilela, a qual nos últimos dias segurou minha mão frente a uma dor absurda no abdômen e Tatiane Trindade, minha amiga querida - companheira de caos -, uma das pessoas que mais me incentivou a finalizar esse ciclo. Agradeço o Gabinete 24, ao melhor deputado distrital que essa Brasília já viu, Fábio Félix, por me permitir somar nesse projeto político. À equipe de comunicação, sobretudo a minha chefe Gizele Chaves, por toda flexibilidade e torcida para acabar esse ciclo.

Agradeço ao meu companheiro Yago Amorim, por todo apoio, trocas, leituras e sobretudo pela paciência despendida nos últimos meses, afinal, eu estava completamente monotemática. Sou grata também às minhas “xavosas”, Rita Lima, Lucas Fuschino e Lorena Lima que desde 2017 embarcaram na aventura de termos uma banda e foram nos ensaios, shows, composições que me permitiram respirar em meio ao caos de escrita da tese.

Por fim, agradeço imensamente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UnB, a todo o corpo docente - em especial a professora Sayonara Leal e ao professor Stefan Klein, discentes e a secretaria da pós por todo apoio nesses anos. À CAPES pela bolsa durante boa parte desse processo e a CNPq também, a qual nos primeiros anos fui bolsista, me dando condições em prosseguir em Brasília durante esse tempo.

Enfim, termino esses agradecimentos com certo tom de alívio frente ao resultado das últimas eleições no Brasil (2022), porém, frente ao avanço do neoconservadorismo, fico com as palavras da eterna Gal Costa “**É preciso estar atenta e forte**”.

RESUMO

Os últimos anos foram marcados por um recrudescimento conservador na política brasileira. As eleições de 2018 indicaram a pavimentação de atores e atrizes na política institucional, declaradamente, antifeministas e com discursos misóginos associados a movimentos amparados em uma radicalização política. Partindo do pressuposto que essa movimentação se apresenta como contrarresposta aos avanços e lutas das agendas feministas vislumbradas na última década, esta tese de doutorado teve como finalidade analisar o avanço de discursos e aderências ao antifeminismo e seus desdobramentos na política institucional, entre as deputadas federais alinhadas ao espectro ideológico de extrema direita eleitas para a 56^o Legislatura da Câmara dos Deputados. A aderência e organização de discursos antifeministas ganharam espaço, impulsionadas por candidaturas femininas que se atrelaram durante todo processo eleitoral à figura do, então, candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro, amparadas por uma concepção de família claramente recortada e firmemente defendida. Alinhou-se, assim, à imagem do líder a representação de alguém que representava uma tutela, proteção e amparo ao feminino, o qual se encontrava ameaçado pelas investidas da agenda feminista.

A partir de uma revisão bibliográfica sobre a ascensão de governos de extrema-direita no mundo, propomos um debate teórico referenciado, a partir da análise via *Facepáger* das campanhas eleitorais das dezoito deputadas federais eleitas por partidos de extrema direita no Brasil, em 2018. Mobilizou-se, destarte, na literatura especializada, a hipótese central de que o bolsonarismo tem se tornado uma incubadora de atrizes políticas antifeministas. A pesquisa pautou-se no levantamento e análise dos conteúdos postados pelas deputadas federais eleitas de extrema-direita durante a campanha eleitoral de 2018, tanto em suas páginas no Facebook e *Twitter*, como em vídeos e *lives* no *YouTube*. Desde o início da pesquisa, observou-se certa lacuna existente nas Ciências Sociais acerca das ações coletivas antifeministas no Brasil, as quais têm como finalidade diluir a luta das mulheres por uma sociedade mais igualitária. Entre os resultados, observou-se que o alinhamento entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo aliados ao aumento da utilização do ciberespaço são de extrema importância para a manutenção das desigualdades de gênero e da opressão das mulheres. Além disso, é possível apontar que o antifeminismo à brasileira consolida a disputa em torno de categorias que são caras a esse movimento social, como preceitos de representatividade, maternidade, feminilidade e a própria categoria mulher. Por fim, é possível afirmar que o período de análise (2018-2022) demarcou que o antifeminismo aqui tratado, pode ser intitulado de “**antifeminismo de estado**” e que tem como finalidade adentrar a política institucional para extinguir agendas caras ao feminismo progressista.

Palavras-chave: Antifeminismo, Bolsonarismo, Extrema Direita, Neoliberalismo, Neoconservadorismo.

ABSTRACT

The last few years have been marked by a conservative upsurge in Brazilian politics. The 2018 elections indicated the paving of actors and actresses in institutional politics, declaredly anti-feminist and with misogynistic speeches associated with movements supported by political radicalization. Based on the assumption that this movement presents itself as a counter-response to the advances and struggles of feminist agendas envisioned in the last decade, this doctoral thesis aimed to analyze the advancement of discourses and adherence to anti-feminism and its consequences in institutional politics, among aligned federal deputies to the far-right ideological spectrum elected to the 56th Legislature of the Chamber of Deputies. The adherence and organization of anti-feminist speeches gained space, driven by female candidates who were linked throughout the electoral process to the figure of the then candidate for President of the Republic Jair Messias Bolsonaro, supported by a clearly defined and firmly defended conception of family. Thus, the image of the leader was aligned with the representation of someone who represented tutelage, protection and support for the feminine, which was threatened by the attacks of the feminist agenda.

Based on a bibliographical review on the rise of far-right governments in the world, we propose a theoretical debate based on an analysis via Facepacer of the electoral campaigns of the eighteen federal deputies elected by far-right parties in Brazil in 2018. Mobilized Thus, in specialized literature, the central hypothesis is that Bolsonarism has become an incubator for anti-feminist political actresses. The research was based on the survey and analysis of content posted by far-right elected federal deputies during the 2018 electoral campaign, both on their Facebook and Twitter pages, as well as in videos and lives on YouTube. Since the beginning of the research, a certain gap has been observed in Social Sciences regarding anti-feminist collective actions in Brazil, which aim to dilute women's struggle for a more egalitarian society. Among the results, it was observed that the alignment between neoliberalism and neoconservatism combined with the increased use of cyberspace are extremely important for the maintenance of gender inequalities and the oppression of women. Furthermore, it is possible to point out that Brazilian anti-feminism consolidates the dispute around categories that are dear to this social movement, such as precepts of representation, motherhood, femininity and the category of woman itself. Finally, it is possible to state that the period of analysis (2018-2022) demarcated that the antifeminism discussed here can be called “state antifeminism” and that its purpose is to enter institutional politics to extinguish agendas dear to progressive feminism.

Keywords: Antifeminism, Bolsonarism, Far Right, Neoliberalism, Neoconservatism.

RESUMÉ

Les dernières années ont été marquées par une montée des conservateurs dans la politique brésilienne. Les élections de 2018 ont marqué l'émergence d'acteurs et d'actrices dans une politique institutionnelle, déclarée antiféministe et aux discours misogynes associés à des mouvements soutenus par la radicalisation politique. Partant de l'hypothèse que ce mouvement se présente comme une contre-réponse aux avancées et aux luttes des agendas féministes envisagés au cours de la dernière décennie, cette thèse de doctorat visait à analyser l'avancée des discours et l'adhésion à l'antiféminisme et ses conséquences dans la politique institutionnelle, parmi les députés fédéraux alignés sur le spectre idéologique d'extrême droite élus à la 56e législature de la Chambre des députés. L'adhésion et l'organisation de discours antiféministes ont gagné de l'espace, portées par des candidates liées tout au long du processus électoral à la figure de Jair Messias Bolsonaro, alors candidat à la présidence de la République, soutenues par une conception de la famille clairement définie et fermement défendue. Ainsi, l'image du leader s'alignait sur la représentation de quelqu'un qui représentait la tutelle, la protection et le soutien du féminin, menacé par les attaques de l'agenda féministe.

À partir d'une revue bibliographique sur la montée des gouvernements d'extrême droite dans le monde, nous proposons un débat théorique basé sur une analyse via Facepacer des campagnes électorales des dix-huit députés fédéraux élus par les partis d'extrême droite au Brésil en 2018. Mobilisés ainsi, dans la littérature spécialisée, l'hypothèse centrale est que le bolsonarisme est devenu un incubateur d'actrices politiques antiféministes. La recherche s'est appuyée sur l'enquête et l'analyse des contenus postés par des élus fédéraux d'extrême droite lors de la campagne électorale de 2018, tant sur leurs pages Facebook et Twitter, que dans des vidéos et des lives sur YouTube. Depuis le début de la recherche, une certaine lacune a été observée dans les sciences sociales concernant les actions collectives antiféministes au Brésil, qui visent à diluer la lutte des femmes pour une société plus égalitaire. Parmi les résultats, il a été observé que l'alignement entre le néolibéralisme et le néoconservatisme combiné à l'utilisation accrue du cyberspace est extrêmement important pour le maintien des inégalités de genre et de l'oppression des femmes. Par ailleurs, il est possible de souligner que l'antiféminisme brésilien consolide la controverse autour des catégories chères à ce mouvement social, comme les préceptes de représentation, la maternité, la féminité et la catégorie de femme elle-même. Enfin, il est possible d'affirmer que la période d'analyse (2018-2022) a délimité le fait que l'antiféminisme discuté ici peut être qualifié d'« antiféminisme d'État » et que son objectif est d'entrer dans la politique institutionnelle pour éteindre les agendas chers au féminisme progressiste.

Mots-clés: Antiféminisme, Bolsonarisme, Extrême droite, Néolibéralisme, Néoconservatisme.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítico
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CD	Câmara dos Deputados
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
DOI-CODI	Centro de operações de Defesa Interna
EUA	Estados Unidos da América
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros. Queers, Intersexos, Pansexuais, demais orientações sexuais e identidades de gênero
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NTICs	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
PL	Projeto de Lei
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão

SP	São Paulo
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
VPR	Vem Pra Rua
UCF	União Cívica Feminina
8M	8 de Março

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução da bancada feminina na Câmara.....	73
Figura 2 - Evolução da taxa de participação.....	115
Figura 3 - Bonecos Lula e Dilma na Av. Paulista.....	122
Figura 4 - Adesivo com Dilma sendo penetrada por bomba de gasolina.....	144
Figura 5 - Santinho Dayane Pimentel com Bolsonaro.....	165
Figura 6 - Santinho Chris Tonietto você é cristão e marxista?.....	166
Figura 7 - Santinho Chris Tonietto combater o ativismo judicial.....	170
Figura 8 - Santinho Chris Tonietto faltam 7 dias para o Brasil se livrar do comunismo.....	172
Figura 9 - Santinho Chris Tonietto.....	184
Figura 10 - Santinho Dayane Pimentel.....	194
Figura 11 - Militares cedidos para cargos civis no governo federal.....	200
Figura 12 - Santinho Soraya Maneto pela vida e pela família.....	222
Figura 13 - Michelle e Jair Bolsonaro posse presidencial.....	226
Figura 14 - Michelle e Jair Bolsonaro no 8M.....	227

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro 1 - Deputadas eleitas na 56ª legislatura.....	108
Gráfico 1 - Desempenho eleitoral.....	126
Quadro 1 - Campos Semânticos.....	162

*Às mulheres que possuem o desejo de transformar tudo.
Que colocam seus corpos cotidianamente na luta por
compreenderem o feminismo como uma caixa de
ressonância de todas as lutas.*

Introdução

Os movimentos sociais foram, ao longo das décadas, sofrendo repressões conforme o tipo de governo que estava em vigência. No autoritarismo vivenciado no Brasil, mais especificamente, na Ditadura Militar (1964-1985), essas mobilizações foram extremamente reprimidas. No âmbito feminino, apenas os conservadores permaneceram existindo livremente sem represálias, em especial aqueles que aliavam à imagem da mulher a nutriz da nação¹ (DANIEL; GRAF, 2016). Somente durante o período transicional é que se tem maior visibilidade a articulação de movimentos populares com a atuação política por meios formais e informais (GOMES; DELGADO, 2016, p. 254).

No processo de redemocratização, novas articulações de mulheres de diversas vertentes se consolidaram, e elas se engajaram na luta de classes. Ficou evidente que, para a emancipação feminina, é preciso se inserir na dinâmica socioeconômica vigente, através de uma maior participação nos ambientes de trabalho e político (CARVALHO, 2012; BRABO, 2012).

Nesse sentido, o florescimento das organizações de mulheres garantiu maior legitimidade das agendas feministas no espaço público, estimulando-as a pleitearem cargos no parlamento e a questionarem o fato de os canais políticos estarem fechados à participação feminina. O que, como resultado, denunciava o quão sexista é a atuação na esfera pública.

Já na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, a bancada feminina contava com vinte e seis representantes, e a atuação do movimento feminista ganhou novas formas, como a criação de conselhos e ministérios que se preocupavam, exclusivamente, com questões referentes às mulheres (ALBUQUERQUE; SCHWETHER, 2017).

O Brasil, portanto, vinha amadurecendo, no contexto maior da luta pela redemocratização e pelos direitos de cidadania. Em consonância, a participação das mulheres na política foi se consolidando, na tentativa de cada vez mais combater as assimetrias de gênero tão arraigadas e ampliar a representatividade feminina nesse espaço.

Nas eleições de 2018, a bancada feminina aumentou de 9% para 15% do montante de parlamentares. Ainda que os estados do Maranhão, Sergipe e Amazonas não tenham eleito nenhuma mulher, tal aumento é significativo, tendo em vista o histórico de estagnação nos 9% de cadeiras desde a redemocratização. No entanto, o que chama atenção neste aumento é que a maioria dessas mulheres eleitas em 2018 são de partidos de extrema direita ou

¹ Tendência comum nos países latino-americanos, nos quais ocorre a glorificação da maternidade e a desvalorização do papel social feminino, ambos resultados da influência da Igreja Católica na sociedade.

centro-direita, o que evidencia que, a despeito dos avanços incontestes dos movimentos feministas brasileiros nas últimas décadas, o conservadorismo nunca deixou de estar fortemente presente na sociedade e espelhado na presença feminina majoritária atrelada a discursos e práticas amparadas no patriarcado. Mas quem são essas parlamentares? Quem elas efetivamente representam? Como se deu a ascensão delas na esfera política? O que está em disputa frente a este cenário?

O interesse pela temática surge da inquietação em compreender quais fatores convergiram para que, após tantas lutas travadas por organizações feministas e reivindicações por maior representatividade na esfera pública, houvesse o aumento de parlamentares mulheres atreladas a grupos que rejeitam ou desvalorizam a multiplicidade da agenda feminista e que se autodeclaram antifeministas, e os entraves estabelecidos de forma nítida ou subjetiva para elas adentrarem na esfera política.

Esse contexto se torna um fenômeno, a princípio por gerar inquietações sobre quais estratégias têm sido mobilizadas para que partidos de extrema direita capturem mulheres que tenham aspirações à política institucional, além do interesse em desvelar o perfil dessas que obtêm sucesso na corrida eleitoral e se tornaram deputadas federais. Interessa-nos saber também quem são essas atrizes políticas, as suas trajetórias, os seus capitais políticos, valores, bem como entender o que as motiva a se aliar a uma ideologia que parte do pressuposto de que a sociedade não foi/é estabelecida a partir das desigualdades de gênero.

Partindo do pressuposto de que está em curso uma tentativa de reconstrução das subjetividades femininas, no sentido de estabelecer o ideário de que não há mais necessidade das lutas e agendas feministas — que se tem intitulado de pós-feminismo² —, pavimenta-se uma radicalidade de um pensamento de demonização desse movimento social, o qual afirma, por inúmeros motivos que serão destrinchados no decorrer deste trabalho, que a ascensão do feminismo é nocivo para homens, mulheres, a sociedade em geral, por questionar a concepção de família e os papéis dos indivíduos nessa instituição.

Com isso, nos interessa também analisar categorias que, explicitamente, estão em disputa, como família, feminilidade, a categoria mulher, maternidade, dentre outras que, a

² O pós-feminismo é visto como incorporando um feminismo de “Terceira vaga”, que se identificaria mais com uma agenda liberal e individualista do que com objetivos coletivos e políticos, considerando que as principais reivindicações de igualdade entre os sexos foram já satisfeitas e que o feminismo deixou de representar adequadamente as preocupações e os anseios das mulheres de hoje. Essa visão de um feminismo em versão “pós”, isto é, conservadora e acomodada, tem sido identificada com o chamado “backlash” ideológico do feminismo e defendido por mulheres como Camille Paglia (1990) ou Christina Hoff Sommers (1994) (Macedo, 2007). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6LWYSCd5PHcg4SNzVjrcrnS/>.

dependem de como são mobilizadas, promovem a diluição das agendas e lutas feministas ou a demonização dessas.

Outro fato que nos chama atenção é que, quando abordamos a temática do antifeminismo, é mais comum associarmos esse tema com a figura masculina e contarmos com a militância de homens na disseminação desse pensamento, já que a sociedade está alicerçada nas desigualdades de gênero, colocando homens na condição de maior privilégio pelo fato de serem homens. bell hooks³ (2018), ao elucubrar sobre o quanto o feminismo deveria ser para todo mundo, afirmação que está presente no título de seu livro, menciona o quanto rever privilégios em uma sociedade que está calcada nessas assimetrias é difícil para quem detém tais privilégios. Com isso, não há interesse por parte de determinados grupos em rever as desigualdades e estruturas, resultando na falta de empenho deles em serem aliados nas mais diversas lutas de grupos subalternizados.

Hooks também afirma que “os movimentos feministas precisam necessariamente pensar em educação feminista como algo importante na vida de todo mundo para que se concretize mudança de mentalidade sobre essa temática e prática” (p. 46, 2018), pois, ao falhar na criação de um movimento educacional de massa, permitimos que a mídia de massa patriarcal permaneça como o principal meio por onde as pessoas aprendem sobre feminismo, o que acontece majoritariamente de forma negativa.

A autora critica também o foco exacerbado do feminismo em ampliar suas discussões apenas na esfera acadêmica, fazendo jus a problematizar que há uma multidão que não tem habilidade para ler literaturas feministas. Percebe-se que é, exatamente, a partir dessa lacuna que dois antifeminismos se sobressaem: o de Estado e o cibernético (ciber antifeminismo).

O primeiro apresenta como estratégia adentrar na política institucional para disputar conceitos que são caros à luta feminista e enfraquecer as pautas que se referem às mulheres, formando alianças entre católicos, evangélicos conversadores, os quais consideram o feminismo uma pauta nociva à sociedade. Já o segundo, mobiliza-se a partir das redes sociais para produzir conteúdos, onde tal antifeminismo é composto pela criação de sites e fóruns masculinistas que rejeitam a presença das mulheres na Internet, “promovendo a criação de um manosfera/machosfera, um espaço hegemônico pelos homens no qual se desenvolve discursos misóginos e antifeministas” (GING, 2020). Nestes fóruns, é comum incitar a ciberviolência contra mulheres feministas, a partir de práticas como violência verbal e sexual

³ bell hooks, em minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa. hooks queria que prestássemos atenção em suas obras, em suas palavras e não em sua pessoa.

nas redes, ameaças de violação e morte, divulgação de dados pessoais e sexualização de fotografias mediante modificação digital (JANE,2017; GING; SIAPARA, 2019).

Na realidade brasileira, ambos os antifeminismos andam juntos, pois muitas parlamentares antifeministas, assim como influenciadoras que se autodenominam antifeministas, também nutrem em suas redes sociais conteúdos focados em discursos antifeministas, com a ex-deputada estadual Janaína Paschoal (Progressistas-SP), as deputadas federais eleitas na 57ª Legislatura - e que estão no foco de análise deste trabalho: Aline Sleutjes (PR-PSL), Alê Silva (MG-PSL), Bia Kicis (DF-PSL), Caroline de Toni (PR-PSL), Carla Zambelli (SP-PSL), Chris Tonietto (RJ-PSL), Dra. Soraya Manetto (ES-PSL), Joice Hasselmann (SP-PSL), Dayane Pimentel (BA-PSL) e Major Fabiana (RJ-PSL).

A atuação política da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo, do Partido Liberal (PL-SC), é exemplo mor dessa articulação. Ela se considera como uma das maiores referências de antifeminismo. A deputada, que está em seu segundo mandato, já era considerada *influencer* quando eleita no ano de 2018, o qual marcou um *boom* de candidaturas antifeministas. Campagnolo se construiu como ativista ancorada na pauta do antifeminismo — quando estudante de História, cursando o mestrado na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), em 2016, processou sua ex-orientadora por alegar que foi discriminada por ser antifeminista e cristã.

É também nesse período que a deputada adere ao movimento Escola Sem Partido e começa a ganhar protagonismo na seara da educação, alinhando-se, posteriormente, durante o período eleitoral, à figura do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Assim como Campagnolo, inúmeras outras parlamentares adentraram na política institucional nas eleições de 2018 e focaram boa parte de seus mandatos na pauta antigênero no parlamento, encabeçando o levante contra temáticas como a descriminalização do aborto, dentre outros.

Apesar da escassez em pesquisas que trate exclusivamente do antifeminismo, há pesquisas consagradas com a de Solange Simões a qual fez um trabalho seminal a respeito da participação das mulheres no golpe de 1964, sobretudo em sua obra *“Deus, pátria e família: as mulheres do golpe de 1964”*. Porém, cabe ressaltar que o antifeminismo é um fenômeno que se relaciona no decorrer da história, com projetos políticos de nação, trazendo em seu bojo concepções sobre gênero, sexualidade e diversidade ligadas a discursos e projetos que versam sobre o autoritarismo e a docilização dos corpos.

Sobre esse aspecto, Bonet-Martí (2021) realiza uma revisão bibliográfica sobre a temática em seus trabalhos e mostra a complexidade do antifeminismo ao se debruçar em analisar os diferentes contextos históricos em que se emerge, afirmando ser mais adequado

usar o termo no plural, antifeminismos, os quais os principais temas de investigação se concentram entre: antifeminismo de Estado; religioso (cristianismo); masculinista; pós-feminista; interseccional e ciber antifeminismo (p. 61).

Para o autor, o antifeminismo, como contramovimento social, é diverso e complexo histórica e geograficamente. Por isso, suas linhas de pesquisa também devem estar em constante mudança. Embora todos os antifeminismos estudados compartilhem um substrato comum: a construção de sua identidade em oposição ao movimento feminista, as motivações, formas de organização e repertórios das ações são distintas.

Para ser possível construir uma interpretação sobre como isso se consolida na realidade brasileira no que tange à política institucional, entre os anos de 2018 a 2022, é necessário trazer o contexto global sobre a ascensão do ultraconservadorismo, o qual deslegitima movimentos sociais progressistas e pautas identitárias, além de ter como fruto indivíduos submersos numa lógica antifeminista, atrelada à negação de pautas que visam à equidade de gênero via organizações feministas e a demonização destas.

Partimos do pressuposto de que esse novo contexto reúne atores e atrizes com perfis ideológicos e interesses materiais variados (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020) e isso tem impactado diretamente tanto na disputa da representatividade feminina quanto na agenda feminista, a qual é múltipla e se apresenta de inúmeras formas. A ascensão de governos de extrema direita na América Latina acirrou a disputa acerca da compreensão do que é representatividade feminina e promoveu personagens que partem da negação da existência de desigualdades de gênero, ou se amparam na narrativa de que não há mais conquistas a serem almejadas pelas mulheres na sociedade, amparando-se em uma narrativa pós-feminista.

A fim de que seja possível analisar o perfil e a trajetória das novas atrizes eleitas em 2018 no Congresso brasileiro, serão investigados certos movimentos políticos neoconservadores no país e como eles se desenvolveram em resposta ou resistência a situações históricas de mudanças na estrutura social e política, amparando-se em matrizes que buscam regular a ordem sexual e a atuação feminina na esfera pública. O presente trabalho tem o objetivo principal compreender a atuação antifeminista das parlamentares de extrema direita eleitas na 56^a Legislatura, a partir do levantamento e da análise de seus perfis, trajetórias políticas e valores políticos que norteiam a sua prática parlamentar. Intentou-se apreender como se articula a sua ascensão no Parlamento brasileiro e o recrudescimento de pautas antifeministas, que buscam regular justamente a ordem sexual e a atuação feminina na esfera pública.

Para tanto, este trabalho se divide em cinco capítulos, o primeiro concentra-se em analisar a ascensão das novas direitas pelo mundo, apresentando a sua heterogeneidade, características, identificando quem são os seus principais atores e atrizes no âmbito mundial, assim como quais são os seus principais projetos políticos e entrelaçamento com o neoliberalismo e neoconservadorismo.

O segundo capítulo discute os antifeminismos que emergem a partir desse atual cenário mundial, tendo em vista que essa pauta tem ganhado centralidade na esfera pública, demonstrando o quanto o movimento é transnacional e engloba inúmeros repertórios. Diversas literaturas nomeiam esse movimento de *backlash* ideológico do feminismo, o que seria uma estratégia adotada por parte da mídia hegemônica ou de políticos conservadores, de desacreditar argumentos sobre a igualdade de gênero ou a natureza de gênero da violência.

Susan Faludi (2001) demonstrou, a partir da sua pesquisa, a investida da mídia em mobilizar pesquisas sem bases comprobatórias ou inconclusivas para criar medo, pânico moral e culpa diante das conquistas das mulheres após a década de 1970. Esse ideário serviu para embasar parte dos processos políticos de direita na década seguinte, garantindo assim um repertório que atinge quem se identifica com esses discursos, tornando-se um instrumento. Faludi contribuiu para a compreensão de que em inúmeros momentos da história as direitas se apropriam de narrativas amparadas na hostilidade aos movimentos feministas para disseminar e forjar políticas e militância contra esses movimentos.

A partir de conceitos como ressentimento, partimos do pressuposto de que esse contramovimento repousa, principalmente, na chave dos afetos, compreendendo que as emoções políticas constituem-se mediante um sentimento primordial de pertencimento o qual conforma, também, as identidades dos indivíduos.

Nesse sentido, os avanços dos movimentos feministas promoveram/promovem um sentimento de perda, uma indignação que permeia tanto a questão do privilégio quanto concepções repousadas na lógica patriarcal de que mulheres são destinadas, exclusivamente, ao espaço privado. Produz-se, assim, um sofrimento social nos homens, os quais se sentem injustiçados frente aos avanços femininos, como demonstra a literatura que discute o masculinismo no Brasil e no mundo (WELZER-LANG, 2001; CAMILO, 2023). Esses homens, em geral, alinham-se às mulheres que se denominam antifeministas e estimulam a sua ocupação em postos na política institucional.

Esse capítulo também se debruça na figura de Jair Messias Bolsonaro, na tentativa de compreender como se cartografa a “identificação com o líder”, sobretudo a partir dos seguintes questionamentos: como se dão às dinâmicas dos vínculos de identificação entre

uma liderança e os indivíduos? O que leva mulheres a se associarem à figura de um líder que abertamente professa discursos que reduz a condição feminina e normatiza tais discursos? Por fim, discutiremos tal processo ainda em curso que tem sido chamado de bolsonarismo, o qual tem se tornado uma incubadora de atrizes políticas antifeministas.

Apesar de Jair Bolsonaro ter sido derrotado nas eleições seguintes, de 2022, e ter se tornado inelegível por oito anos a partir das eleições de 2022⁴, a “cadela do bolsonarismo” ainda se encontra no cio, no sentido de ter conseguido ampliar a sua bancada no Congresso Nacional e ter pavimentado o caminho para que o antifeminismo florescesse, tanto na política institucional quanto no ciberativismo via redes sociais, e um caminho de mais disputa de gramáticas que são caras aos movimentos sociais, como a representatividade feminina, que infelizmente ainda é ínfima na política institucional.

O terceiro capítulo detém-se em analisar perfil, trajetória e valores das deputadas federais eleitas em 2018 ao Congresso brasileiro atreladas a partidos de extrema direita – compreendendo as especificidades imbricadas ao fato de intitular de extrema direita os partidos em questão, tendo em vista os novos arranjos políticos e o recrudescimento conservador, o qual promoveu uma reconfiguração nas análises do sistema político brasileiro. Nesse capítulo, a investigação concentra-se com muito mais afinco nas deputadas federais atreladas ao Partido Social Liberal (PSL), tendo em vista que as eleições de 2018 demarcaram um aumento significativo de parlamentares filiadas a esse partido, o qual não tinha, até então, eleito nenhuma parlamentar. Nessas eleições, o PSL tornou-se a segunda maior bancada na CD, ficando somente atrás do Partido dos Trabalhadores (PT).

A caracterização ampla das deputadas em foco é um escopo de análise relevante, pois sabe-se das dificuldades históricas que mulheres sofrem para adentrar na política institucional, seja porque são reduzidas ao espaço privado, ao trabalho de cuidado, doméstico e reprodutivo, seja porque os partidos políticos, historicamente, não investem na formação e no impulsionamento de candidaturas femininas. Porém, as eleições de 2018 demarcaram uma virada na representatividade feminina. Neste sentido, o desvelamento do perfil, das trajetórias políticas e dos capitais que essas mulheres mobilizam é crucial para compreendermos os novos arranjos políticos configurados.

O quarto capítulo problematiza os discursos que pavimentaram as campanhas eleitorais das deputadas de extrema direita, eleitas em 2018, no que tange a sua compreensão

⁴ Após ser votado no plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com a justificativa de que Jair Messias Bolsonaro praticou abuso de poder e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada no Palácio da Alvorada com embaixadores estrangeiros no dia 18 de julho de 2021.

acerca do que concebem como feminilidade e maternidade, além de suas próprias concepções sobre o que é ser mulher. Certamente, elas buscam estruturar as questões de gênero a partir de vieses diferentes da teoria e prática feminista, amparando-se em discursos essencialistas que lhe garantem espaços privilegiados para disputarem e estabelecerem suas concepções de representatividade feminina no espaço político. Assim, também, se pavimentam as construções de representatividade que diferem de uma direita tradicional, a qual não rechaça as agendas feministas na totalidade e não repousa no ideário de negação das desigualdades de gênero intrínsecas à sociedade. O capítulo analisa ainda a aposta em narrativas como a de “mulher guerreira”, que se fez presente não só no processo eleitoral, mas no imaginário midiático e político cotidiano, a qual promove a invisibilidade da dupla, tripla jornada de trabalho feminino. Portanto, é de suma importância compreender o impacto da racionalidade neoliberal e sua concepção de feminino que se apresenta como algo louvável e palatável nesse contexto, a qual também afeta as subjetividades femininas.

Por fim, o capítulo cinco analisa como as redes sociais foram ferramentas fundamentais para a pavimentação das candidaturas dessas mulheres nas eleições de 2018. Reconstrói o caminho trilhado para a disseminação de suas propostas, os seus diálogos com o eleitorado mediante vídeos, postagens, *lives*, santinhos e a propagação de *fake news* que mobilizaram o pânico moral. Discute-se, ainda, as contraofensivas do #EleNão e do #EleSim que mobilizaram mulheres progressistas e de extrema direita no Brasil inteiro contra e a favor da candidatura de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República.

I. I Procedimentos metodológicos

A análise qualitativa de conteúdo, seguindo os moldes do esquema de investigação proposto por Laurence Bardin (2011[1977]), foi a ferramenta metodológica utilizada para auxiliar na interpretação dos dados coletados. Essa técnica de pesquisa é descrita, pela autora, como sendo um “esforço de interpretação” que “oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. Trata-se, portanto, de “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (Bardin, 2011[1977], p. 15). Isso significa que, “para além de suas funções heurísticas e verificativas”, uma de suas principais vantagens “reside [...] no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas” (Bardin, 2011[1977], p. 15).

Com isso, fica evidente que o objetivo é conferir uma maior sistematicidade aos momentos de descrição e interpretação do conteúdo presente no material analisado, enquanto

busca contornar “certa intuição aleatória e fácil”, por meio da utilização de um roteiro analítico, mais ou menos rígido, capaz de mediar e explicitar o modo como se deu o processo de formulação das inferências, deduzidas a partir do diálogo dos dados empíricos com a teoria, a fim de torná-las passíveis de exame crítico a posteriori (Bardin, 2011[1977], p. 15).

De antemão, já precisamos assumir os obstáculos que enfrentamos ao longo desta pesquisa. O primeiro repousa no fato de que no dia 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, ano que seria dedicado para a realização das entrevistas com as deputadas federais que se encontram no escopo analítico desta tese. A pandemia fez com que fossem suspensas todas as atividades presenciais na Câmara dos Deputados, e essa realidade perdurou até meados de outubro de 2021. No início de 2023, a Câmara Federal retornou de forma presencial as suas atividades, porém com uma nova legislatura. Muitas deputadas federais do nosso escopo analítico não foram reeleitas, ou assumiram cargos em secretarias em seus estados, deixando a função de deputadas de lado. Durante todo esse período, inúmeros contatos foram feitos, sem sucesso, via e-mail institucional, *WhatsApp* de assessoria e, até mesmo, *WhatsApp* pessoal. Diversas estratégias foram mobilizadas para chegar até as deputadas, porém ficou evidente a falta de receptividade por parte dessas parlamentares. O anti-intelectualismo, expresso na desconfiança e mesmo no preconceito contra pessoas que participam do universo acadêmico, é, sem dúvida, um dos fios condutores da ação dessas atrizes, e isso já era de certa forma esperado, considerando as posturas, as narrativas e os programas políticos que as deputadas de extrema direita defendem.

Frente a essa realidade (frustrante), iniciamos a pesquisa assumindo alguns percalços e entendendo que esses problemas no percurso poderiam provocar algum tipo de defasagem dos dados.

O banco de dados da pesquisa é formado por 4.028 postagens retiradas dos *Facebooks* das deputadas federais de extrema direita eleitas e que à época eram candidatas a esse posto no Legislativo Federal. O campo foi realizado no ano de 2019 após as eleições federais, onde em um primeiro momento foi feito a captura dos dados, logo a pós a sistematização e por fim a análise. Das postagens, foram analisados os discursos, as mensagens contidas nos santinhos postados, as *lives* realizadas com apoiadores, ou seja, todo material divulgado nas redes sociais durante o período da campanha eleitoral. Foram analisadas também entrevistas em veículos como programas de TV, rádios e *YouTube*. Para a coleta de dados, utilizou-se o *software* Facepager, o qual sistematiza as postagens a partir do filtro de data que escolhemos.

Para tanto, o banco de dados é formado por 4.028 postagens ao total. Foram analisados desse montante os discursos presentes, as mensagens contidas nos santinhos postados, as *lives* realizadas com apoiadores, ou seja, todo material divulgado durante o período da campanha eleitoral. Cabe destacar a relevância da análise de conteúdo que pode ser definida como o aspecto semiótico de práticas sociais. A aplicação prática da análise de conteúdo, sugerida por Bardin (2011[1977], p. 125), segue três etapas principais, sendo elas: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e, por fim, (3) o tratamento dos resultados.

Assim, passamos a investigar, de forma exploratória, os discursos proferidos pelas candidatas a deputadas federais de extrema direita nas suas redes sociais, tendo como foco, em particular, as postagens no Facebook e as *lives* que se encontravam disponíveis em suas páginas. A escolha das redes sociais se deu sobretudo pelo fato de que muitos políticos da “nova” extrema-direita, tem utilizado, estrategicamente, as novas tecnologias de informação e comunicação, de forma ímpar.

De antemão, destacamos que as candidatas que mais utilizaram o *Facebook* no período eleitoral foram as do PSL, Joice Hasselmann, com 535 postagens e em segundo lugar Carla Zambelli com 460, ambas se apresentaram como as maiores apoiadoras do candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro. Já as que menos postaram em suas redes foram Maria das Rosas (PRB) com 61 postagens e Leda Maria Brito (AVANTE) com 77, ambas pouco exploraram a associação com a figura de Jair Bolsonaro.

Diante da imensa variedade de expressões e de relações ativadas nas e pelas redes sociais, como poderíamos compreender o ativismo digital das candidatas a deputadas federais bolsonaristas? Mesmo utilizando as ferramentas analíticas disponíveis no *Facebook* para cartografar exaustivamente as sucessões de acontecimentos que configuram a atuação dessas mulheres durante a campanha e apresentar uma imagem ubíqua da circulação de um ou outro feito nas redes sociais, o que faríamos com tais discursos?

Com um pouco de otimismo, talvez fosse possível dizer que, se seguissemos todos os movimentos e localizássemos os “nós” que organizam as páginas das redes investigadas, tudo se encontraria ali: as *fake news*, a crítica, a narrativa da guerra cultural, a roupagem de novidade diante da “velha política”, a mobilização, o reconhecimento, a subjetivação. Porém, o gigantesco poder analítico que a internet oferece à pesquisa das relações sociais na entrada deste novo milênio também parece ser o seu problema. Nos últimos anos, observamos a “tomada de assalto” por parte de organizações, movimentos de extrema direita, os quais se apropriaram da mídia independente para disseminar suas narrativas e se organizarem.

Como já observou Marilyn Strathern (2014, p. 305), o entendimento das redes sociotécnicas de nossa época está organizado em uma “lógica fractal que faz de qualquer comprimento um múltiplo de outros comprimentos ou de um elo numa cadeia de outros elos”. Assim, para que o estudo do ativismo digital, ainda que provisoriamente, nos leve a algum lugar, certas indagações parecem se impor à pesquisa social. Quando e onde o fluxo das informações e das atividades pode ser interrompido para que a explicação se estabilize? Como lidar com a proliferação e a instabilidade das narrativas políticas? Como acompanhar os múltiplos cruzamentos entre mídias, linguagens, espaços, tempos, coisas e pessoas no mundo do on e offline?

Esses são problemas heurísticos que as investigações feministas a respeito das sociedades digitais e do avanço da extrema direita e a partir dessas, provavelmente, terão que solucionar se quiserem oferecer explicações, ao mesmo tempo objetivas e engajadas, cosmopolitas e provincianas, sobre a situação e a atuação das mulheres no mundo contemporâneo, diante da captura das redes sociais pelo antifeminismo.

Nesta tese, apostamos na ideia de que, ao levar a sério o modo pelo qual deputadas eleitas na 56ª Legislatura brasileira utilizam as redes sociais para expressar suas perspectivas sobre pautas, lutas e a própria organização antifeminista, poderemos descobrir algumas das maneiras pelas quais o antifeminismo tem se configurado nos anos recentes.

A escolha pelo *Facebook* deu-se, principalmente, porque, em meados de 2018, era essa a rede social que tinha maior visibilidade e aglutinava leitoras/es das mais diversas gerações e classes sociais, especificamente, pessoas interessadas em ler postagens mais longas e detalhadas. Cabe ressaltar que o limite de caracteres do *Facebook* é de 63.203, o que o diferencia de outras redes como o *Twitter*, que tem limite de 280 caracteres e é bastante utilizado pelos políticos, porém com postagens curtas, sem o aprofundamento na temática discutida.

Bardin (1977, p. 38) destaca que na análise de conteúdo interessa tanto as condições de quem produz a mensagem (o emissor e seu contexto) quanto de quem a recebe e os efeitos que ela produz. Essa técnica de pesquisa é descrita pela autora como sendo um “esforço de interpretação” que “oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. Trata-se, portanto, de “uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência” (Bardin, 2011[1977], p. 15). Isso significa que, “para além de suas funções heurísticas e verificativas”, uma de suas principais vantagens “reside [...] no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas” (Bardin, 2011[1977], p. 15).

Porém, foi realizada, em um primeiro momento, após coleta de dados, uma pesquisa exploratória que, de acordo com Piovesan e Temporini (1995), tem por finalidade o refinamento dos dados da pesquisa e o desenvolvimento das hipóteses, aumentando, assim, o grau de objetividade da própria pesquisa. Diante disso, a pesquisa exploratória nos faz mergulhar em novos mundos a partir das terminologias mobilizadas, espectros ideológicos que partem o objeto analisado, nos proporcionando novas formas de enxergar os dados em questão.

Aqui, gostaria de detalhar como foi o processo de exploração das postagens do escopo analítico. De antemão, é possível afirmar que não foi algo fácil, afinal o lidar com conteúdos que descredibilizam a luta das mulheres e promove um enfrentamento direto contra a agenda feminista é desconcertante e esse discurso, além de tudo, era credibilizado pelo, à época, chefe de Estado Jair Bolsonaro — o qual “detinha a caneta na mão” para tomar decisões e se orgulhava disso, no sentido de mobilizar esse fator para justificar suas decisões políticas⁵.

Lidar com a misoginia vinda de mulheres e, ao analisar cada postagem, ver as interações do eleitorado validando o antifeminismo foi extremamente desafiador, principalmente quando, em um contexto de pandemia, que potencializou as violências domésticas, tivemos um presidente que ignorava tal situação e ainda afirmava: “Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Como é que acaba com isso? Tem que trabalhar, meu Deus do céu. É crime trabalhar?” (BOLSONARO, 2020)⁶.

Na tentativa de forçar o retorno da circulação das pessoas e do comércio para que a economia não fosse mais prejudicada, deu-se a associação perigosa e infeliz de banalização e naturalização da violência doméstica, dando margem para que homens justificassem atos violentos com respaldo discursivo do governante. Foi com narrativas dessas que tivemos que lidar durante toda a pandemia e, não tão somente, por quatro anos do (des)governo de Bolsonaro.

Nesta tese, buscamos perceber os valores, os comportamentos e as práticas políticas por meio dos conteúdos discursivos das parlamentares durante a campanha eleitoral de 2018, no que diz respeito às suas ações, práticas nas redes sociais e nas disputas de narrativas nos

⁵ Ver: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-a-maia-com-a-caneta-eu-tenho-mais-poder-do-que-voce/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

⁶ Essa foi a fala do ex-presidente ao ser questionado sobre o aumento dos casos de violência doméstica devido ao isolamento social para a prevenção do coronavírus. A declaração foi dada no dia 29 de março (2020), depois Bolsonaro saiu tranquilamente para o seu passeio nas cidades satélites de Brasília, para ouriçar os comerciantes contra o isolamento. Ele se pronunciava contra o isolamento total e defendia que a economia não podia parar (GALETTI, 2020, p. 1).

espaços públicos/urbanos. Os discursos são considerados na análise proposta não apenas como expressão, mas, seguindo as indicações de Bourdieu (2003), como um aspecto do comportamento dos indivíduos, em que suas percepções de mundo podem se evidenciar, o que permite interpretar tanto os discursos como a prática dos indivíduos.

Foi realizado o levantamento do perfil das dezoito parlamentares mulheres de extrema direita da 56ª legislatura, eleitas em 2018, pautado, principalmente, nas clivagens de classe, raça, grau de instrução, relação com a política, como se deram a construção de suas carreiras no espaço público, como elas pensam e fazem política, tendo como expectativa obter uma melhor compreensão de suas ações, seus afetos e motivações políticas.

Optamos em restringir a análise às deputadas federais eleitas nas eleições de 2018, a despeito de ter-se realizado o levantamento de forma sistemática do perfil das 77 deputadas federais eleitas, independente do espectro ideológico, como instrumento metodológico comparativo que auxiliasse o desvelamento das proximidades e dos distanciamentos entre os perfis e as trajetórias políticas dessas mulheres.

Muitas se apoiavam no discurso da “nova política” do ex-presidente Jair Bolsonaro, sobretudo as deputadas do Partido Social Liberal (PSL), e formataram suas campanhas eleitorais na defesa da família; no antipetismo; na oposição à suposta ideologia de gênero; na definição clara dos papéis sociais do homem e da mulher, em preceitos cristãos; na propriedade privada e em percepções antifeministas.

Tais dados, bem como as inquietações demonstradas anteriormente, levaram aos seguintes indagações:

- Quem são as mulheres dos partidos de extrema direita eleitas deputadas federais nas últimas eleições de 2018?
- De que forma essas parlamentares se identificaram e compartilharam os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro? O que as levaram a apoiarem e a se identificarem com o discurso reproduzido por ele?
- Quais os afetos políticos mobilizados por tais deputadas?
- Como se pavimenta o antifeminismo a partir do bolsonarismo?

O ponto de partida da discussão proposta nesta tese se encontra nos pilares do neoliberalismo, do conservadorismo e na disputa de narrativas no espaço público por meio de mulheres que se autointitulam como “defensoras da família”. Os sub eixos desse discurso estão pautados também na luta contra a descriminalização do aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo, pautas que, há décadas, estão na agenda de diversos partidos e

movimentos progressistas e que nos últimos anos aumentaram sua visibilidade na arena pública.

No que diz respeito às mulheres de extrema direita, a bibliografia ainda é escassa nas Ciências Sociais. Tivemos dificuldade em encontrar materiais que analisassem o seu ativismo e a disputa de discursos no âmbito político. Porém, há registros historiográficos que marcaram a articulação das mulheres de extrema direita com a política e a conjuntura em diversos momentos.

Em 1964, durante a Ditadura Militar no Brasil, mulheres conservadoras impulsionaram a “Marcha da Família com Deus”, em defesa da “liberdade” e em resposta a uma suposta ameaça comunista representada pelas ações dos grupos considerados radicais. Organizada principalmente por grupos como União Cívica Feminina (UCF), Fraterna Amizade Urbana e Rural, Sociedade Rural Brasileira, Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), dentre outros grupos.

Tais fatores são importantes para a elucidação do fio condutor que leva a atual ascensão do conservadorismo no Brasil, o qual transcende o universo exclusivamente feminino.

Após o levantamento bibliográfico da temática, ficaram mais claras as facetas que consolidaram as novas direitas nos últimos anos, mais especificamente durante as eleições de 2018, no Brasil, em consonância com a análise de postagens nas redes sociais das parlamentares via *Facebook e Twitter*. Os partidos de extrema direita apresentam-se, em verdade, como expressão e incubadora de mulheres conservadoras e reacionárias, as quais encarnam em suas falas e ações ideários antifeministas e autoritários, fazendo assim a manutenção da dicotomia público *versus* privado no que tange aos lugares que homens e mulheres devem ocupar.

II. Análise de discurso

Utilizaremos como base para compreender os discursos das deputadas em questão a Análise de Discurso Crítica (ADC), principalmente, porque a proposta das análises em ADC é de mapear conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos em textos e eventos discursivos específicos e questões mais amplas, de cunho-social, que envolvem o poder (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 23).

Além disso, a ADC possibilita nos atentarmos para o caráter ideológico de algumas proposições que se encontram nos discursos e por perceber a relevância destes na constituição de identidades (no entrelaçamento entre discurso, emoção e ideologia) que perpassam a esfera pública.

Esse tipo de pesquisa abarca uma variedade de materiais empíricos, seja qual for sua modalidade — orais, sonoros, escritos, visuais — e forma — entrevistas, reportagens, filmes, etc. Entende-se que os textos trazem dimensões sociodiscursivas importantes para a análise, sendo constituinte e constituída pelos demais níveis da vida social (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 21, 74-76).

O método de análise em ADC foi difundido pelo trabalho de Norman Fairclough, linguista que se propôs examinar em profundidade o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, e, para além disso, na transformação social.

Nessa lógica, o discurso constitui as dimensões da estrutura social, moldando ou restringindo normas, identidades, comportamentos coletivos, instituições, sendo um mecanismo potente de interpelação ou consolidação de ideias.

Cabe ressaltar que a cientificidade desse método é garantida pela explanação a partir da aplicação de categorias analíticas combinada à compreensão à luz de conceitos de um arcabouço teórico específico (Ibid., p. 23, 74-76, 105).

Um texto pode ser compreendido de diferentes maneiras, uma vez que diferentes combinações das propriedades do texto e do posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do/a leitor/a resultam em diferentes compreensões. Parte da análise de textos é, portanto, análise de compreensões, que envolvem descrições e interpretações. A outra parte da análise é a explanação, que se situa na interface entre conceitos e material empírico. Trata-se de um processo no qual propriedades de textos particulares são “redescritas” com base em um arcabouço teórico particular (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 108).

Desta forma, os conceitos se propõem entrelaçar e associar a “microanálise” dos textos à “macroanálise” das relações de poder que abarcam a estrutura e a conjuntura, o que é coerente ao entendimento do discurso como prática social intermediária entre estruturas abstratas e eventos concretos, tal qual será discutido no primeiro capítulo deste trabalho (BORGES, 2019, p. 121).

Os conceitos-chave para a análise e compressão do método em ADC encontram-se na tríade Poder, Ideologia e Hegemonia, que são referenciais para a análise porque apontam tanto para as instâncias discursivas específicas quanto para as práticas sociais, partindo do pressuposto de que a linguagem está atrelada à prática social como instrumento de poder, no

sentido de estabelecer e sustentar liderança moral, política e intelectual na vida social (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 26).

Isso se traduz via ação, representação e identificação com o discurso. Fairclough (2003, p. 29) lembra que a tradução dos discursos deve ser compreendida como dialética na medida em que considera o discurso, por um lado, moldado pela estrutura social e, por outro, parte constitutiva desta estrutura. Fairclough mobiliza conceitos como de “interdiscurso”, do teórico Michel Pêcheux, além do conceito de “ordem de discurso”, formulado inicialmente por Foucault, para pensar a reprodução do sujeito social e sua transformação.

A concepção de ideologia torna-se importante na análise em ADC, pois as ideologias estão embutidas nas práticas discursivas dos indivíduos (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122), sendo muito eficazes quando naturalizadas, atingindo assim o status de “senso comum”.

Para essa discussão, o autor traz ao debate as noções de ideologia de Althusser, que forneceu as bases teóricas para o debate, embora, nas palavras de Fairclough, Voloshinov (1973) tenha sido um autor de importante contribuição, bem anterior a Althusser (op.cit., p. 121). Essas bases teóricas se assentam em três importantes aspectos:

- 1) A asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições;
- 2) A asserção de que a ideologia “interpela os sujeitos”;
- 3) A asserção de que os “aparelhos ideológicos” são locais e marcos delimitadores na luta de classe, apontando para uma luta no discurso.

Para Fairclough, a ideologia está localizada tanto na estrutura (isto é, nas ordens de discursos) quanto na reprodução e transformação das estruturas condicionadas. Nessa perspectiva, a noção de hegemonia, ancorada na teoria gramsciana (GRAMSCI, 1971), nos dará aparatos para a compreensão de como determinados grupos sociais reproduzem as suas ideologias, naturalizando-as e difundindo-as no campo sociocultural. O que leva à afirmativa de Buttigieg, o qual diz que a hegemonia é resultante “das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção de mundo e seus valores capilarmente pela sociedade” (BUTTIGIEG, 2003, p. 46).

Assim, as lutas hegemônicas podem resultar em estabilização e naturalização das práticas discursivas promovidas por grupos dominantes, o que se evidencia no objeto em questão através dos embates instaurados via polarização de direita *versus* esquerda, principalmente na disseminação de *fake news*. A mídia tem um importante papel hegemônico não só de reproduzir, mas também em reestruturar a relação entre os domínios público e privado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 153).

Outra questão fundamental na ADC diz respeito à análise textual, por meio da qual é possível observar a construção de identidades sociais, ou a construção do “eu” no discurso (Ibid., p. 181), nas formas como o discurso contribuiu para o processo de mudança cultural, se contribuiu de fato, redefinindo assim identidades sociais.

Analisaremos as postagens no *Facebook* seja em vídeos, textos, *lives*, santinhos das deputadas federais eleitas pelos partidos de extrema direita nas eleições de 2018. Totalizando 5% de eleitas no montante total de eleitas.

Cabe ressaltar que a problemática se insere, sobretudo, nas inquietações referentes aos feminismos: o que nos discursos e na militância feminista rivaliza com essas mulheres e se há possibilidade de identificarmos um antifeminismo nas narrativas eleitoras dessas deputadas eleitas. Se a partir dos discursos e atuações se consolidam uma cartografia de disputas ou uma cartografia de adversários – disputas essas que articulam cartografias e relações de poder no campo político.

O objetivo central desta tese é o de contribuir com a área de saber da Sociologia Política, que busca a compreensão das novas formas de se fazer política e de se pensar a política e as novas atrizes em evidência, principalmente, aquelas que baseiam seus discursos e práticas conservadoras no antifeminismo e que se encontram nos espaços públicos disputando narrativas, cargos políticos e validando práticas não progressistas para as mulheres de forma generalizada.

Esse fenômeno é de extrema relevância para se pensar os avanços das novas direitas no Brasil, os fatos que ela impulsiona, fios condutores e por que está em ascensão. Por meio da presente análise, acredita-se que será possível vislumbrar mais claramente as forças mobilizadoras, o ponto de partida dessas mulheres, porque não se identificam com os discursos e as práticas feministas progressistas e o quê dentro das narrativas e práticas feministas é tão ofensivo para essas mulheres aderirem uma postura de enfrentamento.

Capítulo 1: A ascensão das novas direitas no mundo

*A esperança das ruas de 2013
catalisou aquele grande acordo nacional*

*com o Supremo e com tudo
para estancar uma sangria
em nome da família.
–Dead Fish (2019).*

Recentemente, acompanhamos o fortalecimento e organização das direitas— que podem ser chamadas por uma variedade de conceitos como ‘novas direitas’, ‘reação conservadora’, ‘extrema-direita’, ‘onda conservadora’ —, exprimindo sentidos ao que temos observado não apenas no Brasil, mas também no cenário internacional. Podemos afirmar que a reorganização da direita se evidencia juntamente com a dobra do neoconservadorismo, que deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas (SOLANO, 2018).

Cabe ressaltar que as direitas nunca estiveram fora da política internacional ou nacional. Porém, nos últimos anos, como contra-resposta a governos de esquerda ou progressistas, uma extrema-direita emergiu com discursos abertamente reacionários e conservadores, radicalizando sua atuação e mobilizando, sobretudo via redes sociais, indivíduos que se identificam com sua ideologia e agendas.

O extremismo é um conceito chave para a compreensão das novas formas de se fazer política a partir das direitas. Para Bobbio (1998), “o termo extremismo traz implícita uma conotação negativa, que evoca remotos antecedentes filosóficos: já na ética aristotélica, o equilíbrio, a racionalidade, a virtude coincidem com o justo meio, enquanto os extremos são as paixões de que é preciso fugir” (Ibid, p.457). Ele reitera também que o extremismo é um “[...] fenômeno que se dá na história política moderna e contemporânea e que motivou uma grande variedade de movimentos sociais e políticos, em épocas críticas de intensa mobilização social e de profundas transformações nos sistemas produtivos e institucionais” (Ibid, p. 458).

Apesar do crescimento da abordagem acadêmica sobre a temática das novas configurações das direitas, esses estudos ainda são muito limitados e carecem de fundamentos teóricos mais densos, com debates conceituais que levem em frente as diversidades dessas organizações e especificidades. Por esse motivo, aqui optamos em partir dos estudos realizados por Cas Mudde (2020; 2022), compreendendo que, apesar desse se debruçar em analisar com mais afinco o extremismo político europeu e norte-americano, seus estudos nos auxiliam na compreensão de como se pavimentam tais governos, suas estratégias, entre outros aspectos que nos auxiliam na compreensão das inúmeras facetas do extremismo político de direita.

Segundo Mudde (2022), compreende-se que a extrema-direita possui dois subgrupos, uma direita radical e um populismo de direita. Em linhas gerais, a primeira é marcada por uma valoração da experiência fascista, ou nazista clássica, através dos seus modelos de argumentação, fundamentos ideológicos e estratégias de propaganda ou de captura dos indivíduos. Um dos seus principais objetivos é estabelecer uma ‘etnocracia’, ou seja, uma democracia na qual a cidadania é baseada numa identidade étnica específica (Ibid., p. 42). Já o populismo de direita possui uma retórica nacionalista, apresenta-se como uma suposta nova política, em crítica à política tradicional. Conforme a definição de Cas Mudde, o populismo é uma ideologia política que divide a sociedade em duas entidades completamente distintas: o povo e as elites.

Mudde (2017) conceituou o populismo como “[...] uma ideologia tênue que considera a sociedade separada em dois campos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ *versus* ‘a elite corrupta’, que argumenta que a política deve ser uma expressão do *volonté générale* (vontade geral) das pessoas” (Ibid., p. 6, tradução da autora).

Um ponto em comum entre radicais e populistas⁷ de direita é o fato de que para ambos “as políticas de Estado bem-estar social devem ser restritivas aos membros da ‘comunidade nacional’” (BARBOSA, 2020, p. 15). Ou seja, o discurso nacionalista se apresenta como basilar entre os dois grupos na tentativa de buscar uma identidade e homogeneização entre os indivíduos e incitá-los na defesa de uma memória nacionalista.

Identifica-se, em geral na literatura (ANDREWS, 2021; ART, 2011; MUDDE 2021, 2022; WODAK, 2015, BEYME, 1988), três ondas da extrema direita até 2000 – Neofascismo, Populismo de Direita, Direita Radical –, e uma quarta onda que se iniciou a partir dos anos 2000, tendo como base a Europa ocidental pós-guerra. Mudde (2022) apresenta a primeira onda, intitulada de *Neofascismo* (1945-1955), como aquela que marca o período imediatamente posterior à derrota do fascismo, em que a política da extrema direita demonstrou um caráter retrógrado (Ibid., p. 27). A maioria desses grupos haviam se associado com os fascistas, porém, o grupo que se manteve leal à causa ficou à margem, chamados de neofascistas — apesar de naquele momento não apresentarem nenhum elemento de novidade.

⁷ Cabe ressaltar, conforme menciona Rodrigues: Ao longo do século XX o conceito “populismo” na teoria social e política esteve mais comumente associado aos governos da América Latina. Nesse registro, experiências históricas como as de Perón na Argentina e as de Cárdenas no México são certamente as mais lembradas. Do ponto de vista teórico, as influências dos sociólogos argentinos Gino Germani (1973 e 2003) e Torcuato Di Tella (1973) foram, sem margem de dúvidas, determinantes nessa direção. Também no Brasil, tanto o período pós-1930 de Getúlio Vargas, quanto a República de 46, foram analisados sociologicamente pela ótica do populismo (2019, p.71).

Já a segunda onda, o *Populismo de direita* (1955-1980), foi marcada pela ascensão de partidos políticos populistas de direita, os quais se definiam mais por sua oposição às elites do pós-guerra do que por filiação ou ideologia, ou regime derrotados (Ibid., p. 28). Além disso, esse populismo de direita teve como principal fio condutor a pauta do anticomunismo, que se evidenciou com muita veemência nos Estados Unidos a partir de representantes como John Birch e o senador à época Joseph McCarthy⁸.

Por fim, a terceira onda foi chamada de *Direita radical* (1980-2000), alimentados pela imigração em massa e pelo desemprego, num contexto em que os partidos de direita passaram a ocupar os parlamentos. Mudde (2022) afirma que, após a queda do comunismo em 1989, a extrema direita também emergiu com força em vários países pós-comunistas (Ibid., p. 31). Por fim, uma quarta onda estaria em curso, iniciada em 2000, a qual se diferencia por naturalizar e consolidar a extrema-direita nos sistemas políticos pelo mundo, por disputar conceitos como o de representatividade e capturar mulheres atreladas aos discursos patriarcais para estarem em suas fileiras.

Porém, há um consenso no que tange ao foco da ação da extrema direita — apesar de não ser homogênea —, geralmente ela se dedica a três principais atividades: as eleições, as manifestações e a incitação de atos de violência. Esse último aspecto é um dos fios condutores de governos autoritários, pois, esses partem do pressuposto de que a sociedade deve ser estritamente ordenada, na qual as transgressões à autoridade devem ser punidas de forma severa (MUDDE, 2022, p.44).

Um exemplo que evidencia como se dá a ascensão de discursos excludentes e atitudes violentas é a experiência norte-americana, a qual, de certa forma, serviu de modelo para outros países, como o Brasil, a partir da figura de Jair Bolsonaro. Em 2016, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos marcou a consolidação de uma retórica amparada na ideia de que imigrantes, muçulmanos, socialistas e movimentos sociais identitários eram todos inimigos do Estado e que deveriam ser combatidos por inúmeras estratégias, delimitando uma cruzada contra esses grupos. Segundo Fraser e Jaeggi (2020), dentre os diversos motivos que proporcionaram a ascensão de Trump encontra-se a sua disposição em lutar por qualquer causa que negasse o reconhecimento dos indivíduos e a redistribuição de renda. Essa postura fragilizou prontamente os espaços de igualdade, do cuidado cívico e do bem comum que a democracia exige, resultando em narrativas antidemocráticas (BROWN, 2019, p.224).

⁸ No contexto da Guerra Fria, o **macartismo** representou uma perseguição nos EUA, a milhares de cidadãos do país supostamente ligados ao comunismo. Um dos objetivos do senador Joseph McCarthy era criminalizar o comunismo e seus adeptos, cerceando as liberdades políticas.

Em 2017, assistiu-se também a um giro à direita bastante intenso nas eleições presidenciais ocorridas em países importantes da União Europeia, como a França, a Alemanha e a Holanda. Nesses três países, apesar dos partidos de extrema-direita terem sido derrotados, tiveram um nítido crescimento em relação aos anos anteriores em função da mobilização e aderência dos indivíduos aos seus discursos.⁹ Na França, especificamente, uma mulher teve protagonismo, alcançando o segundo lugar na corrida presidencial. Nas eleições de 2022, Marine Le Pen repetiu novamente o mesmo feito. Ao lado de Marine Le Pen, sua sobrinha Marion Maréchal Le Pen tem sido considerada uma estrela em ascensão da extrema direita. Com posições mais radicais do que sua tia, Marion entrou para a política em 2008 e, quatro anos depois, aos 22, tornou-se a mais jovem deputada francesa.¹⁰

Já na América Latina, instaurou-se um cenário de exaustão com os governos de esquerda ou centro-esquerda que assumiram o poder desde o início do século. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) ficou quatorze anos no poder; na Bolívia Evo Morales governou por sete anos pelo Partido Movimento para o Socialismo; na Argentina, antes de Mauricio Macri do Partido Proposta Republicana¹¹ ser eleito, o peronismo esteve no poder durante doze anos, por meio do ex-presidente Néstor Kirchner e por sua mulher Cristina Fernández de Kirchner, a qual foi eleita, em 2019, vice-presidenta, ao lado de Alberto Fernández, do Partido Justicialista.

⁹ Um exemplo disso é a Marine Le Pen — integrante do movimento anti-União Europeia, que atuou como deputada do Parlamento Europeu desde 2004, sendo candidata à presidência da França, ficando em segundo lugar na corrida eleitoral em 2017. Já na Alemanha, o partido Alternativa para Alemanha (AFD) conhecido pelos seus posicionamentos que se une sob algum tipo de correção antipolítica e de ressentimento anti-imigração, muitas vezes acompanhado por islamofobia. Sendo em diversos momentos abertamente revanchistas quanto à Alemanha nazista (Ibidem, 2020, p.214). O AFD tornou-se a terceira maior força política no parlamento alemão. E, na Holanda, o Partido para a Liberdade, fundado em 2006, ficou em segundo lugar no pleito, mas conseguiu ampliar seus posicionamentos a partir de um populismo de direita. Francisco Panizza, ao discutir as práticas populistas (2009, p.21), aponta como uma das características do populismo sua emergência em contextos de “fracasso das instituições sociais e políticas existentes para limitar e regular os sujeitos políticos em uma ordem social relativamente estável”, sendo o populismo, segundo ele, “um modo de identificação característico de tempos de instabilidade”. Panizza também destaca a relação entre a emergência do populismo e diversas situações históricas que igualmente nos remetem ao tempo presente. Entretanto, ele salienta como o populismo imerge em situações de ruptura da ordem social e perda da confiança no sistema político como conseguindo restaurá-la, assim como em contextos de esgotamento de tradições políticas e de desprestígio de partidos políticos, em períodos de mudanças econômicas, demográficas e culturais. Além dos países-chave, em outros países da União Europeia também vimos fenômenos semelhantes. Polônia e Hungria, por exemplo, são países cujos governos são considerados de ultradireita; e na Grécia, o partido Aurora Dourada liderado por Nikolaos Michaloliakos é avaliado por especialistas como neonazista.

¹⁰ Retirado de:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/sobrinha-de-marine-le-pen-sugere-apoio-a-zemmour-e-racha-ultra-direita-na-franca.shtml> Acesso em 25 fev. 2023.

¹¹ Atualmente o Partido Proposta Republicana mudou de nome para Juntos por el cambio.

Cabe mencionar que, a partir de 2013, o cenário foi se modificando com o levante de governos de direitas, como, por exemplo, na Argentina sob o governo de Mauricio Macri (Juntos por el cambio) e, em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil.

Os contextos europeu, norte-americano e latino-americano são muito diferentes e a consolidação dos governos de direita também reflete tais diferenças, pois não se orquestrou pelos mesmos parâmetros a aderência e ascensão da extrema direita. Porém, há diversos pontos em comum, como os ideais neoconservadores; a ruptura do diálogo com os movimentos sociais, assim como as investidas na diluição desses; o protagonismo de atores e atrizes fundamentalistas religiosos abertamente contrários aos direitos humanos; a captura de mulheres para promoverem a manutenção das narrativas amparada nos lugares pré-estabelecidos para homens e mulheres a partir de uma lógica patriarcal, em geral, e o sequestro das agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual, em específico. Além desses aspectos, a extrema direita tem como principal característica a simbiose entre o Estado e a nação a partir da figura de um líder (MUDDE, 2022, p. 40).

Os casos do Brasil, da Hungria e da Polônia são emblemáticos nesse sentido. Eles, na prática, evidenciaram, de diferentes formas, a normalização de práticas e discursos reacionários e antipluralistas semelhantes aos dos fascismos históricos na esfera pública. Não por acaso os governos de Jair Bolsonaro, Viktor Orbán e Andrzej Duda evidenciaram, de diferentes formas, a agenda antigênero enquanto política oficial de Estado, em defesa da “família”, da “liberdade” e dos “interesses nacionais”. Valores que estariam supostamente ameaçados por uma perversa e profunda “influência externa” exercida pelo “globalismo esquerdista” sobre os costumes e as tradições morais de suas respectivas nações, a partir das amarras estratégicas de um suposto “marxismo cultural” e de uma pretensa “ideologia de gênero” vigentes.

Segundo Biroli, Vaggione, Machado (2020), os ataques ao gênero podem ser vistos como tentativa de bloquear a reorganização das relações entre mulheres e homens permitida por novos recursos contraceptivos, com a contestação da dupla moralidade que os acompanha (p.20). Além disso, os ataques se iniciaram com mais afinco a partir do momento que movimentos LGBTQIA+ passaram a ser reconhecidos como atores políticos, pautando suas agendas, denunciando as violências sofridas e ocupando espaço na agenda dos direitos humanos e vocalizando suas vozes nos mais diversos espaços. Consolidando assim a construção retórica de uma noção de “povo” que se opõe a um determinado inimigo: no caso, as minorias sociais e políticas em ascensão.

Assim, fica evidente que o discurso não se concentra apenas no campo econômico, mas apresenta um maior peso no campo dos costumes e se mostra numa espécie de pureza que deve ser defendida a qualquer custo. Tal estratégia não é novidade na política, é possível observar o mesmo discurso em outros momentos, por exemplo, em movimentações de caráter reacionário amparadas no discurso de proteção de um modelo de família heteronormativa, cristã ameaçada. Isso foi evidente nas experiências fascistas e nazistas, em que o controle e disciplinamento dos corpos se fez presente, especialmente no que diz respeito aos papéis de gênero e ao controle da sexualidade feminina.

Nesse contexto, às mulheres cabia a exigência da reprodução da nação, em criar filhos fortes, o cuidado do lar, tudo que envolvesse o espaço privado, trabalho reprodutivo, doméstico e afetivo e dessa lógica resultou em um ataque contínuo aos movimentos, discursos feministas que questionavam a perpetuação da lógica patriarcal e as invisibilidades promovidas por esse sistema.

Para ser possível a perpetuação das desigualdades de gênero e não tão somente, de raça/etnia, sexualidade e classe, as novas direitas apostam em dois aspectos: no uso da violência e na mobilização do medo entre os indivíduos que ocasionam pânico moral. Esse primeiro pode ser considerado uma característica intrínseca de uma sociedade pavimentada a partir da tríade patriarcado, colonialismo e capitalismo. Já o segundo mobiliza os afetos dos indivíduos para que estes se sintam acoados. O pânico moral é uma forma de violência simbólica propagada pela mídia - e não tão somente por essa, que apela aos afetos e se utiliza dos circuitos que formamos, em sociedade.

O conceito de violência tem sido resgatado na tentativa de interpretar a atuação e lógica das novas direitas pelo mundo, porém, na teoria feminista (GAGO, 2021; VERGÈS 2022), tal discussão se faz presente há décadas, tendo como finalidade ampliar a compreensão do que se entende por violência, compreendendo também o quanto é necessário ir além do entendimento popular de tal noção e, por fim, de como a violência tem se potencializado a partir do neoliberalismo e da ascensão da extrema direita pelo mundo.

Ao analisar como a sociedade de classes se estrutura, Heleieth Saffioti (2015) menciona o quanto a violência é fundamental para a manutenção e sustentação do patriarcado. Ela reitera como as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres sempre produzem novas formas de violências, empregando toda a capacidade imaginativa para forjar maneiras cruéis de punir e de dominar os corpos femininos. Já a teórica Rita Segato (2014) menciona sobre os pactos e mandatos de masculinidade que funcionam e se retroalimentam a partir de uma estrutura patriarcal, que conserva o homem em um lugar de

privilégio e justifica muitas vezes suas violências. Porém, com os avanços dos movimentos feministas, “as masculinidades desvalorizadas estão em busca desesperada e violenta de reestruturação” (SEGATO, 2014, p. 85).

Nesse cenário, pensando no atual contexto de recrudescimento conservador e de políticas e economias neoliberais, é fundamental mencionarmos o quanto o neoliberalismo violenta as mulheres de inúmeras formas e tem se potencializado com governos de extrema direita pelo mundo. A brutalidade foi naturalizada via neoliberalismo a partir da lógica individual da naturalização das desigualdades. Houve uma investida exacerbada no enfraquecimento e deslegitimação da luta coletiva, seja dos movimentos sociais, seja do entendimento da relevância da coletividade na sociedade. Nessa esteira, as consequências dos fenômenos de reestruturação promovida pelo neoliberalismo se concentram na potencialização da vigilância dos corpos femininos e na menor proteção desses.

A violência brutal é uma forma de governo, um regime de existência que sempre irá beneficiar um grupo restrito. Nesse sentido, como afirma Vergès (2021), “o capitalismo faz da masculinidade uma arma a serviço do seu projeto necropolítico” (p. 31), dessa forma, “[...] a violência dá sentido a uma existência fadada à morte prematura, permite existir em um tempo efêmero tendo acesso ao que se tornou prova de existência” (p. 32). Assim, é possível afirmar que o neoliberalismo, o neoconservadorismo e a extrema direita se cruzam e produzem desumanização e pratica-se uma ocupação predatória dos corpos feminizados.

Um exemplo que exprime bem essa realidade foi o governo de Alberto Fujimori no Peru, que esteve no poder de 1990 a 2000. Após ser eleito presidente, Fujimori deu um autogolpe em 1992, colocou o exército nas ruas de Lima, e fechou o Congresso e a Suprema Corte, passando a governar por decretos.¹² Nesse período, mais de 200 mil mulheres foram esterilizadas à força, numa política de controle de natalidade aplicada pelo governo, e que fazia parte do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva e Planejamento Familiar imposto pelo governo de Fujimori, que justificava tais crimes como medida de combate à pobreza.

O programa de esterilização visava mulheres em idade reprodutiva e indígenas, muitas das quais acabaram morrendo durante os procedimentos, pois, segundo relatos,¹³ as condições de esterilização eram extremamente precárias. As mulheres não recebiam assistência médica nem antes e nem depois da cirurgia e muitas não compreendiam por que estavam sendo

¹² Retirado de:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/01/fujimorismo-corrente-que-nasceu-com-ditador-busca-se-reinventar-nas-eleicoes-do-peru> Acesso em 07 abri. 2023.

¹³ Ver:

<https://www.dw.com/pt-br/peru-esperan%C3%A7a-para-v%C3%ADtimas-de-esteriliza%C3%A7%C3%A3o-for%C3%A7ada/a-56554778>

submetidas a isso, o que as deixava em uma situação de extrema vulnerabilidade. Assim, se evidencia a partir da experiência neoliberal do ex-presidente Fujimori a relação entre violência, racismo e estigmatização, a qual Villalba (2022) chama de uma combinação de práticas totalitárias discursivas e enclaves politicamente autoritários, impulsionados por um modelo de desenvolvimento neoliberal e extrativista.

A mobilização do medo e pânico moral entre os indivíduos também é uma das características cruciais das novas direitas e ferramenta fundamental para angariar simpatizantes. Um exemplo da potência da mobilização do medo foi a Marcha que ocorreu no Equador, a qual reuniu cerca de um milhão de pessoas em mais de 25 cidades do país. A principal agenda de defesa era a família e a proteção da vida desde a concepção. Com o lema #ConMisHijosNoTeMetas (“Não se meta com meus filhos”), a manifestação organizada pela Frente Nacional por la Familia protestou contra as tentativas de incorporar supostos conceitos da ideologia de gênero no âmbito da saúde e da educação por meio de projetos de lei apresentados no parlamento equatoriano.¹⁴

Ao analisar os atores e argumentos que caracterizam o neoconservadorismo na América Latina, Biroli, Machado e Vaggione (2020) afirmam que a família é o lugar natural para a humanização e a principal responsável pela moralização. Segundo as/o autoras/e, “a democratização da família, que inclui outorgar certos direitos a crianças e adolescentes, é questionada em defesa do paradigma adultocêntrico segundo o qual os pais ou tutores são responsáveis pelas decisões” (2020, p.73). Assim, ao intitular um movimento de “Não se meta com meus filhos”, é reiterada também a ideia de que o Estado deve ser a continuidade de um modelo de família bem restritivo: patriarcal, heterossexual e cristão, essa que estaria ameaçada pelas investidas de ideologias progressistas.

A estratégia via medo foi replicada no Brasil, em 2013, período marcado por diversos levantes políticos e que impulsionou a evidência de atores e atrizes que se reivindicam de direita. Esses indivíduos recepcionaram um pensamento mais radical com o título de extrema direita, diferenciando-se da direita tradicional, a qual não vislumbrava na política institucional o Estado como uma continuidade do espaço privado, do lar e da conservação de pautas morais.

Nesse contexto, o governo que estava na presidência era do Partido dos Trabalhadores (PT), na figura da ex-presidenta Dilma Rousseff – a primeira mulher eleita no Brasil, e que

¹⁴ Retirado de: <https://www.semprefamilia.com.br/defesa-da-vida/equador-um-milhao-de-pessoas-nas-ruas-contr-o-aborto-e-a-ideologia-de-genero/> Acesso em 07 abri. 2023.

estava no início de seu segundo mandato. Houve início de um processo de impeachment sobre a ex-presidenta Dilma em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato de Dilma.¹⁵ A justificativa se concentrava no argumento de que a ex-presidenta havia cometido crimes de responsabilidades, as chamadas “pedaladas fiscais”.¹⁶

Com isso, o antipetismo se consolidou via medo e pânico moral, pois, segundo os ideários difundidos à época, o Partido dos Trabalhadores (PT) além de ser considerado corrupto o PT protagoniza a agenda comunista e potencializa a suposta ideologia de gênero. Segundo esse discurso, a finalidade da atuação política do PT se encontra no fim da família tradicional brasileira. E, para tanto, esse se mobiliza via movimentos identitários, a defesa dos direitos humanos e pautas LGBTQIA+, para pavimentar seu projeto político.

Além da questão do medo, outros fatores se somam para que se consolidasse governos de extrema direita. Como aponta David Runciman (2018), está se dando um esgotamento da democracia no mundo ocidental, o qual se apoia na perda da centralidade dos partidos na representação dos desejos e anseios dos cidadãos, associada à frustração das pessoas quanto à lentidão da democracia em dar respostas imediatas às suas demandas.

O que Runciman (2018) pontua evidencia-se também na realidade brasileira, ao vislumbrarmos os caminhos traçados para que se configure o enfraquecimento de partidos de esquerda, centro-esquerda e uma radicalidade das direitas atreladas ao neoconservadorismo. Esse contexto demonstra o quanto as direitas precisam ser relativizadas, pois, o que se apresenta no atual contexto, é a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo motivada pela percepção de um inimigo comum. Os setores mais extremados, foco de análise aqui, segundo Miguel (2018), incluem três vertentes principais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do anticomunismo (Ibidem, p.19).

Sobre essas três vertentes gostaríamos de focar nas duas últimas que se mostram com mais intensidade no ano de 2015, durante o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), o qual foi marcado pelo apelo à família tradicional brasileira supostamente ameaçada por ideologias comunistas presentes nos partidos de esquerda, mais especificamente no PT.

¹⁵ Retirado de:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Acesso em 21 abri. 2023.

¹⁶ No ano de 2022, a conclusão do inquérito apontou que Dilma Rousseff não cometeu nenhum crime de responsabilidade fiscal.

Camila Rocha (2021), em sua tese de doutorado *'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*, demarca que, durante os governos Lula e Dilma, surgiram na internet fóruns de discussão, blogs, sites e comunidades nas redes sociais como *Facebook* e *Orkut*, nos quais se discutiam temas que abrangiam o mercado livre, a retomada de valores cristãos e a conjuntura nacional e internacional (ROCHA, 2018, p. 48).

Nesse contexto se destacou o jornalista e escritor Olavo de Carvalho,¹⁷ que possuía um histórico de críticas a acadêmicos de esquerda, e que, desde 1998, disseminava suas ideias via *blogs* e sites de sua autoria. Olavo (1947-2022) foi considerado um *guru* para vários políticos da extrema-direita e suas narrativas se embasaram no combate aos movimentos sociais, às universidades federais e ao suposto marxismo cultural.¹⁸

O guru da extrema direita nacional foi um dos principais responsáveis na disseminação de informações falsas e pela formação de atores e atrizes políticos eleitos no ano de 2018, como, por exemplo, o ex-presidente Jair Bolsonaro, Carla Zambelli, Bia Kicis, Caroline de Toni eleitas a deputadas federais na 56ª Legislatura, dentre outras/os. Reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet (*fake news*¹⁹) retroalimentaram-se, gerando uma nuvem de informações verdadeiras, duvidosas ou indubitavelmente falsas que estigmatizaram o PT e, por consequência, toda a esquerda (MIGUEL, 2018, p. 25).

Isso se demonstrou na votação que ocorreu na Câmara dos Deputados em 2016, na qual a maioria das/os deputadas/os que votaram a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em suas falas, relacionaram seus votos com a defesa da família, dos seus filhos e de sua fé, mencionando o nome de Deus. Discursos regados de emocionalidade e de caráter redentivo, no sentido de que efetivamente a única solução de cunho moralizante fosse a retirada da presidenta Dilma do poder, para o resgate dos valores que supostamente estavam se perdendo com ela exercendo a função de presidenta.

Nesse contexto, segundo Burity (2018), a desenvoltura e protagonismo do bloco pentecostal hegemônico (“os evangélicos”/a “bancada evangélica”) se moveu entre o Legislativo e o Executivo e mobilizou a sociedade civil e a indústria cultural evangélica do

¹⁷ Olavo em suas páginas nas redes sociais disponibilizava apostilas, cursos, entrevistas, traduções de textos de autores que considerava suas principais referências, como, Eugen Rosenstock Huessy, Mário Ferreira dos Santos, Ludwig Von Mises, Leopold Szondi, todos filósofos ou economistas liberais.

¹⁸ Quem trouxe a narrativa do marxismo cultural de volta à política foram dois ideólogos norte-americanos: Pat Buchanan e William S. Lind. Ambos fizeram parte do esforço para criar um conservadorismo cultural como estratégia eleitoral. A ideia de um “marxismo cultural” cria um adversário comunista praticamente onipresente: na educação pública, na mídia, nos ativistas de direitos civis, na indústria do entretenimento, etc. (CARAPANÃ, p.39, 2018).

¹⁹ Notícias falsas.

país a seu favor, projetando esses atores no cenário político, resultando no impeachment da presidenta Dilma e na formação do governo do ex-presidente Michel Temer (Ibid., p.17). Com isso, os evangélicos tornaram-se força chave para o fortalecimento do neoconservadorismo no Brasil, sem meias-palavras e sem meias-medidas, o qual tem disputado e questionado todos os avanços obtidos nas últimas décadas, figurando assim uma “nova ordem” pós-lulismo.

Com o discurso “cristão vota em cristão”, muitos pastores e lideranças religiosas atuam como cabos eleitorais de candidatos com pautas conservadoras, atraindo os evangélicos que representam cerca de 20% do eleitorado brasileiro – número significativo que demonstrou força nas eleições de 2018. Cabe mencionar que o número de igrejas neopentecostais têm crescido nas periferias do Brasil a partir da década de 1990. Segundo Campos, essa é uma “empresa” sintomática do processo de integração do neopentecostalismo à lógica de mercado vigente no Brasil neoliberal. O conjunto de estratégias mercadológicas é incorporado de maneira intencional pela administração da igreja que deseja conquistar uma “clientela” a partir da mobilização de seus afetos.

O curso desse processo resultou numa ação performativa e emotiva por parte das/os que se pronunciaram a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma (PT), manobrando discursos catastróficos ou primorosos para captar a atenção dos indivíduos, resultando em uma teatralidade.

Gurgel (2017) elucida que a ação performativa é fruto da articulação entre a teoria da ação e do teatro de *performance*. A autora considera performática a ação que, tal como no teatro, apresenta-se como “comportamento duplamente restaurado” (SCHECHNER, 2006, p.34-35), comportamentos marcados, emoldurados ou acentuados. Gurgel emprega o conceito de ação performática como tática preferencialmente utilizada por partidos de esquerda, destacando assim que um dos fundamentos para o fenômeno da ação performática estaria “na cisão histórica entre espontaneidade e organização e na influência, não assumida, sobre os partidos, de teses que sugerem seu próprio fim, a partir dos debates da crise do valor e da defesa de certo esgotamento de categorias como classe e trabalho” (GURGEL, 2017, p. 300).

Porém, aplicamos aqui, o conceito de ação performativa na ascensão da extrema direita na política institucional, por compreender que as democracias vivenciam um período turbulento a partir da consolidação de novos atores e atrizes na política institucional, e têm orientado seus desempenhos políticos em combate da política sexual e antigênero.²⁰

²⁰ De acordo com Biroli et.al. (2020, p. 22), o conceito do que seria uma suposta “ideologia de gênero” teria sido uma espécie, nas palavras das autoras, de uma “cola simbólica” que agregou as/os mais distintas/os personagens

Esse conceito foi desenvolvido a partir da articulação entre a teoria da ação – as produções de Erving Goffman, Jurgen Habermas e Max Weber se aprofundam nessa temática – e a teoria do teatro. Apesar de ter como ponto de partida tais articulações citadas acima, a ação performática também é forjada pela psicanálise, especialmente entre aqueles que percebem o papel da repetição enquanto pulsão constitutiva e constituidora do sujeito (GURGEL, 2017, p. 301).

Com isso, aplicamos o fenômeno da ação performática para pensar os novos arranjos das direitas, partindo do pressuposto de que há uma mobilização dos afetos, ou seja, há uma entrega demasiadamente afetiva na prática política do indivíduo no sentido de marcar posição, gerando um apelo em quem o escuta. A identificação coletiva é de suma importância para haver uma homogeneidade entre os indivíduos, e para estabelecer uma diferenciação entre o eu e o outro, o herói *versus* vilão, o bem *versus* mal, o que traz esperança e o que desampara.

Um exemplo evidente disso é o caso emblemático da *performance* da ex-deputada estadual (2018-2022) Janaína Paschoal (PSL), essa que em diversos momentos no processo de impeachment teve como principal fio condutor de sua fala o medo e questões subjetivas de dominação da mente: “Eles se fortalecem no nosso medo” — ao se referir ao Partido dos Trabalhadores. Estão dominando as nossas mentes, dos jovens” (PASCHOAL, 2016), como afirmou em um ato na cidade de São Paulo com juristas pró-impeachment de Dilma Rousseff. Demonstrando assim uma suposta batalha totalmente ancorada no campo dos afetos, da mobilização do medo, esse que faz com que em nome da autopreservação da vida e de sua propriedade, o indivíduo conceda o poder legítimo a um soberano, uma liderança (CAMPELLO, 2022, p.29).

Tais exemplos demonstram caminhos interpretativos para compreender como se consolidam as novas direitas no contexto brasileiro, nos dando pistas a respeito de quais pilares têm se sustentado e de como reverberam na atuação dos atores e atrizes políticos que compartilham destas concepções, narrativas, práticas, bem como o que resulta dessas novas configurações. Nesse escopo, os direitos humanos tornam-se bandeira de disputa, de ameaça e, em consequência, as minorias políticas são suprimidas ao terem suas agendas invisibilizadas ou combatidas por apresentarem um suposto perigo à sociedade, mais especificamente à moralidade que deve ser preservada.

do espectro ideológico de direita, mobilizando afetos e proporcionando adesão social entre indivíduos que já flertavam com ideários conservadores, mas que não estavam de alguma forma organizados ou em diálogo contínuo com pessoas que partem do mesmo ideário.

Assim, emergem deste contexto mulheres que protagonizaram o embate na arena política, que estão em consonância com as ideias defendidas pela extrema direita, ligadas a discursos essencialistas sobre os lugares socialmente naturalizados que homens e mulheres devem ocupar. Essas atrizes rechaçam a agenda feminista e a combatem em seus discursos, de modo que muitas se autointitulam antifeministas, apresentando-se como guardiãs da moral dos bons costumes que visam preservar os papéis estabelecidos pela lógica patriarcal.

A ascensão dessas mulheres na arena política, disputando eleições e obtendo sucesso nos contextos eleitorais, resultou em uma maior circulação de debates que pautam o papel das mulheres e do feminismo na sociedade, bem como aumentando a adesão de quem enxerga tal movimento como nocivo. Há uma tentativa latente de enfatizar que o feminismo teria ido longe demais em suas pautas liberalizantes, provocando uma deteriorização das mulheres como um todo. Esse contexto pavimentou a maior circulação de narrativas antifeministas as quais sempre estiveram presentes na sociedade, porém, com outras configurações, sem estar tão latente na política institucional.

O antifeminismo proporciona um reordenamento simbólico do feminino, pois a partir do aumento do capital político via discurso da maternidade, dos papéis estabelecidos de gênero, concomitantemente, há uma manutenção do patriarcado na política institucional – espaço que historicamente é ocupado em sua maioria por homens – e na sociedade de forma geral. Porém, essa disseminação do antifeminismo possui um caráter de novidade, pois tem sido feita a partir das próprias mulheres - o que pode ser categorizado como “antifeminismo feminino (MARASCO, 2021)²¹, elas como protagonistas de tais pautas e enfrentamentos na contemporaneidade, disputando assim o conceito de representatividade feminina, o qual, por sua vez, é caro aos movimentos feministas.

É crescente a quantidade de mulheres em posições de lideranças na extrema-direita pelo mundo e, como já mencionado, a que tem tido maior visibilidade é a francesa Marine Le Pen (1968-), porém, existem outras lideranças como Pia Kjaersgaard (1947-) e Pauline Hanson (1954-), líderes do partido dinamarquês DF e do australiano ONP. Jayda Fransen (1986-), vice-presidente e líder interina do *Britains First*, Anne Maria Waters (1977-), líder e fundadora do *For Britain* (MUDDE, 2022, p.89), Beata Szydło líder ultraconservadora da Polônia e na Noruega, Siv Jensen, associada com lideranças partidárias da direita radical,

²¹ O antifeminismo feminino (Marasco, 2021) corresponde a um tipo específico de oposição e reação aos feminismos. Vocalizado por mulheres, este fenômeno tem animado parte significativa dos projetos e imaginários da extrema-direita contemporânea.

mesmo em um país que apresenta altos índices de igualdade de gênero, defende as políticas que radicalizam a política contra imigrantes.

No Brasil, Damares Alves é considerada uma liderança da extrema-direita, ao ter sido alçada ao cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) e contar com grande prestígio junto à parcela significativa da população, tendo inclusive sido eleita no Distrito Federal (44,98% dos votos válidos) para a única vaga ao Senado Federal em disputa nas eleições de 2022.

Segundo a escassa literatura que analisa a participação feminina na extrema-direita, seja na posição de liderança, na política institucional ou no eleitorado, embora haja atuação dessas, as mulheres ocupam papel secundário em relação aos homens e, em alguns casos, aos seus filhos (MUDDE, 2022, p.91). Isso claramente se coaduna com os principais traços ideológicos da extrema-direita — que se associam à ordem patriarcal. Assim, as mulheres, apesar de estarem ocupando um espaço público – o qual não foi destinado privilegiadamente a elas –, conseguem se inserir nesse espectro político, pois estão alinhadas às narrativas desse grupo de extrema direita e, portanto, reproduzindo discursos patriarcais e misóginos. Esse contexto,

Molda um enquadramento no qual “as mulheres são bem-vindas, mas o gênero não” (Ylä-Anttila e Luhtakallio, 2020, p. 41). Isto é, a participação política de mulheres é importante para que partidos e movimentos de direita ganhem capilaridade social a partir do questionamento de pautas ligadas aos avanços de direitos que ameaçam a família tradicional. Neste sentido, “as mulheres são bem-vindas, mas o gênero não” é um enquadramento que sintetiza a fundamentação biológica binária na cosmovisão das direitas radicais e, ao mesmo tempo, sinaliza para a identificação de ameaças às “mulheres de verdade” (SOLANO; ROCHA; SENDRETTI, 2023, p2).

Face ao exposto, é evidente que a ascensão, a força e a dinâmica de repercussão de organizações, partidos e movimentos de extrema direita e populistas²² de direita são uma realidade em âmbito global e tem impactado nas formas de se pensar e fazer política, sobretudo na compreensão de representatividade feminina. Porém, esse quadro está em consonância com as dinâmicas neoliberais e neoconservadoras, nas quais se entrelaçam aspectos do tripé neoliberalismo, neoconservadorismo e novas direitas, o qual será analisado na seção a seguir.

²² Mudde conceituou o populismo como “[...] uma ideologia tênue que considera a sociedade separada em dois campos homogêneos e antagônicos, ‘o povo puro’ *versus* ‘a elite corrupta’, que argumenta que a política deve ser uma expressão do *volonté générale* (vontade geral) das pessoas” (MUDDE, 2017, p. 6, tradução nossa) e acrescentou “na verdade, o populismo quase sempre aparece atrelado a outros elementos ideológicos, cruciais para a promoção de projetos políticos de interesse de um público mais amplo” (MUDDE, 2017, p.6, tradução nossa).

1.1 Extrema-direita, Neoliberalismo e Neoconservadorismo: como se entrelaçam?

Para Dardot e Laval (2016), o recrudescimento dos movimentos neoconservadores, ou mesmo os de caráter neofascista, tem sua raiz nas transformações subjetivas provocadas pela hegemonia neoliberal. Para os autores, essa base de pensamento fortalece os ideais de meritocracia e individualismo social, ao passo que se localizam em oposição aos princípios de redistribuição, reconhecimento e solidariedade.

O elemento moral, somado ao capitalismo global em alguns países, é um dos componentes que explica o motivo de alguns grupos se manterem no poder, apesar de inúmeras denúncias por corrupção. Cabe mencionar que a concepção de corrupção tem várias camadas, porém, “corrupção, para o político fascista, consiste na corrupção da pureza, e não da lei” (STANLEY, 2020, p. 39). Economia e moral não são elementos paradoxais e opostos, mas componentes que se coadunam desde os pensadores clássicos, podendo ser encontrados nos escritos de John Locke, Adam Smith e David Hume. Para Mill (1973, p. 303), que atualiza esses pensadores numa nova base de pensamento, a economia política, além de uma ciência que trata da produção e distribuição de riqueza, também podia ser associada “a leis morais ou psicológicas da produção e distribuição da riqueza”.

Nessa perspectiva, sustenta-se o argumento de que regulações econômicas não podem ser entendidas como quadros neutros ou estanques, ou como meros estudos que visam simplesmente responder às oscilações de mercado (FERDNANDO; GALETTI, 2021 p.122). Em sua dobra financeirizada, o neoliberalismo se alimenta das pautas morais: “Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos” (HARVEY, 2013, p. 15). Já na análise de Safatle (2020), até mesmo as políticas de austeridade não podem ser entendidas simplesmente como um termo técnico da teoria econômica, mas um termo proveniente da filosofia moral, uma vez que, na prática dessas políticas, existe a justificação de ações econômicas em detrimento do “sacrifício” de certos grupos de indivíduos com base em um julgamento moral.

Nesses desdobramentos, a crença dos indivíduos passa a se inserir como componente chave nas articulações políticas, sendo que se torna cada vez mais evidente de que modo “lutas políticas tendem a não ser mais apenas descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento [...]” (SAFATLE, 2020, p. 21-22).

Com base nos efeitos dessa “economia moral”, Brown (2019) defende que uma das facetas dessa racionalidade política se expressa nas tentativas de forte regulação da moralidade sexual e no disciplinamento dos corpos. Essa racionalidade promove um tipo de cultura política, mas também de subjetivação, que prioriza a mobilização do direito de proteger e garantir uma moral sexual baseada na defesa da família tradicional e nuclear (heterossexual e monogâmica), a qual estaria legitimada por seu potencial reprodutivo, argumento também endossado por Biroli, Machado e Vaggione (2020).

Há uma preocupação desses atores e atrizes com a força de trabalho frente a crise de fertilidade, a qual é produto do neoliberalismo e de como esse sobrecarrega as mulheres, pois, ao mesmo tempo que é esperado que estas trabalhem fora de suas casas para receberem um salário, concomitantemente se espera que essas fiquem em seus lares responsáveis por todo trabalho reprodutivo - formas de prover, cuidar, atividades que constrói os indivíduos como seres sociais e os possibilitam esses em realizar o trabalho produtivo.

Nancy Fraser afirmou que há um componente racial nesse debate permeado de racismo, sobretudo nos EUA e na Europa, onde se evidencia um declínio de natalidade sobretudo da parcela branca da população, “se dá ao medo de que os não-brancos que chegam pelas fronteiras tenham mais filhos. Essa discussão serve também para apresentar o liberalismo como uma salvação, só que ele não vai nos salvar porque reluta em olhar as estruturas do capitalismo” (FRASER, 2024)²³.

Frente a essa realidade, a extrema direita tem criado estratégias para que a crise da reprodução não fique ainda mais latente e por isso tem investido na captura de pautas que perpassam direitos femininos. As mulheres são fundamentais ao difundir o apego à família, pois são designadas a serem guardiãs dos lares, responsáveis pela criação de “filhos fortes para a nação” e são as fiadoras pela “restauração” de uma ordem moral, desafiada constantemente pela agenda feminista. O papel destinado ao feminino na defesa da família está totalmente intrínseco ao neoliberalismo e aos novos arranjos familiares impulsionados por esse - não à toa que com a ascensão da extrema direita o antifeminismo tem se difundido e angariado adeptos.

Nesse contexto, o núcleo familiar torna-se uma arma potente na tentativa de destruir quaisquer valores que supostamente rivalizem com os seus. De acordo com essa lógica, a família funciona como rede de proteção, reservatório de disciplina e estrutura de autoridade

²³ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/06/29/filosofa-nancy-fraser-diz-que-ataques-ao-aborto-nao-sao-apanas-guerra-cultural-o-capital-esta-preocupado-com-a-forca-de-trabalho.ghtml>

(BROWN, 2019, p.114). Ela é vista como um possível entrave aos supostos excessos da democracia e das minorias sociais e políticas, que nas últimas décadas tem ampliado debates e espaços em todas as esferas sociais e políticas.

Foucault, em *O nascimento da biopolítica* (1978-1979), aborda o quanto o neoliberalismo se mobilizou a partir da família e como, através do “biopoder” e da “biopolítica”, infiltrou-se capilarmente na micropolítica da família, mobilizando-a a partir de uma lógica empresarial na pavimentação de seu projeto político de sociedade. Sobre esse aspecto, Safatle (2020) afirma que:

Foucault procura desfazer o mito segundo o qual o liberalismo eleva o indivíduo à condição de unidade elementar da vida social. Na verdade, esta unidade elementar é a empresa, ou melhor, a “forma-empresa”, pois “trata-se de obter uma sociedade indexada, não na mercadoria e na uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação da empresa” (Idem)²⁴.

Com isso, a família torna-se um núcleo que passa a ser visto de forma capitalista e empresarial, sendo expressa a sua potencialidade em adequação e manutenção do neoliberalismo, em consonância com os papéis de gênero estabelecidos pela lógica patriarcal: as mulheres são destinadas ao cuidado, ao trabalho reprodutivo, à maternidade, ou seja, atreladas à esfera privada.

No neoliberalismo as mulheres acumulam funções, sendo obrigadas a conciliar os trabalhos domésticos com o trabalho realizado fora do lar, sendo desafiadas o tempo todo a dar conta das múltiplas tarefas e, simultaneamente, são incentivadas a enxergar certa virtude nisso. Já os homens, nessa lógica, são considerados mais racionais e predispostos a ocuparem a esfera pública, incitados pelo discurso empreendedor a todo momento, porém, não são estimulados a realizar nenhuma tarefa doméstica ou de cuidado, por serem vistos como não aptos e estritamente destinados à esfera pública, ao trabalho produtivo.

Para tanto, faz-se necessário compreender a amplitude das discussões acerca do nascimento do neoliberalismo. O projeto político e social neoliberal que apareceu como resposta às crises do liberalismo, consolidando-se a partir de 1930. Autoras/es como David Harvey (2013), Michael Foucault (2008), Pierre Dardot e Christian Laval (2016), Michael Hardt e Antônio Negri (2004), Wendy Brown (2019) nos auxiliam nesta compreensão, pois se dedicam a essa temática.

²⁴ Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/nascimento-da-biopolitica/>

De forma a conceber como se consolidou o modelo de neoliberalismo que vislumbramos hoje, é necessário ressaltar o que é o liberalismo, como ele se enfraqueceu e deu espaço para o surgimento de outras formas de se fazer economia e política.

A doutrina liberal nasce e resiste por bastante tempo, amparado inicialmente nos três dogmas “o trabalho precisa encontrar seu preço no mercado; a criação da moeda deve estar sujeita a um mecanismo de autorregulação; as mercadorias devem circular livremente de país em país sem obstáculos ou preferências” (POLANYI, 1992, p. 232). Porém, o liberalismo começou a ruir e foi duramente questionado entre as duas guerras mundiais em um contexto de crises brutais como a de 1930. Segundo Polanyi:

Na década de 1920, o prestígio do liberalismo econômico atingiu seu auge: a privação dos desempregados para quem a deflação havia feito perder seus empregos, a precariedade dos funcionários demitidos sem lhes conceder sequer uma pensão miserável, o abandono dos direitos da nação e, até mesmo, a perda de liberdades constitucionais eram consideradas um preço justo a pagar para atender às demandas de manter orçamentos saudáveis e moedas sólidas, aqueles postulados a priori do liberalismo econômico (Polanyi, 1922, p.233).

Essa crise perdurou por muitas décadas e refletiu nas diversas correntes liberais – clássica, conservadora e social. Sobre esse aspecto, Laval e Dardot (2016) apontam que a crise dos vários tipos de liberalismos se deu entre os anos de 1880 a 1930, quando os reformistas sociais ganharam terreno em todos os países industrializados, havendo uma considerável revisão dos dogmas na economia e formando um contexto intelectual e político para o neoliberalismo. Conforme os autores apontam, a tensão entre os tipos de liberalismo contribuiu para o declínio das políticas liberais, pois, de um lado, estavam os reformistas sociais que defendiam o ideal de um bem comum e, de outro, os partidários da liberdade individual como fim absoluto (Ibid., p. 37).

Já para correntes liberais mais clássicas, há uma retomada dos argumentos malthusianos contra o auxílio aos pobres pautando-se na meritocracia, ou na ideia de que “se uma pessoa não deseja trabalhar, não deve comer” (SPENCER, 1993, p.43). Com a crítica voltada ao discurso socialista e a qualquer intervenção do Estado para sanar a questão da pobreza, compreendem que as desigualdades sociais são naturais e devem permanecer na sociedade. A partir disso, o neoliberalismo ascende como contrarresposta ao fracasso do liberalismo e teve uma rápida aderência.

O declínio do liberalismo não se deu repentinamente, dentro das correntes liberais a discussão ou a preocupação por parte dos pensadores sobre a intervenção do governo na vida

social dos indivíduos nos diversos âmbitos como educação, saúde, pobreza, esteve em evidência a partir dos escritos de Alexis de Tocqueville e Stuart Mill.

Cabe ressaltar que não há uma definição consolidada sobre neoliberalismo. Atualmente, existe uma literatura acadêmica substancial debatendo suas características constitutivas por diversas perspectivas (BROWN, 2019, p.28). O termo foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, uma reunião de acadêmicos, que lançou as bases políticas-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade de Mont Pèlerin²⁵. Estes compartilhavam do mesmo ideário de livre mercado e tinham posição contrária ao intervencionismo econômico, ao planejamento estatal centralizado (keynesiano, socialista ou desenvolvimentista), mas não possuíam opinião comum a respeito do papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes de política econômica ou a experiência fracassada do *laissez-faire* do século XIX (PECK, 2010).

Alguns fatos globalmente nos dão pistas de como o neoliberalismo foi se consolidando em inúmeros países. Harvey (2013) pontua quatro grandes acontecimentos que marcariam a ascensão do neoliberalismo no contexto econômico. O primeiro, em 1978, está relacionado com a liberalização da economia chinesa promovida por Deng Xianping.²⁶ O segundo faz alusão à nomeação do economista Paul Volker²⁷ como presidente do Banco Central norte-americano em 1979. Já o terceiro, também em 1979, com a eleição de Margareth Thatcher ao cargo de primeira-ministra no Reino Unido e, por fim, a eleição de Ronald Reagan à presidência dos EUA em 1980 (HARVEY, 2013, p.11).

Esses quatro momentos, segundo Harvey (op. cit.), trouxeram impactos sociais e subjetivos em todos os países em questão, reformulando a economia e marcando a ascensão do neoliberalismo pautado na individualização — o qual promove uma valorização incessante do “capital humano”, empobrecimento, desmantelamento de políticas sociais e investida no discurso de meritocracia, o que supostamente justifica porque alguns indivíduos ascendem socialmente e outros não.

Na América Latina, tem-se como exemplo, o caso do Chile, como pioneiro da experiência neoliberal sob o governo de Augusto Pinochet (1973-1990) em conjunto com os

²⁵ Composto por ordoliberalis, pela Escola Austríaca, Escola de Chicago e representantes da London School of Economics.

²⁶ Líder Político da República Popular da China entre 1978 e 1992. Nesse período, introduziu diversas medidas que caracterizaram a reforma econômica, que originaram um “neoliberalismo com características chinesas”, ou seja, um Estado autoritário ao serviço de um processo de acumulação capitalista, inserindo firmemente os trabalhadores chineses nos circuitos globais de exploração (HARVEY, 2013).

²⁷ Este conseguiu conter a inflação à época com políticas neoliberais.

chamados, *Chicago boys*²⁸. Esse grupo de economistas que haviam estudado na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, defendiam a abertura total da economia, a drástica redução do Estado e um rigoroso equilíbrio fiscal, tendo como finalidade a busca por um desenvolvimento econômico mais acelerado e a diminuição dos períodos de crises econômicas. A partir de então, o conceito de neoliberalismo passou a ser adotado quase que exclusivamente por seus críticos para designar pejorativamente a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo (Boas & Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015).

Porém, assim como assinalam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não deveria ser reduzido a uma ideologia ou um tipo de política econômica: ele é, sobretudo, um sistema normativo que estende “a lógica do capital a todas as relações sociais e todas as esferas da vida dos indivíduos” (Ibid., p. 7). Os autores ainda argumentam que sob a lógica neoliberal são definidos novos modos de subjetivação, nela “os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis” (Ibid., p. 9), seja na esfera privada ou na esfera pública.

Ao analisar tal modelo, é necessário considerar os aspectos dos novos modos de subjetivação e as novas patologias psíquicas que ele produz e mantém nos indivíduos. Já que o sujeito neoliberal é conduzido numa lógica de fabricação e gestão calculista da vida, envolvendo assim sua subjetividade na realização das atividades profissionais. Resultando em um sujeito competitivo e competente, que se torna flexível e adaptável às variações do mercado, potencializando assim a individualização entre os indivíduos, ocasionando também a naturalização das diferenças sociais, raciais e sexuais (LAZZARATO, 2019, p.87).

A governamentalidade neoliberal, que está conectada com as formas de poder, soberania e disciplina (FOUCAULT, 1979) converte os sujeitos de máquinas dóceis e eficientes para consumidores e empreendedores disciplinados, ocasionando em individualização e despolitização, distanciando cada vez mais os cidadãos das decisões políticas, pois, além de tudo, os indivíduos submersos na lógica neoliberal não possuem tempo para se envolver nos debates políticos de forma aprofundada. Afinal, essa forma de governo busca diluir o senso de coletividade, as movimentações sociais e o senso crítico dos indivíduos, incitando assim, exclusivamente, modos individualistas de estar e ver a sociedade.

É dessa forma que o neoliberalismo exerce e mantém o seu poder na sociedade, esse que não se concentra apenas nas relações econômicas, mas também pressiona os indivíduos em suas subjetividades, ou seja, “o poder é definido por uma multiplicidade de relações de

²⁸ Grupo de aproximadamente 25 jovens economistas chilenos que formularam a política econômica da ditadura de Pinochet.

força e estratégias que são, ao mesmo tempo, locais e instáveis” (LAZZARATO, 2019 p.96). Ou seja, o poder, a técnica disciplinar não opera apenas no corpo, mas sobre a mente, a psique dos indivíduos, refletindo assim em como os indivíduos lidam com suas escolhas, práticas e vivências, produzindo também um distanciamento da reflexão de como esse contexto o molda e impacta sua saúde mental.

Com isso, percebemos que a racionalidade neoliberal obteve sucesso ao redefinir as relações econômicas, políticas, culturais e subjetivas dos indivíduos, amparando-se também no neoconservadorismo, a partir do qual as matrizes discursivas geram estruturas afetivas entre os indivíduos, identificação e pertencimento.

Apesar do neoliberalismo ser uma racionalidade distinta do neoconservadorismo, como pontua Brown (2019), ambos se entrelaçam e resultam em efeitos convergentes por interseccionar os valores morais como o complemento essencial ao livre mercado, resultando assim também em um programa político-moral (Ibid, p.111) que contribui para que determinados padrões de estar em sociedade sejam mantidos e reproduzidos.

Nesse sentido, Suely Rolnik (2018) e Silvio Almeida (2018) explicitam que liberalismo e conservadorismo foram entendidos como processos historicamente divergentes nas fases anteriores ao capitalismo financeirizado de caráter global. Enquanto o conservadorismo foi atribuído às relações arcaicas, geralmente, associadas a processos civilizatórios tidos como “atrasados”, as prerrogativas liberais propuseram modelos de sociedade sofisticadas, de bases democráticas. Contudo, Rolnik (2018) afirma que “o capitalismo financeirizado precisa de subjetividades rudes no poder, para fazer o trabalho sujo, imprescindível para a instalação de um Estado neoliberal que, como conduta, implica na destruição de conquistas democráticas e republicanas [...]” (Ibid, p.100).

Ainda que o neoconservadorismo tenha adquirido força após a eleição de governos declaradamente alinhados às ideias conservadoras na Europa e nos EUA, o contexto da ascensão desta ideologia é mais complexo do que aquele que resultou na concessão de poder a figuras como Ronald Reagan, Margareth Thatcher e, mais recentemente, Donald Trump (ALMEIDA, op.cit.). Na descrição de Almeida (op.cit.), o neoconservadorismo estruturou-se como reação ao *Welfare State*, à contracultura e à *new left*.²⁹

Intelectuais como Friedrich Hayek e Milton Friedman, considerados os maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico e fundadores do pensamento neoliberal difundido internacionalmente, auxiliaram na consolidação de uma razão neoliberal.

²⁹ Fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial e que deram visibilidade a novos atores e atrizes na esfera pública, como os movimentos feministas, movimentos estudantis, movimentos identitários, etc.

Hayek foi um dos principais defensores da diminuição do intervencionismo econômico do Estado. Nesse sentido, a finalidade seria a de promover um equilíbrio da organização econômica e social estritamente como atribuição do mercado capitalista, em que, por meio da concorrência entre as empresas e pessoas, seria possível ter o progresso social.

Hayek aponta ainda para os perigos que o excesso de democracia ou da soberania popular poderiam levar à ampliação das vozes e lutas de minorias sociais. Para evitar esse problema, Hayek coloca limites radicais ao político, acima de tudo despojando a democracia liberal da soberania in loco (BROWN, 2019).

Friedman também foi um defensor da diminuição da intervenção do Estado na economia em consonância com Hayek. Uma das suas principais críticas concentrava-se na defesa de que as instituições estatais deveriam deixar de cumprir funções atreladas ao investimento econômico, focando-se no exercício do controle da inflação através da emissão monetária. O que resulta disso é a concentração dos demais aspectos econômicos a cargo das empresas.

O ponto de partida que une Friedman e Hayek é a visão em comum de que o Estado e toda sua estrutura de poder não são confiáveis, a não ser quando se tenha como objetivo a preservação dos direitos e das liberdades individuais dos cidadãos. Por esse motivo, “em muitos momentos seus projetos intelectuais terminam por convergir. Hayek tanto quanto Friedman são defensores do que se convencionou denominar de “Estado mínimo” (BUENO, 2012, p.17). Essa concepção e defesa de um Estado mínimo resulta em maiores atribuições e valorização da instituição família, pois, a proteção dos indivíduos fica destinada à família, como estratégia para a manutenção e disciplinarização da sociedade.

Para haver o disciplinamento da sociedade com mais afinco, o neoliberalismo soma-se ao neoconservadorismo, mostrando a relevância de se pautar a moralidade com afinco. Sobre esse aspecto, Melinda Cooper (2017) desmonta a afamada ideia de que o neoliberalismo é um regime amoral ou inclusive antinormativo, mostrando quais tipos de afinidade existem entre a promoção da família heterossexual como unidade básica da vida social e a reificação do papel tradicional das mulheres nessa lógica (GAGO, 2020, p.169).

Em consonância com isso, Wendy Brown, em sua obra *Nas ruínas do neoliberalismo* (2019), constrói uma análise que discute as aderências do pensamento de Hayek e Friedman a respeito da moralidade tradicional. Dialogando com a obra de Melinda Cooper, *Family values* (2016) –, Brown apresenta um panorama de como o terreno foi preparado para a ascensão de forma violenta do que ela chama de ‘forças antidemocráticas’ nos Estados

Unidos, que atacaram a lei, a cultura, a política e a subjetividade política dos indivíduos, por dentro, ou seja, se inserindo na política institucional para enfraquecê-la.

Apesar de analisar o contexto específico norte-americano durante as eleições de Donald Trump em 2016, e do quanto a figura desse, de certa forma, surgiu como resposta ao aumento de pautas progressistas, o que a autora apresenta nos dá subsídios para pensar a atual conjuntura também na América Latina e de alguns países da Europa, tais como, França, Áustria, Holanda e Alemanha.³⁰

A partir da análise de Brown, observamos que os pilares que sustentam o avanço conservador, encontram-se na moralidade antidemocrática e nos desmontes da solidariedade social, orientando-se por lógicas neofascistas, neoconservadoras, racistas, antifeministas e masculinistas. Com relação ao último aspecto, Brown nos indica que um dos efeitos do neoliberalismo é a insegurança crescente da masculinidade branca destronada frente aos avanços das agendas feministas. Essa se manifesta de diversas formas, porém remonta aos ataques às feministas, que, segundo a cientista política, é uma forma niilista de ação (BROWN, 2019, p.209).

Ao mobilizar o conceito de Nietzsche de “destruição da vontade”, Brown admite que os supremacistas brancos empreendem ataques a todos que, de alguma forma, no imaginário deles irá arruinar os valores e a ordem tradicional. Durante a campanha de Trump foi possível vislumbrar tal discurso a partir do fortalecimento do que chamamos de antifeminismo, impulsionado por ele e pelo seu eleitorado, quando surgia na mídia assuntos que perpassam o machismo e misoginia de Trump em inúmeros momentos.

Na época das eleições de 2016, a mídia norte-americana e internacional publicou inúmeras matérias que denunciavam o ‘comportamento de homem das cavernas’³¹ de Trump com as mulheres. Durante a campanha, os ataques eram maiores aos direitos sexuais e reprodutivos feminino. Em uma entrevista, Trump afirmou que mulheres que se submetem ao aborto deveriam sofrer algum tipo de castigo,³² demonstrando assim sua intolerância com a pauta e promovendo a incitação à violência.

O ressentimento se fez presente como fio condutor dos discursos do ex-presidente dos Estados Unidos por sua *performance* raivosa ao ser questionado sobre temas que perpassam

³⁰ Países que foram recentemente ou são governados por líderes de extrema-direita, ou, ao menos, onde houve a ascensão recentemente de lideranças políticas com esse viés.

³¹ Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459535583_669754.html

³² Ver: <https://www.nbcnews.com/politics/2016-election/trump-lewandowski-they-re-destroying-very-good-person-n548036>

os direitos humanos. Brown intitula boa parte dos apoiadores de Donald Trump de homens brancos ressentidos e problematiza que:

Tais efeitos reconfiguram o debate batido da esquerda a respeito da questão de saber se o populismo de direita nasce hoje do ressentimento, se se trata da raiva dos que foram deixados para trás economicamente ou da raiva do masculinismo branco destronado. A neoliberalização da vida cotidiana – não meramente seus efeitos desigualitários, mas também seu espírito implacavelmente desigualitário – combina intensamente ambos (BROWN, 2019, p.217).

Possivelmente, a raiva não sublimada combinada com rancor retido resulta em uma política da vingança a tudo que se apresenta como ameaça. Figuras como Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil, expõem tais características ressaltadas por Brown em seus discursos, ações, bem como os atores políticos que compõem esses grupos: uma nova direita destronada, branca, masculina e enraivecida, que faz com que indivíduos que se sentem representados por esses se sintam confortáveis para externalizar preconceitos e misoginia em suas ações e falas.

Assim como Brown, Nancy Fraser e Jaeggi (2020), ao analisarem a ascensão da nova direita norte-americana, referem-se a ela também pela chave dos afetos, afirmando que a eleição de Trump foi um “prêmio de consolação” do privilégio masculino (Ibid., p.234) e que o ressentimento sustentou esses indivíduos, porque esse está relacionado a um mecanismo de defesa de quem se sente ressentido. Defesa a todo progresso de políticas distributivas, do reconhecimento dos movimentos sociais e dos direitos humanos que pavimentou, por sua vez, os caminhos para o neoliberalismo e o seu rechaço por tudo aquilo que seja social ou equitativo em relação às classes, raça/etnia, gênero e sexualidade.

Na realidade brasileira, isso também se fez e faz presente a partir de homens que se autointitulam bolsonaristas ou conservadores, que difundem em fóruns de discussão, canais no *YouTube*, em livros, um suposto ‘machismo esclarecido e consciente’, escrito por um pseudônimo chamado Nessahan Alita.³³

Sob uma perspectiva masculinista, Alita considera a necessidade de se fazer um ‘descortinamento’ do feminino, ou seja, esclarecer como as mulheres pensam e agem na sociedade, pelo próprio bem dos homens. O feminino, segundo Alita, é problemático e cruel, exigindo assim dos homens uma conduta machista, porém, ‘esclarecida’. O autor de inúmeros

³³ Ninguém sabe seu verdadeiro nome e suas obras não são distribuídas por nenhuma editora, encontradas gratuitamente apenas por meio digital no formato ebook. Nessahan Alita, contudo, conseguiu atingir certa notoriedade em blogs, fóruns e redes sociais, seus livros até hoje são considerados referência em grupos que tratam sobre o tema masculinidade. Retirado de: <https://machismoesclarecido.blogspot.com/2012/11/nessahan-alita-como-lidar-com-mulheres.html?m=1>

livros como, *O profano feminismo* (2022), *Como lidar com as mulheres* (2005), dentre outros que visam, de forma geral, desarticular “artimanhas femininas”, demonstrando assim o ressentimento intrínseco ao avanço das pautas e agendas feministas que têm buscado reconfigurar as relações sociais de gênero e as relações afetivas entre esses.

Face ao exposto, questionamos: o que é ressentimento? Para diferenciar o ressentimento da simples inveja, alguns filósofos destacam o desejo de prejudicar o outro invejado, ocasionando também na produção o ódio nesses indivíduos.

Nietzsche (2008), autor chave na compreensão dessa discussão, sugere que o ódio concentrado produzido pelo ressentimento parece estar baseado na crença de que o outro fez alguma coisa para a pessoa ressentida, mais especificamente, sendo a causa da sua miséria. Isso não é, no entanto, essencial na inveja: um indivíduo pode invejar outra pessoa pelo fato de ela ter o bem que deseja. Para o filósofo, o ressentido vê em tudo aquilo que o oprime e fere o “mal” no sentido moral, assim, o ressentido ao invés de fortalecer-se e lutar, passa a se sentir moralmente autorizado a demandar do seu opressor que não seja forte (Ibid., p.21).

De acordo com essa análise, o ressentimento é uma reação a um sofrimento e, em geral, consiste em procurar um culpado pela pessoa ressentida. A exemplo do que aponta Nietzsche, o sofrimento é causado pela frustração de um indivíduo ou grupo que naturalmente coloca a culpa do insucesso no seu rival, ocasionando assim o ataque ou perseguição ao outro.

Maria Kehl (2020), ao se debruçar sobre o conceito de ressentimento, afirma que essa é uma das chaves para a compreensão dos atuais conflitos políticos e religiosos. Ela se ampara em autores como Espinosa,³⁴ Nietzsche, Max Scheler³⁵ e Freud, partindo do pressuposto que se ressentir significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Outro que delegamos, o qual podemos culpá-lo pelo que venha a fracassar (Ibid., p. 9).

Com isso, é possível afirmar que o ressentimento é uma ferramenta para compreender a estrutura interna das dinâmicas que canalizam a indignação aos impulsos reacionários, autoritários, profascistas e conseqüentemente, antifeministas³⁶. O ressentimento não seria o

³⁴ Espinosa chamou este afeto de ‘paixão triste’. E segundo esse, quando sofremos uma diminuição da intensidade de nossa potência intrínseca, (mais precisamente na ocorrência de vivências que motivam a formação de afetos tristes, tais como o ódio, o ciúme, o rancor, dentre outros), situação essa que enfraquece terrivelmente a nossa capacidade de agir, uma vez que tais afetos decorrem de uma ideia inadequada que fazemos da realidade. Para Espinosa, “somos passivos (sofremos), quando em nós se produz qualquer coisa ou qualquer coisa que se segue da nossa natureza, de que não somos senão a causa parcial.” p.267, 1992).

³⁵ O filósofo Scheler, que discute a categoria ressentimento a partir de uma ótica cristã, classifica-o como ‘autoenvenenamento’ psicológico. Um introspectivo ocupado com rumações acusadoras e fantasias vingativas (KEHEL, p.10, 2020).

³⁶ Cabe mencionar que reacionarismo pode ser de esquerda também, conforme afirma o sociólogo. Albert O. Hirschman em sua obra *Deux siècles de rhétorique réactionnaire* (1991).

efeito provável produzido a partir de certas condições de opressão nos quais só resta ao sujeito debater-se sob o aguilhão da autoridade (KEHL, 2020, p.12).

Ao se pensar no caráter e nas consequências do ressentimento no atual contexto brasileiro e internacional, o avanço das pautas que afetam as mulheres pode ser interpretado como prejuízos por parte dos atores da extrema direita colaborando para a criação de um imaginário que toma os movimentos feministas como inimigo social. Nesse sentido, a pauta moralista se sobressai como possível resposta a indignação que se expressa nas narrativas e ações dos ressentidos, afinal, a moralismo busca a preservação de papéis sociais que beneficiam uns e oprimem outros a partir do seu gênero, raça/etnia, sexualidade e classe.

As/os autoras/es citadas/os acima nos indicam que o regime moral conservador tem sido o fio condutor de muitos ataques às agendas feministas e aos direitos humanos e que se manifesta no que Brown (2019) intitula de formação política reacionária, sustentada a partir de quatro pilares. São eles: 1) o apego à família; 2) o apego à nação; 3) à propriedade e, por fim, 4) a branquitude.

Esses pilares fortalecem as matrizes discursivas que são geradoras de estruturas afetivas, identificação e ao sentimento de pertencimento nos indivíduos. O primeiro pilar é um componente fundamental, pois está completamente interligado aos ataques e enfrentamentos à agenda feminista, os quais questionam as estruturas sociais pautadas no patriarcado e na lógica da dominação e disciplinarização dos corpos femininos. Utilizando da ideologia familista é possível promover a manutenção dos discursos e práticas neoconservadoras, as quais, nas experiências atuais da extrema direita, tem mobilizado mulheres na política institucional, que estejam alinhadas a essas ideias e se comprometem em difundir os discursos reacionários para haver a manutenção dessa lógica.

Ao compreender a família como um espaço natural de proteção e potencializando a ideia de que ela é responsável pela sobrevivência, assistência, cuidado, socialização; o Estado passa a ter como função principal o fortalecimento dessa instituição. Porém, como ressaltam Silva e Teixeira (2020), com a crise do Estado de bem-estar social, difunde-se um modelo de proteção residual, completamente neoliberal, o qual busca incentivar o pluralismo de bem-estar social, ou seja, a provisão de proteção social pela sociedade civil, incluindo a família, em parceria com o Estado Mínimo que tende a acentuar o familismo e a mercantilização dos serviços sociais (Ibid., p. 5). Como afirma Wendy Brown (2015, p. 105-6), “o familismo é um requisito essencial e não um aspecto incidental da privatização neoliberal de bens e serviços públicos”.

Um exemplo disso na política brasileira é a figura da ex-primeira dama do Brasil, Michelle Bolsonaro, que durante os quatro anos (2018-2022) de mandato de seu marido Jair Bolsonaro, bem como durante toda a corrida presidencial antes das eleições, louvava um modelo de família tradicional heterossexual e cristã em suas falas em todas as oportunidades em que aparecia publicamente.³⁷ Michelle reiterou também a narrativa de que esse modelo de família está em risco, devido às investidas dos movimentos sociais, das esquerdas e que essa realidade deveria ser enfrentada a partir de uma liderança forte, no caso, a do seu marido. Tal apologia a um modelo específico de família é um ponto de convergência entre os diferentes conservadorismos, a qual está apoiada numa noção de “maioria moral”, cuja função é conservar os costumes e um modelo singular de família.

Para tanto, as mulheres são fundamentais ao difundir o apego à família, sendo associadas ao cuidado e a formação de seus filhos, para que esses cresçam fortes para contribuir em um projeto de nação. As particularidades desses elementos para as mulheres se evidenciam, sobretudo, no fortalecimento do machismo, por meio do patriarcado e de sua articulação ao capitalismo, configurando um sistema imbricado de dominação-exploração (SAFFIOTI, 2004). Para a autora:

Na verdade, de modo subjacente, o conservantismo determinava a continuidade e mesmo o fortalecimento de certos preconceitos, tais como os de raça, ou de cor e de sexo. Em diversos setores da vida social brasileira, estabeleceram-se assim, verdadeiros hiatos entre as relações sociais efetivas e as suas regulamentações jurídicas, por mostrarem-se as primeiras incapazes de absorver a racionalidade de que estava prenhe a segunda (SAFFIOTI, 2013, p. 357).

Esse papel destinado ao feminino na defesa da família está totalmente intrínseco ao neoliberalismo e aos novos arranjos familiares impulsionados por esse. A interpelação moral responsabiliza especialmente as mulheres ao cuidado, trabalho reprodutivo e afetivo, ou seja, pela reprodução social da vida, essa que abrange atividades que sustentam seres humanos como seres sociais corporificados que precisam não apenas comer e dormir, mas também desenvolver inúmeras outras atividades (ARRUZZA et. al., 2019, p.106).

O neoliberalismo, a partir de discursos que pautam o empoderamento feminino, sobretudo, mediante ao microcrédito, sustenta a narrativa de que as mulheres são multifacetadas que conseguem desempenhar inúmeras funções para além da reprodução da vida. Lança-se uma visão de igualdade baseada nos mecanismos de mercado e no

³⁷ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=M-AuK3N7vVg> Acesso em 25 abri. 2023.

corporativismo, longe de propor o desmonte das hierarquias capitalistas, tais discursos propõem diversificá-las, confundindo “feminismo com ascensão de mulheres enquanto indivíduos” (ibid. p. 39).

Nessa nova roupagem atrelada à divisão sexual do trabalho, intensifica-se o trabalho não remunerado sobre os corpos femininos e estimula-se, a partir do ideário de que por “terem instinto materno” e de cuidado, as mulheres são mais aptas a desempenharem essas funções. Para tanto, é de suma importância reiterar um modelo específico de família, que desvalida e demoniza os movimentos feministas, pois, uma parcela desses tem se encarregado em denunciar as violências neoliberais, de maneira concreta e na vida cotidiana, e demonstrar os efeitos do neoliberalismo (GAGO, 2023, s/p)³⁸.

Já o segundo pilar, de apego à nação, se conecta totalmente com a ideologia familista, pois, para haver homogeneidade e identidade coletiva entre os indivíduos, é necessário ter-se um modelo de família forte e consistente, que deixe claro os papéis que devem ser desempenhados pelos indivíduos. Porém,

[...] o discurso nacionalista pode ser utilizado pelo Estado ou pelas classes dominantes para dizer que essas diferenças, explorações e violências não existem. Em outras palavras, em vez de percebermos as injustiças que sofremos por sermos negros, mulheres, operários ou nordestinos, eu as esqueço para servir “à nação”. Por isso, Eric Hobsbawm (1917-2012), em “A Invenção das Tradições”, definiu o nacionalismo como “uma construção mental imposta à realidade social para a estruturar, que procura agrupar elementos igualmente heterogêneos” (CARVALHO, 2020, s/p).³⁹

Para engendrar esses discursos e promover um apagamento das violências e explorações, é necessário que só exista um ponto de vista legítimo, que deve ser seguido: o da nação dominante. Assim, é necessário que a nação tenha um porta-voz, um líder, que reduza os debates a conflitos ideológicos e perseguições, obliterando muitas vezes a realidade e aumentando o fosso entre realidade e fantasia. Afinal, uma liderança fascista e autoritária deve empregar um sentimento de vitimização coletiva para ser possível criar uma identidade de grupo (STANLEY, 2018, p.109).

No Brasil, o nacionalismo esteve em bastante evidência durante os anos de ditadura militar (1964-1985), cujo lema do governo era “Brasil ame-o ou deixe-o”, apresentando assim

³⁸ Retirado de:

<https://elefanteeditora.com.br/veronica-gago-o-neoliberalismo-e-uma-grande-maquina-de-producao-de-inseguranca/> Acesso em 27 fev. 2023.

³⁹ Retirado de: <http://sindijus.org.br/o-que-e-patriotismo-e-nacionalismo.html> Acesso em 05/02/2023.

um projeto específico de país, homogêneo.⁴⁰ Aqueles que concordavam eram tidos como verdadeiros patriotas, já os que questionavam eram considerados “inimigos da nação”. O resgate da cultura nacional também foi emblemático a partir da Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado em 1932 e extinta cinco anos depois por Getúlio Vargas. O lema desse grupo era “Deus, pátria e família” e o símbolo do partido era a letra grega Sigma: Σ . Na matemática, sigma é usada como notação para o somatório, representando também o projeto de um estado único e integral.

A captura de emblemas nacionais por um grupo contra o outro representa apenas mais um capítulo dessa longa disputa simbólica – sendo também uma luta social –, iniciada a partir da Revolução Francesa (GOMES, 2020, s/p). Disseminada de diversas formas, por meio de movimentos nacionalistas, como o movimento político integralista, o qual na concepção de Plínio Salgado colocaria menos foco sobre o Estado e mais sobre a capacidade do movimento político integralista operar a regeneração social e espiritual perdida com a ruptura do mundo moderno (TRINDADE, 2017, p.60).

Atrelado ao catolicismo, a Ação Integralista se pautava na ideia de que a religião professada por eles deveria ser difundida e adotada pelo Estado, ou seja, o espaço público, a política institucional deveria ser completamente alinhada com os princípios conversadores do catolicismo e para que isso se tornasse realidade, a igreja e o estado não poderiam ser separados, mas sim um só.

Já o terceiro pilar, da propriedade, se conecta com a legitimação das desigualdades sociais e conseqüentemente justifica as diferenças de classe, as privatizações e a retirada de direitos sociais dos indivíduos. A defesa da propriedade privada defendida pelos ideários ultraconservadores, que se embasa na lógica liberal, está fundamentada nas discussões realizadas por Adam Smith, o qual defende que a função do Estado deveria ser apenas a manutenção da segurança pública e a garantia do direito à propriedade privada. Para o capitalismo, a propriedade pode representar um bem ou um meio de produção, como a propriedade sobre a terra, quando essa é responsável pela geração de alimentos e matéria-prima para a indústria.

⁴⁰ É importante diferenciar o nacionalismo dos movimentos nacionalistas. O primeiro – sendo o sentimento de considerar a nação a que se pertence, e também, o desejo de afirmação e de independência política diante de um Estado estrangeiro opressor ou, quando o Estado já se tornou independente, o desejo de assegurar em seu território um tratamento pelo Estado melhor, ou pelo menos igual, ao tratamento concedido ao estrangeiro (GUIMARÃES, p.145, 2008). Já os movimentos nacionalistas, do ponto de vista político e suas manifestações no decorrer da história, repousam-se na identidade étnica, linguística ou de pertencimento, no passado (Ibidem). Seu principal objetivo está no estabelecimento de um Estado que defenda os interesses daqueles que integram o movimento.

Por fim, o pilar da branquitude exprime algo que é fundante nos discursos reacionários e em governos autoritários: a pessoa branca é colocada pela sociedade e pelos resquícios presentes do colonialismo em um papel de superioridade. O fato é que o colonialismo pavimentou e concretizou o capitalismo, e esses que contribuíram também para a gênese e a renovação do patriarcado (VERGÉS, 2021, p.14). Ambos, confluem para um exercício de manutenção do poder dos brancos, afinal, a branquitude é sempre um lugar de vantagem estrutural do branco em sociedades estruturadas pelo racismo, ou seja, todas aquelas colonizadas pelos europeus, porque a ideia de superioridade surge ali e se espalha via colonização (SCHUCMAN, 2012).

Dessa forma, as definições vindas da branquitude são postas como se fossem universais. Isso está totalmente atrelado com bases ideológicas de governos fascistas e nazistas, os quais por meio da ideia de raça pura difundida, principalmente, na experiência nazista, levou a morte de dois terços dos judeus na Alemanha.

Sobre essa questão, é de suma importância mencionar o quanto a branquitude se conecta com a ideia de que corpos negros e racializados são colocados à disposição da dominação de forma violenta em inúmeros aspectos, e o quanto isso foi naturalizado na sociedade. Vergès afirma que:

A violência dá sentido a uma existência fadada à morte prematura, permite existir em um tempo efêmero tendo acesso ao que se tornou prova de existência. Mulheres, trans, *queers*, trabalhadoras são apenas corpos a serem estuprados, traficados, torturados e mortos. Todos esses corpos matáveis são feminizados, no sentido que são colocados à disposição de dominação (2021, p. 32)

Por meio da violência, a branquitude reafirma seu lugar de privilégio e promove a manutenção das desigualdades, naturalizando a brutalidade também. Partindo do pressuposto de que o colonialismo e o capitalismo contribuíram para a gênese e a renovação do patriarcado, é de suma importância salientar o impacto desse contexto sobre os corpos femininos negros e racializados, pois esses são reiterados como corpos que são a base sobre a qual as sociedades constroem seus confortos (Ibidem, p.131), no sentido de naturalizar a servidão e a subalternidade. Afinal, as transformações do capitalismo e a consolidação do neoliberalismo ofereceram uma oportunidade decisiva para a explosão de baixos salários e para a precarização, sobretudo por meio da feminização, em escala mundial, dos empregos subqualificados nas zonas de abertura econômica e na economia informal (Ibidem, p.70).

A partir da branquitude, do apagamento dos marcadores de raça e etnia, se promove também uma despolitização da luta das mulheres de forma estratégica, a partir da

transformação dessas em um sujeito social homogêneo, tratando-as como se todas desfrutassem das mesmas oportunidades e partissem dos mesmos lugares.

Face ao exposto, o que nos intriga ao fazer esse breve apanhado histórico da crise do liberalismo ao nascimento do projeto político e social do neoliberalismo, como tem se configurado as extremas direitas, seus pilares de sustentação, buscamos compreender, como se caracteriza o fenômeno da ascensão de mulheres que se identificam com esse projeto político e o difundem na política institucional.

Para tanto, questionamos: Como tem se dado o aumento de capital político feminino a partir da extrema direita? Seria por meio de um reordenamento simbólico do feminino? Ou a partir do aumento, ainda que ínfimo, de representatividade feminina na política institucional brasileira? Como essa realidade se conecta com o neoliberalismo e neoconservadorismo? E por fim, qual espaço o antifeminismo ocupa nessa cartografia?

1.2 Uma interpretação neoliberal das mulheres durante as eleições pelo mundo

Nos últimos anos, as eleições foram marcadas pelo caráter neoliberal da condição feminina, seja na América Latina, na Europa ou nos Estados Unidos, conforme observado a partir da literatura que abarca tal temática. A campanha à presidência dos Estados Unidos de Hillary Clinton de 2016 seria um exemplar sintético de tal impasse: se, por um lado, a candidata democrata apresentava-se discursivamente comprometida com pautas consideradas feministas, por outro, apoiava de modo irrestrito tanto o sistema financeiro de Wall Street quanto uma política externa bélico intervencionista (GALLO, 2021, p.1).

O discurso que recai na defesa da neoliberalização da condição feminina se fez presente de inúmeras formas, e tem sido motivo de amplo debate na literatura feminista. Diversas teóricas vêm apontando as problemáticas da relação neoliberalismo e feminismo, como Eisenstein (2009), para quem o feminismo teria sido “seduzido” pelas dinâmicas contemporâneas do capitalismo, bem como Fraser (2009) que sugere que a segunda onda do feminismo teria acrescentado, inadvertidamente, elementos-chave ao “novo espírito do capitalismo” (BOLTANSKI E CHIAPELLO) ao dar ênfase excessivamente as lutas por reconhecimento da diferença em detrimento das pautas redistributivas (GALLO, 2021, p. 4).

Nesse escopo, as políticas neoliberais que refletem a condição feminina fazem com que também sejam produzidos sujeitos que negam as ligações entre estruturas sociais mais

amplas e experiências pessoais, operando a possibilidade de superação das desigualdades em termos de empenhos pessoais Scharff (2020).

A despeito das campanhas eleitorais a nível global, os discursos permeavam desde a exaltação de uma mulher guerreira, lutadora, capaz de desempenhar inúmeras atividades, seja em seus lares – na sua família, desempenhando o trabalho de cuidado, doméstico ou reprodutivo –, seja em seu trabalho produtivo. E, além disso, encontrar tempo para se interessar por política, como se, mesmo desempenhando todas essas funções, conseguissem se engajar em determinadas lutas na esfera política.

A exaltação da maternidade – e do quanto ela pode contribuir nas atribuições políticas devido à experiência obtida pelo trabalho de cuidado em ser mãe – aparece em inúmeros momentos nas falas de candidatas a cargos políticos. Isso se dá com o objetivo de demonstrar um não rompimento com a pauta da maternidade, mesmo que essas mulheres tenham ocupado um espaço que historicamente foi destinado aos homens: o espaço público.

Esse discurso está completamente atrelado a lógica neoliberal, a qual não se interessa em romper com os padrões estabelecidos pelo patriarcado, mas sim adequar as mulheres às engrenagens do capitalismo, em consonância com o projeto político de que as mulheres são reservadas a exigência de reprodutoras, então, “não há interesse em repensar tais relações”. Mudde (2021) afirma que mulheres de extrema-direita normalmente justificam sua militância a partir da maternidade. Elas argumentam que se tornaram membros de organizações porque “temem pelo futuro de seus filhos” (p.174).

Já no que tange o escopo econômico, o incentivo ao microcrédito foi uma das narrativas ressaltadas com frequência nas campanhas das deputadas de direita e extrema direita na América Latina, como solução da pobreza feminina e principal agente de empoderamento feminino. Compreendendo que boa parte das famílias são chefiadas por mulheres nos novos arranjos familiares, o que ocasiona na feminização da pobreza e faz com que o neoliberalismo pense em estratégias para oferecer soluções para essa realidade concreta.

A captura de algumas pautas da agenda feminista feita pelo neoliberalismo aparece de inúmeras formas. Um dos seus fios condutores a homogeneização da categoria mulher, sem considerar os marcadores de sexo, raça/etnia, sexualidade e classe social, além do fato de que essas categorias são elementos centrais que produzem opressões específicas na sociedade. O neoliberalismo apaga de forma propositiva os atravessamentos totalmente diferentes estabelecidos a partir desses marcadores e todos os entraves que essa realidade produz nas vivências, em como os corpos femininos serão lidos/tidos em sociedade.

A partir dessa lógica, a noção de desigualdade de gênero é respondida por meio de uma retórica neoliberal que pauta a autorresponsabilização e individualização das ações para a igualdade. Assim, o modo individual da governamentalidade neoliberal passa a reger os indivíduos, enfraquecendo o senso de responsabilidade coletiva de forma estratégica. Resultando na falta de incentivo em pensar nas desigualdades, independente se seja a realidade da pessoa ou não.

Nesse sentido, como menciona Vergès (2021), o véu que mascara os objetivos do capitalismo neoliberal atribui às mulheres e aos homens o peso das privações, discriminações e vulnerabilidade, promovendo o individualismo (p.56). A individualização pregada pelo neoliberalismo também faz com que sejam reforçados os papéis de gênero, resultando na invisibilidade de determinadas violências que somente mulheres sofrem, seja no espaço privado ou no público, pelo fato de serem quem são.

Para ser mantida a violência de gênero, um modelo de família torna-se elemento crucial na manutenção dos papéis pré-estabelecidos há décadas. Dessa maneira, há uma forte desresponsabilização do Estado, com o intuito de que a família assuma a responsabilidade pelo cuidado, pois os programas de assistência social que versam questões de cuidado são extremamente caros ao Estado, como afirma Fraser (2023) ao analisar a realidade norte-americana. A família e uma concepção de lar muito específica são fundamentais para a produção capitalista. Porém, é importante ressaltar que há contradições nessas relações:

Apesar do lar, a família, ter sempre uma existência contraditória, por um lado o capitalismo depende fortemente dele (lar) para reabastecer a força de trabalho e reproduzir hierarquias de gênero. Por outro, como espaço de ajuda mútua, acúmulo de renda e de reservas vitais, o agregado familiar, embora em mudança, mostrou-se vital à sobrevivência da classe trabalhadora. Em suma, o lar tem sido essencial para a reprodução de ambos os lados da equação capital e trabalho (MOHANDESI; TEITELMAN, 2023, p. 74).

Esse contexto também reforça uma hierarquia de merecimentos com relação às obrigações das mulheres segundo seus papéis na família patriarcal: ter filhos, cuidar, escolarizá-los, fortalecendo assim o modelo familiar heteronormativo (FRASER, 2023).

Assim, o feminismo neoliberal torna-se palatável, pois não confronta as violências conservadas e específicas de gênero, além de fazer com que inúmeros direitos das mulheres se tornem uma arma ideológica a serviço do neoliberalismo, como, por exemplo, o trabalho

de cuidado e afetivo,⁴¹ os quais naturalizam o estado de servidão feminino e também promovem uma pacificação das agendas e causas das mulheres.

Nesse escopo, é interessante ressaltar que existem diversas correntes de feminismo que denunciam as limitações referentes ao feminismo neoliberal, como o feminismo marxista e o decolonial, mostrando não haver um modelo único de luta das mulheres que esteja a serviço do capital, mas sim feminismos que combatem a colonialidade do poder. Afinal, para esses tipos de feminismos, a máxima do neoliberalismo de “trabalhar sobre si mesma ao invés de trabalhar coletivamente em nome de transformações sociais”, redimensiona as questões que perpassam a justiça de gênero.

Esse contexto mostra o modo como o complexo racismo/etnicismo, sexismo, classismo impregna todas as relações de dominação (VERGÈS, 2021, p.41). Tal fator demonstra o quanto há disputas de narrativas nos próprios movimentos, as quais partem dos mais diversos pontos e possuem inúmeras finalidades para justificar as opressões de gênero e apresentam respostas diferentes a essa questão, apesar de partirem do pressuposto de que a gênese da opressão se concentra no modelo patriarcal, o qual vai refinando as formas de manutenção das opressões de gênero.

Em relação à produção neoliberal das mulheres, há uma diversificação das hierarquias capitalistas e isso se reflete nas relações entre as mulheres e os seus corpos, com o trabalho de cuidado corroborando para a conservação e manutenção do capitalismo. Nesse escopo se constrói uma nova subjetividade que abarca as três questões citadas – corpo, cuidado, trabalho. Como apontado por Dardot e Laval, trata-se da

[...] construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (2016, p. 31).

Partindo do pressuposto que as mulheres são todas iguais, a construção de uma nova subjetividade promove o apagamento das ligações que se estabelecem entre o Estado e o colonialismo, capitalismo e machismo, bem como estes, em unidade, são produtores de opressões às mulheres de formas diferentes, a partir dos marcadores sociais que elas possuem.

⁴¹ Trabalho afetivo é usado atualmente para descrever novas atividades de trabalho na era “pós-fordista”, e pode também ser entendido como sinônimo de trabalho reprodutivo ou ponto de partida para repensar os fundamentos do discurso feminista (FEDERICI, 2019, p.324).

Assim, o neoliberalismo promove também mais vigilância sobre os corpos, trabalhos e vivências femininas, ao mesmo tempo que dispense menos proteção a essas. Vergès (2021) intitulou essa movimentação de ‘pacificação da causa das mulheres’, no sentido de amenizar as desigualdades que se apresentam no cotidiano, atrelada a noção smithiana de indivíduos atomizados buscando o auto interesse como resolução dos problemas sociais mais amplos aparece reatualizada.

O foco excessivo na livre escolha dos indivíduos é um fato essencial para compreender como o neoliberalismo é violento já que se tornou um dos cartões de visita das narrativas neoliberais afirmar que há possibilidades para todas as pessoas ascenderem dentro desse sistema, ou seja, só cabe a elas querer. Ao mobilizar essa crença, o neoliberalismo aponta para uma reorganização da exploração do trabalho, a qual mascara aspectos sistêmicos que não serão resolvidos com a inserção de mulheres na esfera econômica, sem repensar o *modus operandi* do lar.

Porém, o discurso de que todos possuem as mesmas oportunidades, inúmeras escolhas sobre o que acessar, onde e como trabalhar, afeta as mulheres de forma potencializada ao focar na desenvoltura individual sem levar em consideração a dupla, tripla jornada de trabalho que essas exercem. Assim, esse discurso busca enfraquecer os movimentos sociais, no caso, os feministas, que denunciam tais desigualdades e que operam a partir da lógica do senso de coletividade, na tentativa de ampliação de suas agendas e lutas. Ou seja, na lógica do neoliberalismo, é como se todas as mulheres estivessem em pé de igualdade, partissem dos mesmos lugares e, portanto, caso fracassem, a responsabilidade é totalmente atribuída a elas, à sua falta de empenho, não tendo qualquer relação com os marcadores de raça/etnia, classe e sexualidade e tudo englobado por isso.

Para tanto, é essencial pensarmos a relevância da financeirização e como essa lógica aprofunda o endividamento e a inflação, potencializando assim o neoliberalismo, no sentido de oferecer possibilidades de crédito como plataforma individual de resolução dos problemas dos indivíduos em sociedade.

A dívida se torna mecanismo de coação para aceitar qualquer condição de trabalho, aumentando assim a precarização e, conseqüentemente, a feminização da pobreza, a exploração das mulheres, tendo em vista que muitas dessas são mães solas, cuidadoras, chefes de família. Pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 48%

dos lares brasileiros têm mulheres como chefes de família.⁴² Esse número representa quase o dobro do percentual levantado em 1995 pelo IBGE.

Cabe ressaltar que, segundo a mesma pesquisa, são as mulheres que enfrentam o maior índice de desemprego, 14,9% de mulheres, num contexto no qual o trabalho do cuidado é visto como excepcionalmente função da mulher. O período pandêmico da covid-19 potencializou esse contexto, afetando alguns setores da economia como lazer, turismo e educação que, segundo a especialista, são aqueles que empregam majoritariamente mulheres, seja em bares, hotéis, restaurantes e escolas.⁴³

Segundo o estudo “Sem Parar – O trabalho e a vida das mulheres na pandemia”⁴⁴, realizado pelo Gênero e Número e pela Sempreviva Organização Feminista (SOF), entre abril e maio de 2020, metade das mulheres brasileiras passaram a se responsabilizar pelo cuidado de alguém na pandemia. Entre as que cuidam de crianças, 72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento dentro do domicílio. Essa responsabilização pelos cuidados da casa e dos membros da família – como crianças e idosos – ficou ainda mais presente na pandemia, o que dificultou a participação da mulher no mercado de trabalho.

Esse contexto, atrelado com a privatização dos bens e serviços públicos, com a desregulação das finanças, a aplicação de soluções técnicas para os problemas sociais, a difusão de uma retórica do mercado para legitimar a norma da rentabilidade e da flexibilidade (VERGÈS, 2021, p.22), produz consequências devastadoras, principalmente, para com as mulheres racializadas das classes populares.

Assim, é esperado que as mulheres mobilizem habilidades informais e emocionais nas suas relações afetivas, na família e no ambiente de trabalho, misturando os espaços privado e público, implicando numa subordinação que não possui limites, o que afeta também suas subjetividades e saúde mental dessas.

É vendida a ideia de que o sujeito neoliberal é livre e totalmente responsável por navegar pelo domínio social, com isso, o poder é cada vez mais compreendido como algo que as mulheres podem ter e escolher. Assim, conforme já foi dito, aquelas que fracassam precisam se autorresponsabilizar por isso. Scharff (2020) chama atenção para esse fato, ao afirmar que o neoliberalismo produz sujeitos que negam as ligações entre estruturas sociais

⁴² Disponível em:

https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/48-dos-lares-brasileiros-tem-mulheres-como-chefes-de-familia_e47ac91413d122f61f51b9b859a1d8c7audwnzz8.html Acesso em 01 out. 2023.

⁴³ Retirado de:

<https://jornal.usp.br/atualidades/apos-pandemia-mulheres-enfrentam-ainda-mais-dificuldade-para-retornar-ao-mercado-de-trabalho/> Acesso em 01 out. 2023.

⁴⁴ Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>

mais amplas e experiências pessoais, operando a possibilidade de superação das desigualdades em termos de esforços pessoais para superá-los e não atribuindo ao contexto e ao sistema a não possibilidade disso.

Isso se apresenta no trabalho produtivo e reprodutivo de inúmeras formas, na construção do ideário de que o fenômeno do teto de vidro⁴⁵ foi quebrado e, conseqüentemente, as mulheres estão aptas a se inserirem nos mais inúmeros ramos empregatícios sem sofrerem retaliações, principalmente nos espaços empresariais. Tal lógica não leva em consideração questões atreladas à raça/etnia, sexualidade, classe social e aos atravessamentos que os perpassam, como já mencionado, até porque, como apontam Arruzza et al. (2019), essa possibilidade de ascensão profissional só possível para mulheres com elevada escolarização, de classe média e que desfrutam da possibilidade de almejar altos cargos empresariais ocupados majoritariamente por mulheres brancas.

Com isso, muitas empresas se colocam como se estivessem investindo em mulheres, por ‘acreditarem’ no potencial feminino e nas múltiplas habilidades dessas, como se essa política afirmativa fosse uma aposta. Segundo Cornwall (2018), o argumento para “investir em mulheres” que se faz presente nessas instituições, está atrelado ao que a autora chamou “empoderamento light” que aponta as mulheres como “o santo graal do crescimento econômico” (Ibidem, p. 3). Apostando nessas e atribuindo-as a responsabilidade de combater os efeitos negativos que as crises econômicas proporcionam, porém, sem problematizar o quanto os contextos de crise produzem aumento da feminização da pobreza. Em vez de buscar responsabilizar o Estado pelo contexto de crise, a proposta, nessa lógica, é transformar as mulheres em devedoras do sistema bancário, mascarando essa estratégia a partir do discurso de empoderamento e autonomia financeira que esse contexto supostamente proporciona. Ao prometer estabilidade, independência e sobretudo, empoderamento, as mulheres tornam-se reféns do microcrédito.

Com isso, a governamentalidade neoliberal trouxe uma crescente mercantilização e *marketização* da vida dos indivíduos e, nesse emaranhado, o autointeresse das mulheres pode ser facilmente capturado e comprado, principalmente com a subordinação e exploração de outras mulheres, tendo em vista que a economia neoliberal depende do trabalho feminino e aposta na feminização do trabalho para que haver a sua manutenção. Ou seja, para que um grupo ínfimo de mulheres ingresse no mercado de trabalho, outras mulheres precisam se

⁴⁵ Caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, resultando em baixa participação destas nos cargos de destaque das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas do poder, e de prestígio.

responsabilizar pelo trabalho doméstico e afetivo por estarem em uma situação de maior vulnerabilidade.

Esse último aspecto contribuiu para o surgimento de uma ordem colonial, criando divisões entre as mulheres, não questionando também a ordem econômica que se ampara em múltiplas formas de exploração a qual as mulheres estão sujeitas (FEDERICI, 2019, p.137). Esse contexto reduz a agenda feminista em mero instrumento de racionalização da ordem econômica, no caso, o neoliberalismo, diluindo as agendas feministas e adequando-as a lógica do mercado.

Assim, cabe mencionar que a participação de mulheres nos dispositivos de dominação, como o neoliberalismo, é completamente problemática sobretudo pelo fato de que essas são exploradas de inúmeras formas - na condição de trabalhadores, em seus lares, no trabalho do cuidado reprodutivo majoritariamente destinadas a essas e, como afirma Vergès (2021), levanta questões éticas e políticas quando atrelada às questões que perpassam as condições de vida das mulheres. Nesse contexto, segundo Fusco (2008), a junção entre neoliberalismo e neoconservadorismo promete acesso ao poder político apenas a quem se predispõe a “renunciar à sua identificação com os interesses particulares de uma minoria e, ao mesmo tempo, tira proveito, sobretudo econômico, da presença das mulheres e minorias e da diferença sexual ou étnica que tal presença manifesta em plena luz do dia” (p.57).

Essa discussão perpassa também as questões vinculadas aos corpos femininos e masculinos, bem como se dão as disputas, narrativas e controle dos corpos, havendo claramente uma diferenciação na forma como o neoliberalismo lida com esses, os quais merecem cuidados e os quais devem exercer cuidado na sociedade. Sobre esse aspecto, Vergès aponta que para o neoliberalismo,

O corpo que apresenta bom desempenho é o do homem branco, em plena posse de uma força física normatizada como masculina, que se levanta cedo, faz sua corrida, se alimenta de orgânicos e trabalha, sem contar as horas, para o sucesso econômico. O que essa representação de corpo válido esconde é que seu desempenho só é possível por meio do trabalho de corpos racializados – as trabalhadoras da limpeza que limpam sua academia, seu escritório, o restaurante [...] de todas essas mulheres que foram invisibilizadas e cujo corpo se exaure para que o dele floresça (VERGÈS, 2021, p.15).

Há uma diferenciação evidente na forma como os corpos femininos e masculinos são enxergados. O corpo feminino é visto como um mero instrumento de manutenção de privilégios masculinos, conservando assim inúmeras violências, naturalizando brutalidades e silenciando as opressões para que o trabalho reprodutivo permaneça invisibilizado, pois,

assim, o ideário de que as mulheres devem ser responsabilizadas para contribuir com o bom desempenho dos homens em sociedade se mantém. Ao deslocar a desigualdade de gênero enquanto problema estrutural para a dimensão individual, essa lógica promove a rearticulação na chave salvacionista da autogestão.

Nesse sentido, é crucial pensar a democracia a partir do controle dos corpos, no caso em questão, o das mulheres, ou seja, do quanto a partir da retórica neoliberal os corpos femininos são colocados no estado de servidão, à disposição para que outros corpos, no caso os masculinos, possam desempenhar inúmeras funções que não estejam atrelados ao trabalho reprodutivo, doméstico, de cuidado.

Com isso, questiona-se: quais são os mecanismos de opressão que se estabelecem a partir dessa lógica neoliberal? Como essa neoliberalização do feminino se evidencia nas campanhas eleitorais de 2018 no Brasil? Para tanto, discutiremos as narrativas que mais apareceram no período eleitoral, que fazem alusão a compreensão desse a respeito da condição feminina, do que se espera das mulheres na sociedade.

1.2.1 Gênero, representatividade feminina na política institucional: a captura pela extrema direita

O gênero é uma das primeiras formas de dar significado às relações de poder e fomentar os modos de dominação em que se privilegia o homem e se subalterniza a mulher, isto é, a tentativa de construir o ser mulher enquanto ser subordinado (SAFFIOTI, 1992), como dominada-explorada, sendo naturalizada essa condição. Os espaços sociais, a partir dessa lógica, reiteram as discrepâncias nas participações a partir de marcadores como o gênero.

As reflexões de Heleith Saffioti sobre o conceito de gênero nos dão subsídios para pensar a representatividade feminina e todas as problemáticas imbricadas nisso, pois, para Saffioti, o gênero acompanharia a humanidade desde sua existência, enquanto o patriarcado seria um fenômeno recente, particularmente articulado ao processo de industrialização do capitalismo. Dessa forma, o patriarcado diz respeito necessariamente à desigualdade e à opressão, sendo uma possibilidade dentro das relações de gênero, mas não a única (SAFFIOTI, 2004). De acordo com Gonçalves (2013), o estudo de Saffioti é reconhecido como pioneiro por se propor a analisar a situação das mulheres como um “efeito” da sociedade de classes. Tal perspectiva é uma parte da trajetória de Saffioti que

ousou inaugurar a produção de uma teoria feminista fora dos grandes centros do saber instalados nos países de capitalismo avançado (GONÇALVES in SAFFIOTI, 2013, p.11), atrelando a condição feminina amparada na tríade raça, classe e gênero – o qual a autora intitulou de teoria do nó e nas palavras da mesma:

A imagem do nó não consiste em mera metáfora, é também uma metáfora. Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens - de gênero, de raça/etnia e de classe social -, embora as análises tendam a separá-las. Aliás, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim da ausência do caminho inverso: a síntese. Como já se mostrou, o patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo a muito tempo da economia doméstica. De outra parte, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais, incluindo as chamadas específicas de gênero, linguagem aqui considerada inadequada. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro (SAFFIOTI, 2004, p.126).

Nesse escopo analítico, cabe ressaltar a atenção dada à categoria de poder, que perpassa o nó e se alinha ao conceito de gênero. Saffioti afirma que ninguém constata que o poder seja central na discussão de determinada fase histórica do gênero, já que este fenômeno é cristalino. O que precisa ficar patente é que o poder pode ser democraticamente partilhado, gerando liberdade, como também exercido discriminatoriamente, criando desigualdades (SAFFIOTI, 2004, p.113).

Fica evidente que, para a autora, o conceito de gênero não explica necessariamente as desigualdades atreladas a homens e mulheres, bem como o patriarcado da forma como foi difundido na sociedade não pressupõe uma relação de exploração tão nítida. Com isso, Saffioti observa que esses dois conceitos possuem dimensões que constituem faces de um mesmo processo de exploração-dominação, possuindo assim diversas camadas.

O conceito de patriarcado torna-se interessante para o debate proposto, pois incômodos na teoria feminista sobre o uso desse conceito são presentes há décadas. Principalmente por existir análises que não levam em conta, que os vínculos familiares de parentesco são atribuídos e particulares, enquanto os vínculos convencionados e universais estruturam a sociedade moderna (Ibidem).

A partir disso, questionamos o porquê se deve manter o nome patriarcado e quais são as implicações imbricadas nele. Como consequência, inicia-se uma longa reflexão sobre os riscos de se focar tão somente em gênero e esquecer as questões estruturais que organizam a sociedade e contribuem para questões como a falta de representatividade feminina na política institucional. Em consonância com Saffioti (2004), a qual defende o uso do conceito de

patriarcado, porque este está impregnado na sociedade e no Estado, podemos afirmar que esse contexto concede assim direitos sexuais, simbólicos, políticos para quem estiver em um padrão: homem, branco e heterossexual. O que ocasiona não apenas nas discriminações de gênero, mas também de orientação sexual, raça e etnia. Acrescenta-se a esse debate que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo que essa teórica chama de nó: patriarcado, racismo e capitalismo, e embasa todo seu pensamento a partir dessa tríade. Cabe ressaltar que a teoria do nó é primordial nas discussões proporcionadas por Saffioti, e que só foi possível a partir de suas reflexões sobre o patriarcado como categoria de análise sociológica.

A importância de se pensar o patriarcado se concentra no fato de que ele configura um tipo hierárquico de relação que ressoa em todos os espaços da sociedade. Não é exclusivamente privado e representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência, se impregna no Estado. Outra crítica contundente que fundamenta o pensamento de Saffioti, se repousa no quanto algumas feministas deixam em segundo plano o conceito de patriarcado, e acabam naturalizando a dominação-exploração, ao utilizarem apenas o conceito de gênero.

Assim, percebemos o quanto a multiplicidade dos feminismos se manifesta ao destacarmos tais embates, e principalmente as lacunas que ficam quando se pensa as opressões de gênero sem estar alinhado a tríade raça, classe e gênero. Bem como, os desafios que se apresentam quando se é proposto analisar a representatividade feminina.

A sub-representação política feminina no Brasil é uma realidade que se arrasta há décadas. São poucas as mulheres que conseguem superar os entraves para adentrarem na política, por inúmeros motivos, como a falta de incentivo dos partidos em capturarem essas para as suas fileiras e as incentivarem à militância, não destinam fundo partidário, afinal, mulheres são destinadas historicamente ao espaço privado e ao trabalho reprodutivo, o que também se coloca como uma grande barreira para sua inserção na vida política, pois, o trabalho de cuidado, reprodutivo doméstico, consome boa parte de seu tempo para além do trabalho assalariado.

Apesar da pouca representação na política, as mulheres são a maioria das pessoas aptas a votar, cerca de 53% da população brasileira. A maioria das eleitoras brasileiras (5,33%) está na faixa que vai dos 35 aos 39 anos, seguida por mulheres entre 40 e 44 anos

(5,32%) e pelas que possuem de 25 a 29 anos (5,20%).⁴⁶ Essa porcentagem demonstra que o recorte geracional de eleitoras se concentra entre as mais jovens e os dados da Justiça Eleitoral mostram que, quanto à escolaridade, a maior parcela do eleitorado feminino – e não tão somente – declara ter o ensino médio completo.

A desvalorização da capacidade e do conhecimento feminino também contribuem para que mulheres não tenham espaço na política institucional. Isso é resquício de um contexto que se pavimentou a partir de processos históricos de subalternização das mulheres em relação à capacidade dos homens, não relacionando isso aos aspectos de estrutura social e normativos. Segundo Federici (2019), entre os séculos XII ao XVIII, na Europa e nas Américas, aquelas que questionavam os pressupostos de racionalidade – associadas ao masculino – eram silenciadas, queimadas sob a acusação de bruxaria.

Essa caça nivelou o terreno para a construção de uma nova ordem patriarcal baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens. Da mesma forma, essa caçada foi uma ferramenta singular para consolidar uma “ordem” sexual. Ora, uma das condições para o desenvolvimento do capitalismo foi o processo que Foucault definiu como “disciplinamento do corpo”, que para Federici consistia em uma tentativa, por parte do Estado e da Igreja, de transformar as potencialidades dos indivíduos em força de trabalho.

A conjuntura de perseguição e consolidação de uma possível ordem sexual evidencia que o preço da resistência era sempre o extermínio. A violência foi o fio condutor: nas palavras da autora, “a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva” (FEDERICI, 2019, p. 121), afetando brutal e diretamente as mulheres e sua autonomia.

Federici ainda pontua que a caça às bruxas foi o primeiro passo à transformação da atividade sexual feminina em um trabalho a serviço dos homens e da procriação, o que resultou também na condenação do aborto, tirando completamente o direito das mulheres de decidirem pelos seus próprios corpos, além do fato de que essa caça na Europa e na América foi um meio de desumanização, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio e a consolidação do capitalismo. Nesse sentido, “foi preciso destruir as hereges, curandeiras, a esposa desobediente, as mulheres que ousaram viver só, às que incitavam os escravizados à rebelião” (FEDERICI, 2019, p. 24).

⁴⁶ Retirado de:

<https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/> Acesso em 05 out. 2023.

Com o passar do tempo, a partir de lutas incansáveis, as mulheres pautaram a inclusão de suas vivências e corpos em espaços que foram historicamente destinados aos homens, como o campo político, travando assim inúmeras disputas na tentativa de ampliar suas vozes. Para tanto, o feminismo institucional, o qual tem como finalidade promover igualdade de gênero dentro das instituições políticas e governamentais, compreendendo a luta histórica travada por mulheres para ocupar espaços na esfera pública, tem sido de suma importância focar em estratégias para diminuir as barreiras no campo da institucionalidade.

Inúmeras mulheres se destacaram nessa luta, porém, ressaltamos Bertha Lutz, essa que foi uma ativista pelos direitos das mulheres e fundadora da Federação Brasileiro para o progresso feminino – organização que liderou a luta pelo voto feminino na década de 1990, a qual Lutz foi presidenta entre 1922 a 1942 –, em seu primeiro discurso, no dia da posse na Câmara dos Deputados, 28 de julho de 1936, afirmou:

A mulher é metade da população, a metade menos favorecida. Seu labor no lar é incessante e anônimo; seu trabalho profissional é pobremente remunerado, e as mais das vezes o seu talento é frustrado, quanto às oportunidades de desenvolvimento e expansão. É justo, pois, que nomes femininos sejam incluídos nas cédulas dos partidos e sejam sufragados pelo voto popular (MARQUES, 2016, s/p).

No Brasil, apenas em 1932 o voto feminino se tornou uma realidade e após essa conquista, a luta continuou para que mulheres pudessem exercer cargos políticos. Em 1934, apenas uma deputada, Carlota Pereira, teve participação na elaboração do texto constitucional, o qual estabelece os direitos do povo, traça os parâmetros do sistema jurídico, princípios e diretrizes que regem a sociedade. Apenas em 1986 que foram eleitas mais mulheres para a Câmara dos Deputados, um total de 26 de dezesseis estados brasileiros, as quais formavam um grupo heterogêneo com representação partidária de amplo espectro, da direita à esquerda, representando oito partidos — PMDB, PT, PSB, PSC, PFL, PCdoB, PTB e PDT —, a maioria do PMDB (Agência Senado, 2018).⁴⁷

A partir desse ínfimo aumento de parlamentares mulheres, essas se organizaram e produziram a “Carta das mulheres brasileiras aos constituintes”, entregue em 1987, a qual foi resultado de uma intensa campanha entre movimentos sociais e associações que reivindicavam mais direitos para as mulheres na política institucional, exigindo uma reflexão aprofundada sobre as questões que perpassam as mulheres, bem como os direitos necessários para que essas possam adentrar na esfera política com menos barreiras. Isso resultou em

⁴⁷ Retirado de:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discri-minacoes> Acesso em 05 out. 2023.

conquistas na Constituinte de 1988, ampliando assim os direitos civis, sociais e econômicos das mulheres.

Essa movimentação foi de suma importância, sendo chamada de “Lobby do Batom”, a qual também foi uma aliança suprapartidária feita entre senadoras e deputadas brasileiras durante a Assembleia Constituinte. A maioria dessas mulheres construíam partidos de centro-esquerda e centro-direita e compreendiam a importância de pautar as desigualdades de gênero presentes na nossa sociedade assim como da ampliação da representatividade feminina na política institucional, pois entendiam que, com um congresso federal majoritariamente masculino e branco, dificilmente as questões e os projetos de lei que perpassam as mulheres seriam considerados.

Desde o Lobby do batom, a luta das mulheres para se inserirem com maior facilidade na política institucional não tem sido fácil. Entre 1990 a 2002, o aumento na ocupação de cadeiras por mulheres na CD foi bastante restrito, passando de trinta para 43 deputadas eleitas, demonstrando assim o quão lenta é a inserção das mulheres no parlamento.

Porém, com a ascensão da extrema direita pelo mundo, o conceito de representatividade se apresentou em disputa com mais afinco a partir da ascensão de figuras femininas nos partidos e organizações de extrema direita. Em âmbito nacional, nas eleições de 2018, foram eleitas 77 parlamentares, acenando assim para um aumento de 51% em relação ao último pleito, quando foram escolhidas 51 mulheres para a casa. Já nas assembleias legislativas, foram eleitas 161 representantes, um crescimento de 41,2% em relação a 2014, quando foram escolhidas 114 mulheres para o cargo de deputada estadual.⁴⁸

Esse novo contexto aponta em novas configurações, sobretudo, no que tange a questão da representatividade feminina, pois o Partido Liberal, esse que nas eleições de 2018 tornou-se a segunda maior bancada feminina, anteriormente, a isso não tinha nenhuma parlamentar mulher eleita. A esse fenômeno de visibilidade se atrela ao fato de associarem suas candidaturas com o ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que, anteriormente a 2018, era deputado federal e, nesse novo contexto, foi apresentado por movimentos de extrema direita como a solução de supostos problemas causados pelo PT, o qual estava no poder por cerca de quatorze anos. Assim, também acabou se configurando uma captura da extrema direita pela representatividade feminina, como contrarresposta aos avanços e demandas dos movimentos feministas.

⁴⁸Retirado de:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014> Acesso em 02 out. 2023.

Pode-se afirmar que a captura pela representatividade feminina por parte da extrema direita, tem acontecido com muito mais afinco a partir da participação das mulheres em organizações religiosas, sejam católicas ou evangélicas - neopentecostais e isso, se evidencia na campanha eleitoral de 2018, sobretudo no que diz respeito ao eleitorado feminino. Segundo Birman (1996a), são as mulheres evangélicas as responsáveis pelo papel de mediação e enfrentamento das mazelas cotidianas em ambos os mundos. Conforme a autora, elas seriam capazes de controlar a circulação do mal e, a partir da religião, solucionar problemas de ordem material que afetam a elas e a suas famílias (TEIXEIRA; REIS, 2022, p.14).

As eleições de 2018 foram um marco, sobretudo pela exploração das narrativas religiosas que repousavam no embate do bem contra mal, atribuindo às mulheres a condição de guerreiras, mães, guardiãs dos lares, da família, porém com uma nova roupagem: a partir da participação na esfera política. Cabe ressaltar que o lema “Deus, Pátria e Família”, que elegeu Bolsonaro em 2018, ajudou a dar sentido a este circuito narrativo, pois tanto a liberdade religiosa quanto a liberdade para escolher sobre a educação dos filhos, por exemplo, estariam supostamente ameaçadas em caso de derrota de Bolsonaro (Ibid, p.15).

Partido dessa captura da representatividade feminina que está em curso realizada pela extrema direita, conjuntamente com ascensão do neopentecostalismo no Brasil, será explorado aqui a aderência dessas mulheres que foram eleitas em 2018 ao cargo de deputadas federais, a narrativa do antifeminismo e como isso está interligado com aspectos religiosos, enquanto um projeto político pautado na manutenção do patriarcado, acirramento de narrativas e em práticas pautadas no autoritarismo.

1.3 De outsider a principal aposta: quem é Jair Messias Bolsonaro?

De outsider na política - apesar de estar há bastante tempo exercendo cargos públicos - a principal aposta nas eleições de 2018, Bolsonaro se alinhou a discursos que estavam em voga desde o ano de 2015, como: o fim da corrupção, a aposta na Operação Lava Jato e, principalmente, ao antipetismo. Nascido em 1955, em Glicério, pequeno município no noroeste do estado de São Paulo, foi registrado, porém na cidade de Campinas-SP. Morou em diversas cidades paulistas, é o terceiro entre seus irmãos, com uma longa relação com a carreira militar. Segundo sua biografia⁴⁹, Bolsonaro interessou-se pela carreira militar aos 15

⁴⁹ Ver: BOLSONARO, Eduardo; MENDES, Mateus. Jair Bolsonaro: o fenômeno ignorado. Eles não entenderam nada. São Paulo, Editora Vide, 2022.

anos, dois anos depois, entrou para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), ao final de 1973. Após alguns meses na EsPCEEx, prestou o concurso para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e foi aprovado⁵⁰, formando-se em 1977. Em seu último ano de academia, migrou para a Brigada de Infantaria Paraquedista, onde se tornou especialista em paraquedismo. Em seguida, foi servir como aspirante a oficial no 21.º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) em São Cristóvão, bairro do Rio de Janeiro - cidade em que residiu, até ser eleito presidente. Há, porém, inúmeras controvérsias a respeito da carreira militar de Bolsonaro, pois existem registros de que o capitão foi acusado de indisciplina e inclusive investigado como suspeito de um atentado à bomba⁵¹.

Indisciplina, desrespeito à hierarquia e subversão marcaram os últimos anos de Jair Bolsonaro como capitão do Exército, nos anos 1980. Para a sua despedida da vida na caserna colaboraram a publicação de artigo no qual ele defendia aumentos salariais para os militares e, especialmente, uma acusação de terrorismo, como um dos mentores da operação “Beco sem saída”. Os dois fatos, divulgados pela revista Veja, em 1986 e 1987, e suas repercussões, que levariam Bolsonaro a ser julgado pelo Superior Tribunal Militar, em 16 de junho de 1988, encontram-se descritos no prontuário elaborado pelo Centro de Inteligência do Exército em 1990. O documento⁵² - classificado à época como secreto, integra o acervo do Arquivo Nacional e está disponível à consulta em meio digital (Arquivo Nacional, 2023)⁵³

Apesar de tais fatos, Bolsonaro explora com bastante afinco a sua relação com a carreira militar, seja em suas performances, falas, e demais interações. Não por coincidência seu candidato a vice nas eleições de 2018 foi o general da reserva Hamilton Mourão do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Já eleito, mais de 6 mil militares ocuparam cargos governamentais.⁵⁴ Tal presença foi uma das maiores da história brasileira em todos os

⁵⁰ Ver: BOLSONARO, Flávio. *Jair Messias Bolsonaro - Mito ou Verdade*. Rio de Janeiro: Altadena Editora, 2017

⁵¹ No Exército, Bolsonaro conseguiu alcançar a patente de capitão, mas também acumulou polêmicas. Primeiramente, em setembro de 1986, Jair Bolsonaro teve uma entrevista sua publicada na revista *Veja* na qual denunciava que a quantidade de militares que abandonaram a carreira era fruto dos supostos baixos salários. Por conta dessa entrevista, dada sem o consentimento dos seus superiores, ele cometeu uma infração e pegou 15 dias de prisão. Pouco menos de um ano depois, ele foi acusado por uma reportagem de ser o autor de um plano que explodiria bombas em quartéis no Rio de Janeiro. Retirado de: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/jair-bolsonaro.htm>

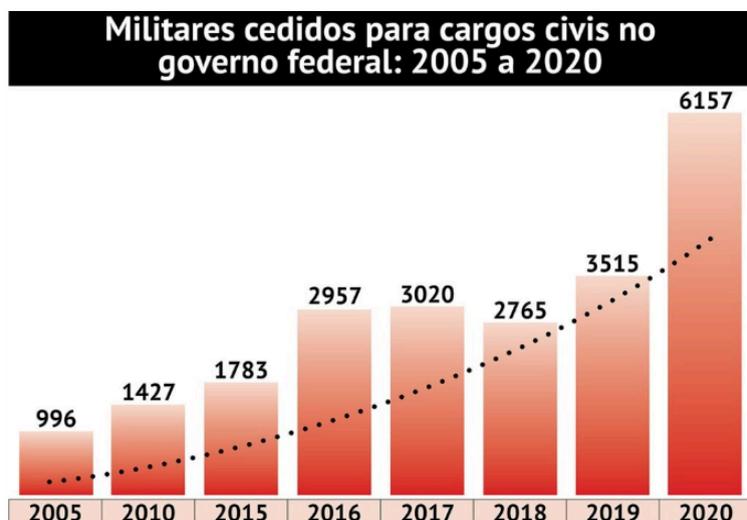
⁵² Ver: Informação n. 394 S/102-A8-CIE, 27 de julho de 1990. Arquivo Nacional, Estado Maior das Forças Armadas. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/prontuario-e-dossie-completos-sobre-jair-bolsonaro-emitido-pelo-centro-de-informacoes-do-exercito/> Acesso em 01/11/2023

⁵³ Disponível em: http://querepublicaessa.an.gov.br/uma-surpresa/432-bolsonaro-um-capitao-indisciplinado.html#_ftn1 Acesso em: 01 nov. 2023.

⁵⁴ Ver: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/> Acesso em 01/11/2023.

tempos. O quadro abaixo ilustra exatamente a quantidade de militares cedidos de 2005 a 2020 - ano em que Bolsonaro estava no poder.

Figura 11. Fonte: Siape/ Atlas do Estado brasileiro e TCU⁵⁵.



No projeto político de Jair Bolsonaro, sem dúvida, o militarismo encontra um “lugar seguro”, afinal, em muitos discursos de Bolsonaro o militarismo é exaltado, principalmente no período de Ditadura Militar Brasileira, se evidenciando em seu voto para o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff quando esse exaltou Ustra⁵⁶,

“Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, por Deus acima de todos, o meu voto é sim” (BOLSONARO, 2016)⁵⁷.

Não obstante, voltemos à trajetória política de Jair Bolsonaro. Sua carreira política começou em 1988, quando concorreu à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e conseguiu uma vaga no Legislativo da cidade. Em 1990, dois anos após eleito, conquistou o primeiro dos sete mandatos consecutivos no cargo de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro.

⁵⁵ Retirado de: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis/> Acesso em: 01 nov.2023.

⁵⁶ Carlos Alberto Brilhante Ustra foi coronel do Exército brasileiro. Entre 1970 e 1974, chefiou o DOI-Codi do 2º Exército, em São Paulo, período em que ficou conhecido como Major Tibiriçá. Segundo a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, enquanto Ustra esteve à frente do órgão, houve 40 mortes em 40 meses, bem como uma denúncia de tortura a cada 60 horas. Em 2008, Ustra se tornou o primeiro militar a ser reconhecido como torturador pela Justiça. Ustra foi também o torturador da ex-presidenta Dilma Rousseff. Ver: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/> Acesso em 02/11/2023.

⁵⁷ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o> Acesso em 02/11/2023.

Em 2014, foi o mais votado no Rio de Janeiro na disputa pela Câmara Federal, com 464.565 votos - conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Seus mandatos parlamentares, não tiveram tanto destaque, porém, em sua carreira, primeiro como vereador por dois anos (1988-1990), em seguida como deputado federal, destacou-se especialmente pela defesa dos direitos dos militares ativos, inativos e pensionistas. Porém, em 27 como parlamentar, Bolsonaro apresentou cerca de 170 propostas, que foram de homenagem ao ex-deputado federal Enéas Carneiro, à autorização para aplaudir a bandeira nacional após a execução do hino. Ou ainda sustar o uso de nome social para travestis e transexuais nos Boletins de Ocorrência⁵⁸ e também nas instituições de ensino. Aprovando somente dois projetos de lei em seus sete mandatos.

Durante sua trajetória na política, Bolsonaro passou por cerca de oito partidos. São eles: PDC (Partido Democrata Cristão) - de 1989 a 1993, PPR (Partido Progressista Reformador) - de 1993 a 1995, PPB (Partido Progressista Brasileiro) - de 1995 a 2003, PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) - de 2003 a 2005, PFL (Partido da Frente Liberal) - 2005, PP (Partido Progressista) - de 2005 a 2016, PSC (Partido Social Cristão) - 2016 a 2018, PSL (Partido Social Liberal) - 2018 a 2019, sem partido -- 2019 a 2021, PL (Partido Liberal) 2021 - até o momento.

O que esses oito partidos têm em comum é partilharem do espectro ideológico de direita e de extrema direita, demonstrando que ao passar dos anos, o ex-presidente se alinhou a partidos reacionários está mais em evidência com certa radicalidade. Cabe ainda mencionar, que foi o primeiro presidente da Nova República a tentar a reeleição e ser derrotado.

Quanto a sua vida pessoal, Jair Bolsonaro foi casado três vezes. Sua primeira esposa se chama Rogéria Nantes (casamento em 1978 - divórcio em 1997). Dessa união tiveram três filhos: Flávio, Carlos e Eduardo; sua segunda esposa Ana Cristina Valle (casamento em 1997 - divórcio em 2007) mãe de Renan e Michelle Bolsonaro (casamento 2007) atual esposa, a qual teve uma filha chamada Laura, filha de Bolsonaro. Seus três filhos mais velhos também seguiram carreira política.

A partir da figura de Jair Messias Bolsonaro, nomeou-se o fenômeno político “bolsonarismo”, que eclodiu a partir de sua figura e especialmente durante a campanha eleitoral de 2018. O fenômeno nomeado de Bolsonarismo tem sido analisado por diversos cientistas sociais (NUNES, 2022; LESSA, 2020; MACHADO, 2019; SOLANO, 2019) na

⁵⁸ Ver:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/em-27-anos-como-deputado-bolsonaro-tem-dois-projetos-aprovados/>
/ Acesso em 01/11/2023

tentativa de compreender como se deu a aderência a um discurso recheado de conservadorismo e autoritarismo, atentando-se às práticas dos atores e atrizes, bem como, ao seu efeito, tendo em vista que não temos o socorro de conceitos consolidados sobre o assunto. Para Lessa (2020),

O bolsonarismo é um animal artificial em formação, posto ativamente em movimento pelos que, na primavera de 2018, sufragaram seu chefe. É um animal superposto ao animal artificial que o precedeu e, em alguma medida, abrigou sua inoculação – o quadro constitucional e institucional vigente no país desde 1988 –, sobre o qual exerce efeitos de degradação e, no limite, de destruição (p.54).

Lessa alerta sobre as problemáticas de se menosprezar algo que está em curso e tem potencial, segundo ele, devastador à democracia por ser inovador e estar em curso, inerentemente, a figura de Bolsonaro, mas sendo maior que esse. O autor também afirma que um dos objetivos desse é de desfazer as referências normativas que estruturam o animal artificial versão 1988 (Constituição) e impor um novo, cuja principal virtude seria a da recepção e naturalização dos passivos brasileiros (p.57).

Já Nunes (2022), afirma que o bolsonarismo dá sentido de unidade, mobilizando afetos que conformam as mensagens que chegam aos seus adeptos. Proporciona, assim, um conforto simbólico de reconhecimento, dando sentido às frustrações, desejos sublimados, seja no medo de perder privilégios, ou na ânsia de compartilhar uma gramática moral. De forma geral esse fenômeno para o autor é um projeto interclasses sustentado pela política no topo, e por fortes afinidades eletivas na base (p.29). Além disso, o autor menciona em sua análise que o bolsonarismo é a gestão do neoliberalismo e do neoconservadorismo, os quais têm objetivos em comum: a naturalização do disciplinamento.

Nesse sentido, a aliança de Jair Bolsonaro com setores neoconservadores marcou um novo período no Brasil, o qual pode ser analisado a partir das discussões sobre diferentes conceitos, como o populismo de direita ou neofascismo. Amparado em diversos aspectos, como o fascínio pela linguagem da violência que se evidencia no símbolo que Bolsonaro disseminou em sua campanha -- o de mãos erguidas fazendo alusão a uma arma de fogo --, suas narrativas potencializam a desconfiança nas instituições para dar segurança aos indivíduos (GALETTI; MELO, 2020, p.8). O apelo ao uso de armas difundido em sua campanha eleitoral e não tão somente, se reflete na flexibilização das regras para sua

aquisição (o que se pretendeu em diversos projetos) e no fato de que as pessoas estão comprando mais armas⁵⁹.

Os projetos autoritários potencializam os conflitos sociais ao defender o direito individual da população de se autotutelar, por meio do porte de armas. O apelo ao discurso armamentista se dá por diversos motivos, como o direito à autodefesa de cada indivíduo, a justificativa do alto índice de violência no Brasil e a pouca eficácia do Estado em amparar os indivíduos. Com isso, soma-se também o interesse econômico da indústria armamentista, tendo como horizonte a ampliação de seus lucros. Em decorrência dessa pauta, o governo federal zerou os impostos de importação de revólver e pistola, medida que entrou em vigor no Brasil no dia 01 de janeiro de 2021.

Vale salientar o quanto a discussão da defesa do armamento se entrelaça com a agenda da redução da maioria penal no Brasil. Ambas buscam evidenciar a fragilidade da segurança pública no país, para tanto, incita a resolução de tais problemas com uma suposta segurança individual no caso da aquisição de armas e, também, no que diz respeito a menores que cometem crimes (RODRIGUES; GALETTI, 2022, p. 8).

Além disso, Bolsonaro em sua campanha eleitoral estimulou incansavelmente a desconfiança nas instituições, nos processos eleitorais e na democracia de forma geral. Com isso, é possível afirmar que o bolsonarismo confere centralidade à figura do ex-presidente, enquanto se cria um ideário segundo o qual, na impossibilidade de se confiar no Estado, restaria aos indivíduos recorrer ao chefe de governo como única resposta possível a toda disfunção social instaurada.

A investida na gramática de guerra é uma estratégia de governos autoritários. A linguagem de guerra seja no aspecto moral, econômico ou cultural, promove o enfraquecimento da democracia e, no caso aqui analisado, percebemos que uma das tônicas do bolsonarismo repousa na tentativa de destruição do que já está instaurado e no ataque constante ao pensamento crítico, amparados na tentativa constante de criar assim sua própria ‘verdade’.

Outro aspecto que cabe ressaltar sobre a construção do bolsonarismo em curso é a utilização de estratégias negacionistas, anticientificistas, antifeministas, tendo como fio condutor a agnotologia – a ignorância como estratégia política –, mobilizando, assim, assuntos polêmicos para minimizar os impactos de uma agenda decisória e controversa aos

⁵⁹ Ver: Aumenta venda de armas de fogo no país. In: Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/aumenta-venda-de-armas-de-fogo-no-pais> Acesso em 13 out. 2023.

interesses populares. Esses discursos ecoam em grande parcela de indivíduos que vêm compartilhando o sentimento de desamparo político nos últimos anos e que, quase como por consequência, acabam se associando a atores políticos de extrema-direita que são muito ativos nas redes sociais. Obviamente, não se pode homogeneizar esses agentes por haver diversas vertentes e divergências no espectro político que se entende como direita, assim como no centro e na esquerda.

Porém, a agnotologia é pautada não apenas, mas, principalmente, em uma guerra midiática do ressentimento (LAZZARATO, 2019, p. 166) que consolida a política do anti na contemporaneidade, sob a justificativa de que as pautas calcadas em direitos humanos, de ‘minorias’, foram longe demais.

Nesse sentido, podemos afirmar, a partir das características cartografadas acima, que há muitas aproximações entre o bolsonarismo e traços potenciais neofascistas em indivíduos que estão suscetíveis à ideologia autoritária. Cabe ressaltar que o extremismo político tende a ser uma marca das sociedades em crise e, como aponta Boris Fausto (2001), os regimes autoritários são caracterizados por um baixo investimento na vida social em todos os níveis, apesar de se apresentarem como resposta à crise econômica e política.

Para tanto, a aposta na identificação ao líder, a criação em uma identidade coletiva é essencial na pavimentação deste fenômeno. Questões essas que abordaremos no ponto a seguir.

1.4 A identificação com o líder: estratégia ou espelhamento?

Freud em sua obra “Psicologia das massas e análise do eu” (1920-1923), afirma que existem três níveis de identificação, e esses apontam sobre como elementos vindos do outro nos afetam, e se tornam elementos constituintes do nosso Eu. De forma resumida, o primeiro mecanismo desse processo de identificação é a identificação ao pai pelo amor. O segundo processo é definido por Freud a partir da histeria, de identificação participativa com outro, e isso incide consciente e inconscientemente para o estabelecimento de novos laços, valores, consciência moral⁶⁰. A terceira é a identificação com o traço unitário, que se dá por contágio, quando há algo entre o eu da pessoa com o eu do outro, porém, esse “algo” entre os “Eus” precisa ser semelhante, afinal, a identificação se dá porque desejamos o mesmo, é necessário ter questões em comum entre esses.

⁶⁰ Ver mais em: <https://www.inconsciente.com.br/o-que-e-identificacao-para-freud/> Acesso em 30/04/2023;

A identificação pode ser também considerada a mais antiga manifestação de ligação afetiva, até porque, todo processo de identificação contém um fragmento de verdade sobre nossos afetos e laços com o outro (ANDRADE, s/a)⁶¹, é como se houvesse um espelhamento entre um indivíduo e o outro, em que um, de forma idealizada, consegue, de certa forma, completar uma falta no outro.

Já Lacan nos apresenta outra abordagem sobre os processos de identificação, que segundo Marie-Hélène Brousse (2018),

Não se trata dos modos de identificação do sujeito enquanto representado por um significante para outro significante, nem do laço S1-S2. A linguagem e o discurso continuam tendo a prioridade, porém o sujeito, categoria simbólica, dá lugar ao falasser ou ser falante. Disso deriva outro processo de identificação que surge, não do Outro, mas sim de Um-Corpo (Un-Corps) (p.9).

Nesse sentido, o outro resulta dos processos de identificação, fazendo um paralelo com Freud, no lugar do amor ao Outro, o pai, está a adoração do corpo, misto de imaginário e de real (Ibidem.). Assim, o outro é fundado na falta, e no fosso criado entre realidade e fantasia, a questão do espelhamento com o que Lacan teorizou como “Estádio de Espelho” nos ajuda a analisar a identificação com o líder, Jair Bolsonaro no caso, em um contexto de recrudescimentos neoconservadores e ascensão de governos autoritários.

Por estágio de espelho⁶² se entende o momento da constituição do eu mediante a identificação com a imagem do outro, mas também com a imagem de si. Lacan atribuiu à imagem papel fundador na constituição do eu e na matriz simbólica do sujeito, definindo a identificação, nessa perspectiva, como “a transformação produzida no sujeito quando assume uma imagem” (GRECO, p.2, 2011).

Assim, a psicanálise pode nos dar indícios de como se pavimenta a identificação coletiva com o Bolsonaro, ao ponto de termos nos últimos anos um fenômeno intitulado de bolsonarismo, o qual, sem dúvidas, vai além da figura de Jair Bolsonaro, resultando em algo maior do que “o líder”, tornando-se de certa forma um projeto político ideológico de nação.

Com isso, questiona-se: como se dão às dinâmicas dos vínculos de identificação entre uma liderança e os indivíduos? O que leva mulheres a se associarem à figura de um líder que abertamente professa narrativas, que reduz a condição feminina e normatiza tais discursos?

⁶¹Ibidem,.

⁶² Expressão cunhada por Jacques Lacan, em 1936, para designar um momento psíquico e ontológico da evolução humana, situado entre os primeiros seis e dezoito meses de vida, durante o qual a criança antecipa o domínio sobre sua unidade corporal mediante uma identificação com a imagem do semelhante e da percepção de sua própria imagem num espelho. No Brasil também se usam “estágio do espelho” e “fase do espelho” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.194).

Esses questionamentos surgem quando pensamos na adesão de mulheres a movimentos e associação a figuras políticas e agendas de luta que tem como base a negação das desigualdades, de gênero, raça/etnia, classe e sexualidade., Esses questionamentos abarcam em seu cerne questões que se entrelaçam à discussão do reconhecimento, dos afetos mobilizados e da identificação, demonstrando assim a complexidade do assunto. Cabe ressaltar que não temos como horizonte esgotar aqui a relação da identificação, porém, busca-se compreendê-la a partir das deputadas federais que à época eram candidatas e eleitas em 2018, focando na questão do antifeminismo, da negação da agenda e luta dos movimentos feministas. Apesar do conceito de identificação e de espelhamento serem complexos e terem muitos desdobramentos na psicanálise, nosso foco aqui é o de buscar compreender a aderência das narrativas bolsonaristas durante a campanha eleitoral de 2018.

Safatle (2020) ao se debruçar sobre a questão da emancipação e do reconhecimento, afirma que esse último é um dos operadores centrais de compreensão da natureza e dos impasses das lutas políticas (p.14). Para o autor, identificar-me é fazer como, assumir para mim uma forma exterior (Ibidem, p.33). Já para Dunker (2015) a identificação perpassa a questão do mal-estar e da angústia, esses que podem vincular a falta entre um objeto e identificação. O mal-estar articula-se com uma estratégia de apelo de reconhecimento (Ibidem, p.260), mobilizando assim as mais diversas estratégias, afirmações, negações e recalques dos indivíduos.

Nesse sentido, a psicanálise nos dá subsídios e pistas sobre como se estabelece a aderência ao bolsonarismo, pois essa, dentre suas inúmeras finalidades, busca compreender o lugar da falta e se ampara numa gramática do reconhecimento, trazendo também consigo a dimensão dos afetos - aparato essencial à análise das narrativas em questão aqui. Nessa bricolagem, trazer as discussões feitas por Honneth são relevantes também, pois o filósofo recolocou em cena a questão do reconhecimento, derivado principalmente por Hegel, dialogando abertamente com a psicanálise.

Para Honneth, o reconhecimento é uma forma de outorgar identidade aos indivíduos, atribuindo a esse o sentido de liberdade individual. Neste processo, a intersubjetividade assume um papel central, pois esta identificação é construída através da interação social (ALBORNOZ, 2011). Esse processo engloba, segundo o autor, três esferas de reconhecimento: a dos afetos e da autoconfiança; a das leis e direitos; a da solidariedade social e da autoestima. Para tanto, aqui gostaríamos de focar na primeira esfera, pois essa autoconfiança individual pode tornar-se uma base indispensável para a participação autônoma dos indivíduos na vida pública.

Cabe destacar que o oposto de autoconfiança é a insegurança, dentre outros sentimentos que se aproximam disso, como o medo, e isso, sem dúvida, influencia nas aderências políticas dos indivíduos. Com isso, questiona-se: a potencialização da cultura da insegurança, do pânico moral, são estratégias na consolidação de identificação a partir da promessa de segurança atribuída à figura de um líder?

Nesse escopo é importante destacar, assim como mencionam Machado e Freixo, o fenômeno que eclodiu em 2018 com Jair Bolsonaro, que vai muito além da figura dele. Assim, a discussão se concentra no que ele representa e o que ele proporciona aos indivíduos que se identificam ou se espelham nele, em seus discursos e ideologias. Sobre esse aspecto, Pinheiro-Machado e Freixo (2019) conceituam:

[...] o bolsonarismo [...] como um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos “valores tradicionais” e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política, calcado na lógica do “contra tudo o que está aí”, apesar de ele mesmo ser parte do *establishment* político desde 1988 [...] (PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019, p. 19).

A partir da criação de um inimigo em comum e da ideia de que o Partido dos Trabalhadores (PT) é representante do sistema político brasileiro por, à época, estar há muitos anos no poder, se fortaleceu o antipartidarismo. Esse contexto ocasionou também a potencialização da ideia da necessidade de uma contra-resposta ao combate ao inimigo - PT. Quando Machado e Freixo afirmam que o bolsonarismo transcende a figura de Bolsonaro, tal afirmativa se calca principalmente no fato de que a onda antipetista ou anti esquerda antecede a onda bolsonarista.

Nessa lógica, Bolsonaro apresenta-se como alguém responsável em erradicar o petismo no Brasil, o que gerou também um sentimento de esperança e de uma suposta nova política a partir da figura dele, que, aliás, já estava na política institucional na condição de deputado federal por mais de vinte anos. O título de “mito” trazido por seus apoiadores, demonstra o fascínio que Bolsonaro gerou em boa parte da população brasileira, em consonância com suas narrativas que focam o combate ao petismo e incitam a repulsa à esquerda de forma geral.

Cabe mencionar que como afirma Miguel (2000), os mitos fazem parte do conjunto de elementos irracionais que permeiam os discursos políticos, eles podem estar disfarçados de programas de governo, projetos utópicos ou explicações para uma determinada situação, mas, independentemente de sua forma, os mitos políticos “promovem uma relação emocionalizada entre o público e os conteúdos da mensagem política” (p.11).

Além do fato de que os mitos nunca deixaram de ser usados ou relevantes, nas palavras de Chauí (2000), isso se dá principalmente na tentativa de impor uma “solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p. 5).

A contrarresposta ao governo petista e à esquerda de forma geral se fez presente nas campanhas eleitorais de Jair Bolsonaro. E das à época, candidatas a deputadas federais analisadas, principalmente no quanto elas exploraram a identificação com as narrativas bolsonaristas. Sem dúvida, a captura do candidato às deputadas e seu eleitorado constituiu uma identidade coletiva que está totalmente atrelada à dimensão dos afetos, mobilizando emoções e fortalecendo os laços de identificação entre os indivíduos e a liderança construída através da figura de Bolsonaro.

O que reitera a discussão feita por Freud (1920), quando afirma que a massa possui necessidades que se tornam receptivas ao líder, afinal, esse precisa “corresponder a ela com suas características pessoais. Ele próprio tem de estar fascinado por uma forte crença (numa ideia), para despertar crença na massa; ele tem de possuir uma vontade forte, imponente, que a massa sem vontade vai aceitar” (p.21). Ou quando Freud afirma que,

Quase toda relação sentimental íntima e prolongada entre duas pessoas — matrimônio, amizade, o vínculo entre pais e filhos — contém um sedimento de afetos de aversão e hostilidade, que apenas devido à repressão não é percebido. Isso é mais transparente nas querelas entre sócios de uma firma, por exemplo, ou nas queixas de um subordinado contra o seu superior. O mesmo ocorre quando as pessoas se juntam em unidades maiores. Toda vez que duas famílias se unem por casamento, cada uma delas se acha melhor ou mais nobre que a outra (p. 43).

Para tanto, a utilização da ideia de inimigo em comum foi essencial para se consolidar o ódio e o enfrentamento ao Partido dos Trabalhadores com muito mais afinco nas eleições de 2018, por parte de grupos neoconservadores e bolsonaristas. Sobre esse aspecto destaca-se que,

“O ponto central, todavia, é a importância da ideia de inimigo para a coesão desse campo da direita radical. Grupos caracterizados por ênfases diversas e mesmo argumentos contraditórios acomodam-se do mesmo lado em virtude da ojeriza pela outra parte da trincheira. Na luta concreta, a esquerda tem uma face mais evidente: o

Partido dos Trabalhadores. A identificação é eficiente não apenas porque vincula o inimigo ao mais conhecido partido nacional, alvo de incessantes ataques da mídia durante os últimos quinze anos, mas também porque permite identificar a esquerda com o *status quo*. Nesse movimento, a direita radical assume o lugar da contestação antissistema usualmente reivindicado pela esquerda (CHALOUB, p.7, 2018).

Um dos resultados disso é o fascínio e a identificação com Jair Bolsonaro, colocando-o na posição de grande líder e messias, conforme foi chamado durante o período eleitoral. Esse que seria um suposto redentor, escolhido para estabelecer uma ‘nova política’, sem resquícios petistas e com isso promoveria amparo aos brasileiros que se sentiam desamparados.

É interessante ressaltar que essa narrativa está muito alicerçada na antipolítica e como afirma Traverso (2021), o triunfo do ‘não político’ está amparado na paralisação da democracia representativa, essa que foi vampirizada pela ‘contrademocracia’ (p.43). O resultado disso se demonstra no esvaziamento da política e em investidas no enfraquecimento do coletivo, que, conseqüentemente, concentra na figura de uma liderança o qual possui características para enfrentar o suposto inimigo.

Isso se evidenciou em inúmeros momentos durante a campanha eleitoral, sobretudo, quando Bolsonaro sofreu um atentado no dia 6 de setembro de 2018, durante ato de campanha em Juiz de Fora (MG).⁶³ O então candidato sofreu um atentado atribuído a Adélio Bispo, passando em seguida por delicada cirurgia que repercutiu nas redes sociais. Adélio Bispo foi imediatamente acusado de ser ligado ao Partido dos Trabalhadores. Interessante observar como se deu a repercussão por parte das candidatas do PSL.

Hoje é um dia triste, o dia que atentaram contra a vida de Jair Messias Bolsonaro: 1) o homem que simboliza o rompimento das velhas tradições políticas por expressar com sinceridade o sentimento da maior parte do povo brasileiro; 2) o homem que está há muito tempo na vida pública e nunca se envolveu em nenhum escândalo de corrupção; 3) o homem com um sincero amor pela nossa pátria e está disposto a dar a própria vida pela nação e pelo povo brasileiro; o Bolsonaro é a única esperança que resta ao Brasil. (TONI, 2018).⁶⁴

O atentado a Bolsonaro foi associado com a narrativa de que esse é tão confiável, fiel e disposto a “dar a sua própria vida pela nação e pelo povo” que, por isso, queriam vê-lo morto. Não somente nas postagens acima, mas também de Carla Zambelli (SP), Joice Hasselmann (SP) e Bia Kicis (DF). Essa última que, em uma *live* após o atentado, afirmou

⁶³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrupido-apos-tumulto.ghtml>

⁶⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/carolinerdetoni/posts/1876162622453031>

estar muito preocupada com tudo isso que estava vendo e que aquele era o momento de salvarmos o Brasil, pois, segundo ela, “estamos vendo covardia atrás de covardia sendo perpetrada contra Jair Bolsonaro [...] Tem que ter muita testosterona para acabar com esses comunistas, para enfrentar essa corja que manda matar [...] ele tem calibre grosso” (KICIS, 2018)⁶⁵. Em outro momento, ela também afirma em seu *Facebook* que tentaram derrubar o capitão, porém, levantaram uma nação (Ibidem).

Carla Zambelli (SP) em consonância com Kicis, também culpabiliza à esquerda do atentado contra Bolsonaro. Em um vídeo ao vivo em seu *Facebook*, a candidata fala que "não cederemos. Nem Jair Bolsonaro, nem nenhum soldado do seu exército. Nós continuaremos em frente porque a nossa bandeira jamais será vermelha" (ZAMBELLI, 2018)⁶⁶. Narrativas que atrelam o atentado como uma movimentação antidemocrática também apareceram nas falas das candidatas bolsonaristas,

Aproveito para dizer que o atentado a um candidato é um atentado à própria Democracia. A única arma - a mais poderosa - que devemos usar é o voto. É o voto a expressão maior do que queremos para nossa vida, nosso futuro. Qualquer outra arma que seja usada para ferir o destino da nossa política, do nosso país, da nossa vida, é covarde e fere o pacto democrático, fere o contrato social, fere o Brasil.⁶⁷

Esse acontecimento resultou em diversas manifestações que ocorreram em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, impulsionadas majoritariamente pelas candidatas/os do PSL. Em uma de suas postagens no *Facebook* após a um protesto no Rio de Janeiro, Major Fabiana (PSL-RJ) escreveu:

Somos todos Jair Bolsonaro, atacados diariamente por tantos Adélio. Somos Jair atacados no Ponto de ônibus e a caminho do trabalho, por conta da insegurança pública. Somos Jair esfaqueados quando não encontramos médicos nos hospitais públicos, com a dor rasgando o coração de um pai com o filho doente. Somos Jair feridos mortalmente com a falta de emprego que ignora a disposição do brasileiro, e que apesar de não desistir nunca, precisa alimentar a sua família. Somos Jair Bolsonaro quando um Policial morre, e quase todo mundo finge não ver o sangue. Somos Jair quando pagamos os nossos impostos em dia mas não usufruímos do retorno que o Estado deveria prover, porque a corrupção é endêmica e quem está no comando só tem olhado pro próprio umbigo. Adélio é a maldade, a corrupção e a soberba do poder. Jair é a coragem, a vontade de viver, a oração pedindo forças. Hoje em Copacabana éramos todos BOLSONARO, a cada demonstração de fé, união, respeito e consideração ao próximo. E assim será daqui em diante, porque quando um cai todo mundo se machuca! Somos todos parte da Família Bolsonaro. Major Fabiana 1746 - Mulher, Mãe, Policial e Soldado da PAZ (FABIANA, 2018)⁶⁸.

⁶⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=144318149853168

⁶⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=562069007589172

⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/adriaventurasp/posts/1080121668824112> Acesso em: 10 fev. 2020.

⁶⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/majorfabiana/posts/682269322143730> Acesso em: 10 fev. 2020.

É interessante como Zambelli, Major Fabiana, e não tão somente elas, colocaram-se na condição de integrantes da família ou do 'exército' de Bolsonaro. A ideia de compor as fileiras de um exército está totalmente ligada a certa homogeneização dos indivíduos, da massa. Freud (1921) apresenta suas considerações sobre o fenômeno psicológico que mantém coesa uma massa de pessoas, num contexto de ascensão dos ideais fascistas e nazistas na Europa devastada pela Primeira Guerra Mundial.

O autor analisa o povo que se organiza como massa em um determinado momento tendo uma finalidade em comum, ele ressalta que o fato de serem transformados em massa os torna possuidores de uma espécie de “alma coletiva”. Esta alma os faz sentir, pensar e agir de forma bem diferente da que cada um sentiria, pensaria e agiria isoladamente (p.13).

Ao descrever a massa, Freud afirma que ela é impulsiva, volúvel, excitável com o sentimento de onipotência, além de ser acrítica (Ibidem, p.18). O autor também analisa a questão afetiva, ao dizer que os sentimentos da massa são sempre muito exaltados, demonstrando assim sua intolerância e crença total na autoridade, independente da circunstância.

São inúmeros os afetos nutridos a partir da candidatura de Bolsonaro por parte das candidatas atreladas ao PSL e seu eleitorado. As formas pelas quais as candidatas se referiam a ele, eram das mais variadas: como líder de um exército que tinha se formado, um messias que iria salvar o Brasil, um padrinho, um mito, ou associando-o com uma figura paterna. Daiane Pimentel (PSL-BA), que em uma postagem no *Facebook* apareceu com Bolsonaro a elogiando, na legenda, Pimentel escreveu: agradeço ao meu padrinho político - Jair Messias Bolsonaro - por tudo que me ensina, que sempre está disposto a me ouvir, aconselhar, meu ombro amigo, um braço forte em minha vida! (PIMENTEL, 2018)⁶⁹.

Nessa legenda, Pimentel reitera a importância de Bolsonaro em sua vida, colocando-o na posição de padrinho, amigo, essencial no seu caminho e desenvolvimento, levando para o lado afetivo ao se referir a ele como amigo. Para ser colocado nesse lugar, é necessário acontecer uma identificação simbólica, essa que segundo Safatle (2020) é feita não com representações e pessoas, mas com funções, lugares sociais (p.39) e o que ela pode representar.

A despeito dessa discussão, cabe retomar a discussão realizada por Lacan (1994) sobre a noção de **identificação** e de **escolha de objeto**, que está presente na obra de Freud. Para Lacan existe uma necessidade evidente em se fazer distinção entre ambos, “como

⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2093561684001060>

diz Freud, não é a mesma coisa estar do lado do objeto ou do lado do sujeito. O fato de um objeto se tornar objeto de escolha não é o mesmo de se tornar suporte da identificação do sujeito (p.173). Esse contexto denota o quanto de narcisismo há na identificação com o líder, afinal,

Trata-se do estado amoroso em suas relações com a identificação. Acompanhando o texto de Freud, a identificação é uma função mais primitiva, mais fundamental, na medida em que ela comporta uma escolha de objeto, mas uma escolha de objeto que não deixa de ser forçosamente articulada de uma maneira muito problemática, pois a análise freudiana vai ligá-la profundamente ao narcisismo. Para ir o mais longe possível no sentido perfeitamente articulado por Freud, digamos que este objeto seja uma espécie de outro eu (moi) no sujeito. Trata-se, pois, de saber como articular a diferença entre a identificação e a *Verliebtheit* nas suas manifestações mais elevadas, mais plenas, conhecidas sob o nome de fascinação, de submissão, de *Hörigkeit*, que é fácil de descrever. Lemos na tradução francesa: No primeiro caso, o eu se enriquece com as qualidades do objeto, assimilando este último... quando se deve ler, simplesmente, o que Ferenczi disse, a saber, introjeta. Esta é a questão das relações da introjeção com a identificação (LACAN, 1994, p. 174).

Pode-se observar também a narrativa de que Bolsonaro tem características únicas, atrelando sua imagem à de um homem simples, do povo - tática essa que faz parte da lógica populista. Nesse sentido, Zambelli, ao se referir a ele, reitera ser ele o melhor candidato porque tem qualidades que ninguém tem, como honestidade, transparência, é conhecido por todos e já tem o carinho da população; sendo uma pessoa humilde que irá cuidar da saúde e da educação do povo.

Segundo ela, o problema não era tão somente o PT, mas o Estado gigantesco, esse que "agiganta", problemas que o Bolsonaro vai combater. No mesmo vídeo, Zambelli afirma que a solução para aquele momento é tão somente ele, "um homem honesto, um homem que não ver cor nas pessoas, não importa se é homossexual ou heterossexual; ele é a solução para que a gente diminua o Estado, tenha segurança de verdade" (ZAMBELLI, 2018)⁷⁰.

A identificação com autoridades é discutida por Adorno quando este analisa o fascismo. Para o autor o líder fascista não é constituído à imagem do pai, mas à imagem narcísica de si. Por isso, Adorno irá caracterizá-lo como 'pequeno grande homem', uma pessoa que sugere, em simultâneo, onipotência e a ideia de que ele é apenas mais um do povo, simples, rude e vigoroso (SAFATLE, 2020, p.47).

O 'ser do povo' possui diversas conotações e pode estar atrelado com o fato de ter as mesmas fraquezas que os indivíduos que se alinham a discursos homofóbicos, misóginos e racistas. Ou da simbologia que isso proporciona e da legitimidade que a figura de Bolsonaro

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1508095132624819>

permite aos que se identifiquem com ele, de se sentirem mais confortáveis em expressar suas opiniões e concepções que em maioria destilam discriminações perante as minorias sociais.

Com isso, é possível afirmar que Bolsonaro promove uma identificação coletiva nos indivíduos, sua liderança é validada principalmente pela forma na qual ele se expressa, tendo como um dos resultados disso o recrudescimento de regressões sociais como a segregação, xenofobia, homofobia e machismo. Safatle (2020) ao refletir sobre a criação de identidades coletivas, em uma era na qual a atribuição identitária é narcísica, afirma que essa é indissociável de reiterações contínuas de práticas de exclusão (p.49).

A tentativa de preservar um poder patriarcal, colonial e capitalista se evidencia na campanha eleitoral das candidatas analisadas aqui, quando essas mobilizam a figura de Jair Bolsonaro, seja nos santinhos, nas *lives*, carreatas, postagens em seus *Facebooks*. Sua figura possui sustentação simbólica de uma ideia de poder e de verdade que, por conta das minorias sociais e da esquerda, está supostamente ameaçada. E com isso, deve ser fortalecido a qualquer custo. Afinal, como afirma Freud (1920) sobre a escolha do líder, essa é facilitada pelas circunstâncias que estão colocadas. Necessitando com frequência, apenas “possuir de modo particularmente puro e marcante os atributos típicos desses indivíduos e dar a impressão de enorme força e liberdade libidinal; então vai ao seu encontro a necessidade de um forte chefe” (p.72).

‘Nós vamos nos opor a todos, as esquerdas que pregam contra os princípios morais e éticos [...] estamos juntos, eu, você e todos os cidadãos de bem deste país, juntos com Jair Bolsonaro e General Mourão, unidos nesta reta final de campanha’ (SILVA, 2018). A candidata Alê Silvia (PSL-MG), ilustra em seu discurso o chamamento à unidade e a oposição a todos que supostamente ameaçam princípios morais e éticos.

Essas narrativas alimentam o que o Adorno (1967) chamou de sentimento de catástrofe social ao analisar as propagandas e a extrema-direita na Europa. Esse potencial explosivo de desintegração se traduz, no que lhe concerne, como um “desejo inconsciente do fim do mundo” (p.33). Fomentando assim o temor e o fascínio da catástrofe no imaginário popular, esse primeiro transformado em uma expectativa niilista mórbida (Ibidem, p.35) - e na transferência de culpa aos indivíduos ou no que eles representam, ou mesmo esperança.

‘O Bolsonaro é a única esperança que resta ao Brasil’⁷¹, reiterou a candidata Caroline de Toni (SC), ou, quando a Major Fabiana (RJ) afirma que Jair Bolsonaro proporcionou esperança ao povo ‘em não ser mais roubado ou enganado. O povo

⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/carolinerdetoni/posts/1876162622453031> Acesso em: 5 fev. 2021.

está cansado da corrupção, do desleixo e da falta de compromisso [...] ajudaremos o nosso Capitão a reestruturar o país!’ (FABIANA, 2018)⁷².

O trabalho é trazido como algo conjunto, porém, tendo como liderança o ‘capitão’, o qual foi designado para colocar ordem. É importante ressaltar que o culto à ordem é um traço comum dos governos de extrema-direita, atrelando-se sobretudo ao conceito de disciplina, apresentada como um fim em si, sem que sequer a pergunta ‘disciplina para quê?’ seja feita. É a fetichização de tudo que é militar (ADORNO, p.59, 2020).

Essa última se fez presente com muito afinco na campanha eleitoral da candidata Major Fabiana (PSL-RJ), a qual colocou em xeque o processo eleitoral em diversos momentos nas suas redes sociais, quando afirmava que se Bolsonaro não ganhasse no primeiro turno seria fraude. Um militar, de direita, contra a rede globo (FABIANA, 2018)⁷³. A narrativa do militarismo é uma das estratégias de governos autoritários, apresentando-se no sentido de ser uma resposta que proporciona segurança nacional⁷⁴ controle e disciplina.

Traços do militarismo têm sido apontados na sociedade brasileira atual e algumas das hipóteses mais fortes têm como referência o recente regime ditatorial (1964-1988), como herança, remanescência ou retorno (LEMOS, 2019). Cabe ressaltar que na época da Ditadura Militar, o discurso de segurança que nessa lógica pode ser oferecido por parte dos militares, concentrou-se na narrativa do fantasma do comunismo que rondava naquele período e que deveria ser destituído.

Sobre esse aspecto, cabe mencionar que nas eleições de 2018 as candidaturas de militares e agentes de segurança pública cresceram em 113%⁷⁵ em relação às últimas eleições gerais. Um dos partidos que mais aglutinaram candidatas/os dessas áreas foi o PSL, No entanto no escopo analítico apresentado aqui, apenas uma candidata eleita trazia em seu nome algo que fazia alusão ao militarismo, a Major Fabiana (RJ).

⁷² Disponível em: <https://www.facebook.com/majorfabiana/posts/685511335152862> Acesso em: 5 fev. 2021.

⁷³ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=337980980303951&ref=watch_permalink Acesso em: 5 fev. 2021.

⁷⁴ A noção de “segurança nacional” vinha sendo elaborada desde inícios dos anos 1930, mas tornou-se um traço fundamental de modificações nas organizações estatais que, mesmo quando em ambiente democrático, traduziram o conflito capitalismo x comunismo, conhecido por Guerra Fria, que marcou o mundo do pós-Segunda Guerra Mundial. A preocupação com a ordem socioeconômica capitalista e o combate ao comunismo estabeleceram áreas de identidade entre regimes políticos diferentes – da democracia estadunidense à ditadura salazarista –, mas representativos de uma base social burguesa comum (LEMOS, p.3, 2019).

⁷⁵ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/04/interna_politica.994063/eleicoes-2018-candidaturas-de-militares-crescem-113.shtml

É interessante ressaltar como ela explorou a questão da segurança pública e ordem em sua campanha eleitoral, colocando-se como alguém que estava disposta em retomar a moralidade no eixo da segurança pública. Fabiana, atrelou muito sua imagem à de Flávio Bolsonaro, filho do candidato à época à presidência, sempre em suas postagens, vídeos, lives, carreatas, fazia alusão à família Bolsonaro. Em uma de suas postagens, Fabiana conta rapidamente como se deu sua trajetória,

Aos 17 anos de idade uma menina entrava para a Academia de Polícia Militar, e em meio a serviços, fardas, armas e internato, descobriria a sua razão de ser. Em mais de 20 anos de serviços prestados, vivendo um momento decisivo em sua vida, ela descobre que as suas melhores lembranças são justamente as dificuldades que enfrentou para se tornar a pessoa que ela é. E se recorda ter sido a única oficial feminina a participar do front da retomada do Complexo do Alemão, vencendo as desconfianças, o preconceito e o cansaço. Hoje ela quer ser a deputada federal da bancada militar do Congresso Nacional, e ao lado de Jair e Flávio Bolsonaro, está disposta a levar para Brasília os anseios de quem derrama o próprio sangue em defesa da sociedade. Essa sou eu, a MAJOR FABIANA, PM do Rio com muito orgulho, citada como valente pelo Caveira Cel Mário Sérgio Duarte em seu livro (FABIANA, 2018).⁷⁶

Fabiana em sua postagem cita a bancada militar da Câmara e o fato de ser a única oficial feminina que participou da retomada do Complexo de Alemão⁷⁷ no Rio de Janeiro, colocando-se como uma mulher forte que venceu preconceitos. A candidata também faz menção ao ex-comandante Mário Sérgio Duarte, que a citou em seu livro, *Liberdade para o Alemão: o resgate de Canudos* (2012), no qual narra a reação da Polícia Militar e de aliados aos ataques realizados pela facção criminosa Comando Vermelho entre os dias 22 e 28 de novembro de 2010.

Fica evidente que são inúmeros os fatores que fazem com que as candidatas em questão tenham se associado com a imagem e discursos de Jair Bolsonaro. O que se sobressai da análise realizada a partir das campanhas eleitorais de 2018, é o fato de que ao defenderem as narrativas patriarcais, essas, supostamente, tinham reconhecimento e amparo. Porém, cabe destacar que tais alianças só foram possíveis pelo fato de que as candidatas estavam afinadas com os discursos de Bolsonaro, bem como de seu eleitorado. A reprodução de suas narrativas pode ir além da discussão sobre a identidade coletiva que Bolsonaro conseguiu consolidar,

⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/majorfabiana/posts/677968325907163>

⁷⁷ Em 28 de novembro de 2010, as polícias Militar, Civil e Federal entraram, por volta das 8h, no conjunto de comunidades. ... Cerca de três mil policiais passaram a patrulhar o Complexo do Alemão. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/meu-oglobo/reportagem-relembra-retomada-do-complexo-do-alemao-expoe-fracasso-da-ocupacao-24760121>

nessa esteira de análise o conceito de espelhamento torna-se relevante para refletir sobre a aderência aos discursos bolsonaristas e a associação latente durante todo o período eleitoral por parte das candidatas do PSL.

É possível associar a questão do espelhamento com o que Lacan teorizou como Estádio de Espelho, o momento da constituição do eu mediante a identificação com a imagem do outro. Lacan atribuiu à imagem papel fundador na constituição do eu e na matriz simbólica do sujeito, definindo a identificação, nessa perspectiva, como “a transformação produzida no sujeito quando assume uma imagem” (GRECO, 2011, p.2).

Longe de querermos esgotar tal discussão, é sabido que na psicanálise tal temática faz alusão principalmente aos anos iniciais dos indivíduos. Quando criança, pela primeira vez, essa tem a visão do corpo inteiro no espelho, a qual desperta manifestações de júbilo na criança, que, imediatamente, olha para o adulto para encontrar, no olhar do outro, a confirmação do que vê no espelho, que passa a ser admirado por ela como seu eu ideal (Ibidem, p.4).

Porém, aqui gostaríamos de focar no fato que de alguma forma como consequência do espelhamento se estabelece um reconhecimento, a partir da imagem do corpo próprio encontrada no espelho, na qual ela vai se alienar. Segundo Lacan, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica - e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (LACAN, 1998, p.100).

Essa dialética da alienação do sujeito que se estabelece a partir do espelhamento, permite com que esse mantenha uma relação com os outros sempre mediada pelo imaginário, pela idealização. No que tange às campanhas eleitorais analisadas aqui, isso me manifesta quando as candidatas atribuem a Bolsonaro o título de responsável por restabelecer a ordem que foi supostamente perdida com o governo petista e com as investidas das esquerdas.

O espelhamento com alguém que nesse imaginário representa a família, a nova política, que se coloca de forma autoritária e viril se evidencia entre as candidatas bolsonaristas. Isso se evidenciou também durante a campanha eleitoral, quando Bolsonaro foi considerado também como mito, messias, capitão, como alguém que possui inúmeros atributos que são intrínsecos ao patriarcado e promovem a manutenção desse.

Isso se evidencia em discursos como o da Aline Sleutjes (PR), a qual afirma, “tô com o mito”. Nós precisamos de mudança e só haverá mudança se mexermos na ferida e nesse momento o remédio se chama Bolsonaro. Sempre acreditando em Deus’ (SLEUTJES,

2018)⁷⁸. Ou quando algumas candidatas relatam que só aceitaram se candidatar porque receberam o convite diretamente de Jair Bolsonaro, o qual não podiam negar, como afirma Bia Kicis (DF), ‘porque decidi ser candidata? Muita gente começou a falar pra eu me candidatar e eu resisti muito no início. Mas aí, o Bolsonaro me convidou (KICIS, 2018)⁷⁹.

É interessante observarmos como se pavimentam as relações entre as candidatas do PSL com o Bolsonaro no que tange o apelo desse à candidatura delas. Ao aceitarem a convocatória de seu líder é como se elas estivessem recebendo um chamado, propósito, desígnio que deve ser cumprido e que não pode ser negado. Podendo ser interpretado de inúmeras formas e possui uma densidade tendo em vista que governos populistas de extrema-direita possuem como característica o apelo ao chamamento de quem é eleito como líder. Há a criação do personagem coletivo “povo” e o tratamento desse como o personagem principal que impulsiona, estabelece as diretrizes que devem ser ouvidas. Com isso, imprimir o desejo do líder significa estar totalmente alinhado a esse, ou até mesmo tendo como finalidade alimentar o sentimento de identidade coletiva, de ser parte desse construto.

Em suma, a identificação com o líder alimenta a homogeneização dos indivíduos, vocalizado por meio de uma comunhão orgânica, resultando em narrativas coletivas, que podem se dar tanto de forma estratégica - para terem visibilidade ou até mesmo serem eleitas no caso das candidatas em questão. Bem como, proporcionando a esses indivíduos o sentimento de serem parte de algo grande, sobretudo, nutrido a partir do sentimento de fraqueza de representação coletiva, apresentando assim como resposta.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=532201153914340>

⁷⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lvyyK_c1tyQ

Capítulo 2: Antifeminismo, Masculinismo e Neoconservadorismo

São poucos ou raros estudos na América Latina sobre antifeminismo, seja da perspectiva da sociologia dos movimentos sociais ou mesmo da própria epistemologia feminista. Segundo Lamoureux e Dupuis-Déri (2015), podemos definir o antifeminismo como um fenômeno de oposição que surge como contrarresposta às ideias, políticas e mulheres que compõem o movimento feminista. Sua interpretação pode ser feita de duas formas, como o conceito de “contramovimento”, desenvolvido pela Teoria da Mobilização de Recursos (Meyer e Staggenborg, 1996), e como “um conjunto de opiniões e crenças em uma população que se opõe a uma situação de movimento social” (McCarthy e Zald, 1977, p. 1217-1218). Segundo essa última perspectiva, para que a crítica de um movimento social se cristalize em um contramovimento é necessário que este tenha uma ideologia, oportunidades, valores de ativação e possibilidade de sucesso.

Portanto, o antifeminismo não é entendido como um movimento social autônomo, mas, sim, definido e evoluído pela transposição para o feminismo, constituindo uma espécie de reverso deste (Lamoureux, Dupuis-Déri, 2015). Nesse sentido, o antifeminismo ascende em contextos histórico-políticos específicos, seguindo o modelo de interação conflitante (Zald e Useem, 1987), baseado na utilização do movimento como contramovimento para se estabelecer.

Encontra-se uma maior produção entre sociólogos europeus e canadenses como, por exemplo, Melissa Blais (2019; 2020) e Francis Dupuis-Déri (2018; 2020; 2022). Na perspectiva dos autores, o pensamento antifeminista assumiu a forma de uma versão extrema do masculinismo, em que os homens estão em crise devido à feminização da sociedade (BARD; BLAIS; DUPUIS-DÉRI, 2019). Os sociólogos analisam o antifeminismo pela ótica das masculinidades e afirmam que esse discurso faz parte da retórica da “crise da masculinidade” (DUPUIS-DÉRI, 2012) proferidos por intelectuais e pelas mídias associadas à extrema direita ou à direita (SORAL; ZEMMOUR, 2014, p.153).

Essa crise de masculinidade estaria ligada ao fato de os homens não estarem mais sabendo como agir, seja na esfera privada ou na pública, em suas interações com as mulheres, colocando em xeque a masculinidade hegemônica, a qual está pautada na reprodução de machismos e misoginia. Ao passo que aumentam as discussões acerca do que é “ser homem”, como esse deve se portar em sociedade e se relacionar com as mulheres, aumentam

concomitantemente as inseguranças sobre como agir, causando uma crise que, conseqüentemente, oferece duas alternativas: 1) a exigência de uma postura de radicalidade para manter as estruturas de poder amparadas nas desigualdades de gênero e na dominação masculina ou 2) a demanda por mudanças nas formas de interação sociais entre os papéis sociais reproduzidos socialmente por uma “mulher” ou por um “homem”.

Esse contexto corrobora para o aumento sistêmico de pessoas que se identificam e se autodeclaram antifeministas, resultando também nos últimos anos na aproximação de homens a movimentos masculinistas e em ações diretas organizadas por esses grupos. Um exemplo evidente disso foi a invasão à sede do Congresso norte-americano, conhecida como “Capitólio”, em janeiro de 2021, organizada pela extrema-direita e apoiada pelo ex-presidente Donald Trump, por meio do Qanon, “[...] grupo de extrema direita que acredita em teorias da conspiração de âmbito global que envolvem pedofilia e satanismo, da qual, supostamente, participam políticos, intelectuais, militantes e artistas” (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2021, p. 7).

Segundo Silva (p. 81, 2023), o Qanon é uma referência para masculinistas, pratica a misoginia, além de promover a LGBTQIAfobia, o antissemitismo, racismo e o negacionismo da ciência. No dia da invasão, a imagem de um de seus representantes, pintado das cores da bandeira dos EUA e vestido com pele animal e chifres, foi estampada em todas as mídias. Esse homem é Jacob Anthony Chansley, mais conhecido como Jake Angeli e que se autodenomina “Xamã do Qanon” (Ibidem). É interessante observar que quando aconteceu tal fato, os EUA tinham Donald Trump como presidente, que impulsionava e validava práticas masculinistas em suas narrativas. Tais posturas proporcionavam maior visibilidade e ativação de tais grupos, o que culminou na invasão do Capitólio como forma de protesto ao resultado das eleições presidenciais de 2020. Três anos depois, aconteceu algo parecido no Brasil. No dia 8 de janeiro de 2023, a Esplanada dos Ministérios foi invadida por pessoas que se consideravam “patriotas” e que também não aceitaram o resultado das urnas, em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi vencedor, derrotando o então presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), (2018-2022).

O Poder Judiciário prendeu cerca de 493 mulheres que participaram ativamente da invasão ao Planalto, da sede do Poder Executivo, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal no Brasil no dia 08 de janeiro. Essas mulheres, que fazem parte dos 1.166 presos pela tentativa de rompimento da ordem democrática brasileira, têm em média 48 anos e ao menos seis delas têm carreiras políticas, uma vereadora e outras quatro, suplentes de cargos do Legislativo ao nível municipal, estadual e inclusive federal. Essas informações

mostram um retrato do Brasil atual e suas disputas a partir de uma perspectiva de gênero, em que as mobilizações e discursos promovidos pela extrema-direita e relacionados às temáticas do antifeminismo e da ideologia de gênero têm cada vez mais espaço nas articulações na política e no bolsonarismo no Brasil (COUTINHO; GALETTI, 2023, s/p).⁸⁰

Esses atos ocorridos no Brasil demonstram o quanto a extrema direita tem como um dos seus principais objetivos promover eventos políticos emocionais, ou seja, alimentar a criação de uma identidade coletiva, um sentimento de pertencimento no grupo. No que tange a participação feminina nesses atos, é importante salientar que apesar de a extrema direita ser sexista e misógina, ela aposta em figuras femininas, fortalecendo assim um suposto *femonacionalismo* (FARRIS, 2017), – que, enquanto produz uma desestabilização de fronteiras de gênero, tem como uma de suas principais pautas a promoção do fortalecimento de ideários antifeminista e de combate à suposta existência da “ideologia de gênero”.⁸¹

É possível afirmar que a extrema direita impulsiona estrategicamente a mobilização de mulheres em suas ações, produzindo assim um certo “empoderamento” entre elas. Esse “empoderamento” tem como finalidade a manutenção do patriarcado e de seus pressupostos, apesar de existir uma tendência em se tratar mulheres de direita e extrema direita como anômalas (DOWNING, 2018). Nesse sentido, o antifeminismo na contemporaneidade tem mostrado a recente apropriação de conceitos feministas, pavimentando uma disputa de narrativas do que se compreende por feminilidade, família, ser mulher e todas as camadas que englobam esse debate.

Cabe mencionar que a ascensão de governos de extrema direita nos últimos anos, fez com que figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro se tornassem modelos de uma “masculinidade viril” por adotarem ações e palavras que fazem alusão ao falocentrismo em suas posturas e narrativas. Haroche (2013) apontou o conceito de masculinidade viril,

⁸⁰ Disponível em: <https://www.theleftberlin.com/antifeminism-and-the-women-at-the-centre-of-bolsonarismo/> Acesso em 15 agos. 2023.

⁸¹ O termo “ideologia de gênero” foi usado pela primeira vez no vocabulário estatal brasileiro em 2003, quando o Deputado Elimar Damasceno, eleito pelo PRONA recorreu a esta terminologia para atacar o que ele definia como “má conduta sexual”. Seu discurso coincidiu no tempo com a primeira tradução brasileira do *Léxico do Vaticano do termo ambíguo e discussões sobre família, vida e questões éticas* que constitui um documento de referência na dinâmica de propagação global de argumentos antigênero. A fórmula “ideologia de gênero” foi inventada no curso dessa extensa lucubração. Não se trata de um conceito, mas sim de um dispositivo que, intrigantemente, recorre à concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista do gênero de falsificação, ou seja, os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual “natural”, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano. O dispositivo também faz supor que as teóricas e ativistas do gênero – e quem mais recorre ao conceito – simplesmente propagam ideologia, enquanto quem o critica estaria totalmente isento de vieses ideológicos” (SPW, 2021, p.11). Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf> Acesso em 10 out. 2023.

afirmando que, nesse modelo de gênero, o que conta é tanto o exercício da potência quanto a obsessão pela impotência. Essa relação demonstra um temor na perda de privilégios pelo fato de ser homem em uma sociedade pautada nas desigualdades de gênero, porém com ascensão das discussões que perpassam as lutas das mulheres.

Essa realidade demarca uma contrarresposta aos questionamentos realizados pelos movimentos feministas perante a inúmeras pautas, como, por exemplo, o aumento dos casos de feminicídios pelo mundo e principalmente na América Latina; o aumento galopante em um nível global de violências domésticas, durante e após a pandemia da covid-19, dentre outras pautas – as quais têm como raiz as questões de gênero, assim como o aumento de discursos masculinistas e antifeministas.

Tal contexto está completamente conectado com a associação das reivindicações feministas como se fossem “*mimimi*”, reiterando a narrativa de que os movimentos feministas e suas pautas seriam nocivas. Dentre as inúmeras justificativas dessa tese reproduzida pelos/as antifeministas, a principal se baseia na afirmação de que esse movimento mina a masculinidade dos homens, resultando, assim, em um suposto contexto de crise sobre os papéis sociais de gênero na sociedade e maior cobrança nas ações dos homens perante as mulheres.

Outra concepção parte do pressuposto de que estaríamos em um contexto de pós-feminismo, em que não caberia mais lutar em prol da agenda feminista, pois, segundo essa lógica, as reivindicações feministas não teriam sentido em um mundo que alcançou uma suposta igualdade de gênero (DEVREUX; LAMOUREUX, 2012). Essa concepção se popularizou na década de 1980/90 nos Estados Unidos, a partir dos escritos e discursos de autoras como Camille Paglia e Christina Hoff Sommer. Segundo Paglia, é necessário haver uma revalorização da maternidade como chave para um “reencontro afetivo entre os sexos”. Para ela, enquanto a mulher de qualidade maternal exerce poder sobre os homens ao ter “pena de suas fraquezas”, a mulher de perfil profissional exige deles, em casa, a perfeição do mundo dos escritórios (Paglia, 2015).⁸²

Porém, o que me salta os olhos é que, nos últimos anos, à nível global, o antifeminismo propagado por mulheres tem se evidenciado com mais afinco em consonância com a ascensão de governos autoritários e de extrema direita – consolidando um discurso embasado no “anti”: anti-intelectualismo, antipolítica, anticomunismo, anti-partido, dentre

⁸² Retirado de: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/camille-paglia-ha-geracoes-inteiras-de-mulheres-que-foram-convencidas-de-mentiras> Acesso em: 30 agos. 2023.

diversos outros “antis”. Cabe ressaltar que a aderência de mulheres aos discursos antifeministas não é uma novidade, porém, a concepção do que é o antifeminismo tem variado ao longo do tempo e das culturas, sendo mais discutido e pensado a partir de homens que se consideram antifeministas – na tentativa de salvaguardar uma masculinidade que está totalmente atrelada com a noção de poder.

O antifeminismo se fez presente com muito mais força do que em outros contextos políticos no decorrer da história durante a vigência de organizações que tinham como um dos fios condutores o ataque e a desmobilização dos movimentos sociais progressistas e movimentos feministas, como o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália, o período da Ditadura Militar no Brasil ou das mobilizações da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Porém, considerando o aspecto mencionado sobre a escassez de materiais que analisam de forma consistente o antifeminismo na América Latina – e não tão somente –, tendo mulheres como agentes e propagadoras, faz-se necessário conceitualizar o que compreendo por antifeminismo segundo as experiências brasileiras para, em seguida, analisar seu impacto no atual contexto. Ele é caracterizado pela ascensão da aderência ao antifeminismo, por parte das mulheres no Brasil entre 2018 e 2022 – período esse que Jair Bolsonaro foi presidente da República.

Em linhas gerais, defino o antifeminismo como um contramovimento que considera a teoria e prática feminista como exagerada, nociva e/ou opressora para ambos os gêneros e que, supostamente, encorajaria o ódio aos homens e a desvalorização tanto desses como das mulheres. Esse contexto corrobora supostamente para a manutenção da insegurança constante nos homens, resultado, assim, no apelo a um enfrentamento às agendas, práticas e narrativas feministas. Para o antifeminismo, a agenda feminista não se restringe à negação da feminilidade, mas também em sua contundente depreciação e distorção, tendo como finalidade a distorção dos papéis sociais de gênero, da masculinidade e da instituição família, essa que é tão cara para ao funcionamento e manutenção do patriarcado.

A historiadora Michelle Perrot (2000) pontua que o antifeminismo é diferente da misoginia, embora às vezes apresente os mesmos meios de ação. As formas de representação das mulheres envolvendo estereótipos e caricaturas são alguns exemplos. Mas o antifeminismo tende a ser mais racional, mais oportunista, pois se ajusta melhor a diferentes contextos, se adequando ao contexto político. Antifeministas em geral preferem fazer insinuações, deixar implícita alguma suspeita, a utilizar a agressividade, censurar ou acusar com injúrias. (PERROT, 2000).

Já o sociólogo Michael Flood (2018, s/p) define o antifeminismo como “a oposição à igualdade das mulheres”. Ele diz que as/os antifeministas se opõem à “entrada das mulheres na esfera pública, à reorganização da esfera privada, ao controle das mulheres sobre seus corpos e aos direitos das mulheres em geral”.⁸³ A justificativa de tais bandeiras estaria embasada nos pilares culturais do patriarcado e em normas religiosas que promovem a manutenção dos papéis sociais de gênero estabelecidos na sociedade.

Porém, nas atuais experiências vivenciadas ao redor do mundo e no Brasil, as mulheres que se autointitulam antifeministas – configurando assim uma identidade de um novo sujeito político –, têm se organizado em partidos de extrema-direita, sendo estimuladas a ocuparem a esfera pública, a disputarem eleições, nas quais muitas são eleitas, ou a assumirem cargos importantes na política institucional.

Esse tipo de antifeminismo que se evidencia na realidade brasileira pode ser considerado como um **antifeminismo de Estado**, que visa disputar e adentrar na política institucional para dismantelar políticas públicas que versam sobre as questões de gênero e os direitos femininos. Esse contexto se evidenciou durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual promoveu o encerramento de diálogo com os movimentos sociais progressistas.

Um exemplo icônico de representante do antifeminismo de Estado é a ex-ministra Damares Alves⁸⁴ e atual senadora pelo Distrito Federal, eleita em 2022. No governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), ela esteve à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e declaradamente se opunha às agendas feministas.⁸⁵ Ter sido pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular contribuiu para que fosse recebida com bons olhos pelo eleitorado cristão responsável, em grande parte, pela vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 (MANDUCA, p. 108, 2021).

Durante a sua gestão enquanto ministra, Damares, longe de se constituir como uma figura irracional e puramente ideológica, foi uma agente importante na promoção de uma aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo, que se materializa em projetos mais técnicos e tangíveis do que os dos ministros do governo. Com uma longa carreira como advogada, assessora jurídica e parlamentar, além de missionária evangélica, Alves tem

⁸³ Disponível em:

<http://www.nortecorrientes.com/article/130736/el-antifeminismo-la-respuesta-cultural-al-feminismo->

⁸⁴ Nas eleições de 2022, Damares Alves foi eleita ao senado do Distrito Federal com 714.562 votos (44,98% votos válidos), tendo como principal pauta a defesa da família e o ataque aos movimentos sociais.

⁸⁵ Inclusive, Damares também agiu nos bastidores para impedir o aborto legal realizado por uma menina de 10 anos, que havia engravidado após ser vítima de estupros frequentes. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/damares-atuou-para-impedir-aborto-legal-de-menina-ministra-nega/> Acesso em 18 mar. 2023.

construído seus projetos burlando em alguns momentos os limites da Constituição, quando criou discursos problemáticos relacionados às violências sofridas por meninas do Marajó,⁸⁶ sem realizar denúncias mesmo na condição de Ministra dos Direitos Humanos. Damares há décadas utiliza uma gramática dos direitos individuais e dos direitos humanos nos termos de uma linguagem secular para conferir legitimidade às suas investidas e instrumentalizar a pauta das crianças em suas narrativas.

Essa extrema direita tem se amparado em narrativas de “protejam nossas crianças”, como se a homossexualidade fosse passível de transmissão, uma doença. Ou como se crianças e adolescentes estivessem suscetíveis a uma suposta influência cultural da escola ou do entretenimento. A escola, neste caso, se torna um alvo direto do extremismo para atacar as diversidades e a autonomia de educadores que pautam direitos humanos da população LGBTQIA+.

Desde o início do século XXI, há um constante crescimento de discursos e ações em defesa da “família e das crianças” pela extrema direita em âmbito global. Essa defesa, que se posiciona contra a propagação da suposta “ideologia de gênero”, sustentada no discurso e nas políticas de governos de direita e liberais, encontrou no Brasil uma de suas principais bases. A transnacionalização das ofensivas antigênero vem sendo construída de forma paulatina, tendo como um de seus ápices no Brasil, o fatídico caso do ataque à filósofa *queer* Judith Butler, em novembro de 2017. A agressão uniu diversos atores do campo conservador na constelação heterogênea que impulsionou um ataque digital tão feroz quanto um protesto de rua que, segundo Corrêa e Kallil (2021), configurou-se numa antecâmara das eleições presidenciais de 2018, considerando que a mesma constelação antigênero que povoou tal evento teria tido um papel significativo na propulsão de ondas de pânico moral e político que contribuíram para a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 (2021, p.13). Ainda sobre esse aspecto,

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as ofensivas antigênero se assentaram, basicamente, sobre redes mais antigas, sobretudo católicas, de oposição ao direito ao aborto. São formações muito heterogêneas, como hidras de muitas cabeças que se alimentam de fontes ideológicas heteróclitas ou mesmo contraditórias, cuja mobilidade e contornos são difíceis de captar e nos confundem. Seu núcleo central é tanto ultracatólico como evangélico fundamentalista e, em torno a ele, orbita uma instável e variada gama atores institucionais e sociais como políticos de carreira, membros de corporações profissionais, think-tanks neoliberais, grupos libertários de direita, mas, no caso do Brasil, também se contabiliza a presença de militares e da direita judaica. (CORREA; KALLIL, 2021, p. 13)

⁸⁶ Casos de pedofilia e prostituição são investigados desde 2006, porém, apenas em 2020 repercutiu nacionalmente, se potencializando no contexto da Covid-19. Para saber mais: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/casos-de-prostituicao-e-pedofilia-no-marajo-sao-investigados-desde-2006/> Acesso em 06 out. 2023.

Entende-se que o enfrentamento à ideologia de gênero é a defesa da noção que a família natural da sociedade é unicamente formada por casais heterossexuais, sendo a função social da mulher ser mãe e esposa e o objetivo do casamento, a procriação. Dessa forma, o combate ao casamento de pessoas LGBTs,⁸⁷ a reivindicação da legalização do aborto e a defesa do foco das mulheres na procriação e cuidados são algumas das bandeiras levantadas por esses movimentos da extrema-direita no atual cenário.

A mulher, assim como a família, passa a se constituir, ao mesmo tempo, como sujeito de direitos e deveres cuja responsabilidade pela manutenção da vida torna-se cada vez mais a ser deslocada do Estado para elas⁸⁸. Disso surge a contradição basilar dessa aliança, pois enquanto se promove a responsabilização de si com base no direito à liberdade, tutela-se o corpo dessas mulheres e se impõem a elas os limites de seu livre-arbítrio, para não haver espaço de diálogo com pautas que versam sobre os direitos femininos reprodutivos.

Nesse sentido, não é de se estranhar que Damares⁸⁹ seja também uma das porta-vozes do movimento Pró-Vida, Marcha Pela Vida e Brasil Sem Aborto, opondo-se publicamente à interrupção voluntária da gravidez até mesmo em casos previstos pelo Código Penal (Ibid. p. 88). Cabe mencionar que os anos de 2020 e 2021 foram marcados por inúmeras investidas de Damares enquanto ministra no que concentra o projeto político da extrema direita em combater qualquer avanço da descriminalização do aborto. Em 2020, ela mobilizou inúmeras pessoas para impedir o aborto de uma menina de dez anos⁹⁰ – vítima de estupro e em situação

⁸⁷ Sobre esse aspecto, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou, em outubro de 2023, o projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A medida está prevista no parecer do relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), apresentado ao [Projeto de Lei 580/07](#) e aos textos apensados a ele. O parecer recebeu 12 votos favoráveis e cinco contrários. A proposta ainda será analisada nas comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; e de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Se for aprovada, seguirá para o Senado. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/> Acesso em 10 out. 2023.

⁸⁸ Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que a narrativa de crise do cuidado, do trabalho reprodutivo está completamente atrelada com narrativas da extrema direita pautadas na “destruição da família”, supostamente promovida pelos movimentos feministas e pela esquerda de forma geral, as quais versam dar visibilidade ao trabalho que é realizado majoritariamente por mulheres e que, nas novas configurações sociais, tem sobrecarregados as mulheres. Segundo Fraser (2023), a solução no tempo presente por parte de políticas neoliberais e neoconservadoras tem sido inventar novos significados de diferença de gênero e modernizar a dominação masculina (p.53), para que o impacto dessa sobrecarga seja invisibilizado e amenizado.

⁸⁹ Manduca (2021) descreve a trajetória política de Damares no enfrentamento dos direitos reprodutivos, que se iniciaram com a assessoria jurídica ao Congresso Nacional (por mais de 20 anos), levantando projetos como o Estatuto do Nascituro e opondo-se firmemente contra a “descriminalização do aborto nos casos anencefalia diagnosticada e na permissividade das pesquisas com células-tronco embrionárias [...]” (Ibid, p. 107).

⁹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damores-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-e-10-anos.shtml> Acesso: 01 mar. 2022.

de risco de vida. O caso aconteceu no Espírito Santo e o aborto teve que ser realizado tardiamente, com aval da Justiça, em um hospital de Recife, já que a mesma não conseguiu acesso ao serviço em seu estado de origem. O tio da menina, principal suspeito de ter cometido o crime, foi preso.

Já o ano de 2021 foi marcado por investidas internacionais, como a visita de Damara à coalizão antiaborto em Genebra. Assinada por 34 países, a Declaração ou Consenso de Genebra tem como finalidade criar um pacto internacional contra os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, entre eles o aborto.⁹¹ Nessa ocasião foi selado o compromisso de fortalecimento da família e que questões atreladas à interrupção da gestação fossem tratadas com leis nacionais, sem influência dos preceitos da Organização das Nações Unidas (ONU). Tais ações foram legitimadas pelo governo brasileiro e promoveram, na época, o encerramento de quaisquer discussão afeita à descriminalização do aborto, posicionando o Brasil na contramão dos movimentos de outros países da América Latina, como Argentina, México, Chile e Colômbia.

As disputas de narrativas em torno dos direitos reprodutivos de mulheres, meninas e pessoas que gestam, sem dúvida, tomou proporções maiores com o recrudescimento das narrativas neoconservadoras, pavimentando assim o ativismo de um antifeminismo de Estado, impulsionado por lideranças religiosas católicas e evangélicas. Tais discursos ganharam maior visibilidade no Congresso brasileiro, após as eleições de 2018, marcadas por um aumento significativo de parlamentares conservadores, atreladas ao partido e pautas do ex-presidente Bolsonaro.

Para além do Brasil, com as novas alianças firmadas entre elites religiosas (católicas carismáticas e evangélicas neopentecostais), o foco tem sido o combate ao avanço de pautas levantadas pelas agendas feministas de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, a dualidade entre o Movimento Pró-vida e os Movimentos Feministas na Argentina, durante a votação na Câmara dos Deputados/as e no Senado, em 2018, sobre o projeto que reivindicava a legalidade do aborto seguro e gratuito (MORÁN FAÚNDES, 2015; RANGEL, 2012). Apesar do forte ativismo “pró-vida”, o projeto foi aprovado.

O predomínio da narrativa neoconservadora considera a ordem sexual e familiar ameaçada por setores “ilegítimos” da política, ou seja, grupos considerados “minorias” por representar a diversidade sexual e romper com a tradição patriarcal de heteronormatividade.

⁹¹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/02/damara-vai-a-genebra-para-celebrar-pacto-antiaborto.htm> Acesso: 01 mar. 2022.

Há, então, uma defesa, através da moralidade cristã, do ato sexual enquanto um fim reprodutivo (e de ordem “natural”), em descompasso com os pressupostos sociais de autonomia em relação ao corpo e ao prazer (BIROLI et. al., 2020, p. 24).

Essa reação se deu como contra-resposta à visibilidade das lutas das mulheres, dos movimentos LGBTQIA+ que avançaram nas últimas décadas tanto na política institucional como nas ruas, nos debates e pesquisas acadêmicas. De forma sucinta, cabe mencionar que a partir de 1990, as organizações feministas junto à Câmara Federal, assim como nas agências estatais, têm logrado avanços na legislação no campo dos direitos das mulheres, com exceção da pauta referente à legalização do aborto. Assim, no contexto brasileiro a agenda anti-aborto é um dos fios condutores das narrativas antifeministas e encontrou nas deputadas bolsonaristas um “lugar seguro” para a disseminação de sua luta, tornando-se uma pauta prioritária em suas agendas políticas, em consonância com deputados homens de seus partidos, os quais são parceiros de luta dessas parlamentares.

Outra figura crucial para a compreensão das experiências antifeministas no Brasil é a deputada estadual de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo (2018-2022; 2023-2026) do Partido Liberal (PL), a qual foi a deputada mais votada em 2022. A deputada e professora de história lançou o primeiro livro declaradamente antifeminista do Brasil em 2019, intitulado de *Feminismo: perversão e submissão* e, em 2022, lançou o livro *O mínimo sobre feminismo*. Em seu primeiro livro, Campagnolo faz um revisionismo da trajetória do feminismo, na tentativa de confrontá-lo e mostrar quais são “as reais motivações” desse movimento, o qual considera nocivo aos valores da família, da igreja e da feminilidade.

A autora cita a trajetória e as obras de ativistas feministas como Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Mary Wollstonecraft, afirmando que os escritos desenvolvidos por essas ativistas são perigosos à sociedade. Além disso, questiona as conquistas dos movimentos feministas, como o voto feminino, que, segundo Campagnolo, não é uma conquista obtida pelas sufragistas, mas, sim, por homens que ocupavam a arena política.

Para a autora, o feminismo usurpa a suposta verdadeira história que perpassa a condição feminina na sociedade, pois, para ela, mulheres são privilegiadas em todos os aspectos sociais, mais que os homens e, por isso, a luta dos movimentos feministas não faz sentido, tornando-se nociva para o “real papel” que as mulheres supostamente devem desempenhar na sociedade.

Já em seu segundo livro, a deputada afirma que o papel da liberação sexual, muito presente no discurso feminista durante a segunda onda feminista, seria uma “fase marcada

pelo desejo de algumas mulheres ocidentais de reproduzir os defeitos sexuais que sempre foram, no imaginário social, atribuídos aos homens” (CAMPAGNOLO, 2022, p.57).

A autora menciona como, supostamente, fazem parte do feminismo a depreciação do corpo feminino, o ódio à maternidade (que para ela é intrínseco a essa ideologia) e a afronta à feminilidade. O feminismo, então, teria ocupado espaço, se disseminando por meio da educação promovida nas escolas e universidades públicas, e por esse motivo ela se identifica como uma defensora do *homeschooling* – ensino doméstico ou educação domiciliar, no qual os pais se consideram responsáveis totalmente pela educação dos filhos e não a escola, se opondo com afinco aos currículos escolares.

Campagnolo recorre inúmeras vezes aos escritos de Simone de Beauvoir para justificar seu pensamento. Segundo a deputada, Beauvoir chegou a afirmar que a condição das mulheres em relação aos homens era tão infeliz que causava inveja a condição dos negros escravizados, proletários e judeus. Os negros, segundo a leitura de Campagnolo sobre as obras de Beauvoir, ao menos, “poderiam desejar uma humanidade toda negra ou livre de brancos; já a mulher, como se queixa ela, infelizmente, nunca poderia eliminar o homem” (2019, p.80). Por fim, para a deputada, o feminismo é ruim porque ele é totalmente anticristão, e por isso, dentre outros motivos, deve ser combatido com afinco, para não haver a deturpação dos papéis de gênero estabelecidos pela ordem patriarcal.

Além do empenho da parlamentar antifeminista em produzir livros que reivindicam outra interpretação da luta das mulheres, com muita frequência, Campagnolo oferta cursos de formação antifeministas, realizados, em sua maioria, de forma *online* e às vezes de forma presencial em igrejas evangélicas como a Bola de Neve Church de Florianópolis, Santa Catarina.⁹² Nesses cursos, o objetivo principal é estudar as supostas mentiras feministas sobre educação, mercado de trabalho, direitos, desconstruindo assim concepções como o de empoderamento, assumindo assim um tom de alerta sobre os perigosos dos feminismos para a sociedade e para as mulheres que se assumem como tal ou flertam com essa ideologia.

O neoconservadorismo assume um lugar fundamental no estabelecimento do antifeminismo no atual contexto, primeiro, por pautar a defesa dos papéis sociais definidos pelo patriarcado e sustentar que qualquer mudança encabeçada pelos movimentos feministas, nesse contexto, rivaliza com a compreensão de família tradicional – a qual deve ser defendida. Com isso, o neoconservadorismo tem uma lógica normativa e disciplinadora

⁹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FEi98wMMDbs> Acesso em 18 agos. 2023.

interiorizada pelos sujeitos contemporâneos, e consolida um modelo de governança e cidadania (BIROLI et al., 2021, p.26).

Os discursos e escritos de Ana Campgnolo corrobora com essa normativa disciplinadora em reação à ampliação da agenda feminista pavimentada nas últimas décadas. Para tanto, instaura-se um pânico moral, um suposto contexto de crise que tem como *locus* a ameaça à família e à categoria mulher.⁹³ Ambos se conectam, pois, se a relação das mulheres com as instituições, família e Estado se modificam, as dinâmicas sociais conseqüentemente se transformam também.

Durkheim (1895) já mencionava tais alterações quando conceitualizou os fatos sociais. O teórico afirmava que os indivíduos são levados a determinadas formas, maneiras de agir, pensar e sentir devido a forças externas – uma consciência coletiva já pré-estabelecida. Assim, esses passam a adotar hábitos e posturas conforme o que foi pré-estabelecido pela sociedade.

Para Durkheim, fato social é “toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então, ainda, geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independentemente das manifestações individuais que possa ter” (Durkheim, 2002, p. 11). O autor faz uma diferenciação entre os fenômenos de natureza biológica e os fatos sociais: “a coerção social é devida, não à rigidez de certos arranjos moleculares e sim ao prestígio de que estão investidas certas representações” (Ibid., p. XXVII).

O sociólogo não se debruçou a organizar com profundidade as questões de gênero ao tratar dos fatos sociais, porém, a questão de gênero é uma evidente manifestação do fato social, afinal, desde a gestação já é feita a distinção entre homens e mulheres, meninas e meninos, o que esses irão vestir, como vão se portar, quais comportamentos são aceitos, rejeitados e como será a convivência que envolve suas existências em sociedade.

Judith Butler, por sua vez, ao discutir tais questões, desenvolve a teoria de que o gênero seria fruto de fatores socioculturais e não somente biológicos (BUTLER, 1990), ou seja, os papéis sociais de gênero são essenciais para a perpetuação de quem realizará o trabalho de cuidado, trabalho reprodutivo e afetivo, bem como, quem terá boas condições ou será impulsionado a ocupar a esfera da política e lugares de tomada de decisão na sociedade.

⁹³ Em suas falas, Ana sempre ressalta que para o movimento feminista não existe mulher enquanto essência, nem homem, mas sim “somos todos uma construção cultural e nós podemos nos repaginar completamente, o homem pode ocupar o lugar da mulher e vice-versa e isso aumenta o número de mulheres infelizes” (CAMPAGNOLO, 2022), Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W66DMeKLOHc> Acesso em 18 ago. 2023.

Podemos afirmar que o binarismo de gênero é fundamental para a compreensão dessa lógica neoconservadora de mundo e, na prática, ele se evidencia principalmente no casamento, ou seja, o mecanismo social por meio do qual se operacionaliza a união por diferenciação, dando ao homem as condições de exercício de poder hierárquico sobre a mulher. Assim, a família tradicional é o *locus*, de exercício de poder patriarcal conferido pelo Estado ao homem heterossexual.

Isso se perpetua, por exemplo, por meio das narrativas de figuras e discursos antifeministas como os de Damares Alves, citada anteriormente. Em janeiro de 2019, após ser empossada ministra ela afirmou que: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa” (ALVES, 2019),⁹⁴ fazendo alusão à suposta ideologia de gênero em curso no Brasil, a qual questiona os binarismos de gênero. Em seguida, Damares afirmou que: “o Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente evangélica” (Ibidem).

Nas duas falas da ex-ministra fica evidente a pavimentação de uma guerra cultural, disputa de narrativas instaurada e encerramento de diálogo com os movimentos feministas e pautas LGBTQIA+, a partir do que se entende por família e papéis sociais. A primeira fazendo claramente uma alusão a não inclusão da população LGBTQIA+ na estrutura organizacional do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, demonstrando também quais relações de poder estavam se estabelecendo a partir daquele momento. Podemos afirmar que não se trata de uma discussão biológica no que tange os gêneros, mas de quem pode falar sobre o assunto e de como esse é apresentado.

O que está posto a partir de tais falas e de toda postura da ex-ministra nos quatro anos de governo Bolsonaro é a disputa política de quais identidades de gênero e orientações sexuais têm direito à existência, ou seja, a visibilidade, quais se tornaram objeto de políticas públicas e quais serão completamente excluídas – e devem ser claramente exterminadas a partir dessa lógica excludente e neoconservadora.

A alusão feita à fé que Damares professa, juntamente com a ênfase de ser “terrivelmente evangélica”, também demarcou uma determinada concepção de gênero e sexualidade que tem a Bíblia e a fé como fundamentos para suas “teorias”, deixando completamente de lado o fato a laicidade do Estado. Quando Damares Alves afirma que “essa ministra é terrivelmente evangélica”, ela não está se comunicando apenas em termos religiosos, mas igualmente políticos, pois as disputas em espaços – supostamente – seculares

⁹⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

exigem performances públicas – conforme as regras do jogo democrático – por parte de seus agentes.

Como explica Burity (2021), a ascensão de uma minoria cristã, marcadamente da direita evangélica pentecostal, a cargos de influência e poder político – antes ocupados por um certo catolicismo hegemônico – constituiu uma transformação em como a moralidade cristã passava a ser representada em espaços supostamente seculares, visto se tratar de uma mudança de posição, do antagonismo político ao centro do tabuleiro, em que era possível não somente propor leis como também definir as regras do jogo.

Foi assim que, segundo o autor, a ideia ecumênica conservadora de uma “maioria cristã” ganhou força com a direita cristã neoliberal e neoconservadora após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Esse é o contexto em que o discurso de uma agenda política “terrivelmente cristã” ganha sentido, no qual a compreensão de “povo evangélico no Brasil” é transformada em “o povo brasileiro como evangélico” (Ibidem). Em outras palavras, para a extrema direita cristã que ascende ao poder com o bolsonarismo, o *povo de Deus* equivale ao *povo brasileiro*, o qual, nessa lógica, constitui a verdade e trava uma guerra espiritual na esfera política.

Mais tarde, em entrevista à DW Brasil, Damares Alves (2020, n/a) retoma esse ponto ao afirmar que “é o momento de a igreja ocupar a nação brasileira”. Contudo, seu discurso está mais articulado a uma gramática secular dos direitos humanos, que aponta o trabalho das igrejas – tanto católicas como evangélicas, mas sobretudo estas últimas – como uma *linha auxiliar* do Estado na construção de programas de assistência social. A esta ideia se articula a centralidade de um modelo de família bem específico no projeto de governo de Bolsonaro, no qual, segundo afirmou Alves já em seu primeiro discurso como ministra, “todas as políticas públicas neste país terão que ser construídas com base na família. Assim, a família vai ser considerada em todas as políticas públicas” (Ibidem).

A família é uma categoria central para as políticas bolsonaristas e, por extensão, para o ministério que foi comandado por Alves. O projeto de transformação que a ex-ministra e atual senadora do Distrito Federal costuma associar à colaboração das igrejas cristãs está fundamentado na manutenção de hierarquias de classe, gênero e raça, mas de uma forma mais sofisticada do que nos pensamentos ortodoxos do conservadorismo e do liberalismo tradicionais.

É disso que trata a maioria de seus discursos sobre os valores familiares que, na sua ótica, precisam ser restaurados: transformar por fora e manter as estruturas por dentro. E o mais importante: privatizar responsabilidades públicas em nome de um significante esvaziado

de liberdade, tornando o Estado um agente responsável pelo controle e manutenção dessas privatizações – e das desigualdades que elas acarretam, com muito mais efeito sob às mulheres racializadas, em especial, quando a questão é o cuidado e o trabalho reprodutivo e doméstico.

Dada essa breve introdução, pergunto: como os feminismos são vistos pelas antifeministas? Quais são os fatores que podem levar ao antifeminismo? Como se configura o pensamento antifeminista? Essas dentre outras questões nortearam a análise para a compreensão dos impactos da ascensão neoconservadora no Brasil, a qual teve maior adesão a partir das eleições de 2018. Esse salto teve o antifeminismo por parte de mulheres como principal instrumento de propagação desses ideários, galgando visibilidade na política institucional, e mobilizando da representatividade feminina para ser ampliada a pauta anti agenda dos movimentos feministas.

2.1 O feminismo como inimigo

A historiadora Charu Gupta (1991) afirma que o nazismo na Alemanha representou o caso mais extremo de antifeminismo do século XX por inúmeros motivos, sobretudo, porque as mulheres foram inseridas na engrenagem nazista como responsáveis em gestar e criar “filhos fortes” para a nação. No nazismo, a emancipação feminina foi combatida com afínco, sendo considerada um sintoma da decadência. Nas palavras do próprio Hitler em referência a esta questão: “A palavra emancipação feminina é apenas uma palavra inventada pelo intelecto judaica, e seu conteúdo é permeado pelo mesmo espírito. A mulher alemã não precisa se emancipar nos verdadeiros e mais importantes momentos da vida alemã”⁹⁵ (Noakes e Pridham, 2000, p. 255).

O ataque às organizações de mulheres e ao ideário de emancipação feminina fez-se e se faz presente em governos autoritários, pois esses se calcam no patriarcado, além do colonialismo e capitalismo, que formam uma tríade de sistemas de opressão estruturais. Para ser possível a manutenção e a propagação de um pensamento homogêneo, em que os papéis sociais são bem estabelecidos, é necessário uma radicalidade nas narrativas e práticas dos indivíduos quanto aos papéis de gênero e as funções de ambos os sexos para não haver dúvidas em quais padrões reproduzir.

⁹⁵ Tradução da autora. No original: “La mujer alemana no necesita emanciparse en los verdaderos y más importantes momentos de la vida alemana” (Noakes y Pridham, p.255, 2000).

Também são criados inimigos em comum, potencializando assim a disputa entre eu *versus* o outro, esse que precisa ser silenciado para não haver propagação de suas narrativas e concepções de mundo. Em outras palavras, se algo rivaliza com o estabelecido pela ideologia defendida, deve ser questionado e destruído para que se estabeleça a construção de percepções de inimigos – o que não é uma novidade, pois autores como Benjamin (1987) e Adorno (2006) já estabeleciam análises sobre os fascismos e o nazismo baseadas na construção de estética, propaganda e percepções de inimigos produzidas a cada etapa da ascensão desses regimes.

Assim, é importante ressaltar o quanto o antifeminismo esteve presente com muita força também em experiências como o fascismo na Itália, liderado por Mussolini. As mulheres italianas eram profundamente influenciadas pela Igreja Católica, a qual tinha muita força e, por isso, Mussolini fez o que foi possível para conquistar o Vaticano e alcançar o apoio de uma vasta gama de mulheres que estavam atreladas ao catolicismo. Tal aproximação surtiu efeitos, com a fundação da atuante ala feminina do Partido Fascista, que tinha como lema “Deus, Pátria, Trabalho”. As mulheres eram tidas como as guardiãs da casa, espaço que é uma das mais vitais instituições na reprodução das relações capitalistas como um todo (FERGUSON; McNALLY, 2013), endossando o espaço privado como lugar destinado a elas pelo patriarcado.

À época, Mussolini, segundo Zetkin (2019, p. 56), prometeu às mulheres o direito de votarem e serem votadas, porém, isso só aconteceu para as eleições dos conselhos municipais na Itália, e seus direitos políticos permaneceram negados. No entanto, não era qualquer mulher que poderia votar nos conselhos. Tratavam-se apenas daquelas que conseguissem comprovar certo nível educacional, aquelas cujos maridos possuíssem condições para pagar os impostos, afunilando os direitos políticos pelo condicionante de classe.

Na lógica fascista, a visão de mundo machista e misógina impõe às mulheres um lugar hierarquicamente definido na sociedade. Elas são reduzidas a um estado de submissão, à condição de reprodutoras da raça determinada como pura, devendo-se ocupar da casa e da educação das crianças. Nessas condições, elas eram impedidas de desempenharem um papel na vida pública – assim como no nazismo.

Dessa maneira, a ideia de mulheres se organizarem de forma coletiva, com a finalidade pensar a emancipação ou em estratégias de enfrentamento às desigualdades de gênero, torna-se uma ameaça para qualquer ideologia autoritária calcada no patriarcado.

Baseada nessas reflexões, questiono: o que esses governos têm em comum? Uma das respostas é o enclausuramento da mulher no espaço privado, no lar, desempenhando as

funções de donas de casa, realizando o trabalho reprodutivo – aquele que reproduz a vida, o trabalho afetivo e o trabalho de cuidado. Ao estarem restritas no privado, as mulheres não dialogam entre si, não compartilham vivências e experiências, resultando na falta de possibilidade em organizarem-se.

Hannah Arendt em *A condição humana* (1997) afirma que a vida pública é valorizada por significar a expressão máxima de liberdade e possível potencialidade de desenvolvimento coletivo. Assim, ao ocupar o espaço público, as mulheres estão configurando novas formas de sociabilidade, desenvolvendo-se coletivamente, questionando como se dá a mobilidade em seus locais de circulação e, com isso, revisitando os problemas que estão imbricados na ocupação desse espaço. Por ficarem reclusas no espaço privado, reitera a ideia de que mulheres são destinadas ao espaço privado, contribuindo também para que essas não se sintam estimuladas a se organizem ou ocupem espaços na vida pública, nos espaços de tomada de decisão de poder e, muito menos, questionarem as assimetrias de gênero.

Para tanto, na manutenção do controle e docilização sobre o corpo das mulheres é essencial tornar os feminismos em inimigos, o que mobiliza uma concepção de família em que é evidente os papéis que ambos os gêneros devem desempenhar. Em governos autoritários, isso se demonstra mais nitidamente, como, por exemplo, assim que Adolf Hitler assumiu o poder na Alemanha, em 1933, uma das primeiras coisas que fez foi fechar as clínicas de planejamento familiar e investir na criminalização do aborto, associando o ato a um tipo de crime contra o Estado.

Claramente, as mulheres alemãs não aceitaram as novas normativas e investidas de demonização dos movimentos feministas de forma pacífica, organizando-se de formas clandestinas, colocando suas vidas em (mais) perigo, do que já estavam em um governo completamente autoritário. Muitas mulheres resistiam dentro de todas as limitações e perseguições estabelecidas aos que tentassem se rebelar contra o nazismo, pois, nesse regime, a mulher não tinha lugar, muito menos voz, já que era a capacidade do homem que se destacava e cultivava.

Na historiografia, os movimentos de resistência marcaram inúmeras experiências autoritárias, apesar de muitas vezes os registros desses atos serem invisibilizados ou até mesmo apagados de forma proposital. Sobre esse aspecto, Michelle Perrot afirma que:

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de

resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. (PERROT, 2017, p. 224)

Perrot na citação acima faz alusão às mulheres populares na França, não sendo o único lugar onde as mulheres mostraram a sua resistência e lutaram por seus direitos. Durante o nazismo na Alemanha, bem como no fascismo na Itália, o autoritarismo foi questionado e enfrentado por tornar a luta das mulheres em um inimigo a ser combatido, encerrando assim todos os diálogos e leis que a atendiam as demandas das mulheres a partir de uma ótica progressista. Essa resistência foi feita por mulheres alinhadas ao feminismo à perspectiva de direitos humanos.

Porém, havia um movimento contrário a isso por parte de outras mulheres. Algumas, acabavam unindo-se ao nazismo para terem visibilidade e voz, ao se casarem com grandes líderes do Reich e assim, galgar grandes cargos dentro do sistema, isso lhes davam prestígio e uma posição favorável, como afirma Wendy Lower em *As mulheres do Nazismo* (2014). Muitas, seduzidas por anúncios como: “Trabalhadoras mulheres, saudáveis e com idades entre 20 e 40 anos são procuradas”.⁹⁶

Trabalhar em um campo de concentração era mais atraente do que trabalhar em uma fábrica, com jornadas exaustivas e sem nenhum apoio praticamente do governo. Segundo Lower (2014), cerca de 3.500 mulheres trabalharam como guardas de campos de concentração nazistas, e todas elas começaram em Ravensbrück – o maior campo exclusivamente feminino da Alemanha nazista, onde mais de 120 mil mulheres foram presas.

Nos (poucos) registros sobre o papel das mulheres no nazismo, aparecem relatos da falta de compreensão de como elas conseguiram ser tão sádicas ao torturarem, assassinares ou espancaram outras mulheres e meninas. Essa falta de registro aponta para a dificuldade em aceitar que mulheres são capazes de fazer atrocidades. Nesse sentido, muitas delas foram patologizadas como se tivessem algum tipo de transtorno ou até mesmo consideradas como vítimas exploradas pela ideologia nazista. Tirando assim toda a capacidade, agência e autonomia das mulheres em se responsabilizarem pelos seus atos.

Outro exemplo que ilustra a ofensiva contra os direitos das mulheres, bem como, a resistência por parte dessas, é o contexto da Revolução de Outubro de 1917. Nos anos que se sucederam, se evidenciaram os avanços e retrocessos no que tangencia principalmente a condição feminina e seus direitos reprodutivos. Clara Zetkin, figura crucial nessa luta e discussão, foi eleita deputada no Reichstag, durante a República de Weimar (1919-1933). Em

⁹⁶ Retirado de: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55709166> Acesso em 05 agos. 2023.

seus escritos, Zetkin narra que, sob o stalinismo, a família foi reativada como forma de viabilizar, politicamente, o poder da burocracia estalinista e a domesticação das massas e, economicamente, a redução dos gastos estatais e a garantia de trabalhadores saudáveis, disciplinados e produtivos:

Nesse período também a organização das mulheres foi suprimida, a homossexualidade e a prostituição tornaram-se crime, o aborto foi proibido, a autoridade paterna foi restabelecida, instituíram-se altas taxas para o divórcio, por fim, as escolas deixam de ser mistas e a quantidade de restaurantes, creches e orfanatos diminui a partir da necessidade declarada de investir na indústria (SILVA, 2016, p. 16).

Ressaltamos a experiência do stalinismo por ser a primeira linha do marxismo pós-revolução russa que buscou consolidar uma posição de afastamento entre marxismo e feminismo, vendo-o como divisor da classe, contrarrevolucionário e, na melhor das hipóteses, submetido a um automatismo e a um determinismo do econômico sobre o cultural/ideológico, que foi responsável por relegar a questão das mulheres ao campo dos assuntos que só seriam importantes após a revolução (SILVA, 2016).

Para alcançar seus objetivos políticos e ideológicos, a revolução necessita que haja uma docilização e disciplinarização exacerbada dos indivíduos – principalmente mulheres em sociedade – e isso se manifesta de inúmeras formas, como a investida em diluir ou extinguir os movimentos sociais que questionam as desigualdades de gênero, raça, etnia e classe, assim como a criação de um inimigo em comum que deve ser combatido e representa um ataque a todos os princípios de governos autoritários, por exemplo, o comunismo.

A criação do eu *versus* o outro, o inimigo cria um estado de irrealidade que se é mantido, principalmente, a partir da figura do líder, esse que impulsiona e emprega um sentimento de vitimização coletiva para ser possível criar uma identidade de grupo. Em regimes ultranacionalistas como o fascismo, a nação é representada pela figura de um líder autoritário que fala em seu nome e defende preceitos os quais supostamente corroboram na manutenção de aspectos ideológicos específicos. A figura de um líder é crucial para que as políticas e táticas fascistas não sejam enfraquecidas, resultando também em uma uniformidade linguística, religiosa, étnica e moral (STANLEY, 2019, p. 20).

Assim, movimentos e regimes autoritários e ultraconservadores têm como um de seus fios condutores o controle dos dispositivos sexuais de gênero para conservar os papéis sociais que garantam o seu funcionamento. Isso se evidencia, principalmente, a partir das táticas fascistas, uma vez que essas têm a finalidade de alcançar poder, o que se dá a partir de inúmeras estratégias, como o passado mítico, a propaganda, o anti-intelectualismo, a

irrealidade, a hierarquia, a vitimização, a lei e a ordem, a ansiedade sexual, os apelos à noção de pátria e a desarticulação da união e do bem-estar público (STANLEY, 2019, p.14).

Esses aspectos contribuem para a cartografia da consolidação de um antifeminismo por reiterar os papéis sociais de gênero atribuídos às mulheres e aos homens, considerando o feminismo injusto e perigoso para os últimos. Soma-se a isso a mobilização de afetos, como o ressentimento, que acaba por nutrir o ideário do antifeminismo. Tendo em vista a relevância das emoções para que se pavimente uma ideologia, sua suposta justificativa é a construção de um horizonte de intencionalidade coletiva, conforme veremos a seguir.

2.2 O ressentimento como afeto crucial

A discussão dos afetos tem sido retomada para se pensar a ascensão de governos autoritários na tentativa de compreender concretamente como se dão as transformações sociais, e porque essas experiências estão relacionadas ao modo como os indivíduos em sociedade são afetados. Afinal, a sociedade é um circuito de afetos que produz e são produtores de afetividade. É possível afirmar que atualmente a esfera política tem sido redesenhada pela presença cada vez mais visível das emoções na esfera pública (Wahl-Jorgensen 2018; Esteves 2019).

A discussão sobre o antifeminismo está totalmente interconectada pela chave do ressentimento – presente em boa parte das narrativas e práticas de pessoas que se opõem aos feminismos. De forma resumida, o ressentimento pode ser definido como uma “experiência continuamente renovada de impotente hostilidade [...] um conjunto de ‘sentimentos’ em que predominam o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência [...] rancorosa” (ANSART, 2004, p. 15).

Já Wendy Brown afirma o avanço de governos antidemocráticos pela ótica do ressentimento. A partir da análise de Brown sobre a experiência norte-americana, bem como a realidade que tem se configurado no Brasil e entre outros países, observamos que os pilares que sustentam o avanço conservador encontram-se na moralidade antidemocrática, nos desmontes da solidariedade social e orienta-se por lógicas neofascistas, neoconservadoras, racistas e, principalmente, masculinistas.

Com relação ao último aspecto, é interessante salientar os caminhos que Brown nos indica sobre a temática ao afirmar que um dos efeitos do neoliberalismo é a insegurança crescente da masculinidade específica, a branca destronada. Essa insegurança se manifesta de diversas

formas, porém, remonta aos ataques às feministas e suas pautas, que seria uma forma nihilista de ação (BROWN, 2019, p. 209).

Ao mobilizar o conceito de Nietzsche de “destruição da vontade”, Brown admite que os supremacistas brancos empreendem ataques a todos aqueles que de alguma forma – no imaginário dos primeiros – iria arruinar os valores tradicionais que fornecessem privilégios a esses e a ordem tradicional. Isso se demonstrou durante a campanha do ex-presidente norte-americano, Donald Trump, sendo possível vislumbrar tal narrativa a partir do fortalecimento do antifeminismo, na forma como esse mobilizava as agendas feministas e no trato com outras mulheres publicamente. Tais expressões geram assim uma identificação coletiva por boa parte da população masculina norte-americana, ao ponto de Trump ser ovacionado por suas posturas declaradamente sexistas. Brown intitula boa parte dos apoiadores do ex-presidente norte-americano Donald Trump de homens brancos ressentidos e problematiza que:

Tais efeitos reconfiguram o debate batido da esquerda a respeito da questão de saber se o populismo de direita nasce hoje do ressentimento, se se trata da raiva dos que foram deixados para trás economicamente ou da raiva do masculinismo branco destronado. A neoliberalização da vida cotidiana – não meramente seus efeitos desigualitários, mas também seu espírito implacavelmente desigualitário – combina intensamente ambos (BROWN, 2019, p.217).

Evidencia-se com isso que, possivelmente, a raiva não sublimada combinada com rancor retido resulta em uma política da vingança a tudo que se apresenta como ameaça. Figuras como Donald Trump, nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, no Brasil, apresentam tais características ressaltadas por Brown em seus discursos, ações, bem como entre os atores políticos que compõem esses grupos: uma nova direita destronada, branca, masculina, enraivecida e completamente antifeminista.

Outro fator que norteia a discussão proposta é o impacto do âmbito familístico no discurso antifeministas das novas direitas na contemporaneidade. Essas narrativas ascendem em congruência com os afetos mobilizados por essas atrizes e atores que coadunam com essa ideologia, dentro disso, o núcleo familiar torna-se uma arma potente na tentativa de destruir quaisquer valores que supostamente rivalizem com o que esses querem conservar.

De acordo com essa lógica, a família funciona como rede de proteção, apresentando-se como salvaguarda às agendas feministas, à esquerda e à ideologia de gênero. O *ethos* familista é composto por aspectos fundamentais, como o papel de submissa que as mulheres devem desempenhar, centrando suas atividades no trabalho do cuidado, e encarando a

maternidade como compulsória, no sentido de que precisam cumprir com a função social designadas. Segundo Flávia Biroli (2019):

A apologia conservadora à família é um ponto de convergência entre diferentes conservadorismos e se conecta a duas faces do recesso democrático, a restrição da dimensão pública da política, apoiada em uma lógica orçamentária e traduzida na privatização e na retirada de direitos sociais, de um lado, e a restrição de direitos individuais e de minorias, apoiada na noção de “maioria moral”, por outro.⁹⁷

Nessa nova dobra do capital na qual conservadorismo se associa com capitalismo, nos encontramos em uma faceta que autoriza voltarmos a um passado saudosista. Por isso, é possível vislumbrarmos uma economia colonial, ou seja, a exploração primitiva, nesse contexto em que a mulher retorna ao espaço privado a partir de um discurso essencialista, essa é a formação inicial da família. Como se tudo retornasse ao tradicionalismo, pois a forma primitiva está presente na mentalidade neoconservadora.

O antifeminismo não é uma novidade do século XXI e das ascensões de governos neoconservadores e de extrema direita. Porém, é possível afirmar – como já foi mencionado – que um caráter que configura novos aspectos da compreensão do antifeminismo é a inserção de mulheres declaradamente antifeministas que estão disputando eleições, encabeçando ataques declarados às agendas feministas e se inserindo na política institucional, justificando suas militâncias a partir da lógica do cuidado — que na lógica patriarcal é destinado ao feminino.

Quando uma antifeminista ocupa espaço na política, é notório um padrão de discurso que parte da noção de que a mulher teria uma predisposição biológica ao cuidado e à sensibilidade: “Sou mulher, sou mãe, sou trabalhadora, cumpro meu papel social estabelecido, mas quero fazer política por entender que a mulher tem uma sensibilidade” (GALETTI, s/p, 2021). Ou seja, narrativas que mantêm os papéis de gênero muito bem estabelecidos na lógica patriarcal são resgatados e propagados, tendo como finalidade a manutenção das opressões e das desigualdades que mulheres são acometidas há séculos e cotidianamente.

Porém, há uma diferenciação que precisa ser feita no que tange a discussão do neoconservadorismo propagado pelas mulheres. De um lado, há uma radicalidade de encerramento de diálogo, demonização de todas as pautas feministas, o que estamos chamando de antifeminismo. Por outro lado, há um grupo de mulheres que se autointitulam conservadoras e não feministas, mas que não se colocam completamente contra as discussões

⁹⁷ Retirado de: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/no-familismo-neoliberais-encontram-direita-religiosa/>

realizadas pela agenda feminista. Essas consideram algumas discussões importantes, como a questão da violência contra as mulheres.

Segundo pesquisa realizada por Rocha e Solano (2023), as quais entrevistaram cerca de 51 mulheres nas cinco regiões do país, a violência contra a mulher desperta sentimentos de raiva e revolta. Os homens são apontados como detentores de força física superior, o que colocaria as mulheres em uma posição fragilizada do ponto de vista estritamente físico (ROCHA; SOLANO, 2023, p.37), isso foi consenso entre as entrevistadas dos mais diferentes perfis, classes sociais, raças, etnias e religiões. A mesma pesquisa demonstrou que para as mulheres que se consideram conservadoras, o machismo na sociedade brasileira é evidente tanto na vida pública como no cotidiano (ROCHA; SOLANO, 2023, p.35).

Diferentemente das mulheres que se autointitulam antifeminista, que, com frequência, mobilizam o argumento de que homens morrem mais em decorrência de assassinatos e violências sofridas ao circularem nas ruas: a porcentagem de casos de assassinatos de mulheres ocorridos em dentro de seus domicílios, em média 39%, é maior do que a de homens (15,9%), segundo o Atlas da Violência. As análises dos dados presentes no próprio documento apontam que não é possível discutir violência sem ser pela perspectiva de gênero, pois as mulheres são assassinadas pelo fato de serem mulheres. O que consequentemente ocasionou na implementação da Lei do Femicídio, A Lei nº 13.104/2015 torna o feminicídio um homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, com penas altas, de doze a trinta anos. Cabe ressaltar que o termo “femicídio” foi cunhado em 1976 pela socióloga sul-africana Diana Russell, que percebeu a necessidade de diferenciar o homicídio de mulheres em razão do gênero.

O ato de matar uma mulher é resultante de um contexto social construído em bases sexistas, próprias da cultura popular do machismo, em que a crença da superioridade masculina instituída pelo patriarcado contribui para a circunstância misógina do óbito, o que indica um ódio à figura feminina (SAFFIOTI, 2011).

Além disso, este crime de gênero apresenta também um paradigma racial, pois a estrutura social também é racista, isso pode ser afirmado observando que 68% das mulheres assassinadas por feminicídio no Brasil, no ano de 2018, eram negras, sendo que neste mesmo ano uma mulher era assassinada a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas, de acordo com o Atlas da Violência 2020 (SILVA; NASCIMENTO, 2021, p.3).

Importante também destacar a relevância da questão racial nesse debate, o qual não é simplista como realizado por boa parte de atores e atrizes antifeministas. Quando

apresentados os dados segmentados por raça, observam-se diferenças notáveis, por exemplo, as mulheres negras são bem mais assassinadas do que mulheres brancas, como demonstra o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).⁹⁸ Em relação a 2021, a alta foi de 8,2%. No tipo de crime, como o feminicídio, 88,7% das vítimas eram do sexo feminino e 56,8%, pessoas negras.

Com isso, fica evidente que o feminicídio enquanto um problema social está intrinsecamente relacionado à lógica colonial de aniquilação, sobreposta a algumas mulheres, como as racializadas. Passos (2020, p. 117), corrobora ao afirmar que “vai ser o racismo o alicerce desse sistema hierárquico que reparte a humanidade entre inferiores e superiores através de algumas marcas [...] Portanto, [...] a sociabilidade brasileira tem o racismo como base estruturante e estrutural [...]”.

É de suma importância mencionar as diferentes visões dentro do campo conservador quando a temática e a agenda feminista, pois há uma investida em gerar confusões sobre os conceitos como estratégia política, na tentativa de depreciar e até mesmo criminalizar as questões de gênero. Por essas razões, é fundamental que as teorias feministas se debruçam com afinco nos desdobramentos do antifeminismo e na sua adesão, de modo a compreender as suas vitórias no campo político.

2.3 Antifeminismo e religião nas eleições de 2018

A calcificação da relação religião e política se fez presente com muito mais afinco nos últimos anos, não tão somente na realidade brasileira, mas em toda América Latina, Europa e Estados Unidos. Nas últimas décadas, há em desenvolvimento uma investida na formação de religiosos para que esses adentrem na esfera política, sendo muitas vezes considerados vocacionados para ocuparem esse espaço. Tais indivíduos são amparados em narrativas salvacionistas, justificadas por uma suposta guerra cultural em curso na sociedade. Assim, a adesão à extrema direita tem sido cada vez mais comum, sendo promovida por lideranças religiosas, as quais demonizam o diferente, que é sobretudo os padrões religiosos-culturais – as esquerdas, as religiões de matrizes africanas, as pessoas LGBTQIA+, os ditos movimentos identitários, etc.

Diversas pesquisadoras/res (TEIXEIRA; REIS, 2023; ALMEIDA, 2020; FRANCO, 2021; MARIANO, 2017), tem se debruçado em analisar, por inúmeros vieses, como que se

⁹⁸ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf> Acesso em: 20 agos. 2023.

pavimentam essa junção entre religião e política, a qual não é uma novidade, mas que nos últimos anos apresentou aspectos interessantes a partir da onda conservadora e autoritária vivenciada em muitos países do mundo. Um desses aspectos é a aposta em figuras femininas para disputarem cargos políticos, porém, completamente alinhadas com as narrativas patriarcais, de submissão.

Focaremos, assim, a análise na realidade brasileira, e, em especial, as eleições de 2018, a qual promoveu um aumento significativo de candidaturas impulsionadas por Igrejas evangélicas e católicas, que uniram forças e se atrelaram a figura do ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Durante toda a sua campanha eleitoral, Bolsonaro focou seus esforços no público cristão para angariar eleitores, contando com a ajuda incansável de sua terceira esposa, Michelle Bolsonaro, a qual trabalhou como secretária parlamentar entre 2004 e 2008 na Câmara dos Deputados, onde conheceu o mesmo.

Michelle Bolsonaro é evangélica, frequenta a Igreja Batista Atitude, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro e integra o ministério de línguas de sua igreja. Sua igreja possui mais de 10 mil membros. No período eleitoral, outros candidatos também frequentavam a mesma igreja da ex-primeira-dama, como o Major Douglas e Roseane Félix, ambos do Podemos-RJ e o candidato a deputado federal pelo Republicanos-RJ, Zé André.⁹⁹ Já seu esposo Bolsonaro declara ser católico, com aparições públicas em missas, principalmente no ano eleitoral de 2018, embora existam vídeos no YouTube que mostram o mesmo sendo (re)batizado¹⁰⁰ junto com seus filhos, em 2016, pelo pastor Everaldo, presidente do PSC, em uma excursão para o Rio Jordão, em Israel.

Durante a campanha eleitoral de 2018, Michelle Bolsonaro não teve grande visibilidade na mídia hegemônica ou em suas redes sociais, tornando bem ínfima sua relevância nesse contexto. Porém, Michelle participou das eleições 2022 costurando acordos e apoios com lideranças fundamentalistas¹⁰¹ evangélicas importantes, como Silas Malafaia, pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, a qual conta atualmente com mais de 12 mil fiéis. Malafaia também é televangelista e formado em psicologia, é presidente da editora

⁹⁹ Retirado de:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/622325-culto-na-igreja-de-michelle-bolsonaro-tem-distribuicao-de-santinho-e-oracao-por-candidato> Acesso em: 10 out. 2023

¹⁰⁰ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=XmDE6jGtfRU> Acesso em: 10 out. 2023.

¹⁰¹ Fundamentalismo foi um nome autoconferido por seus portadores. O editor do periódico batista Watchman Examiner criou o termo em 1920 e ele foi rapidamente adotado por seus colegas batistas e presbiterianos como algo que denotava empenho na luta pelas "verdades fundamentais da fé", circunscritas numa série de doze escritos de teologia conservadora redigidos entre 1910 e 1915 (COLARES, p.109, 2023). Conferir TARDUCCI, Mónica. "O SENHOR NOS LIBERTOU": gênero, família e fundamentalismo. Cadernos Pagu (3). Desacordos, desamores e diferenças, p. 143-160, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1726>. Acesso em: 10 out. 2023.

Central Gospel, além de ser vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), entidade que agrega cerca de oito mil pastores de quase todas as denominações evangélicas brasileiras. Além disso, Malafaia celebrou o casamento de Bolsonaro com Michelle no ano de 2007, após cerca de seis meses de relacionamento.

De antemão, é importante mencionar o quanto o termo evangélico é utilizado no Brasil de modo generalizado para caracterizar um conjunto diverso de igrejas e instituições religiosas. Sob esse guarda-chuva conceitual, existem crenças variáveis que convergem e divergem em suas interpretações bíblicas e práticas espirituais (FRANCO, p.28, 2021).

A intencionalidade aqui não é esgotar tal temática, mas sim analisar como o antifeminismo atrelado à religião se evidenciou durante a campanha eleitoral de 2018, dando atenção ao aumento galopante de candidatas evangélicas e católicas, muitas dessas, eleitas.

A atuação da extrema direita cristã, da qual as deputadas bolsonaristas eleitas na 56ª legislatura fazem parte, demonstra como a religião, longe de se recolher ao espaço privado da vida individual, é objeto de disputa e reconhecimento na esfera pública. Se o paradigma clássico da secularização sugere ser possível a total separação entre religioso e secular a partir da instituição do Estado Laico e como reflexo da modernização, é porque parte de uma perspectiva ocidentalizada da vida pública e cívica, de feição liberal e ancorada na ideia de Estado-nação, que insiste em organizar as crenças religiosas a partir da contraposição entre razão e emoção, público e privado.

Isso implica dizer que a modernidade, como costumam chamar a atual etapa de desenvolvimento capitalista, é desencantada e não sofre – ou não deveria sofrer – interferências do religioso. Mas essa tese não tem se sustentado, pois a interpretação da separação entre sagrado e profano está sujeita a grandes contradições, como também por se tratar de um processo bastante heterogêneo em todo o mundo, especialmente quando pensamos no Sul Global.

No Brasil, por exemplo, embora a promulgação do Estado Laico tenha ocorrido na constituição de 1891,¹⁰² que passou a se constituir como marco cívico da sociedade brasileira, sob certo protesto da própria Igreja Católica, a relação entre religião e política nunca deixou de existir, apenas adquiriu outras formas, uma nova roupagem.

De acordo com Montero (2016), a separação entre Estado e Igreja (Católica) ainda teve como marco a produção de novas religiões, o que se efetiva com a primeira liberdade conferida como direito civil: a religiosa. Isso não significou o pleno exercício de um

¹⁰² Com a instituição do Estado republicano, através do golpe de 1889, foi publicado já em 1890 o decreto 119-A que conferia ao Brasil o caráter de um Estado laico. Isso foi aprimorado com a constituição de 1991.

pluralismo, pois a compreensão de religião continuou a ser objeto de controvérsias jurídicas e políticas, visto que seu marco conceitual estava assentado sobre a instituição do catolicismo. Este fundamentava o reconhecimento do que podíamos entender como práticas religiosas, sendo tudo o que não se enquadra nos parâmetros de organização católica considerado seitas ou religiões mágicas, o que ainda hoje pode ser observado em acusações de feitiçaria, charlatanismo, curandeirismo, etc.

Quando pensamos o campo evangélico, constituído por uma multiplicidade de correntes e denominações do cristianismo protestante – especialmente no que se refere aos pentecostais –, compreendemos como a falta de reconhecimento de suas práticas como religiosas e a oposição ao catolicismo gerou uma série de problemas e, conseqüentemente, estratégias de publicização e visibilidade pública.

Ao contrário da Igreja Católica, que é parte integrante de nossa cultura cívica, os evangélicos têm suas práticas fetichizadas e compreendidas como exóticas, irracionais e muitas vezes entendidas puramente em termos de mercado. Não por acaso, os praticantes dessa religião são constantemente apontados como um dos maiores problemas da política nacional contemporânea, sobretudo quando passaram a assumir parcelas consideráveis de cargos públicos nos três poderes. Mais uma vez, o problema é compreendido em termos de costume, não de política e racionalidade econômica, a exemplo das disputas em torno de categorias como mulher e família.

A partir disso, todo um processo de hegemonia católica, capitalista e patriarcal, que se inicia desde a colonização brasileira, é apagada e o inimigo público se torna os evangélicos, mais especificamente os neopentecostais. Isso não quer dizer que as igrejas evangélicas, ao menos uma parte delas, não se identifiquem também com o conservadorismo moral,¹⁰³ mas não devemos esquecer que elas representam 30% da população (IBGE, 2022), o que se estende para a política partidária. O mesmo podemos dizer em relação à racionalidade neoliberal, que, ao contrário de uma ética negativa, o catolicismo tem historicamente atuado como uma das bases da reprodução moral das desigualdades (HINKELANMERT, 1991) e da lógica sacrificial do capitalismo (BROWN, 2018).

Assim, podemos falar em um tipo de laicidade à brasileira que nos é tão particular como a aliança neoliberal-conservadora no processo de repolitização conservadora da direita cristã (Kalil, 2020), que tem seu auge na eleição de Jair Bolsonaro à presidência da

¹⁰³ O conservadorismo moral é uma das faces do neoconservadorismo, este fortemente amparado por perspectivas morais. Usamos essa expressão para enfatizar a questão de costumes, não se tratando de um conservadorismo econômico.

República. Para tanto, é preciso esclarecer o que estamos chamando de laicidade, uma noção que

recobre especificamente a regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público, dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto. (MARIANO, 2011, p. 244)

Nessa linha de pensamento, tanto os sentidos de religioso como de laico são objetos de muitas disputas, o que, por vezes, geram confusões, não apenas sobre os limites do religioso na esfera pública e jurídicas – ainda fortemente influenciadas pela hegemonia católica –, mas na própria crítica em defesa da laicidade. Exemplificam-se grupos do espectro político da esquerda, que muitas vezes entendem o Estado Laico como uma configuração sem religião, quando se trata, na verdade, de uma pluralização – ao menos em tese. Neste último caso, parte-se de uma concepção de religião fundamentalmente ancorada em uma perspectiva católica e ocidental, sendo limitada.

É nesse sentido que Mariano (2011, p. 254) afirma que “a laicidade estatal no Brasil não somente não dispõe de força normativa e ascendência cultural para promover a secularização da sociedade e para assegurar sua própria reprodução”, tampouco que “a separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política”.

Falar em Estado Laico, portanto, não diz respeito apenas à separação daquilo que é público do que é privado, mas de como são construídas essas diferenças a partir de um sistema de pensamento específico e que, no caso do bolsonarismo, reflete uma aliança entre neoliberais e conservadores morais.

É nesse sentido que o marco da secularização não implicou necessariamente a privatização da religião, mas tão somente a reorganização de sua relação com as estruturas políticas que, em sociedades capitalistas, assumem a forma do Estado.

Ao retomar a noção de *religião pública* de Casanova¹⁰⁴, para pensar a relação contemporânea entre religião e política, Montero (2018) explica como a *desprivatização da religião* é, nesta teoria, intrínseca ao fenômeno religioso moderno como “processo simultâneo

¹⁰⁴ Que expressa a atuação de instituições religiosas em diferentes arenas políticas da esfera pública moderna.

de repolitização da esfera religiosa e moral e de renormatização das esferas públicas econômicas e políticas” (Ibidem, p. 27).

Embora o conceito de *desprivatização* seja problemático do ponto de vista histórico – assim como o de *religião pública*, supondo que as religiões estiveram em algum momento fora da vida pública (Montero, 2016) –, ele é bastante eficaz para explicar estratégias de grupos religiosos que usam a linguagem jurídica-secular como recurso para defender e legitimar as liberdades de expressão, de crença e outros direitos civis, como a propriedade privada, frente à separação legal entre Estado e Igreja, bem como a hegemonia católica.

Mas não só, pensando na linguagem secular de direitos, criada sob a égide do catolicismo, a noção de *religião pública* nos permite olhar diretamente para os processos de visibilização e presença pública de religiões minoritárias que questionam o referente católico. Isso porque as diferentes formas de presença pública das religiões ocorrem no interior de uma ordem jurídica estatal ancorada nos princípios da laicidade (Giumbelli, 2018).

Dessa maneira, concordamos com Montero (2018, p. 34) para quem “o ponto forte da noção de religião pública de Casanova é a proposição de que os processos de secularização não necessariamente redundam em menos religião”.

As discussões da extrema-direita em torno da Educação que têm levantado temas como “ideologia de gênero”, “marxismo cultural” e “*homeschooling*” são sintomáticas dessa aliança neoliberal-conservadora e que se amparam em narrativas religiosas para se pavimentar. Ao construir uma narrativa baseada em revisionismo histórico e teorias da conspiração sobre os serviços públicos, oferece-se como solução a privatização destes, bem como o deslocamento das responsabilidades pelo cuidado dos mais vulneráveis do Estado para a família como sujeito de direito – e deveres –, cujas mulheres são, sempre, as mais prejudicadas.

A valorização da família e a ratificação de papéis de gênero têm uma função importante na expansão dessas ideias, enquanto desvaloriza o trabalho feminino ou, simplesmente, defende o trabalho doméstico e reprodutivo executado majoritariamente por mulheres como uma atividade do “amor”, uma “bênção divina” e, sobretudo, uma vocação excepcionalmente feminina, um “chamado”.

É nesse contexto que podemos compreender melhor as alianças entre uma extrema-direita cristã – antes minoritária – e o bolsonarismo, que de agentes políticos do baixo escalão se tornaram indivíduos ativos na proposição de políticas públicas reacionárias. Quando Damares Alves afirma em seu discurso de posse a ministra dos Direitos Humanos que “essa é uma nova era no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa” (Vito;

Prado, 2019, n/a), a ex-ministra não está querendo apontar para a criação de uma norma de conduta ou vestimenta, ao contrário do que a mídia e a crítica pareciam indicar, acrescentando a isso uma leitura jocosa sobre Alves como mulher infantilizada e ideológica.

O objetivo da metáfora, que tem sua função no alargamento de sentido, é apontar para referentes tradicionais da sociedade patriarcal, branca e cristã brasileira, construindo sentidos muito mais conotativos do que denotativos. Ali se desenhava uma nova etapa da história brasileira em que agentes políticos conservadores em termos de costumes, aliados ao projeto neoliberal, atuavam como proponentes de políticas públicas para a legislação dos direitos dos cidadãos – e de seus corpos. Tendo como foco o controle dos corpos das mulheres e da família, revitalizando valores tradicionais como base das políticas de Estado.

Com isso, podemos afirmar que os discursos analisados das deputadas de extrema direita eleitas em questão visam atingir um público muito específico, constituído da base de apoio governista, os eleitores do ex-presidente Bolsonaro, e a direita cristã que é declaradamente antifeminista.

O bolsonarismo, por sua vez, ambiciona agir através da reestruturação dos valores tradicionais, o que constitui a base de seu conservadorismo moral, ao mesmo tempo em que reproduz a lógica de privatização do público e responsabilização de si através da promoção de um neoliberalismo à brasileira ancorado na lei e na ordem acima de tudo, em Deus acima de todos.¹⁰⁵

A retórica bolsonarista, na qual as deputadas analisadas são expoentes, tem na figura da família o principal ponto de articulação entre o pensamento neoliberal e o conservadorismo moral, visto que privatizar as responsabilidades sob a justificativa das liberdades individuais de expressão e crença parece restituir justamente uma ordem tradicional, na qual cabe às mulheres o trabalho não remunerado e aos homens a disciplina do trabalho assalariado. Outra opção, se pensarmos em termos de referente bíblico, é a ordem divina na qual o homem é a cabeça e a mulher, o corpo, formando um organismo harmônico no qual mulheres ou pessoas femininas são alocadas às situações manuais e, o inverso, homens a situações intelectuais.

Não por acaso, o cristianismo tem sido há séculos um importante aliado no processo de colonização dos povos e dos corpos (Hinkelammert, 1991), o que se prolonga desde a acumulação primitiva até os dias atuais.

¹⁰⁵ Analogia à bandeira brasileira, cujos dizeres são Ordem e Progresso, e ao slogan de campanha de Jair Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Porém, agora mobilizando a representatividade feminina na política institucional para ser feita a manutenção de ideários antifeministas, a partir da figura feminina, essas que, apesar de ocuparem a esfera política, estão completamente alinhadas ideologicamente com os papéis sociais de gênero. Reiterando o quanto determinados trabalhos são excepcionalmente femininos e outros completamente masculinos.

A partir dessa perspectiva, que Federici (2017, 2019a, 2019b), afirma categoricamente que “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago” (Federici, 2019b, n/a), uma resposta ao patriarcado capitalista representado por movimentos como o bolsonarismo.

Com isso, o antifeminismo é uma chave tão importante para entender o bolsonarismo quanto o anti-intelectualismo, como sugerido proposto por Fassin (2020), na medida que a agenda antigênero une esses dois aspectos que fazem parte de um processo mais longínquo de disputas em torno de categorias como família e mulher.

Um dos primeiros ganhos dessa luta, apoiada fortemente por Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro, foi a retirada da palavra “gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (Kalil, 2020). O neoliberalismo bolsonarista foi se configurando, assim, por algumas características que falam não apenas de sua aliança com o neoconservadorismo, mas com o fascismo: ressentimento, anti-intelectualismo e antifeminismo.

Se, por um lado, pesquisadores que estudam gênero são acusados de obscurecerem a linguagem para ofuscar uma suposta realidade natural de sexo – até divina, dependendo do espectro político –, deslegitimando o saber científico por não ser ancorado em uma “realidade” da natureza, o que evoca um léxico por si só contraditório (FASSIN, 2020), por outro, busca-se remodelar o entendimento sobre o que é ser intelectual.

E, nesse escopo, as teorias e práticas feministas tornam-se perigosas para a manutenção dos papéis de gênero, porém, com as novas configurações sociais e os avanços dos movimentos feministas, é necessário por parte de grupos conservadores mobilizar outras estratégias, como disputar a representatividade feminina na política institucional. O que tem sido feito com maestria por partidos de extrema direita, como veremos a seguir, a partir da análise da Câmara “das deputadas” eleitas em 2018.

Capítulo 3: Câmara das Deputadas: Trajetória de vida, perfil e valores das eleitas

O que os perfis de dezoito deputadas federais eleitas na esteira do bolsonarismo podem nos revelar sobre o antifeminismo de Estado no Brasil? O que se explica desse fenômeno ao propor uma análise cujo foco sejam as trajetórias e os valores dessas deputadas? Como foram construídas suas campanhas eleitorais nas redes sociais? Quais são os desdobramentos desse contexto na construção de direitos das mulheres na contemporaneidade?

Essas são questões que nos intrigam e fazem com que nos deparamos com o fato de que as eleições de 2018 foram marcadas por novas reconfigurações e disputas acerca do imaginário político das parlamentares brasileiras. Espaço esse que já faz jus em seu próprio nome a quem foi destinado: aos deputados, homens. Sem dúvida a representatividade feminina é de suma importância para que as pautas que afetam diretamente as mulheres tenham visibilidade, sejam discutidas e adentrem a política institucional, tendo como foco o aumento de políticas públicas que buscam o enfrentamento das desigualdades de gênero que são tão latentes na nossa sociedade.

A falta de representatividade feminina se dá por inúmeros motivos, os quais já foram discutidos no decorrer desta tese. Porém, o fio condutor desta análise é, sem dúvida, o incômodo que o movimento por igualdade de gênero provoca por revisitar questões profundas sobre como a sociedade está arraigada no patriarcado, destinando às mulheres o espaço privado e aos homens o espaço público, de tomada de decisão de poder. Além de apontar as violências sistemáticas que não enxergamos com clareza (COSTA, 2023, p.17). Com isso, a estrutura social lança mão de estratégias que deixam claro quais são os lugares destinados aos homens e às mulheres na sociedade, alimentando cotidianamente a invisibilidade das problemáticas que se inserem nessa discussão. São inúmeros os aspectos que contribuem para que seja eleito um número muito reduzido de mulheres, afinal, nas eleições de 2018, entre os 513 deputados e deputadas eleitas, somente 77 foram mulheres.

O quadro abaixo demonstra os partidos, estados, se entrou como suplente ou não, bem como o número de mandatos das 77 deputadas eleitas em 2018, de todos os espectros ideológicos:

Tabela 1 - Deputadas federais eleitas na 56ª legislatura

NOME	PARTIDO	ESTADO	MANDATO	ENTROU COMO SUPLENTE?
*Carla Dickson	PROS	RN	1º	Sim
*Patrícia Ferraz	PODE	AP	1º	Sim
*Tia Eron	Republicanos	BA	2º	Sim
*Vivi Reis	PSOL	PA	1º	Sim
Adriana Ventura	NOVO	SP	1º	Não
Alê Silva	PSL	MG	1º	Não
Alice Portugal	PCdoB	BA	5º	Não
Aline Gurgel	Republicanos	AP	1º	Não
Aline Sleutjes	PSL	PR	1º	Não
Ângela Amin	PP	SC	3º	Não
Áurea Carolina	PSOL	MG	1º	Não
Benedita da Silva	PT	RJ	5º	Não
Bia Kicis	PSL	DF	1º	Não
Bruna Furlan	PSDB	SP	3º	Não
Carla Zambelli	PSL	SP	1º	Não
Carmen Zanotto	CIDADANIA	SC	3º	Não
Caroline de Toni	PSL	SC	1º	Não
Celina Leão	PP	DF	1º	Não
Chris Tonietto	PSL	RJ	1º	Não
Clarissa Garotinho	PROS	RJ	2º	Não
Daniela do Waguinho	MDB	RJ	1º	Não
Dra. Marina Santos	SD	PI	1º	Não
Dra. Soraya Manato	PSL	ES	1º	Não

NOME	PARTIDO	ESTADO	MANDATO	ENTROU COMO SUPLENTE?
Dra. Vanda Milani	Solidariedade	AC	1º	Não
Dulce Miranda	MDB	TO	2º	Não
Edna Henrique	PSDB	PB	1º	Não
Elcione Barbalho	MDB	PA	6º	Não
Erika Kokay	PT	DF	3º	Não
Fernanda Melchionna	PSOL	RS	1º	Não
Flávia Arruda	PL	DF	1º	Não
Flavia Morais	PDT	GO	3º	Não
Flordelis	PSD	RJ	1º	Não
Geovania de Sá	PSDB	SC	2º	Não
Gleisi Lula	PT	PR	1º	Não
Greyce Elias	AVANTE	MG	1º	Não
Iracema Portella	PP	PI	3º	Não
Jandira Feghali	PCdoB	RJ	7º	Não
Jaqueline Cassol	PP	RO	1º	Não
Jéssica Sales	MDB	AC	2º	Não
Joenia Wapichana	REDE	RR	1º	Não
Joice Hasselmann	PSL	SP	1º	Não
Lauriete	PL	ES	2º	Não
Leandre	PV	PR	2º	Não
Leda Sadala	AVANTE	AP	1º	Não
Lídice da Mata	PSB	BA	3º	Não
Liziane Bayer	PSB	RS	1º	Não
Luisa Canziani	PTB	PR	1º	Não
Luiza Erundina	PSOL	SP	6º	Não
Luizianne Lins	PT	CE	2º	Não
Magda Mofatto	PL	GO	3º	Não

NOME	PARTIDO	ESTADO	MANDATO	ENTROU COMO SUPLENTE?
Major Fabiana	PSL	RJ	1º	Não
Mara Rocha	PSDB	AC	1º	Não
Margarete Coelho	PP	PI	1º	Não
Maria do Rosário	PT	RS	5º	Não
Maria Rosas	Republicanos	SP	1º	Não
Mariana Carvalho	PSDB	RO	2º	Não
Marília Arraes	PT	PE	1º	Não
Natália Bonavides	PT	RN	1º	Não
Norma Ayub	DEM	ES	2º	Não
Paula Belmonte	CIDADANIA	DF	1º	Não
Perpetua Almeida	PCdoB	AC	4º	Não
Policia! Katia Sastre	PL	SP	1º	Não
Profa. Dayane	PSL	BA	1º	Não
Profa. Dorinha	DEM	TO	3º	Não
Profa. Marcivania	PCdoB	AP	3º	Não
Profa Rosa Neide	PT	MT	1º	Não
Rejane Dias	PT	PI	2º	Não
Renata Abreu	PODE	SP	2º	Não
Rosana Valle	PSB	SP	1º	Não
Rosangela Gomes	Republicanos	RJ	2º	Não
Rose Modesto	PSDB	MS	1º	Não
Sâmia Bomfim	PSOL	SP	1º	Não
Shéridan	PSDB	RR	2º	Não
Silvia Cristina	PDT	RO	1º	Não
Soraya Santos	PL	RJ	2º	Não

NOME	PARTIDO	ESTADO	MANDATO	ENTROU COMO SUPLENTE?
Tábata Amaral	PDT	SP	1º	Não
Talíria Petrone	PSOL	RJ	1º	Não
Tereza Cristina	DEM	MS	2º	Não
Tereza Nelma	PSDB	AL	1º	Não

Conforme demonstra a tabela acima, quatro deputadas entraram como suplentes no decorrer da 56ª legislatura, são elas: Carla Dickson (PROS-RN), Patrícia Ferraz (PODEMOS-AP), Rachel Marques¹⁰⁶ (PT-CE), Tia Eron (Republicanos-BA) e Vivi Reis (Psol-PA). Os motivos são os mais diversos: Carla assumiu após Fábio Faria se tornar Ministro das Comunicações no governo de Jair Bolsonaro, Patrícia assumiu durante a licença temporária de Vinícius Gurgel Tia Eron assume o lugar de João Roma o qual a época aceitou o convite de Bolsonaro para comandar o Ministério da Cidadania. Já Vivi Reis, tornou-se deputada após Edmilson Rodrigues assumir a prefeitura de Belém.

É interessante observar o número de mandatos das deputadas federais em questão, pois, as que se alinham ao espectro ideológico de centro-esquerda e esquerda, possuem mais números de mandatos, sobretudo as filiadas ao PT e PCdoB. Chegando a sete mandatos exercidos no decorrer de suas carreiras políticas, como a deputada Jandira Feghali (RJ-PCdoB). Já as deputadas de Luiza Erundina (Psol-SP) e Elcione Barbalho (PA-MDB), se encontravam em seus sextos mandatos na 56ª legislatura. Com cinco mandatos, Maria do Rosário (RS-PT), completa o quadro de deputadas com maior número de mandatos, demonstrando assim que até então os partidos de centro-esquerda, esquerda e centro-direita tiveram maior protagonismo nas últimas eleições no que tange a representatividade feminina - a qual ainda é ínfima na política institucional.

Nesse escopo, faz-se necessário mencionar os partidos que mais conquistaram cadeiras na Câmara Federal. O primeiro foi o PT, com 148 eleitos, em seguida o MDB, o qual elegeu 135 parlamentares e em terceiro, o PSL com 132 eleitos. O bom desempenho do MDB

¹⁰⁶Raquel Marques foi destituída do mandato devido a duas postagens nas redes sociais. Nas publicações, ela defendia a volta às aulas de estudantes vulneráveis, no contexto da pandemia de Covid-19, e criticava um desequilíbrio entre as pautas de educação e da população LGBTI+. Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/de-treta-a-reeleicao-como-estao-os-mandatos-coletivos-eleitos-em-2018> Acesso em 08 agos. 2023.

nas eleições se configura como uma tradição, permitindo que o partido alcance a cláusula de barreira – cláusula de desempenho fixada pela Emenda Constitucional 97, de 2017 –, a qual permite acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão.

Já o PSL, participando pela primeira vez de um processo eleitoral, teve excelente desempenho, alcançou a cláusula de barreira e tornou-se o segundo partido com maior visibilidade, até porque elegeu o ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro à presidência.

No que tange a representatividade feminina, a maior bancada eleita foi composta por dez deputadas do PT. Em segundo lugar ficou o PSL, com nove deputadas eleitas. Essa configuração demonstrava a visibilidade repentina que o PSL obteve nas eleições de 2018, tendo em vista que esse não tinha elegido nenhuma deputada em 2014, o que pode ser considerado um fenômeno político, justamente por essas serem eleitas após atrelarem suas imagens com a do ex-presidente Jair Bolsonaro. Porém, suas eleições não podem ser limitadas a essa justificativa. Como veremos a seguir, as nove deputadas eleitas eram envolvidas na política tendo em comum a militância exercida via redes sociais, as quais são denominadas de ciberativismo.¹⁰⁷

Após os resultados das eleições, surgiram inúmeros questionamentos sobre a trajetória das deputadas eleitas consideradas “bolsonaristas”. Muitos analistas, porém, não levaram em consideração que essas só foram eleitas, porque suas narrativas geraram e geram identificação com boa parte do eleitorado brasileiro, e principalmente, ao fato de que o conservadorismo se faz presente com muito afínco entre as mulheres.

Um dado que reafirma isso é o fato de todas estarem em seus primeiros mandatos na condição de deputadas federais. Além da trajetória política dessas que majoritariamente se iniciaram nos movimentos a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), como foi o caso das deputadas Alê Silva, Bia Kicis e Carla Zambelli. As deputadas Chris Tonietto e Aline Sleutjes iniciaram seus vínculos associativos em outros espaços, a primeira no Movimento Pró-vida e Sleutjes no Movimento Familiar Cristão. Já as outras deputadas Caroline de Toni, Dra. Soraia Manato, Joice Hasselmann, Dayane Pimentel, Major Fabiana, não tinham vínculos associativos como demonstra o quadro a seguir.

¹⁰⁷ Poderíamos definir “ciberativismo” como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal (UGARTE, 2008, p.55). O autor define três vias nas quais o ciberativismo está baseado: discurso, ferramentas e visibilidade (ALCÂNTARA, p.83, 2015. Ver mais em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474/18888> Acesso em 20 out. 2023.

Tabela 2 - Vínculos associativos

NOME	MANDATOS ANTERIORES /EXTERNOS	PARTIDOS ANTERIORES	TRAJETÓRIA FAMILIAR - POSSUI PARENTES NA POLÍTICA?	QUAL?	NOME	FONTE CAPITAL FAMILIAR	VÍNCULOS ASSOCIATIVOS
Alê Silva	-	PSL	Não	NA	NA	NA	Foi atuante nos movimentos 'Vem Pra Rua Fabri', 'Direita Minas Ipatinga e Avança Minas'. Também ajudou efetivamente na criação do 'Observatório Social Paff - Patriotas in Foco Fabriciano', um órgão de Direito Público cujo objeto principal é a fiscalização de contas públicas dos Governos Municipais, Estaduais e Federal.
Aline Sleutjes	Vereadora, Castro, PR, Partido: PSDB, Período: 2005 a 2008; Vereadora, Castro, PR, Partido: PSDC, Período: 2013 a 2016.	PSDB (1998-2008); DEM (2008-2012); PSDC (2012-2016); PR (2016-2018); PSL (2018-presente)	Não	NA	NA	NA	Vice-presidente do PSL Mulher Nacional e presidente do PSL mulher PR; já foi presidente de grêmio estudantil e da chapa de associação de moradores; integrou Movimento Familiar Cristão (MFC)

Bia Kicis	-	PRP (2018); PSL (2019-presente)	Não	NA	Obs: Foi cunhada do fundador do "Escola sem partido" Miguel Nagib.	NA	A partir de 1998, fundou e dirigiu a EBREIKI – Escola Brasileira de Reiki; Em 2015, fundou o Instituto Resgata Brasil; representante do Movimento Revoltados ONLINE
Carla Zambelli	-	PSL	Não	NA	NA	NA	Fundadora do movimento Nas Ruas
Caroline de Toni	-		Não	NA	NA	NA	
Chris Tonietto	-		Não	NA	NA	NA	Membro do Centro Dom Bosco e da União dos Juristas Católicos; integrante do Movimento Pró-Vida desde 2014
Dra. Soraya Manato	-		Sim	Cônjuge	Cônjuge de Carlos Manato, ex-deputado federal por 4 mandatos (2002, 2006, 2010 e 2014).	http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/mannato-carlos ; https://www.camara.leg.br/deputados/74163/biografia	
Joice Hasselmann	-		Não	NA	NA	NA	

Major Fabiana	-		Não	NA	NA	NA	
Dayane Pimentel	-		Não	NA	NA	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/acm-neto-presidente-do-demoneia-mari-do-deputada-do-psl-para-secretaria.shtml ; https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/conheca-dayane-deputada-mais-votada-da-bahia-que-quase-foi-vice-de-bolsonaro/ ; https://professoradayanepimentel.com.br/	

O quadro acima revela que, entre as deputadas mencionadas, apenas Aline Sleutjes (PR) possuía experiência política prévia, tendo sido vereadora por dois mandatos na cidade de Castro, Paraná. Em relação a laços familiares na política, apenas Soraya Manato (ES) possui um vínculo direto: ela é casada com Carlos Manato, médico e deputado federal pelo Espírito Santo desde 2003, atualmente filiado ao Partido Liberal (PL). Os vínculos associativos também chamam atenção, especialmente pelo fato de que cinco dessas deputadas foram protagonistas na construção de movimentos sociais de direita, como Revoltados Online, Movimento Pró-vida, Movimento Familiar Cristão, Direita Minas e Movimento Nas Ruas. Esses movimentos surgiram, em sua maioria, durante o período de efervescência do pedido de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT).

É interessante notar que esses movimentos e ações coletivas começaram a ganhar força a partir das Manifestações de Junho de 2013. Termos como "novos" e "novíssimos" têm sido utilizados para categorizar as lutas sociais contemporâneas, que se distinguem por características específicas no interior de suas organizações. Entre essas características estão a horizontalidade na forma de organização, o autonomismo, as pautas defendidas e o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, o que diferencia esses movimentos de organizações anteriores, sobretudo pela forte presença da mídia independente.

Porém, o que nos chama atenção nessas novas configurações é a centralidade das mulheres na liderança dessas movimentações das novas direitas, sobretudo pelo fato de que em sua maioria são mulheres que se autodeclaram antifeministas e reivindicam os papéis sociais de gênero bem estabelecidos - apesar de estarem ocupando a política institucional. Ao mesmo tempo, é importante destacar o papel das mulheres como figuras centrais nessas mobilizações. O fato de muitas dessas lideranças femininas se posicionarem contra o feminismo, ao mesmo tempo em que se afirmam como vozes ativas na política e nas esferas públicas, reflete uma nova dinâmica social. Essa postura contraditória entre a defesa de papéis de gênero tradicionais e a participação ativa na vida política ilustra um fenômeno interessante: a emergência de mulheres conversadoras que, embora rechaçando o discurso feminista, assumem posições de poder e influência nos movimentos sociais e nas novas direitas.

Essas contradições refletem um cenário complexo, no qual as mulheres que lideram esses movimentos conservadores têm de lidar com a tensão entre sua presença pública e sua defesa de valores tradicionais. A centralidade dessas figuras na política institucional e nos movimentos sociais conservadores sugere uma reconfiguração do papel da mulher na sociedade, na qual a luta por espaço político não implica necessariamente na adesão aos princípios feministas. Ao contrário, essas mulheres muitas vezes utilizam sua visibilidade para criticar o feminismo, propondo uma visão alternativa de empoderamento que mantém a valorização dos papéis de gênero convencionais, ao mesmo tempo em que contestam as formas e os métodos do ativismo feminista.

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto *Update*, intitulada de “Conservadorismo, gênero e feminismo”, foi descoberto que a maioria das mulheres brasileiras está comprimida em dois extremos – enquanto 29% das entrevistadas se declaram feministas, 34% se assumem não feministas (COSTA, 2023, p.11). Quando se trata das questões das mulheres, o conservadorismo sempre esteve presente e, segundo a mesma pesquisa, isso se evidenciou, em um primeiro momento, no fato do “problema” não se repousar no sujeito (feminismo),

mas sim nas ações desse. O que isso significa é que o incomodo deriva das táticas organizativas do movimento, ou seja, como o feminismo se coloca no espaço público e do quanto a lógica da “feminista que queima sutiã” continua impregnado nesse imaginário.

A mesma pesquisa mostrou que há uma aversão aos termos e às próprias feministas, o que não é uma novidade se pensarmos em todas as investidas das mídias hegemônicas e de setores conservadores em representar feministas como raivosas, feias, mal amadas e histéricas, contribuindo com a perpetuação de um imaginário social que as associa à algo negativo. Esta é uma velha tática do patriarcado para não lidar com os problemas reais e concretos que perpassam a sociedade ao encerrar o diálogo ou menosprezar a relevância das questões que atravessam as mulheres.

Esse contexto contribui para o afastamento das mulheres das lutas coletivas, reforçado pela lógica neoliberal que prioriza aspirações individuais. Esse enfoque individualista enfraquece a compreensão de que as transformações culturais e sociais dependem de esforços coletivos, os quais são essenciais para fortalecer os movimentos de mulheres. Além disso, esse distanciamento dificulta a ampliação da formação dessas mulheres como ativistas e enfraquece seu estímulo para ingressar na política institucional, onde poderiam impulsionar mudanças significativas.

Obviamente, a interação entre movimentos sociais *versus* institucionalidade é complexa e permeada por atritos, pois a política institucional possui as suas limitações, as quais não correspondem completamente às demandas dos movimentos sociais, tendo em vista ainda o fato dos feminismos apresentarem inúmeras correntes e agendas variadas.

Apesar dessa cartografia, os movimentos feministas dialogam com parlamentares que são sensíveis às suas pautas, exigindo e construindo pontes. Esse diálogo torna-se menos melindroso quando é realizado levando em conta as dificuldades em dar destaque às pautas femininas. Por isso, a representatividade é essencial na expansão de direitos, projetos de lei e políticas públicas alinhadas com a consciência dos lugares desiguais que mulheres ocupam historicamente na sociedade.

O contexto estabelecido nas eleições de 2018 demonstra o quanto é necessário compreendermos o imaginário político no que tange a ascensão de mulheres na política institucinal que se encontra em disputa. Apesar do aumento de parlamentares eleitas no ano em questão, torna-se um desafio para a teoria feminista elucidar como esse espaço tem sido ocupado por mulheres declaradamente antifeministas, as quais, em seus programas políticos, rejeitaram impulsionar pautas que as atravessam, pois negam tais atravessamentos. Esse desafio é ainda maior tendo em vista os novos arranjos e ataques à teoria e à prática feminista.

Na tentativa de desvelar esse imaginário do aumento significativo das mulheres de extrema direita na política institucional, iremos analisar seus perfis, trajetórias políticas e capitais políticos e simbólicos, entendendo que essas parlamentares possuem agência, autonomia e, apesar de corroborarem com um espectro ideológico que promove sexismo e misoginia, encontram sanções destinadas a elas. É o que Bourdieu (2007) aponta como “lógica da distinção”. Tal lógica se aplica a um sistema de inclusão e de exclusão que relaciona aspectos econômicos e simbólicos, envolvendo um processo de estilização da vida, no qual sistemas simbólicos realizam a função social de associação ou de dissociação, produzindo significados, os quais analisaremos a seguir a partir do perfil e trajetória das deputadas eleitas na 56ª Legislatura, atreladas a partidos de extrema direita, e que majoritariamente estão em seus primeiros mandatos.

3.1 Perfil e Trajetória de vida das deputadas federais

O Brasil é um dos países com menor representatividade feminina na política institucional, estando abaixo de 151 países,¹⁰⁸ os quais em sua maioria possuem políticas que estimulam a participação feminina. Na América do Sul, o Brasil tem o pior desempenho de todos os outros no quesito de parlamentares mulheres nos Congressos e Assembleias Legislativas.

Entretanto, no Brasil há a cota de gênero que está prevista na legislação brasileira há 26 anos, mais exatamente no artigo 10, parágrafo 3º, da Lei das Eleições (**Lei nº 9.504/1997**). Cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nas eleições para Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Essa regra passou a valer no ano de 2009, porém, ao invés de se caminhar rumo à paridade de gênero já atingido por diversos países, principalmente na América Latina, o terço reservado às candidaturas femininas não é levado realmente a sério pela maioria dos partidos. Além de não seguirem à risca a cota de gênero, os partidos não distribuem equitativamente os recursos partidários para fins de financiamento das campanhas, relegando em geral à subalternidade, o acesso das candidaturas femininas. Apesar desse contexto, o debate em torno do tema da representatividade tem avançado, fruto de articulações e agendas dos movimentos feministas

¹⁰⁸ De um total de 192 países, o Brasil ocupa a 152ª posição no ranking de representatividade feminina na Câmara dos Deputados. Retirado: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-tem-menos-parlamentares-mulheres-do-que-151-paises-22462336>

em consonância com feminismos estatais¹⁰⁹. Houve um modesto avanço refletido nas últimas eleições, um aumento em 18% no número de candidatas nas eleições gerais federais e 7,5% nas estaduais, entre 2018 e 2022 (e estaduais). Já no total de mulheres eleitas, houve um aumento de 17,5% entre 2016 e 2020 e de 8,36% entre 2018 e 2020.

As eleições de 2018 configuraram inúmeras modificações na Câmara dos Deputados/as. Houve a maior renovação de parlamentares desde 1990; aumentou a fragmentação partidária; as bancadas tornaram-se mais conservadoras em relação aos valores e houve um crescimento da representatividade feminina no Congresso.¹¹⁰ Dos 513 parlamentares eleitos, 372 já exerciam mandato ou eram figuras públicas e 269 cumpriam, pela primeira vez, um mandato na Câmara. Desse montante, 141 estreantes se elegeram em função da relação de parentesco com políticos tradicionais.

No que tange às questões de gênero, a representatividade feminina estava estagnada há algumas eleições, em torno de 10% do total de parlamentares. Porém, em 2018, deu-se o aumento para 15% do total de cadeiras, ou seja, 77 mulheres foram eleitas. Alguns estados como Maranhão, Sergipe e Amazonas não elegeram nenhuma mulher nas eleições de 2018, e o estado que mais elegeu mulheres foi São Paulo, com onze eleitas numa bancada de setenta parlamentares. Isso demonstra que, nas regiões norte e nordeste, as mulheres acessem a política institucional - como demonstram pesquisas realizadas por MIGUEL; QUEIROZ (2006).

As candidatas mulheres mais votadas em oito estados e no Distrito Federal foram: Joice Hasselmann (PSL-SP), Tábata Amaral (PDT-SP), Policial Katia Sastre (PR-SP), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Flordelis (PSL-RJ), Marília Arraes (PT-PE), Bia Kicis (DF). Destaca-se nesse contexto que, entre as nove deputadas mais votadas, os partidos de espectro ideológico de direita e extrema-direita se sobressaíram, especialmente, o PL e o União Brasil. Sobre esse aspecto, na 56ª Legislatura, os dois partidos que mais fizeram bancada feminina foram o PT, com dez deputadas, e o Partido Liberal (PL), que nas eleições de 2014 não havia eleito nenhuma mulher, acabou por eleger nove deputadas federais em 2018.

¹⁰⁹ Refere-se a um tipo de feminismo que busca influenciar e moldar políticas públicas através do Estado, promovendo a igualdade de gênero e os direitos das mulheres por meio de legislações, políticas institucionais e intervenções governamentais. O feminismo estatal vê o Estado como um aliado ou veículo importante para a promoção da justiça de gênero, ao contrário de abordagens que consideram o Estado um agente de opressão patriarcal.

¹¹⁰ Retirado do site:

<https://static.poder360.com.br/2018/10/Novo-Congresso-Nacional-em-Numeros-2019-2023.pdf>

Esse contexto nos chama atenção pelo aumento repentino de deputadas eleitas atreladas aos partidos que não possuíam representatividade feminina na Câmara, como o PL, e, entre as mais votadas dos partidos de direita e extrema direita, todas concorreram pela primeira vez ao cargo de deputadas federais, não possuindo carreiras anteriores na política institucional. Além disso, boa parte dessas garantiram a sua visibilidade política durante as mobilizações que redundaram no golpe da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), no ano de 2016. Todas utilizaram ativamente as redes sociais para ampliarem suas vozes a partir da pauta do impeachment.

Nesse contexto de aumento significativo das parlamentares atreladas aos partidos de extrema direita, deteremos a análise nas deputadas federais que participaram dos seguintes partidos: PSL, PRB, DEM, AVANTE, PRP, Republicanos, totalizando dezoito deputadas. Tais partidos foram escolhidos a partir da análise das eleições realizadas em 2018, a qual emergiu narrativas vinculadas ao extremismo político, alinhando-se ideologicamente com a compreensão de extrema-direita. Compreendendo que as distinções entre esquerda, centro-esquerda, direita, centro-direita, extrema direita nos partidos políticos são relacionais, se modificam conforme o tempo e abarcam inúmeras questões como o personalismo eleitoral, patronagem partidária, peso eleitoral, comportamento legislativo e sobretudo a partir da percepção de especialistas.

Segundo Bolognesi et al., (2023), qualquer que seja a forma de classificação dos partidos, haverá possível fonte de erros ou vieses (p.5), pois a distinção entre direita e esquerda nos partidos políticos obedece unidimensionalmente as distintas visões sobre a intervenção do Estado na economia, a defesa da igualdade social como natural ou construída, dentre outros inúmeros aspectos atrelados às escolhas de políticas públicas, auto imputação ideológica, etc.

Compreende-se aqui como extrema direita os partidos que radicalizaram seus discursos e posicionamentos a partir das Jornadas de junho em 2013 – período marcado por um ciberativismo em efervescência e ocupação das ruas por atores e atrizes de direita e extrema direita, os quais não tinham o costume de ocuparem tais espaços com tanta frequência nos últimos anos. Também, como afirmam Bolognesi et al., que não possuem um programa ou objetivo claro. Para os autores,

A extrema direita inclui em seus objetivos a busca de comportamentos programáticos – o que não é a moda entre seus pares das colorações ideológicas vizinhas. Mesmo longe do comportamento da esquerda e da extrema-esquerda, focadas nas políticas, esse é um elemento consistente em partidos, com posições

polarizadas, apresentando ideologia manifesta tanto em partidos como o Patriota, quanto no DEM (2023, p.17).

A polarização é um dos fios condutores desse espectro ideológico, assim como a defesa exacerbada da violência em nome de uma ordem e de uma comunidade considerada superior, a qual está calcada no anti-igualitarismo. Cabe mencionar também a aproximação de suas convicções e ações com fenômenos como o nazismo e fascismo, assim como o saudosismo e a defesa à Ditadura Militar.¹¹¹

A partir da análise das campanhas eleitorais de 2018, e do que já se tem elaborado a respeito dos novos arranjos da extrema direita na contemporaneidade, compreendemos as deputadas federais eleitas desse espectro ideológico, aquelas que apresentavam em suas narrativas traços constitutivos como a negação de valores universais, das formas clássicas de organização e participação política (sindicatos, movimentos sociais), a defesa da militarização da vida social, mobilizando a produção da cultura do medo e da insegurança em seu eleitorado, bem como, a defesa da ausência do controle social democrático na política brasileira. Essas características a diferenciavam das candidatas alinhadas à direita, pois,

Com isso, a partir do entendimento de extrema direita na contemporaneidade, os partidos políticos e quantidade de deputadas analisadas nesse escopo são: nove deputadas do PSL, 3 PRB, 2 AVANTE, 3 DEM, 1 dos Republicanos e 1 PRP¹¹². A maior bancada dentro do espectro ideológico de extrema direita, é do PSL. São elas: Joice Hasselmann (SP), Bia Kicis (DF), Dayane Pimentel (BA), Aline Sleutjes (PR), Caroline de Toni (SC), Dra. Soraya Manato (ES), Alê Silva (MG), Chris Tonietto (RJ), Major Fabiana (RJ).¹¹³ A seleção de tais deputadas analisadas se repousa na notoriedade de mídia, estatística de influência, por se atrelar aos principais partidos brasileiros, e sobretudo, por relacionarem suas imagens com a de Jair Bolsonaro.

A análise de seus perfis e de suas trajetórias políticas é de suma importância para compreendermos quem e quais são os caminhos traçados por essas, bem como, porque mulheres majoritariamente antifeministas e que se reivindicam conservadoras são cobiçadas e admiradas por certos partidos políticos e por parcela relevante do eleitorado brasileiro, visto que o conservadorismo se ampara em papéis de gênero para não haver dúvidas dos espaços

¹¹¹ Ver mais em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/31/em-discurso-no-planalto-bolsonaro-defende-ditadores-militares-e-deputado-reu-por-atos-antidemocraticos.ghtml> Acesso em: 03 jun. 2022.

¹¹² Cabe mencionar que a deputada Bia Kicis saiu do PRP e foi para o PSL em 2019 e em seguida, no ano de 2022 migrou para o Partido Liberal (PL), o qual Jair Bolsonaro também se encontra.

¹¹³ Um aumento significativo tendo em vista que no ano de 2014 nenhuma deputada foi eleita pelo PSL.

que homens e mulheres podem e devem circular. Entretanto, quando o conservadorismo se alinha com o neoliberalismo, novas roupagens desses papéis se estabelecem, no sentido que a política institucional se torna uma continuidade do espaço privado, assim, mulheres só são validadas para adentrarem nesse campo se estiverem em consonância com o modelo único de família defendido pela ideologia da extrema direita e adote essa ideologia em suas narrativas no campo político.

Com isso, vislumbraremos a seguir as características gerais, o perfil das dezoito deputadas de extrema direita eleitas, com intuito de entender quem são as mulheres validadas pela extrema-direita para exercerem o papel de parlamentar na 56ª legislatura.

Tabela 3 - Perfil das Deputadas

Deputada	Raça/ Cor	Nascimento	Escolaridade	Profissão	Filhos	Estado Civil
Alê Silva	Branca	04/07/1974	Pós-graduação	Advogada	Sim	Casada
Aline Sleutjes	Branca	26/07/1979	Pós-graduação	Professora; Assessora parlamentar	Sim	Casada
Bia Kicis	Branca	19/07/1961	Superior completo	Advogada	Sim	Divorciada
Carla Zambelli	Branca	03/07/1980	Pós-graduação	Gerente; Escritora	Sim	Casada
Caroline de Toni	Branca	01/09/1986	Superior completo	Advogada	Não	Solteira
Chris Tonietto	Branca	14/05/1991	Superior completo	Advogada	Sim	Casada
Dra. Soraya Manato	Branca	10/03/1961	Superior completo	Médica	Sim	Casada
Joice Hasselmann	Branca	26/01/1978	Superior completo	Jornalista e redatora	Sim	Casada
Major Fabiana	Branca	09/01/1980	Superior completo	Policial militar	Sim	Divorciada
Maria Rosas	Branca	10/01/1965	Superior completo	Administradora	Não	Viúva
Professora Dayane	Branca	30/01/1986	Superior completo	Professora de ensino superior	Sim	Casada
Greyce Elias	Branca	15/12/1981	Superior completo	Advogada	Sim	Casada
Leda Maria Sadala	Parda	06/11/1966	Superior completo	Contadora	Sim	Casada
Rosangela Gomes	Preta	27/12/1966	Superior completo	Auxiliar de enfermagem/ Advogada	Não	Solteira
Aline Gurgel	Branca	25/11/1980	Superior completo	Advogada	Sim	Casada
Norma Ayub	Branca	07/09/1959	Superior completo	Professora/funcion ária pública	Sim	Solteira
Professora Dorinha	Branca	01/10/1964	Superior completo	Professora	Sim	Casada
Tereza Cristina	Branca	06/06/1954	Superior completo	Engenheira agrônoma/ Empresária	Sim	Casada

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar é sobre a formação e atuação dessas mulheres, pois 40% (4) delas atuou em algum momento como advogada, 20% (2) como professora, 10% (1) como policial militar, 10% (1) como jornalista, 10% (1) médica e 10% (1) gerente. O fato de majoritariamente serem bacharéis em direito, nos remete ao que Adorno (2019) aponta sobre o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis de direito em São Paulo entre os anos de 1827 a 1883. Momento de consolidação do liberalismo econômico e político na sociedade brasileira, destacando a importância desse ambiente para a organização estatal brasileira.

Adorno justifica a maior participação de juristas na política institucional – paulista –, sobretudo, pelo fato de que a vida acadêmica proporcionou um espaço social institucionalizado, porém, aberto de lutas políticas, as quais se expressaram nos mais diversos nichos. Como na literatura, teatro e, sobretudo, no jornalismo (ADORNO, 2019, p.158). O autor também destaca a questão da “personalidade” do bacharel jurista, o culto a erudição linguística, o cultivo ao intelectualismo, além de que a maioria desses provem de “estratos sociais economicamente privilegiados” (ADORNO, 2019, p. 159).

Em consonância com o destacado por Adorno, Messenberg (2002), ao se debruçar pela elite parlamentar do Pós-constituente, destaca a tendência da participação de advogados na composição profissional do Legislativo ao longo das duas legislaturas (1985-1995). Cerca de 30,4% dos parlamentares eram bacharéis em direito. Em contrapartida, a autora também menciona que na época houve uma ampliação considerável do percentual de representantes de outras categorias profissionais mais vinculadas a setores com maior nível de organização e mobilização. Tais como: empresários, servidores públicos e bancários (2002, p.62). Ainda sobre esse fato, a socióloga afirma que se verificou que todos os parlamentares bacharéis em direito, o qual os pais eram advogados, acabaram por seguir a mesma profissão de suas ascendentes diretos. Com isso, vê-se reafirmada, novamente, a tradição bacharelesca na política brasileira, que para a autora se vincula,

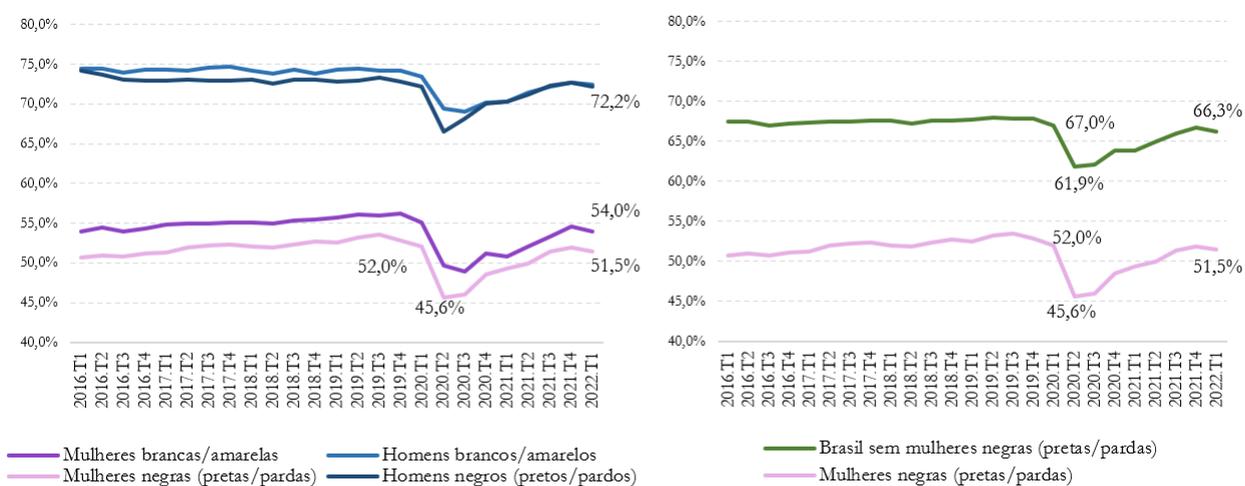
a mentalidade que perceber a lei como elemento fundante e organizador da ordem e privilegia a retórica como instrumento decisivo para a ação política. Nessa perspectiva, a formação em Direito apresenta-se como uma opção quase “natural” para aqueles que desejem ingressar na vida pública (2002, p.74).

Entretanto, a despeito do quadro acima, do montante de sete parlamentares bacharéis em direito, um dado nos salta os olhos, o fato de apenas uma ser uma mulher racializada: Rosângela Gomes (RJ-Republicanos). A qual primeiramente formou-se em auxiliar de Enfermagem e somente depois formou-se em Direito. Em seu site é descrito que,

[...] começou a sua jornada profissional como vendedora ambulante, trabalhou como auxiliar em serviços gerais em uma clínica dentária, foi instrumentadora cirúrgica e auxiliar de enfermagem na Cruz Vermelha, no Hospital Renaud Lambert e no Hospital da Posse. Filha de pai e mãe alcoólatras, sempre estudou em escolas públicas. Ainda muito jovem, obreira há mais de 30 anos, na Igreja Universal do Reino de Deus, onde ela é membro há 34 anos, iniciou a sua luta pelo povo, abraçando a causa da juventude menos favorecida e abandonada pela sociedade. Rosângela liderou um projeto voltado para jovens, a fim de ressocializar aqueles que em virtude de problemas familiares e emocionais, gerados por fatores econômicos e sociais, ficaram desprezados sem perspectivas de um futuro promissor.¹¹⁴

Rosângela começou a sua jornada profissional como trabalhadora informal, na condição de vendedora ambulante, em seguida, trabalhou como auxiliar de enfermagem. A biografia de seu site não faz menção de quando formou-se em Direito, porém, em outros registros aparece que se formou pela Universidade Cândido Mendes depois desses ocorridos e fez pós-graduação em Políticas Públicas e Direito Público pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.¹¹⁵ Sua trajetória elucubra as dificuldades de mulheres racializadas em terem trabalhos formais, pois, elas tendem a ter menor participação e taxas de desemprego e informalidade são mais altas entre mulheres negras do que mulheres brancas. Segundo o IBGE (2022),

Figura 2 – Evolução da Taxa de Participação por grupos de gênero e raça



Elaboração Janaina Feijó com base nos microdados da PNADC/IBGE (2022)¹¹⁶

¹¹⁴ Retirado de: <https://www.rosangelagomes.com/sobre-mim/> Acesso em 10 nov. 2023.

¹¹⁵ Retirado de: https://republicanos10.org.br/quem_e_quem/rosangela-gomes-3/?app=Avant_Empresa_3abfbc32310a3ce3711b848c3f3290e9&tipo_1=sim&tipo_2=sim&tipo_3=sim&tipo_4=sim&tipo_5=sim&preferencia_marcada=Salvar+minhas+escolhas&key_avant_valid_preference=0b2a0c0deba0fd3d293c67b09aaa6c4d Acesso em 10/11/2023.

¹¹⁶ Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho> Acesso em 15 dez. 2023.

*A taxa de participação é obtida pela razão entre a população economicamente ativa e a população em idade para trabalhar.

Segundo a figura acima, as mulheres negras também apresentam a menor taxa de participação em comparação aos demais grupos demográficos. Entre os anos 2016 e 2019 essa taxa situava-se em torno de 52%, mas no 2º tri de 2020 caiu para 45,6%, atingindo seu menor nível desde 2012. Nos trimestres subsequentes, a taxa começou a retornar lentamente para o nível pré-pandemia, mas continua abaixo do 1º trimestre de 2019. Atualmente, do montante de 48,8 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas um pouco mais da metade (51,5%) está no mercado de trabalho, seja buscando emprego ou ocupada (FEIJÓ, s/p, 2022). A problemática da inserção e permanência de mulheres racializadas nos trabalhos formais, são consequências do período colonial que, infelizmente, ainda se faz presente na nossa sociedade.

A discriminação racial acontece primeiramente na maior dificuldade de inserção de negros e negras no mercado de trabalho. A taxa de desocupação desses é sistematicamente superior à das/os demais trabalhadoras/res. O fato de os negros estarem em maior proporção em postos de trabalho informais e com menor remuneração explica apenas parte da diferença de remuneração entre negros e não negros. No 2º trimestre de 2023, os negros ganhavam, em média, 39,2% a menos que os não negros (DIEESE, p.8, 2023).

Frente ao exposto, fica evidente que na trajetória da deputada federal Rosângela Gomes (RJ), a Igreja evangélica foi crucial para que essa pudesse galgar outros espaços. Na condição de obreira por mais de trinta anos e estando a frente de projetos sociais na Igreja Universal – a qual é considerada uma das maiores igrejas pentecostais do Brasil e mundo, com cerca de 8.773 templos no Brasil e 3.559 no resto do mundo, Rosângela se estabeleceu na política institucional e pode cursar Direito.

Em contrapartida, percebemos trajetórias completamente diferentes entre outras deputadas eleitas do mesmo escopo analítico que também são bacharéis em direito, como Bia Kicis (DF) e Chris Tonietto (RJ), ambas brancas. A primeira formou-se em direito pela Universidade de Brasília, aos 23 anos teve o seu primeiro trabalho como advogada no Serviço Federal de processamento de dados (SERPRO). Em 1992, foi aprovada no concurso público para o cargo de Procuradora do Distrito Federal. Kicis chegou à Chefia de Gabinete do Procurador-Geral, em dois mandatos diferentes; foi Procuradora-Geral Adjunta e Corregedora-Geral da Procuradoria, por dois mandatos. Já Chris Tonietto, formou-se em Direito pela Universidade Federal Fluminense em 2016, quando tinha 25 anos. Dois anos

depois foi eleita deputada federal, tendo trabalhado somente como advogada nesse tempo de maneira formal.

Face ao exposto acima, é notório o quanto a questão racial influencia na trajetória e vivência das mulheres tanto no contexto acadêmico, de formação, bem como se essas terão dificuldades em se inserirem no trabalho formal. A questão de classe se intersecciona nessa discussão, afinal, as trajetórias citadas acima foram completamente diferentes da deputada Rosângela Gomes, única mulher negra bacharel em Direito do quadro analítico.

Esse contexto também se reflete na questão do marcador raça/cor das deputadas em questão, sendo que apenas uma delas se autodeclara preta – e qual foi a primeira mulher preta a ocupar um cargo na mesa diretora, afinal, desde a Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, apenas quinze mulheres conseguiram chegar à Mesa Diretora. Todas se autodenominaram brancas ou não souberam informar a raça, com exceção de Rosângela Gomes, que se inscreveu como “preta”, e Mariana Carvalho (PSDB-RO), que se disse “parda”, na 55ª Legislatura.

A desigualdade racial no Congresso é um reflexo do imaginário brasileiro, em que pretos ocupam espaços de serventes, do trabalho de cuidado, enquanto os brancos estão em cargos de poder e de visibilidade. Apesar de Rosângela Gomes não ter tratado sobre a questão racial de forma nítida em sua campanha eleitoral, em seu primeiro ano de mandato (2019) foi a primeira parlamentar negra eleita à mesa diretora e nessa ocasião afirmou, “Espero e luto todos os dias para que o Brasil, como país miscigenado que é, abra mais espaços para negros e negras que, com muito trabalho e competência, possam mostrar o seu valor” (ROSÂNGELA, s/p, 2019).¹¹⁷

Embora tenha atrelado sua campanha eleitoral à figura de Jair Bolsonaro conforme todas as parlamentares do nosso escopo analítico, Rosângela foi a única que em seu mandato trouxe questões pontuais sobre a desigualdade racial no Brasil e o reflexo disso na política institucional. Já Bia Kicis (DF) e muitas outras chegaram a ser envolvidas em casos de racismo, seja em suas redes sociais ou na condição de parlamentares durante seus mandatos.¹¹⁸

Comparativamente nota-se na composição profissional da elite maior percentual de parlamentares cuja profissão primordial era professora. Cerca de 20%, ocupando assim o

¹¹⁷ Retirado de:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/08/com-apenas-3-de-deputados-pretos-camara-tem-1-negra-na-mesa-diretora.htm> Acesso em 03 dez. 2023.

¹¹⁸ Ver mais em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/11/17/pgr-pede-abertura-de-inquerito-no-stf-para-apurar-su-posto-crime-de-racismo-da-deputada-bia-kicis.ghtml> Acesso em 03 dez. 2023.

segundo lugar das profissões exercidas pelas parlamentares antes de adentrarem no campo político. Pensar a formação para a docência, especialmente para os anos iniciais, é reconhecer que esse é um campo de trabalho, cujo universo é predominantemente feminino, uma realidade da maioria dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e conseqüentemente, das Creches, Pré-Escolas e Ensino Fundamental no Brasil. Isso corrobora, como aponta Louro (2014), que as instituições têm gênero. Ou seja, a escola é uma instituição eminentemente feminina, com seus atributos de cuidado e vigilância.

Outro indicador a ser analisado nessa radiografia das parlamentares é o percentual significativo de casadas, pois, 70% (7) são casadas, 20% (2) divorciadas e 10% (1) solteira. Como já foi pontuado, nas narrativas das campanhas eleitorais aparece com muita frequência o fato dessas mulheres serem esposas, sobretudo, mães. Afinal, ter um modelo de família pré-estabelecido pelo patriarcado e pelo conservadorismo, nessa lógica, as tornam aptas para adentrarem em outros espaços, pois, supostamente já cumprem o que é esperado delas no espaço privado. Assim, não estão “fugindo” do que foi designado, além de muitas vezes serem vinculadas aos seus esposos que já possuem carreira política, como a Dra. Soraya Manato (ES-PSL) a qual é esposa do deputado federal Carlos Manato (ES-PSL) e que cumpre a função de parlamentar desde 2003 e, candidato em 2018 ao governo do Espírito Santo. Ambos são médicos, porém, apenas Soraya mobiliza o prefixo de “dra.” em sua campanha de 2018, além de em inúmeros santinhos aparecer com seu esposo.

A despeito desse fato, Bourdieu (2021) menciona a relevância do mercado matrimonial, afinal, o casamento pode ser instrumentalizado para atingir posições mais prestigiosas de poder, sendo compreendido como mecanismo de projeção, em termos de estratégias políticas, da imagem pública do casal (Bourdieu, 2011b). Como mencionam Rivetti e Hey:

A eficácia simbólica de tal conversão reside na formação de uma unidade, em que a metáfora do casamento (Bourdieu, 1962) – como espécie de arranjo familiar e estratégia de sobrevivência no sistema de relações sociais e econômicas – dissimula o esfacelamento das fronteiras entre o “privado e o público, entre o indivíduo-cidadão e o grupo social ao qual pertence” (Canêdo, 1997, s/p). Mesmo exercendo um papel de política profissional, concretizado em sua trajetória de êxito nas urnas, no campo político mobilizam-se seus papéis tradicionais que gozam de grande força social (esposa, mãe, viúva). À unidade da família política se dá o sentido de corpus social, em que os interesses individuais e os laços de solidariedade do grupo se mesclam ou se tornam o do projeto político (RIVETTI; HEY, 2023, p.46).

Ao analisar suas falas em vídeos postados no Facebook, encontra-se, com frequência, narrativas como, “Luto pela família, principal base da sociedade”. Não compactuo com

ideologias destrutivas dessa célula” (MANATO, 2018).¹¹⁹ Focalizando na família e atrelando sua imagem ao seu marido Carlos Manato, Soraya destacou-se por mobilizar a questão da saúde feminina nas famílias, sobretudo, fazendo críticas ao que ela chama de “ideologias destrutivas”, que para a deputada faz alusão à esquerda.

3.2 A questão geracional entre as deputadas

O primeiro ponto que gostaríamos de destacar no perfil das nove deputadas do PSL é a faixa etária dessas, pois, na análise da média da faixa etária, vemos que 50% (4) estão entre 40 e 50 anos, 30% (3) entre 30 e 40 anos, e apenas 20% (2) acima de 60. A Deputada mais jovem é Chris Tonietto (RJ) com apenas 33 anos, a segunda mais nova é Caroline de Toni (PR), com 37 anos. Já as mais velhas são Bia Kicis (DF) e Dra. Soraya Manato (ES), ambas com 63 anos. Portanto, as deputadas eleitas são predominantemente adultas entre 40 e 50 anos, o que demonstra que a captura da extrema direita para a política institucional possui certas limitações no alcance de mulheres mais jovens em suas fileiras de militância.

Porém, as análises demonstraram que duas deputadas mais novas, como Chris Tonietto (RJ) e Caroline de Toni (PR), possuem perfis de maior radicalização em seus discursos conservadores e no combate às agendas feministas do que as mais velhas. Um aspecto que se destaca é o confronto à descriminalização do aborto, no caso de Chris, já Caroline tem como principal agenda o combate à suposta ideologia de gênero.

Diversos estudos empíricos têm apontado para uma queda no engajamento político juvenil na política institucional (BLAIS e RUBESON, 2013; DALTON, 2009; OKADO, 2013). Segundo Norris (2003), a análise da participação política dos jovens deve considerar três ordens de efeitos: geracionais, que estariam ligados às diferenças no processo de socialização entre gerações; efeitos de ciclos de vida, relacionados à plasticidade das escolhas dos repertórios; e, por fim, efeitos de período, que surgiram da análise comparada de diferentes períodos, medindo a influência na participação em momentos de maior efervescência política (OKADO, 2013, p.39).

Mannheim (1964, p.109) destaca que a posição geracional no meio social não se constitui a partir do fato de alguém haver nascido, se tornado adulto ou velho, mas sim de “participar dos mesmos acontecimentos, dos mesmos conteúdos de vida, etc., e, sobretudo, de fazê-lo a partir do mesmo padrão de estratificação de consciência”.

¹¹⁹ Retirado de: <https://www.facebook.com/watch/?v=541253396327936> Acesso em 02 jul. 2020.

Desse modo, a posição geracional pode ser definida como uma espécie de “força social” (GAGO, 2020) que se constitui a partir da vivência de acontecimentos biográficos paralelos que levam indivíduos pertencentes a grupos de idade e círculos sociais próximos a desenvolverem perspectivas similares sobre determinados acontecimentos históricos.

Porém, como adverte Mannheim, para que as perspectivas de uma geração se efetivem é necessário um tipo de participação em uma prática coletiva que irá produzir vínculos geracionais por meio da vivência e das reflexões coletivas em torno dos acontecimentos. É interessante ressaltar que o conceito de geração, aplicado ao recorte de gênero e ao contexto de expansão das atuais posições antifeministas na política brasileira, perpassa a lógica das organizações, ou seja, de como os feminismos se organizaram. Nesse caso, parece importante observar como as críticas que coletivos feministas estão realizando às agendas do liberalismo e do conservadorismo, assim como as próprias estratégias de militância, se modificam conforme a faixa etária (GALETTI; CARNIEL, p.9, 2021).

Se observarmos o enfrentamento explícito de parlamentares antifeministas eleitas em 2018 aos movimentos feministas e às disputadas de narrativas através de conceitos como “família”, “feminilidade”, “trabalho”, “cuidado”, o que se estabelece no atual cenário é uma tentativa de ampliação dessas vozes na esfera da política a partir da disputa de gramáticas que são caras aos feminismos, porém mobilizando os direitos conquistados pela agenda feminista há décadas. Nesse escopo, a questão geracional denuncia também as inúmeras formas e ferramentas mobilizadas para se estabelecer tal enfrentamento.

Assim, a noção de geração é um conceito interessante para se pensar a ascensão dessas atrizes, pelo engajamento e potência das redes sociais para difundir as narrativas dessas. De fato, essa renovação acelerada dos sistemas computacionais, impulsionada por lógicas de produção e de consumo que se empenham para converter coisas e pessoas em objetos aparentemente provisórios e descartáveis, representa, hoje, um desafio fabuloso ao ativismo e às análises sociológicas.

Afinal, diante do fascínio exercido pelo discurso da inovação tecnológica em nossos dias, qualquer novidade no plano sociotécnico pode muito rapidamente se tornar uma peça de museu. Ao menos esse parece ser o caso de redes sociais virtuais como o Facebook, o Twitter, o Whatsapp, o Instagram, o YouTube, entre tantas outras que ocuparam o espaço de plataformas mais antigas, como o Orkut, MySpace, ICQ, e que logo serão substituídas pelas próximas novidades do mercado high tech. Ou mesmo de produções culturais digitais, tais como *gifs*, *hashtags*, *memes*, vomitações, que aparecem e desaparecem em meio aos cumprimentos excessivos do ciberespaço. Até mesmo a própria internet, idealizada enquanto

um espaço capaz de favorecer múltiplas conexões indefinidamente, vem sendo amplamente modificada por meio da imposição de barreiras tecnológicas, sistemas de monitoramento e alterações em seus marcos regulatórios.

No entanto, as dinâmicas sociais contemporâneas de se apropriar das próprias estruturas de dominação vigentes encontram formas de transgredi-las ou subvertê-las. Sobre esse aspecto, cabe destacar que há inúmeros grupos internacionais que tem como finalidade a formação de indivíduos, a partir de perspectivas neoliberais e neoconservadoras, para disputarem cargos na política institucional, bem como, tornarem-se figuras públicas.

Um exemplo é a rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch, como a Charles G. Koch Charitable Foundation, o Institute of Human Studies (IHS) e o Cato Institute. Segundo Amaral (2016), essas fundações investem há mais de duas décadas em cursos para formação de lideranças de estudantes, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, nos Estados Unidos, realizados em parceria entre a Atlas e as fundações “liberais ou libertárias” que compõem a rede. Um dos principais fios condutores de tais fundações é demonstrar a relevância das redes sociais no processo de fortalecimento de uma juventude.

A força e potência das redes sociais na formação de atores e atrizes de direita se evidenciou na realidade brasileira durante as Jornadas de junho de 2013, a qual marcou uma maior participação juvenil na política brasileira, seja em primeiro momento nas redes sociais através do ciberativismo, seja nas ruas, via protestos. Apesar de ter começado pela reivindicação do aumento da passagem pública na cidade de São Paulo feito pelo Movimento Passe Livre (MPL), e ter como slogan “Não é só por 20 centavos”, a antipolítica cresceu nesse contexto, tendo como um dos fios condutores o descrédito aos partidos políticos progressistas, a bandeira do Brasil ganhou relevo amparado em um patriotismo que ainda flutuava e que, em seguida, repousou no colo da extrema direita, com a ascensão do à época deputado federal Jair Bolsonaro.

Deputadas eleitas em 2018 como Carla Zambelli (SP) – fundadora do Nas Ruas –¹²⁰ e Joice Hasselmann (SP) tiveram protagonismo nas ruas de São Paulo durante inúmeros atos contra o governo à época da ex-presidenta Dilma Rousseff. Zambelli chegou a se intitular como a criadora dos bonecos infláveis erguidos na Avenida Paulista, associando os ex-presidentes Lula e Dilma (PT) a presidiários e não tão somente.

¹²⁰ É um movimento social brasileiro de direita fundado em julho de 2011 que tem por objetivo o combate a corrupção e impunidade. Sua fundadora é a atual deputada federal Carla Zambelli. Retirado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Nas_Ruas Acesso em: 03 jun. 2023.

Em um vídeo postado no *facebook* durante a campanha eleitoral de 2018, Zambelli (SP) afirmou ter levantado os bonecos: bandilma – referência a ex-presidenta Dilma Rousseff; o pixuleco – o qual fazia alusão ao ex-presidente à época.; Tofoleco – se referindo ao ministro do Supremo Tribunal, José Antônio Dias Toffoli; Petralovisk – ex-ministro do Supremo Tribunal, Enrique Ricardo Lewandovisk; Canalheiros – senador e ex-presidente do Senado; Gil-lax – ministro do Supremo Tribunal.¹²¹



Imagem 3 - Fonte: Folha UOL.¹²²

Outras deputadas, como Bia Kicis (DF), também estiveram ativas com grupos de jovens que, à época do golpe, tiveram bastante evidência nas redes sociais e nas ruas, como o grupo *Revoltados On Line*, fundado pelo empresário paulista Marcello Reis. Sobre esse grupo, segundo Pavarin,

Reis converteu o grupo em uma militância política de extrema direita, a favor do intervencionismo militar e, sobretudo, anti-PT. Em poucos meses, Reis reuniria a maior brigada virtual do Brasil pelo impeachment de Dilma Rousseff – milhões de pessoas que se encontravam em sua página no Facebook a espera de instruções para acender as tochas digitais e inundar a internet de mensagens com fortes tons de ódio, taxando Lula como “sapo barbudo” e Dilma como “quadrilheira” (s/p, 2017)¹²³.

Marcello Reis, através dos *Revoltados On Line*, popularizou frases que reverberaram nas redes sociais e nas ruas, como “Fora Dilma e leve o PT com você” e “CorruPTos” e, em junho de 2013, o grupo saiu às ruas carregando uma faixa de cinco metros, com letras pretas e vermelhas, escrito: “Lula, o câncer do Brasil – investiguem o chefe da quadrilha”. Nessa

¹²¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=934786710041623> Acesso em 20 mar. 2020.

¹²² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/esquerda-precisa-superar-jogo-infantil-sobre-bolsonaro-e-impeachment-de-dilma.shtml>

¹²³ Retirado de: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/> Acesso em 11 jun. 2023.

época, Reis convidou Bia Kicis (DF) para se juntar aos Revoltados e isso, fez com que ela ampliasse sua visibilidade nas redes sociais.

“O Revoltados On Line foi pioneiro e fundamental para o impeachment”, disse a procuradora aposentada Beatriz Kicis, ex-membro do grupo. Com cabelos ruivos lisos, de óculos, e muito bem articulada, Kicis entrou para a agremiação em fevereiro de 2015. Ela conheceu Marcello Reis cinco meses antes, durante atos contra o governo petista que ela realizava com juristas ativistas em Brasília. Reis procurava alguém com ideologia similar a dele e conhecimento técnico que se dispusesse a montar um pedido de impeachment. As conversas entre os dois frutificaram. Kicis viu em Reis uma liderança combativa e escreveu os termos do projeto (PAVARIN, s/p, 2017).¹²⁴

Dentre os anos de 2015 a 2017, Bia Kicis foi uma das lideranças do grupo e esse envolvimento contribuiu para que ela se tornasse uma das deputadas federais mais votadas nas eleições de 2018. Beatriz Kicis ainda é presidenta do Instituto Resgata Brasil, por meio do qual defende a pauta do Escola sem Partido. O Instituto tem como objetivos “[...] resgatar as instituições republicanas e restabelecer os valores culturais e familiares da sociedade brasileira”¹²⁵. Ela é uma das autoras do Projeto de Lei 246/2019, que tramitava na Câmara Federal dos Deputados e que institui o “Programa Escola sem Partido” (BRASIL, 2019).

Assim, fica evidente o quanto boa parte das deputadas federais de extrema direita, que se atrelaram com movimentos ciberativistas durante e após jornadas de junho, obtiveram sucesso na corrida eleitoral em outubro de 2018. Não somente essas alcançaram visibilidade, mas outras atrizes, como Janaína Pascoal (PSL-SP), a qual foi eleita deputada estadual pelo estado de São Paulo e que protagonizou o impeachment de Dilma Rousseff, ao lado de Carla Zambelli, fazendo o que se chama de “dobradinha” durante as eleições de 2018 e mobilizando em suas campanhas o protagonismo que tiveram em todo processo de impeachment nas redes sociais e nas ruas de São Paulo.

Apesar das deputadas federais em questão não serem majoritariamente jovens, essas produziram vínculos geracionais por participarem de práticas coletivas e vivências em torno dos acontecimentos de sua época, como se ilustra nas práticas dessas ao longo dos anos que antecederam as eleições de 2018.

Ao se associarem a grupos que eram fortes nas redes sociais e que possuíam muita aderência na juventude, ao capturarem linguagens “memeficadas” e frases de impacto e apelo midiático, elas propuseram reflexões coletivas, mobilizaram afetos de milhares de brasileiros

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Retirado de: <http://resgatabrasil.org.br/> Acesso em 11 jun. 2022.

que, por inúmeros aspectos, não se identificavam mais com o governo petista, ou que ansiavam para que emergisse lideranças com posições mais radicalizadas à direita.

Com isso, a necessidade de associação entre as deputadas eleitas com as novas formas de ativismo, no caso as redes sociais, se fez presente, independente do recorte geracional. A “memeficação” da campanha eleitoral de 2018 reflete completamente essa realidade, bem como a utilização do Facebook e Instagram para a realização de lives de passeatas, balanço do dia das candidatas, apresentação dos programas dessas. Na tentativa de alcançar o máximo de pessoas possíveis através do ciberativismo em alternância com as ruas.

Sobre esse aspecto, os novos arranjos políticos incluem o uso exaustivo das redes sociais na corrida eleitoral, propiciando um cada vez maior destaque do marketing digital nas campanhas eleitorais.

No que tange às outras deputadas do nosso escopo analítico, percebe-se que a faixa etária se concentra nos 57 a 69 anos. Do PRB das três deputadas, uma tem 43 anos – Aline Gurgel e as outras duas tem 57 e 58 anos – Rosângela Gomes e Maria Rosas. Já do DEM, a faixa etária se concentra entre os 59 e 69 anos. A Professora Dorinha com 59 anos, Norma Ayub com 64 e Tereza Cristina com 69 anos. Por fim, as duas deputadas do AVANTE, Leda Maria (AP) com 57 anos e Greyce Elias (MG) com 42 anos.

Nesse escopo, a mais nova é a deputada Greyce Elias, com 42 anos e a mais velha tem 69 anos, Tereza Cristina, demonstrando assim que não há um foco específico de idade na aderência de mulheres para as fileiras da extrema-direita. Porém, a especificidade das eleições de 2018 se repousa no fato de que as deputadas de extrema-direita eleitas, que são mais novas, todas atrelaram suas imagens com a de Jair Messias Bolsonaro, mobilizando sobretudo as redes sociais para aparecerem com Bolsonaro em inúmeras situações durante a campanha eleitoral. O que pode justificar tal realidade, é o fato de que boa parte dessas impulsionaram suas imagens via redes sociais, em seus canais no *YouTube* e no ativismo contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, como mencionado acima.

Cabe ressaltar que a faixa etária de deputadas eleitas da maior bancada, que é do PT, se encontra entre os 50 e 60 anos, e que boa parte das eleitas, estão na política institucional a vários mandatos, como Erika Kokay (DF) com 66 anos, sendo deputada desde 2011, Benedita da Silva (RJ), com 81 anos, é deputada desde 2011 também, Margarida Salomão (MG), com 73 anos com seu primeiro mandato em 2013, dentre outras.

Partidos mais novos, como, por exemplo, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), nas eleições de 2018 elegeu quatro deputadas federais, três com menos de 40 anos. São elas Sâmia Bomfim (SP), com 34 anos; Fernanda Melchionna (RJ), com 38 anos; Talíria Petrone

(RJ), também com 38 anos. Essas deputadas de esquerda eleitas começaram suas trajetórias políticas em centros acadêmicos, diretórios centrais de estudantes e coletivos feministas de suas cidades, como o caso de Sâmia e Melchionna ambas da mesma corrente – Movimento Esquerda Socialista (MES), política dentro do PSOL e fundadoras do Coletivo Juntas.¹²⁶

Com isso, fica evidente que o maior aliado das candidatas de extrema direita, do PSL, foram as redes sociais. Sem esse mecanismo, haveria maior dificuldade dessas mulheres adentrarem na política institucional e ter capital simbólico, já que não há em suas trajetórias um ativismo orgânico em movimentos sociais. Suas aspirações coletivas foram impulsionadas utilizando canais de comunicação mais rápidos, que alcançam milhares de pessoas, e que possui fácil acesso a todos e com baixo custo. Para tanto, iremos analisar o desempenho das deputadas do PSL eleitas, durante o período eleitoral no ponto a seguir.

3.2.3 O desempenho das deputadas nas eleições

O desempenho eleitoral das deputadas e deputados do PSL eleitos gerou surpresa por parte das/os pesquisadoras/es da temática. O partido recebeu cerca de 10,8 milhões de votos para deputado federal a mais nas eleições de 2018 do que em 2014. Um total de 11,6 milhões de votos. De *outsiders* na política a principal aposta, o PSL ocupou lugar de destaque, consolidando-se como a segunda maior bancada na CD.

As propagandas eleitorais foram cruciais para que esse resultado se tornasse possível. Foram decisivos para esses candidatos na corrida eleitoral realizar atos como desfilar em carreatas com Jair Bolsonaro, realizar *lives* conjuntas, gravar stories no *Instagram*, demonstrando o entrelaçamento com os propósitos de Bolsonaro. A aposta na mídia independente na disseminação de mensagens via *WhatsApp*, *Facebook*, também se constituiu num dos fios condutores para que os resultados fossem positivos ao PSL.

Cabe ressaltar, que Bolsonaro teve apenas oito segundos de propaganda no rádio e na TV, enquanto candidatos à época como Geraldo Alckmin teve cinco minutos e 32 segundos, ou Luiz Inácio Lula da Silva, o qual teve dois minutos e 16 segundos por bloco. O tempo de cada presidenciável correspondia a um cálculo proporcional à representação na Câmara dos Deputados de cada um dos partidos que integram a coligação. Ou seja, mesmo com pouco

¹²⁶ O Juntas é um coletivo feminista anticapitalista e antirracista que atua em universidades, escolas, movimentos sociais, sindicatos e cidades por todo Brasil. Surgimos em 2011, nos fortalecemos com a Primavera Feminista que correu o mundo e agora nos colocamos a tarefa de enfrentar Bolsonaro e construir uma alternativa feminista que possa superar as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Retirado de: <https://coletivojuntas.com.br/> Acesso em 01 nov. 2023.

tempo nas mídias massivas, Bolsonaro e seus candidatos conseguiram construir diálogos com a população optando por outras estratégias, como a deslegitimação da mídia, mobilizando afetos.

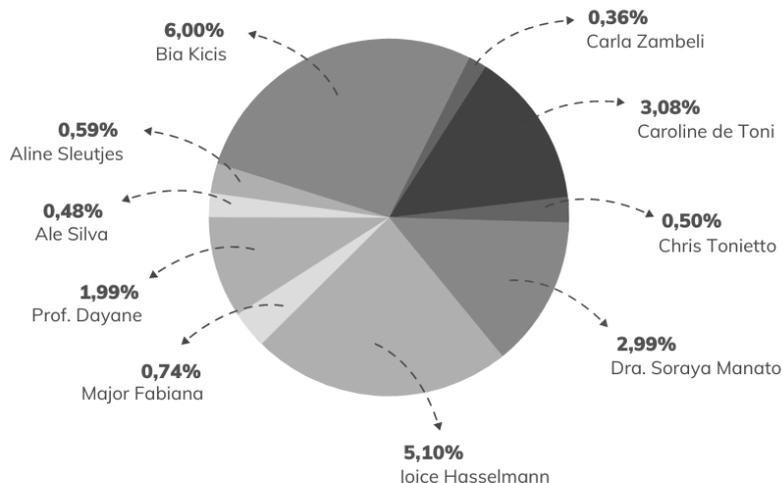
De acordo com Finamore e Carvalho (2006, p. 350), a propaganda eleitoral das/os candidatas/os políticos atinge um público muito heterogêneo, e “[...] uma vez que é veiculada em toda a rede televisiva nacional, ela cria, entretanto, a impressão de ser direcionada a cada telespectador individualmente”, ou seja, produz uma espécie de sentimento de intimidade em relação ao eleitorado. Ainda, para os autores, “a propaganda política também utiliza o tom emocional no discurso, buscando atingir os sujeitos em suas esperanças, ambições, desilusões, preconceitos e medos” (Idem).

É interessante destacar que Bolsonaro deu início à sua campanha sem o respaldo significativo de líderes políticos tradicionais, como governadores, deputados, senadores e prefeitos. Isso contraria a "tradição política" brasileira, que sugere que alianças com essas figuras resultam em maior força e capilaridade eleitoral. Amparado em narrativas conservadoras e neoliberais,

“A estratégia discursiva de Bolsonaro a partir de dois modos complementares de legitimação: um ideológico, fortemente ancorado pelo imaginário conservador, no qual está presente a recusa de qualquer ideal que possa ameaçar a constituição social vigente e o outro que se apoiou na identificação com o eleitorado pela oposição à ordem política em vigor, através do discurso antissistêmico. [...] O que os dois modos de legitimação apresentaram, em comum, foi o ataque contundente à oposição, detidamente ao PT, que assumiu no interior desse discurso o papel de inimigo da sociedade, uma vez que, tanto a insatisfação social com o partido, quanto o apelo em defesa da moralidade, supostamente ameaçados por uma gestão desonesta e pouco comprometida com os valores sociais que balizam o modo de vida do brasileiro, foram elementos frequentemente utilizados na construção argumentativa do candidato” (BENTO, 2020, p. 94).

Essa estratégia discursiva mostrou-se eficaz, como evidencia o gráfico a seguir, que destaca o desempenho das deputadas federais eleitas pelo PSL. Essas parlamentares replicaram as táticas políticas utilizadas por Jair Bolsonaro, explorando temas polêmicos, como direitos LGBTQIA+, direitos humanos, segurança pública, questões de gênero e a situação de vulnerabilidade social. Elas se posicionaram contrariamente a grupos minoritários, adotando narrativas de cunho religioso, autoritário e, em muitos casos, até agressivo.

Gráfico 1 - Desempenho eleitoral das Deputadas Federais do PSL em % de votos válidos



Dados coletados do TSE pelo Projeto Mulheres Eleitas (UFRRJ). Fonte: Autoria Própria.

Em uma visão geral das dez deputadas federais eleitas pelo PSL, podemos observar que todas estão em seu primeiro mandato. A única que foge à regra é Aline Sleutjes (PR) que já exerceu dois mandatos como vereadora da cidade de Castro, no Paraná. No entanto, sua trajetória política prévia não se converteu em capital político numérico nas eleições, pois teve apenas 0,59% dos votos válidos – suficientes para garantir uma cadeira na Câmara, mas não para figurar entre as mais estreladas.

Em geral, tais candidatas atuaram fortemente nas manifestações *pró-impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e nas de junho de 2013, o que fez com que, apesar de serem novatas políticas, conseguissem converter um capital militante em grupos de extrema-direita em números nas urnas. Cabe mencionar que a candidata que obteve uma votação mais expressiva foi a jornalista Joice Hasselmann (SP), ao ultrapassar a marca de um milhão de votos (1.078.666) ou 5,10% dos votos válidos (GALETTI, MELO, 2020).

Apesar de destacar-se em números absolutos, Hasselmann ficou em segundo lugar em termos de porcentagem, atrás de Bia Kicis com 6,00% (86.415). Entre as cinco melhores posicionadas, encontramos também a Dra. Soraya Manato com 2,99% (57.741), Caroline de Toni com 3,08% (109.363) e Prof. Dayane com 1,99% (136.742). As duas mais votadas eram consideradas braço direito de Bolsonaro. Ambas, dependem muita energia em defender o candidato à presidência de ataques e sem dúvidas, foram as que mais circularam com esse.

Porém, gostaríamos de dar destaque a Joice Hasselmann (SP), a “Bolsonaro de saias”, como era chamada por seu padrinho político. Em 2017, Joice passou a trabalhar na Jovem Pan e após alguns meses foi demitida. Vale lembrar, no entanto, que após a saída da Jovem Pan, Hasselmann começou a notabilizar-se com seu canal do YouTube, dedicando-se ao ativismo político, e, em 2015, se tornou uma das protagonistas da campanha anticorrupção que foi um dos fios condutores da derrocada da presidenta Dilma Rousseff. Logo a jornalista e influenciadora digital ganhou popularidade ao militar (on-line e nas ruas) em manifestações a favor do impeachment, contra Luiz Inácio Lula da Silva e a favor da Operação Lava Jato.

Em 2016, a deputada publicou a biografia do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, a quem mantém-se alinhada ainda hoje, vide descrição em seu site oficial. Com a carreira meteórica de influenciadora digital, em decorrência de seus pronunciamentos polêmicos, concorreu a um cargo de Deputada Federal pelo PSL a convite de Jair Bolsonaro, usando o slogan #Bolsojoice. A candidata novata foi eleita em 2018 com mais de 1 milhão de votos, segundo o Supremo Tribunal Eleitoral, defendendo bandeiras anticorrupção e do lavajatismo denominando-se, inclusive, em diversos momentos, de “madrinha da Lava Jato”.¹²⁷

Na descrição de seu site oficial, sua biografia se resume em dizer que “lutou a vida toda contra a corrupção e junto com Sérgio Moro, sempre defendeu a Lava Jato. Que é contrária a qualquer tipo de privilégio de políticos. Que também é mãe, jornalista, escritora”¹²⁸

Joice defendeu com afinco o voto impresso sob a justificativa que haveria fraudes no voto eletrônico. Retomar as cédulas de papel, em sua perspectiva, deixaria o processo mais honesto e livre de quaisquer intervenções do PT ou da “esquerdalha” – forma como se refere a qualquer pessoa e/ou partido de oposição. De forma geral, Joice afirmava que o exército brasileiro deveria acompanhar a apuração dos votos em todo Brasil “pois a chance de maracutaia é de uma para duas” – nas palavras da mesma [...] “aposente a urna eletrônica já!”.¹²⁹

Em síntese, ao longo de 2018, em diversos momentos de sua campanha, a jornalista expressou descrença em relação à democracia e ao sistema eleitoral, criando e disseminando fake news sobre a confiabilidade das eleições e das urnas, identificando como resposta e

¹²⁷ Ver: Fala Grossa e Salto Fino. In: *Revista Piauí*. Disponível em: [Fala grossa e salto fino \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/fala-grossa-e-salto-fino/) Acesso em 10 agos. 2022.

¹²⁸ Se descreve como escritora em razão de dois livros publicados e são eles: 1. Sérgio Moro: a história do homem por trás da operação que mudou o Brasil, biografia lançada pela editora Universo dos Livros em 2016; 2. Delatores: a ascensão e a queda dos investigados na Lava Jato, lançado pela mesma editora no ano seguinte, em 2017.

¹²⁹ Ver: Página Oficial do Facebook de Joice Hasselmann. Disponível em: [Vídeo | Facebook](https://www.facebook.com/joicehasselmann/) Acesso em 13 jul. 2022.

solução à crise política, a figura de Bolsonaro e por consequência, a sua.¹³⁰ Ao término das eleições, Hasselmann gravou um vídeo que circulou em suas redes sociais, afirmando que fazia parte de uma “nova” política e exaltou o fato de ter sido a mulher mais votada do pleito.

Nas palavras dela, afirmou ser “uma mulher forte ao lado de Jair Messias Bolsonaro. Nunca na história uma mulher fez tantos votos como na Câmara. Quero agradecer porque cada voto que vocês deram para mim, vocês tiraram pilantras da antiga política, temos uma bancada super-renovada”.

Já Bia Kicis (DF) é advogada, *youtuber*, nascida em Resende (RJ), mas construiu sua trajetória política no Distrito Federal e sem dúvidas se tornou uma aposta nas eleições de 2018. Primeiro por sua militância nas redes sociais a partir dos Revoltados Online. Segundo, porque Kicis tem uma longa trajetória na Procuradoria Geral da República do Distrito Federal, na qual trabalhou de 1992 a 2016. Kicis iniciou sua trajetória política em 2015, ao participar dos protestos pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) e fundar o Instituto Resgata Brasil. Tornou-se também coordenadora do grupo Revoltados *On-line*, no mesmo ano. Nas palavras da mesma, ela se tornou uma líder pró-impeachment e

Fui movida, primeiramente, ao perceber que a esquerda estava avançado demais num campo, que era campo, para a gente conservador - na época eu nem sabia que eu era conservadora -, mas que para a gente é intocável, o campo da nossa família, da nossa intimidade, o campo do nosso pensamento. Foi com o surgimento do politicamente correto, isso foi algo que incomodou muito as pessoas de direita, que querem preservar a liberdade [...] pessoas que viram que o politicamente correto é algo muito nocivo, que quer tomar conta do nosso pensamento, ao ponto da gente não pode falar o que a gente percebe (KICIS, 2019).¹³¹

Kicis coloca-se como alguém que busca deter o avanço da esquerda no campo político e justifica sua militância a partir disso. A esquerda, segundo ela, tem como uma de suas finalidades “privar a liberdade de pensamento” das pessoas. É interessante destacar que na mesma entrevista ela cita essa questão em inúmeros momentos, demonstrando assim o quanto a subjetividade é importante para as atrizes de extrema direita, no sentido do quanto essas apostam na orquestração das subjetividades dos indivíduos, potencializando um pânico moral a despeito das “táticas esquerdistas” e se apresentando como verdade frente as tramas do campo opositor. No sentido de que se “algo não for feito” as mentes são capturadas por pautas progressistas, o direito de destilar preconceitos serão cerceados por conta do politicamente correto.

¹³⁰ Ver: Intercept. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/10/26/joice-hasselmann-mentiras/> Acesso em 13 jul. 2022.

¹³¹ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=qm19-3GsYiI> Acesso em 07 mai. 2023.

Em 2018, Kicis filiou-se ao Partido Republicano Progressista, pelo qual foi eleita deputada federal. Filiou-se em seguida ao PSL, assumindo a direção do partido e foi eleita presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma das mais importantes da Câmara, demonstrando assim o papel de destaque e confiança seu que havia lhe reservado por ser “fiel ao capitão” (Jair Bolsonaro).

Assim, torna-se relevante perceber a visibilidade dessas mulheres durante a campanha eleitoral de 2018, sobretudo, porque elas constroem um partido de extrema direita, que historicamente aposta em homens como quadros políticos, oferecendo a esses candidatos visibilidade e cargos de destaque na política institucional. Esse fato ressoa na produção científica, mais especificamente nas Ciências Sociais – e até mesmo um maior interesse – em análises que foram nas interações, no comportamento político e no carisma entre atores políticos homens e a massa, ou seja, pesquisas sobre como esses criam vínculos identitários para ascenderem politicamente. Já no que tange às pesquisas que perpassam as questões de gênero, essas majoritariamente focam na sub-representatividade política das mulheres, na tentativa de desvelar os porquês, a gênese dessa desigualdade e propor reflexões que apontam para soluções a essa questão que é concreta.

É interessante observarmos o conceito de carisma a partir da concepção weberiana, pois, em Weber esse conceito está completamente atrelado com relações de dominação. Segundo Filho (2014, p. 240),

Um evento carismático não poderia ocorrer senão por forma de relacionamento, ou melhor, em uma relação de dominação. Apesar de Weber focar prioritariamente no indivíduo carismático, a relação deste com o coletivo chamava também a atenção do autor, uma vez que somente a partir do reconhecimento do seguidor, e mesmo da comunidade ao seu redor, é que se constituía a existência do carisma.

Só é possível existir carisma, seja no indivíduo ou na instituição, a partir da relação de reconhecimento por parte de uma comunidade que lhe atribui esse sentido. O próprio Weber reconhece que “apesar de as capacidades carismáticas não poderem desenvolver-se em nada e em ninguém que não as possua em germe, tal germe permanece oculto se não é estimulado ao desenvolvimento, se o carisma não é ‘despertado’” (WEBER, 2009, p. 280).

Nesse sentido, as deputadas – à época candidatas – dedicavam-se em demonstrar em suas campanhas eleitorais o quanto suas vidas e ações no cotidiano possuem “algo de extraordinário” na forma como desempenhavam suas funções de mães, esposas, profissionais ao ponto de estarem aptas a serem deputadas. Em outras palavras, há um propósito em focar em discursos essencialistas para justificar o porquê de estarem concorrendo a um espaço que historicamente é destinado ao masculino, ao homem cisgênero.

Apesar destas estarem completamente alinhadas com os papéis sociais de gênero ditados pelo patriarcado, houve um empenho exacerbado em demonstrar carisma em suas campanhas. Afinal, “a prova dos dons carismáticos”, segundo Weber, é um fator primordial na manutenção da dominação carismática, uma vez que sem ele seu portador corre o risco de perda de reconhecimento da comunidade (FILHO, 2014, p.241).

“Eu quero cuidar do país como eu cuido da minha família” (ZAMBELLI, 2018),¹³² afirmou Zambelli em uma das suas redes sociais em um vídeo que fez conjuntamente com Alê Silva, candidata – à época – também a deputada federal pelo Estado de Minas Gerais. Zambelli discorre sobre os motivos de se identificar com a amiga de partido, o principal argumento se repousa no fato de Alê ser “mãe, uma pessoa de coragem que mete as caras mesmo, eu, como ela, durante muito tempo fui apolítica, não queria saber de política” (Ibidem).

Assim, disputar um cargo público sendo mulher do espectro ideológico da extrema direita só possui validação se essa compreender que a justificativa de estar ali esteja completamente interligada com narrativas essencialistas. Se ser mãe, esposa, “do lar”, significava se restringir exclusivamente ao espaço doméstico, hoje, pode significar ocupar a esfera pública para disseminar pensamentos conservadores, para reiterar os papéis destinados às mulheres.

A promessa de novidade também se faz presente no discurso das deputadas, “Você que se sente não representado por ninguém, cansado da velha política” (Zambelli, 2018). Nesse sentido, de certa forma, apostar em candidaturas femininas pode gerar vínculos identitários de maior confiança, já que a “velha política” é composta majoritariamente por homens. Porém, é interessante perceber que essas não exploram o fato de serem mulheres, mas sim de serem boas cuidadoras e esposas – o que as tornam aptas para desempenhar tal propósito.

Contudo, é possível afirmar que ao passo que essas mobilizam categorias que estão atreladas ao cuidado, se estabelece uma disputa de sentidos, sobretudo da categoria mulher, pois o entendimento de representatividade feminina é historicamente trazido a partir de uma leitura e prática feministas. Nesse contexto, as deputadas de extrema direita buscam estruturar as questões de gênero a partir de outros vieses, que possuem como fio condutor narrativas essencialistas para disputarem e estabelecerem suas concepções de representatividade.

¹³² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gOO3HwyNOXw> Acesso em: 10 mar. 2022.

Assim também se pavimenta construções de feminilidade que se diferem de uma direita tradicional, a qual rechaça inúmeras agendas feministas, mas não se repousa no ideário de negação das desigualdades de gênero intrínsecas à sociedade. Apesar de muitas não se considerarem feministas, o antifeminismo não se faz palatável também. Segundo Costa, a partir da análise da pesquisa “Conservadorismo, gênero e feminismo”, para a maioria das mulheres (brasileiras), o problema não se repousa no feminismo, são as feministas. “O problema é o sujeito e não a ação. O efeito dessa estratégia é o esvaziamento do imaginário sobre o movimento pela igualdade de gênero. O desafio, portanto, está em desfazer esse imaginário distorcido e reconstruir um imaginário positivo e inspirador” (COSTA, 2023, p. 18).

Diferentemente do antifeminismo presente nas deputadas eleitas em 2018, as quais, durante todas as suas campanhas eleitorais, apontaram que o problema são os movimentos feministas. E por isso deve ser completamente extinta a perspectiva das feministas e suas agendas políticas na sociedade, pois, para elas, é completamente nociva para estruturas sociais como a família.

“Eu não sou feminista, eu sou feminina e as femininas se preocupam com sua imagem”,¹³³ afirmou Daiane Pimentel (BA), a deputada federal mais votada da Bahia, em um vídeo nas redes sociais. Em outro momento, Pimentel disse que “mulheres, feministas, pessoas ridículas, a escória da sociedade, pseudo mulheres”¹³⁴ (2018). O que nos salta os olhos nessa frase é sobretudo a afirmação que “feministas são pseudo mulheres”, evidenciando assim a desumanização por completo de mulheres que se consideram feministas, promovendo a ideia de que essas devem ser destruídas por rivalizam com o entendimento de feminilidade e não tão somente, de uma concepção do que é “ser mulher” e quais dessas são aceitáveis para a convivência em sociedade.

Para tanto, no capítulo a seguir discutiremos a compreensão de feminilidade e de maternidade, assim como a disputa em torno da categoria mulher que se pavimenta nas campanhas eleitorais das deputadas do nosso escopo analítico.

¹³³ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=174587463416870&ref=watch_permalink Acesso em: 23 out. 2023.

¹³⁴ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=2170304979706297&ref=watch_permalink Acesso em 23 out. 2023.

Capítulo 4: As disputas em torno da feminilidade

Capitalismo e patriarcado se coadunam desde o período da acumulação primitiva. A partir de então se estabeleceram hierarquias e divisões que afetam homens e mulheres de formas distintas. Silvia Federici (2019) evidencia como se deu as mudanças conforme o capitalismo foi se consolidando e adaptando-se às conjunturas, bem como o impacto disso na vida das mulheres e, sobretudo, nas atribuições feitas a essas. A autora ainda afirma que a exclusão das mulheres dos ofícios forneceu as bases necessárias para a sua fixação no trabalho reprodutivo e para a sua utilização como trabalho mal remunerado na indústria artesanal doméstica.

Nesse emaranhado, a divisão sexual do trabalho pavimentou o trajeto para a organização do capitalismo, abrindo, também, caminhos para novos modos de feminilidade: a mulher e esposa ideal (Ibidem). Acompanhado de um processo de disciplinamento dos corpos, como definiu Foucault (2004), tendo como finalidade o controle social, o corpo feminino estava em perpétuo antagonismo: ora servia como máquina de trabalho nas indústrias, em más condições de funcionamento; ora era reduzido à esfera privada, ao cuidado e ao trabalho reprodutivo. Porém, desde então se cruzavam ambas as finalidades, o que ocasiona a dupla, tripla jornada de trabalho, estabelecendo assim condições para a acumulação de capital e consolidação de assimetrias de gênero.

A partir da imposição de uma agenda neoliberal, que se consolida desde meados da década de 1970, se pavimentou disputas acerca dos papéis femininos na sociedade. Tais papéis se evidenciaram em tom de disputa nas eleições de 2018, quando é ressaltado o “papel da mulher” na sociedade de forma geral e na política. Conforme o discurso de uma das deputadas sobre esse assunto, “as mulheres têm um olhar diferenciado para as questões sociais, são detalhistas, atenciosas e normalmente têm empatia e sensibilidade no trato dos problemas das pessoas, isso com toda a certeza é um diferencial da mulher”¹³⁵. Reitera a narrativa ao citar a importância da diminuição do Estado,

Para tanto, precisamos renovar, eleger novos políticos, pessoas realmente comprometidas com a diminuição do Estado, dos tributos e com a preservação dos valores civilizacionais. Digo, assim, que o Bolsonaro é o nome que trará essa renovação que o brasileiro quer para o Brasil e me sinto muito honrada em fazer

¹³⁵ Disponível em:

https://www.lenoticias.com.br/marcos-schettini/4256/campanha-morna-dossies-comecam-a-ser-produzidos-colo-mbo-x-pinho-moreira-o-papel-do-empresariado-caroline-detoni-no-duas-perguntas?fbclid=IwAR2TU7yIwerNW-h89TIVSj8hy8VZUK5q_lkU36HXT5v2COdtw6udCm8O96E. Acesso em: 9 out. 2023.

parte do time PSL. Sou privilegiada por ser mulher no partido, pois fui convidada a ser vice-presidente estadual justamente por ser mulher e do Oeste, ou seja, oportunidade que não teria nos partidos tradicionais. Portanto, com muita honra digo: sou mulher e sou apoiadora de Jair Messias Bolsonaro. Reitero: as mulheres terão um papel muito importante nestas eleições (Ibidem).

Cabe ressaltar que dada a heterogênea dispersão do conceito, trabalha-se com a definição de neoliberalismo proposta por Dardot e Laval (2016), que atualizam as análises de Foucault (2010) nas dinâmicas ocidentais mais recentes e dialogam com as referências feministas mobilizadas nas análises aqui consideradas.

De acordo com esses autores, o neoliberalismo não se esgota em políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, nem nas relações sociais democráticas ou não, provenientes dos mercados financeiros. Trata-se, antes, de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, nos demais setores da sociedade, como na economia e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências, regulando condutas (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo opera pela mercantilização de relações até então consideradas “fora” do mercado, monetizando-as e convertendo-as em mercadorias. Conforme aponta Wendy Brown (2019), a racionalidade neoliberal é capaz de criar um mundo, com uma racionalidade direcionada exclusivamente para o fim de “economicizar” (economize) todos os aspectos da existência, das instituições democráticas à subjetividade (BROWN, 2019). Isso se vislumbra de diversas formas na condição feminina pautada pelas políticas neoliberais, afetando não apenas a vida das mulheres, mas suas subjetividades a partir principalmente da constituição de hábitos disciplinares, que, conforme serão apresentados, regulam e perpetuam as práticas de feminilidades.

Com isso, trabalha-se com a hipótese de que a recente guinada do capital financeirizado e global, referida por neoliberalismo, propicia a internalização da mulher no mundo competitivo dos interesses próprios, quando comparado ao liberalismo clássico; contudo, tal guinada “cobrou um preço”: a apropriação de inúmeras pautas que estão atreladas à agenda feminista, o que se concebe, neste trabalho, como capturas neoliberais da noção de feminilidade.

Disso decorre que, para o modus operandi das táticas neoliberais, a mulher não adentra simplesmente no jogo econômico sem que aceite se sujeitar à parte das imposições desse jogo, isto é, adotar os processos de subjetivação incitados pelo mercado financeiro global. Tais relações decalam das teorizações foucaultianas, para as quais o sujeito se

constrói na imanência das relações de poder em uma dada sociedade. Nesse ínterim, pode-se argumentar que, se as técnicas neoliberais de governamentalidade vieram caracterizar cada vez mais nossas sociedades, uma noção de subjetivação, inextricável e concernente às tais técnicas de governo também caracteriza essa virada neoliberal (FOUCAULT, 2010).

Essas dinâmicas incitam diversos questionamentos sobre como são introjetadas tais lógicas ou de que maneira se dá a internalização destes hábitos normativos propagados pela racionalidade neoliberal. Com isso, alude-se que a pergunta de Rago é de suma importância para a compreensão da analítica proposta aqui: “A emancipação feminina poderia ser traduzida como sucesso econômico individual e livres escolhas das mulheres?” (RAGO, 2017, p. 368).

Mantidas as diferenças e as tensões que lhes são constitutivas, utilizaremos como referenciais teóricos os estudos feministas articulados com as teorizações foucaultianas. Tanto as problematizações feministas, que têm contribuído na desconstrução dos discursos hegemônicos e universalizantes acerca dos sexos e dos gêneros, a partir das ferramentas conceituais desenvolvidas por Foucault, quanto a obra foucaultiana, que pode igualmente continuar tendo reverberações e acréscimos enriquecidos da incorporação das problematizações feministas, ganham novos desdobramentos e possibilidades de leitura do mundo quando articuladas (OKSALA, 2019; RAGO, 2017).

Tal contexto neoliberal desloca papéis masculinos e femininos, pelo menos em suas versões “cristalizadas”, para as quais há papéis entendidos historicamente como femininos (competências emocionais, relacionais e comunicativas) – relegados exclusivamente às mulheres até poucas décadas –, a todos os sujeitos que participam do jogo do capital. Isso também contribuiu para abalar a fixidez dos papéis generificados no interior da família: “Enquanto nossa forma de vida for fundamentalmente centralizada em famílias e numa divisão generificada das sensibilidades e atividades dos sujeitos, o sujeito feminino neoliberal sinalizaria o colapso de nossa ordem social” (OKSALA, 2019, p. 133).

Além disso, imanente à guinada neoliberal progressista, emerge uma subjetividade como acontecimento histórico: o “novo sujeito feminino neoliberal” (RAGO, 2017). Tal subjetividade pavimenta a ideia de que a emancipação econômica feminina pode ser dada a partir do alinhamento do neoliberalismo com algumas agendas feministas, que na realidade não vislumbram emancipação, mas sim adequação dessas no sistema capitalista, como ressalta Oksala:

Não é mais estruturalmente impossível que um número significativo de mulheres poderia ser sujeitos liberais no sentido pleno do termo – não apenas sujeitos individuais de direitos, mas também sujeitos egoístas de interesse. Porque a governamentalidade neoliberal trouxe a crescente mercantilização e marketização ao domínio privado – por exemplo, o trabalho doméstico e o cuidado –, o autointeresse de algumas mulheres pode agora ser facilmente comprado [...] (OKSALA, 2019, p. 130-131).

Como tal subjetividade é produzida no interior de uma retórica, é evidente que esses “avanços” não se dão de forma simples e isentas de outras problematizações, afinal a racionalidade neoliberal é um complexo emaranhado que não afeta tão somente a economia, mas, também, a política, a cultura, as subjetividades, tendo como fio condutor a atividade de acumulação do capital e a maximização do capital humano. Disso decorre que, para ganhar reconhecimento de mercado, a mulher necessariamente consome para si mesma o que para esta nova economia política tem o significado de adquirir capital humano.

Atrelado a essa discussão, encontra-se o conceito de feminilidade, que, na guinada neoliberal, demarcou as posições de sujeito, bem como os modos de endereçamento – e o que se entende por – do cuidado, que são realocados nas sociedades ocidentais. Sobre essa temática, recorreremos novamente à Oksala, cujas considerações captam a lógica presente no atual recorte de tempo:

A feminilidade normativa se tornou firmemente ligada a ganhos econômicos, em uma nova direção. [...] as mulheres, cada vez mais, racionalizam sua participação nos hábitos normativos de feminilidade em termos de seus próprios interesses econômicos, e não em termos dos interesses dos homens: as mulheres não têm mais unhas longas e pintadas porque os seus parceiros masculinos acham isso atrativo e excitante, mas porque unhas bem cuidadas se tornaram um sinal de sucesso profissional e financeiro, um sinal que provavelmente as ajudará a avançar em suas carreiras [...] As apresentações mais bem-sucedidas da aparência feminina em nossa sociedade não mais simbolizam subserviência – garçonetes, comissárias de voo ou secretárias. As apresentações mais bem sucedidas da aparência feminina, atualmente, são realizadas por mulheres que possuem poder e dinheiro: mulheres executivas e políticas. Vivemos em um mundo no qual as aparências são mais importantes do que nunca, e a mulher consumidora moderna sabe muito bem disto (OKSALA, 2019, p. 132-133).

Com o deslocamento da família liberal, a emancipação feminina não veio como promessa imediata via *establishment*. Ao passo que algumas mulheres conquistaram os espaços de trabalho, a aparência feminina passou a ser vista como um instrumento importante pelo qual as mulheres puderam incrementar seu capital humano numa lógica na qual os hábitos de feminilidade agora são sustentados por meio de uma racionalidade baseada em perdas e ganhos financeiros. Esse processo, Catherine Hakim (2012) intitulou de “capital érotico”, que pode ser interpretado também como uma chave de acesso ao campo político e às

esferas profissionais, por impulsionar as mulheres a recorrerem a performances pautadas na sexualidade, em características físicas para obterem validação em determinados campos¹³⁶.

Nos conteúdos da campanha eleitoral de 2018, apareceram narrativas que pautam a mobilização de um capital, como, por exemplo, ao afirmar “eu não sou feminista, eu sou feminina e as femininas se preocupam com sua imagem”¹³⁷. A fala reitera a suposta diferenciação entre mulheres que se consideram feministas e as que não compactuam com o feminismo, afirmando que essas últimas se preocupam e investem tempo em suas imagens por compreenderem a importância disso, estabelecendo também uma disputa em torno da compreensão de feminilidade e a defesa do ideário de que somente mulheres femininas preocupam-se com suas aparências, imagens.

A questão da feminilidade tem certa centralidade nas discussões quando o assunto é antifeminismo e não tão somente, também quando se aborda feminismo de forma geral, sobretudo por essa discussão na prática ser mobilizada para validar a lógica da autorregulação, partindo da dimensão física do corpo para a psíquica, mantendo seus objetivos de mercado (ELIAS; GILL; SCHARFF, 2017). Soma-se a essa discussão, a questão do corpo feminino e como ele está completamente atrelado às noções de feminilidade impostas pelo patriarcado – e repaginada pela lógica neoliberal. De acordo com Scharff (2015), o sujeito neoliberal se caracteriza por sua competência em consumir, o que privilegia ainda mais o feminino devido à histórica associação entre mulher e consumo, intensificada pelas narrativas midiáticas. Segundo a autora, a ligação entre feminilidade, transformação de si e corpo é chave de entendimento da inter-relação entre gênero e subjetividade na era neoliberal (LOVATO, 2019, p. 74). Segundo Martinez, o corpo é

Representado como um elemento definidor da feminilidade na cultura popular e mediática das décadas de 1990 e 2000, àquela época o corpo era reivindicado como uma “fonte de poder feminino” estabelecendo uma relação ambígua com os feminismos: ao passo que simbolizava um espaço de ressignificação positiva da ideia de “feminino”, tornava-se foco de práticas de monitoramento e disciplina que delineavam novos padrões de atratividade em torno de temas como liberdade sexual, escolha e empoderamento (GILL, 2007). No cenário de intensificação da

¹³⁶Sobre a discussão de capital erótico, Rivetti e Hey (2023) apontam que a mobilização de recursos econômicos, simbólicos, culturais e matrimoniais configura diferentes posições e práticas no campo político, de modo geral, sendo que aqui evocamos o gênero como um atributo distintivo. Pesquisas nessa direção (DULONG; LÉVÊQUE, 2002) apontam que ocorre um processo de renovação do jogo político pela feminização, o que pressupõe a existência de práticas políticas especificamente femininas. Assim, estabelece-se uma contenda em torno de tais práticas – notabilizadas como femininas –, para que sejam consideradas práticas políticas legítimas. Nesse jogo, pela legitimação de uma posição que tenha valor na e para a política, muitas vezes as mulheres políticas precisam reforçar estereótipos sociais a fim de se estabelecerem (p. 33-34).

¹³⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=174587463416870&ref=watch_permalink. Acesso em: 09 out. 2022.

visibilidade e neoliberalização dos feminismos, o corpo se tornou, também, um outdoor do feminismo enquanto mercadoria (MARTINEZ, 2020, p. 113).

O fato é: o corpo feminino é entendido como um campo de batalha. A disputa intensa por ele, que se torna território de disputa pelo Estado, Igreja e patriarcado, se evidencia cotidianamente, seja na justificativa de violência contra mulher, seja nas lutas incessantes das direitas em restringirem as discussões acerca dos direitos reprodutivos, seja na pressão estética realizada pelo capitalismo em cima desses corpos, ao impor modelos inalcançáveis para as mulheres.

A forma de produção do sistema capitalista demonstra o quanto houve grandes mudanças na sociedade, sobretudo no que diz respeito ao corpo feminino, na lógica de como ele é enxergado. O corpo passa a ser visto prioritariamente como um “corpo-máquina”, passível de opressão e manipulação baseadas em técnicas de interesse de produção (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2010). Assim, percebe-se que “o sistema do capital se beneficia da opressão vivenciada pelas mulheres, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como na perspectiva da inserção precária e subalterna no mundo do trabalho” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Sobre o corpo encontra-se o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem desejos, desfalecimentos e erros; os corpos se atam e de repente se exprimem, mas nele também se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continua seu insuperável conflito, já dizia Foucault (1988).

A questão do corpo constitui o desafio no sentido de se engajar no momento histórico em que vivemos. Momento este que apela a uma “política da vida”, como diria Anthony Giddens (1992), em que o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno de novas identidades pessoais, da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais (ALMEIDA, p. 4, 2004). É mediante as concepções criadas sobre os corpos e da manutenção de como eles são aceitos na sociedade que noções de feminilidade e sexualidade são mantidas.

Sobre essa última, cabe ressaltar que a sexualidade feminina era reprimida nos espaços públicos. Diferente dos homens, as mulheres não podiam demonstrar nenhum ato de homossexualidade, ou ter atitudes de prazer. Seus corpos eram cobertos, não era motivo de admiração ou de “culto” por parte da sociedade. O que se percebe nesse momento histórico é que os homens, pelas suas ações, pelos seus testemunhos, mesmo nas páginas dos textos literários, pertenciam a um sexo superior. Eram as suas vozes as escutadas. E eles falavam

sobre várias coisas, inclusive sobre as mulheres e seus corpos (DUBY, p. 15, 1989). Nos períodos históricos posteriores, as representações do corpo adquiriram outras dimensões, subjugando-o a temas que potencializam as questões místicas e religiosas (GOMBRICH, 1999 *apud* PELEGRINI, 2006). Com o cristianismo, o corpo passou a ter outro significado, a alma deveria prevalecer sobre o corpo, e seu bem-estar só poderia ser garantido pela recusa dos desejos e prazeres da carne (ROSÁRIO, 2006).

A doutrina cristã constituiu uma moral que criou a imagem das mulheres a partir da origem bíblica, em que Eva era a pecadora, culpada de todo o mal que ocorreu com a humanidade; Virgem Maria, a santa, assexuada, um exemplo a ser seguido; e Madalena, a pecadora arrependida (SILVA; MEDEIROS, 2013). Tais imagens fizeram com que a dicotomia virgem *versus* prostituta tornasse parâmetro para subjugar as atitudes das mulheres a partir de então. A imagem da mulher passou a se relacionar intimamente à castidade, à submissão, ao comportamento e à obediência à doutrina da igreja, e, quando o comportamento feminino não correspondia ao esperado, era subjugado.

Sobre a marginalização da sexualidade feminina, Góis (1991, p. 119) afirma que “somos educadas por mulheres, numa sociedade onde a virilidade e o prestígio do macho estão longe de serem apagados”. A mulher é criada para “dentro”, para o espaço privado, é-lhe negado o prazer, que, quando praticado, é relacionado à culpa e à imoralidade. Ao longo do tempo, esses modelos produziram a história corporal, funcionando como mecanismos codificadores de sentido e produtores da história corporal (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2008). O corpo é um dos planos da existência humana que assume valores simbólicos relevantes na contemporaneidade e que tem relação direta com as noções de feminilidade impostas pelo patriarcado. Dessa forma, ele, como construção cultural, é capaz de apontar a dinâmica de algumas relações sociais importantes que, para além da materialidade, tomam um propósito político e ético (MAGALHÃES, 2010), que está em um constante devir.

Todavia, em grande parte da construção do pensamento, o corpo feminino foi localizado em um lugar marginal, e apenas a partir dos anos 1980 no Brasil, com a luta dos movimentos feministas, deu-se visibilidade a ele e a como mulheres utilizam seus corpos como instrumento de luta por direitos. Na contemporaneidade, ele é visto por teóricas feministas como:

Fator crucial para a compreensão da existência psíquica e social da mulher, mas não é mais visto como um objeto a-histórico, biologicamente dado, não cultural [...] O corpo é visto como um objeto político, social e cultural por excelência e não o produto de uma natureza crua, passiva, que é civilizada (GROSZ, 2000, p. 75).

O corpo é político, é um campo plural e múltiplo, e análises biologizantes ou essencialistas do corpo são rejeitadas, pois limitam o debate a respeito dele e consolidam a máxima dos binarismos no mundo ocidental: homem *versus* mulher, mente *versus* corpo, bem *versus* mal, e, nesta lógica binarista, a mulher é reduzida à inferioridade, na qual o homem é a mente e a mulher o corpo. Nessa associação, o corpo é tradicionalmente desvalorizado.

Destarte, o papel das teóricas feministas é de reconfigurar a noção de corpo, levando em consideração o corpo vivido, a experiência, tornando as discussões acerca da corporalidade mais fluídas e dinâmicas, levando em consideração que cada sociedade tem sua concepção de corpo e subjetividade, e que esta é resultado da interação do indivíduo com as influências socioculturais, sendo modelada de acordo com os comportamentos, os interesses, os valores, os sistemas econômicos e políticos de cada sociedade (BORIS, p. 463, 2007).

Com isso, percebemos que, analisar a noção de corpo, e conseqüentemente de feminilidade, na contemporaneidade é de extrema importância, visto que as disputas que se configuram sobre os corpos femininos a partir de narrativas de governos de extrema direita e autoritários fazem alusão a uma concepção que está completamente atrelada a ideários que privam corpos femininos, reafirmando a concepção de que o corpo feminino pertence ao Estado, à igreja e, sobretudo, a um modelo de família bem específico.

Tudo isso tenciona tal discussão tendo como ponto de partida a docilização do corpo feminino e a mobilização da feminilidade para fazer a manutenção de padrões estabelecidos. Porém, com uma nova roupagem, investindo em figuras femininas que circulam no campo político, mobilizando a noção de representatividade feminina para introduzir essa discussão como crucial para separar quais mulheres devem ser validadas, quais não: pelo crivo da feminilidade performatizada por elas.

Diante disso, exalta-se performances femininas que estejam atreladas a feminilidades específicas. Nesse contexto, alguns estudos têm identificado a emergência de perfis de feminilidade delineados em conformidade com subjetividades neoliberais, em oposição aos feminismos, através de uma estratégica cooptação e esvaziamento político destes, além de estreitas relações com expressões neoliberalizadas (MARTINEZ, 2020, p. 105).

Assim, a disputa com os movimentos feministas são cruciais para restabelecer uma suposta “ordem corpórea”, por um propósito de ressignificação do feminino que está relacionado também com concepções cristãs de “ser feminina”, acomodando assim a “domesticidade”. Isso fica evidente em falas de candidatas à época, como Joice Hasselmann

(SP), a qual, em uma entrevista após ser eleita, afirmou ser “feminina e não feminista”¹³⁸, além de achar “cafonérrimas” as pautas dos movimentos feministas. “Eu optei por ter uma vida de desbravar as coisas, sou uma guerreira nata. Eu não sei fazer outra coisa, eu sou uma guerreira. Quando vejo injustiça, quando vejo que está incorreto eu vou pra luta” (HASSELMANN, 2018).

Esses meios digitais oferecem a possibilidade de um maior controle e rapidez na construção da "fachada", permitindo, assim, a criação de múltiplas fachadas simultâneas em diferentes espaços interacionais. No entanto, intencionalmente ou não, manter a consistência na representação do "eu" pode ser um desafio diante dessa multiplicidade de contextos. Para conectar a comunicação mediada por tecnologias à teoria de Goffman, é essencial entender quatro elementos-chave do modelo de interação social proposto pelo sociólogo:

1. A distinção entre expressões controladas e expressões involuntárias que o ator projeta em sua representação para os outros;
2. A tendência do ator de apresentar uma versão idealizada de si mesmo;
3. A dupla dimensão espacial envolvida na atuação, que inclui os cenários e os bastidores;
4. Desvios e situações imprevistas que podem influenciar a representação do ator.

Assim, é realizada uma performance diante de uma audiência - no caso em questão o eleitorado, de maneira a evidenciar a relevância de sua atuação para o público. No ambiente online, representações dramáticas tendem a ser mais comuns em redes sociais com foco profissional, onde as interações geralmente têm objetivos e interesses mais claros. Nessas plataformas, os usuários procuram projetar uma imagem positiva de si mesmos em suas apresentações.

Com isso, ser associada à feminista, na concepção das parlamentares bolsonaristas eleitas em 2018, não é algo bom. Fica evidente que elas disputam o conceito de feminilidade, reivindicando o entendimento deste a partir da lógica patriarcal, porém com a roupagem do neoliberalismo – no sentido de ampliar tal concepção, tornando aceito e bem-visto ser feminina e ser figura pública, ocupar o espaço político, porém sempre frisando que elas não romperam com os papéis sociais de gênero tão presentes na sociedade e reivindicados por elas. Essas questões também são mobilizadas como dinâmica de cooptação por partidos de direita e extrema direita.

¹³⁸ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=qV5EFVCux9w&t=663s>. Acesso em: 5 out. 2023.

Cabe ressaltar que essa feminilidade perpassa discussões como de maternidade, ao “ser uma boa mãe, mulher”, a partir de uma concepção biologista do gênero; de um entendimento desvirtuado do feminismo comumente referido, o qual iremos analisar a seguir a partir das narrativas das deputadas federais bolsonaristas que se encontram no escopo analítico desta tese.

4.1 A aposta na mulher guerreira

O que significa ser uma mulher guerreira? Por que a dupla, tripla jornada de trabalho é romantizada no neoliberalismo? Esses são alguns questionamentos que apareceram a partir da coleta de dados realizada nas redes sociais sobre as eleições das deputadas federais bolsonaristas no ano de 2018. Evidenciou-se com frequência, nas falas dessas atrizes, a associação da mulher com a figura de guerreira e lutadora, romantizando, assim, o desempenho de inúmeras funções no lar e o fato de, mesmo diante dessa realidade, essas mulheres conseguirem se envolver com a política institucional ao ponto de disputarem cargos públicos.

O termo “mulher guerreira” demarcou, de forma geral, uma característica excepcionalmente feminina que deve ser louvável, entendida nessa lógica como exemplo a ser seguido no universo feminino. Muitas deputadas federais eleitas em 2018 se autointitulavam de guerreiras em suas campanhas, nas postagens nas redes sociais – e não tão somente elas, ao circularem vídeos de seus eleitores, estes se referiam às candidatas como lutadoras, guerreiras, sendo ovacionado o fato de desempenharem funções de cuidado em seus lares e mesmo assim estarem disputando o espaço visto como um lugar masculino.

O candidato à presidência à época, Jair Bolsonaro (PSL), utilizou também o termo “mulher guerreira” para se referir às candidatas do PSL, ao ressaltar as capacidades delas de serem mães, cuidadoras, trabalhadoras, impulsionando a admiração e o reconhecimento de carisma, sobretudo por esses fatores. O que não foi feito, por exemplo, com candidaturas masculinas, pois, nessa lógica, eles já estariam aptos para o espaço disputado pelo fato de serem homens.

A narrativa de mulher guerreira esteve presente no processo eleitoral e, com muita frequência, é mobilizada em campanhas, discussões que fazem alusão ao 8 de março – Dia Internacional da Mulher –, fazendo-se presente no imaginário midiático e político como fio

condutor para exaltar mulheres multiatarefadas, estando alinhado à lógica neoliberal dos papéis sociais.

Portanto, é de extrema importância compreender o impacto da racionalidade neoliberal e sua concepção de feminino que se apresenta como algo louvável e palatável, escamoteando suas contradições. Nessas narrativas, podemos afirmar que uma das intencionalidades é demonstrar a ideia de força, capacidade, multiplicidade de frentes de atuação das mulheres como estratégia de invisibilizar opressões e sobrecargas que a elas são destinadas e vivenciam cotidianamente. O fato é: a narrativa da mulher guerreira vem acompanhada de inúmeras violências e cobranças, introjetando o pensamento de que é possível “dar conta” de todos os afazeres no contexto privado e público e, ainda assim, realizá-los com total eficiência pelo simples fato de ser uma “mulher guerreira”. Nessa lógica, é como se as mulheres estivessem superando-se, mas na realidade estão cada vez mais tornando suas vidas precárias, seja na relação do trabalho considerado produtivo, seja do trabalho reprodutivo, o qual é reconstituído no dia a dia.

Nos conteúdos discursivos, isso aparece de inúmeras formas, mas sempre tendo como fio condutor a maternidade, o fato de serem mães. “Eu sou a Major Fabiana 1746, mulher, mãe, PM no Rio de Janeiro, cidadã guerreira e completamente comprometida com o processo de mudança que precisamos!”¹³⁹.

Na associação das mulheres com guerreiras, é possível observar o quanto a lógica patriarcal está totalmente em consonância com o neoliberalismo, no sentido de manter, de forma subjetiva, inúmeras violências que perpassam essas condições. A partir da perpetuação dessa ideia, se reforça a expectativa da impossibilidade de as mulheres falharem e, conseqüentemente, se desumaniza a existência feminina, sobretudo de mulheres racializadas – estas que majoritariamente são responsáveis pelo trabalho de cuidado e doméstico na sociedade. As deputadas também se referiam às suas apoiadoras como guerreiras, “Mulher Guerreira de Mazagão. É um exemplo de empreendedorismo. Por isso, nossa bandeira de incentivar e criar bases para o empreendedorismo feminino vamos gerar renda, empregos e fazer a economia se movimentar”¹⁴⁰.

Em outro momento, apoiadores também definem algumas deputadas a partir de questões relacionadas à beleza: “Ela é mulher, é competente, é mãe de família e é vaidosa!”¹⁴¹. É interessante observar como no mesmo discurso se dá a entender a

¹³⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/majorfabiana/posts/693129081057754>. Acesso em: 3 nov. 2023.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/dep.alinegurgel/videos/271941620317140/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

¹⁴¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=228714791158032>.

possibilidade de ser mãe de família e mesmo assim ainda ser vaidosa. Claramente a categoria família se sobressai na narrativa, associada ao papel da mulher, tecendo assim a ideia de que é possível ser mulher e competente, concomitantemente desempenhar funções no núcleo familiar e se envolver com política.

Fundamentando-se na concepção de “força feminina”, passa-se a explorar de inúmeras formas as vivências das mulheres, sobretudo a força física, seu condicionamento, por ressaltar a máxima de que mulheres aguentam a dupla, tripla jornada de trabalho, sustentando que elas podem desempenhar o cuidado ou a maternagem e outras inúmeras atividades nos espaços públicos e privados, as quais exigem do corpo feminino longas jornadas de trabalho. Esse discurso supera a narrativa de “mulher é um sexo frágil” e adota a exploração desses corpos em diversas formas.

Sobre esses aspectos, Ana Carolina Falcão e Ana Taisa Vazquez afirmam que,

parte da expropriação que as mulheres sofrem, neste sistema, está profundamente relacionada ao tempo. O fator tempo de trabalho produtivo versus tempo de trabalho reprodutivo é um dos traços de distinção de gênero, de raça/etnia e de classe, porque conjuga, ao mesmo tempo, proporções distintas entre a classe trabalhadora, entre homens e mulheres e entre mulheres com níveis distintos de formação. A consequência disso é que as mulheres pobres, majoritariamente negras, têm seus tempos de trabalho produtivo apropriados pelo trabalho reprodutivo (FALCÃO; VAZQUEZ, 20019, p. 373).

Tal contexto resulta em adoecimento devido à sobrecarga do trabalho produtivo e reprodutivo realizado de forma exacerbada. Cabe mencionar que espaços de trabalho propulsores de altos índices de desempenho e produtividade, estruturados com base nas exigências que cada vez mais extrapolam a capacidade física e mental dos indivíduos, não conseguem manter-se senão mediante sofisticados mecanismos de controle e coerção (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 420).

É interessante observar o quão ambíguo é a narrativa de mulher guerreira, pois o patriarcado sempre reproduziu a ideia de que mulheres são mais limitadas que os homens em inúmeros aspectos, seja no que tange ao condicionamento físico, seja em suas capacidades cognitivas. Amparando-se na ideia de que mulheres são emocionais e homens racionais, foi-se perpetrada tal justificativa para afirmar que o espaço público não é destinado ao feminino por inaptidão delas. Isso foi construído há séculos, sendo mobilizado esse ideário para não se apoiar a socialização de mulheres na política ou na esfera pública de forma geral.

A historiadora Michelle Perrot aborda o quanto essa justificativa se fez presente a partir da Grécia Antiga, como, por exemplo, quando Pitágoras afirmou que “uma mulher em

público está sempre deslocada” (PERROT, 1998, p. 8). O sentimento de não pertencimento acompanha as mulheres há décadas. Sobre esse aspecto, Milton Santos discute a importância do pertencimento ao afirmar que a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

Santos enxerga o território, o espaço público como lugar de trocas, de horizontalidade, onde a vida se faz, refaz, se exercita; por isso é importante que os indivíduos se sintam parte desse espaço, acolhidos, construtores, pertencentes. Ele entende que o espaço natural é transformado em espaço social e isso tem diversas implicações, como quem dita que tipo de transformação será feita, a partir de quais parâmetros, se será inclusivo ou exclusivo.

O conceito de território está presente em múltiplas dimensões e sentidos. Nessa discussão, é trazido na tentativa de dar nome ao mal-estar, ou, de forma resumida, dar narrativa ao incômodo feminino. Dunker (2015) afirma que o mal-estar é a ausência de lugar, de pertencimento, ele se remete a noções como angústia, desamparo e amparo para justificar o sentimento de não pertencimento.

Com isso, a narrativa de que mulheres não são aptas ou pertencentes aos espaços públicos é reiterada com muita frequência, principalmente quando elas decidem concorrer a cargos na política institucional – espaço esse majoritariamente masculino. Um exemplo dessa ideia se evidenciou no Brasil, a partir da primeira presidenta eleita. Dilma Rousseff (PT) – que sofreu um golpe no seu segundo mandato – enfrentou inúmeras formas de misoginia, o que escancarou o quanto a violência política de gênero¹⁴² permeia a realidade brasileira, tornando a política institucional um lugar extremamente hostil para as mulheres.

A agenda midiática antipetista ganhou contornos acentuados a partir de 2013, quando a figura da então presidenta Dilma Rousseff foi alvo das mais variadas críticas misóginas – para além das direcionadas à sua hipotética incompetência de governar, também aos posicionamentos que envolveram “questões morais”, como o fato de que ela seria pró-aborto, para iniciar com esse exemplo (GALLEGO, 2019).

¹⁴² Caracteriza-se por uma violência exercida contra uma pessoa ou grupo por causa de seu sexo ou gênero. Esse último pode ser considerado como um conjunto de normas que modelam os indivíduos em homens e mulheres por meio de normas expressas nas relações sociais. A violência de gênero pode ser realizada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra, porém tal conceito se difundiu a partir das violências cometidas por homens contra mulheres, pelo fato de a sociedade está calcada a partir de uma lógica patriarcal que valida o homem como detentor de poder.

No contexto das eleições daquele ano, tais pautas foram insistentemente mobilizadas midiaticamente pela oposição. Como apontam os resultados da pesquisa realizada por Carniel, Ruggi e Ruggi (2018), ao analisarem alguns *memes* direcionados à Dilma, cerca de 26% do total denotavam sua imbecilização, o que agravaria em uma desautorização de suas capacidades cognitivas. Alguns traçam comparação do cérebro da ex-presidenta ao sistema excretor, insinuando que ela não seria aprovada em um teste psicológico por ser hipersensível, emotiva e descontrolada, como sugerem as diversas capas de revistas das mídias hegemônicas no período citado (GALETTI; MELO, 2020).

Foram comercializados e difundidos adesivos que ilustravam a ex-presidenta sendo “penetrada” por uma bomba de gasolina, como ilustra a imagem a seguir. Essa ação não foi encarada de forma passiva, pois gerou inúmeros protestos e intervenção do Ministério Público para retirar do ar a venda de tais adesivos.



Imagem

4

–

Fonte:

<https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>. Acesso em: 03 out. 2022.

A ministra, à época, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci, em nota divulgada pelo site oficial da secretaria, em 02 de julho de 2017, afirmou sua repulsa contra o conteúdo do adesivo, afirmando:

Recebi as denúncias com muita indignação. É intolerável o material que violenta a imagem da Presidenta Dilma. Ele fere a Constituição ao desrespeitar a dignidade de uma cidadã brasileira e da instituição que ela representa para a qual foi eleita e reeleita democraticamente¹⁴³.

¹⁴³ Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias/eleonora-menicucci-pede-providencias-contra-producao-comercializacao-e-uso-de-adesivos-lesivos-as-mulheres-1>. Acesso em: 12 mar. 2023.

Com isso, se evidencia o quanto a diferenciação entre os sexos cumpre a função de designar as posições que os indivíduos devem ocupar tanto na esfera privada como na pública, e essa lógica passa a conservar as assimetrias de gênero, as inúmeras violências e invisibilidades que acompanham as mulheres, repelindo, assim, mulheres de se sentirem confortáveis e aptas para ocuparem esses espaços.

Para Michelle Perrot, “essas representações, esses medos atravessaram a espessura do tempo e se enraizaram num pensamento simbólico da diferença entre os sexos” (1998, p. 9), e isso faz com que as violências de gênero se potencializam quando mulheres ocupam lugares que na lógica patriarcal não foram designadas a ocuparem, como se fosse uma contra-resposta a elas.

Porém, a partir da captura de algumas agendas feministas pelo neoliberalismo, é fato que os discursos de certa forma se modificam, no sentido de passarem a estimular a participação de mulheres na esfera política, no mercado de trabalho, somente se elas estiverem alinhadas e reproduzindo as narrativas patriarcais e amparadas na meritocracia. Isso pressupõe que todas as mulheres partilham dos mesmos interesses, necessidades ou estão submetidas às mesmas barreiras, uma visão que tende a negligenciar as intercessões de classe, gênero, raça, etnia e sexualidade, produzindo assim ainda mais desigualdades.

Nas campanhas eleitorais analisadas nesta tese, essa narrativa se mostrou de inúmeras formas ao ressaltar as diversas funções atribuída às mulheres na sociedade, a força e garra de mulheres que querem adentrar na política por serem ótimas mães, cuidadoras, esposas, femininas, docilizadas, por isso supostamente estão aptas a serem deputadas federais, dentre outros discursos que analisaremos a seguir e que pautam um caráter multifacetado de um modelo de feminino muito específico em sociedade.

Nesse viés, podemos afirmar que, do escopo analítico em questão, a candidata que mais se destacou ao estar totalmente alinhada com as narrativas neoliberais e por mobilizar veementemente o *slogan* de mulher guerreira em sua campanha eleitoral, foi Renata Abreu (PODEMOS-SP). A partir das postagens no *Facebook*, Renata associou o ser guerreira com o ir atrás de respostas, de soluções de problemas e conflitos com o feminino, como se as mulheres tivessem mais desenvoltura para isso, sobretudo por serem mães. A candidata afirmou que o “impossível não é um fato, é apenas uma questão de opinião daqueles que não querem lutar, dos fracos” (ABREU, 2018).

Ainda nas palavras da Renata,

A força de uma mulher. Uma guerreira. Apaixonada por tudo o que faz. Põe o coração à frente de tudo para ajudar o próximo. Nunca se conforma com o “não”,

vai sempre em busca do “sim”, porque acredita naquilo em que luta. E ela acredita no Brasil, acredita nos brasileiros, não vai desistir deles nunca! Essa é Renata Abreu, a deputada federal que não vende sonhos, ela os realiza (ABREU, 2018)¹⁴⁴.

Nesse *post*, Renata associa o feminino com o emocional ao afirmar que “a mulher coloca o coração à frente de tudo para ajudar o próximo”, reiterando a máxima de que as mulheres acessam suas emoções mais facilmente do que os homens. Essa discussão é central para a compreensão de como se estabelecem tais relações na esfera política, pois se promove uma exaltação da “sensibilidade feminina” a qual se apresenta como uma vantagem competitiva, apesar de elas serem menos aptas para ocupar determinados cargos que demandam racionalidade, segundo a lógica patriarcal, o fato de serem sensíveis pode contribuir para lidar com determinadas situações que exigem isso.

O fato de ser mãe apareceu, com frequência, atrelado às características de sensibilidade, força, e, diante disso, essas mulheres se tornam aptas para estarem em outros espaços, promovendo um sentimento de segurança por parte do eleitorado que associa essa função ao cuidado. Algumas se definiram como “Mulheres Policiais, conservadoras, cristãs, mães, patriotas e BOLSONARIANAS”¹⁴⁵.

O nacionalismo se fez presente associado à maternagem e ao resgate de valores, e pelo suposto apelo a uma nação que representa todos: “Pelo voto da renovação, vamos resgatar os valores, os princípios, fazer dessa nação uma nação para todos”¹⁴⁶. Aparentemente, sentem-se ameaçados por uma perversa e profunda “influência externa” exercida pelo “globalismo esquerdista” sobre os costumes e as tradições morais de suas respectivas nações, as quais conseqüentemente buscam descaracterizar os papéis de gênero constituídos na sociedade, sobretudo o papel das mulheres que, para a lógica nacionalista, está completamente atrelada à criação de filhos fortes para a nação, exigindo assim que o papel fundamental feminino seja a maternagem.

Esses discursos dedicam-se a normatizar as condutas femininas, estabelecendo distinções entre a feminilidade ideal, ligada a características como sensibilidade, mansidão e passividade, e a conduta patológica, relacionada à loucura e à histeria (LUTZ, 1990). A construção da subjetividade feminina passa pela retórica do controle das emoções, tanto na dimensão da autogestão quanto na necessidade de uma gerência externa mais coercitiva

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/renataabreu1919/posts/2222366611315405>. Acesso em: 15 fev. 2022.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/majorfabiana/photos/a.658635677840428/702846833419312/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

¹⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1123275391154395>. Acesso em: 13 fev. 2022.

(LUTZ, 1990), que deve ser vigiada e controlada no espaço público para não expor “excessos” ou sentimentos.

Nessa mesma linha, Greyce Elias (AVANTE, MG), em consonância com Renata Abreu, destacou em sua campanha eleitoral a força que a mulher guerreira tem para solucionar problemas que aparecem cotidianamente em diversos momentos,

A FORÇA DA MULHER! Precisamos reconhecer que muitos avanços aconteceram, e cada vez mais, nós mulheres, ocupamos lugares de destaque em nossa sociedade. Porém, ainda há muito que se conquistar em termos de representatividade nos parlamentos, sendo que apenas 10,5% do Congresso é composto por mulheres.

Mas conheço a luta de cada uma e a nossa capacidade de mudar o mundo à nossa volta. Compartilho de tudo isso que nos impulsiona, que nos dá forças e a certeza de que não somos frágeis; somos capazes de enfrentar desafios e de cobrar soluções. Somos mulheres! Vamos juntas fazer a diferença na política, ao lado dos homens. Conto com você, mulher guerreira, mãe, madrinha, avó, amiga, tia e filha. Para Deputada Federal 7011 (ELIAS, 2018)¹⁴⁷.

O *post* ressalta a baixa representatividade feminina no parlamento brasileiro, o descompasso entre homens e mulheres presente neste espaço. A candidata também traz para a discussão a afirmativa de que mulheres não são frágeis, mas sim capazes de ocupar tal espaço, por serem guerreiras, mães e fortes. Outra candidata afirma: “Sou mulher, mãe, PM no Rio de Janeiro, cidadã guerreira e completamente comprometida com o processo de mudança que precisamos!”¹⁴⁸.

A aposta na força foi uma estratégia que se fez presente não somente na campanha de Greyce Elias, mas também em boa parte das deputadas federais eleitas de extrema direita. Essa narrativa corrobora com a tônica de que as mulheres possuem diversas atribuições e “dão conta” das inúmeras tarefas cotidianas, discurso propagado pelo neoliberalismo, do qual um dos intuitos é esconder as diversas opressões que mulheres sofrem na condição de responsáveis pelas tarefas, principalmente no âmbito doméstico.

Rafia Zakaria, ao analisar a captura de termos pelo feminismo neoliberal, menciona que hoje o que observamos é uma redefinição e adaptação de conceitos como empoderamento ou de mulher guerreira. Em sua versão debilitada, em vez de poder, as mulheres recebem “meios de subsistência”; em vez de conscientização das estruturas de opressão, as mulheres recebem treinamento em habilidades de liderança; em vez de agência significativa, é dito a elas para que sempre sigam e que devem se esforçar mais (ZAKARIA, 2021, p. 262).

¹⁴⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/greyce.elias/posts/2203472339865161>. Acesso em: 13 fev. 2022.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/majorfabiana/posts/693129081057754>. Acesso em: 13 fev. 2022.

Apesar de ser um discurso que ressalta, de certa forma, a capacidade feminina em ocupar cargos na política institucional, ele se embasa na lógica neoliberal de dupla ou tripla jornada de trabalho e na máxima de que mulheres podem desempenhar múltiplas funções sem que isso lhe adoeça física e emocionalmente.

É possível afirmar que toda **construção cultural das emoções** ou estruturas de sentimentos¹⁴⁹ (WILLIAMS, 2011) que se faz presente nos discursos das candidatas a deputadas federais – de extrema direita, eleitas – acaba reforçando as estruturas que produzem uma hierarquização de opressões específicas entre os gêneros na sociedade. Afinal, a divisão entre os papéis masculinos e femininos se baseia em uma cultura afetiva que determina quais são as características de cada um dos gêneros e o que é esperado de ambos, as limitações e as atribuições. Dos homens, espera-se coragem, racionalidade fria e agressividade disciplinada. Já as mulheres precisam demonstrar bondade, compaixão e otimismo (ILLOUZ, 2011).

A expectativa de que as mulheres sejam femininas e, simultaneamente, guerreiras se materializou também nas narrativas das candidatas, quando muitas delas criticaram os movimentos feministas. Isso se dá pelo receio de serem confundidas com militantes feministas ao disputarem espaço na política institucional. Esse receio ficou perceptível com frequência a partir das postagens da candidata Dayane Pimentel (PSL, BA).

Em um *post* em seu *Facebook*, ela afirmou que se considerava uma mulher guerreira pela educação que havia recebido e por ser uma mulher feminina. A candidata disse no mesmo *post* que iria “chegar lá para compor uma bancada de mulher de verdade, para colocar a esquadra debaixo do salto agulha, aquela Maria do Rosário (PT) e Gleisi Hoffmann (PT)”¹⁵⁰.

Nessa fala de Dayane, é interessante observar alguns aspectos. O primeiro é a sua necessidade em associar o ser guerreira com feminilidade, intensificando a ideia de que é possível ser forte e estar na esfera política sem ter nenhuma ligação com a luta das mulheres ou movimentos feministas. O segundo aspecto é a menção da candidata ao salto agulha, este que pode ser associado à feminilidade e supostamente um sinalizador de poder. Nessa lógica, o salto agulha torna a mulher mais ativa, fállica e agressiva, colaborando para sua emancipação num mundo ainda de homens competitivos. Ele é eficiente em demonstrar competência e feminilidade (BRANCHINE, 2006, p. 18).

¹⁴⁹ A estrutura de sentimento é a articulação do emergente, do que se escapa à força acachapante da hegemonia que certamente trabalha sobre o emergente nos processos de incorporação, através dos quais transforma muitas de suas articulações para manter a centralidade de sua dominação (CEVASCO, 2001, p. 158).

¹⁵⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=272711013344088>. Acesso em: 10 nov. 2022.

A feminilidade é uma característica crucial da narrativa antifeminista e do feminismo liberal, pois em ambos os casos a intencionalidade é a mesma, a de não se associar à luta feminista, esta que supostamente incita uma antifeminilidade nas mulheres. Com isso, se estabelece uma disputa de narrativas a partir da ideia de que ser mulher está intrinsecamente ligado a uma performatividade de feminilidade.

Nesse mesmo sentido, é importante ressaltar o quanto a maternagem aparece, nas análises das campanhas eleitorais de 2018, atrelada às narrativas que abarcam o conceito de mulher guerreira. Tal associação foi feita frequentemente no sentido de ser um motivo de orgulho por parte de várias candidatas, como, por exemplo, Aline Sleutjes (PSL, PR), a qual afirmou: “Tenho certeza de que Deus está conosco. Uma política nova, honesta, de caráter, mulher guerreira, professora, mãe, que vai cuidar desse Paraná” (SLEUTJES, 2018)¹⁵¹.

A associação entre maternidade e cuidado pode ser lida como estratégica no sentido de proclamar os papéis sexistas como estabilizadores, ou seja, essas mulheres, apesar de estarem disputando um cargo político no espaço público, de certa forma têm consciência de suas atribuições, dos papéis estabelecidos socialmente pelo patriarcado e não querem fugir disso. Tais narrativas transmitem noções de segurança por fazer alusão à família, ao cuidado que se inicia no espaço privado, no lar e, nessa lógica, tem continuidade no espaço público, na condição de parlamentares. Assim, se reitera e naturaliza o estado de servidão feminina, independente de qual lugar as mulheres estão ocupando na sociedade.

Nessa narrativa, há exclusão dos trabalhos domésticos e de cuidado desempenhados por mulheres, majoritariamente racializadas, que há séculos desempenham inúmeras funções, sendo reduzidas com frequência, pelo colonialismo e patriarcado, ao âmbito doméstico. A exclusão tem sido estabelecida de forma estratégica, afinal, como afirma Federici (2021), o trabalho doméstico não assalariado, realizado majoritariamente por mulheres, é uma das bases de sustentação da sociedade capitalista. Porém, assim como a autora menciona, as mulheres quando inseridas no mercado de trabalho e assalariadas, essa realidade não as libera da responsabilidade do trabalho doméstico, apenas passam a ter mais trabalho a ser desempenhado.

Portanto, o discurso de mulher guerreira atrelado ao da maternidade, com o cuidado, carrega inúmeras violências que produzem a desumanização das mulheres que não exercem a maternidade também, como se estas fossem incompletas. Além do fato de que, quando se constrói uma narrativa essencializante de que mulheres são multifacetadas e não exploradas,

¹⁵¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1889332544491437>. Acesso em: 10 nov. 2022.

se promove a redução dessa pauta específica, diluindo-a. Tal contexto também reforça uma hierarquia de merecimentos com relação à obrigação das mulheres segundo seus papéis na família patriarcal: ter filhos, cuidar, escolarizá-los, fortalecendo assim um modelo familiar heteronormativo (Ibidem., p. 169).

Beauvoir em seu livro “O segundo sexo”, mais especificamente o volume dois, lançado pela primeira vez em 1949, dedica-se a pensar a experiência vivida das mulheres em diferentes esferas: em sua formação durante a infância e juventude, a iniciação sexual, a mulher no casamento, sua relação com maternidade, a velhice, dentre outros aspectos que se relaciona com a formação do ser mulher na sociedade. Mais detalhadamente na construção do *ethos* e das subjetividades femininas, Beauvoir afirma que “é pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação ‘natural’, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie” (Ibid., 2016 [1949], p. 280).

No decorrer do capítulo, a autora relata como a função reprodutora da mulher passou a ser comandada pela vontade dos indivíduos ou do Estado – como na questão do direito ao aborto¹⁵²–, e o quanto a partir disso alguns países adotaram controles de natalidade, demonstrando ser um campo de conflitos e de poder que perdura há décadas nas mais diversas sociedades. O que chama atenção na discussão proposta por Beauvoir é que, desde a infância, dando continuidade na adolescência, a mulher passa por diversas fases em relação à maternidade, e o quanto no decorrer dessas fases é introjetado que sua função principal de vida é ser mãe.

O corpo feminino se apresenta nessa discussão como território que ora pertence à mulher, quando ela dá à luz e a sociedade “reconhece-lhe a posse desse corpo e ainda o reveste de um caráter sagrado” (Ibid., p. 296), ora pertence ao Estado, no sentido de que qualquer tentativa de interrupção da gravidez não será aceita e sim discriminada.

4.1.1 A maternidade como eixo fundamental

Outro aspecto trazido por Beauvoir sobre a maternidade diz respeito ao “instinto materno”, em que a autora afirma que isso não existe e não se aplica em nenhum caso da espécie humana. “A atitude da mãe é definida pelo conjunto de sua situação e pela maneira

¹⁵² Sobre esse aspecto, Beauvoir afirma que a sociedade burguesa demonstra maior hipocrisia ao considerar o aborto como um crime repugnante, além de ser, nas palavras da autora, “um crime de classe”, pois as práticas anticoncepcionais são mais disseminadas entre a burguesia.

por que a assume” (Ibid., p. 312). Ou seja, reveste-se de um caráter nitidamente místico, o que Beauvoir intitula de “religião da maternidade”, em que é proclamado que toda mãe é exemplar, que toda mulher se completa no exercício da maternidade.

O debate proposto por Beauvoir em meados de 1949 é de extrema relevância para as discussões feministas e para a psicanálise. Ela se debruça a pensar questões que em sua época não estavam em evidência no que tange às mulheres, tornando-se de certo modo pioneira nesse debate – talvez seja por isso que ela tem sido tão atacada por antifeministas na contemporaneidade, como pela deputada estadual de Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo¹⁵³ (PL). Seus incômodos sobre o amor materno, a relação do corpo da mulher e a maternidade são questões que têm sido visibilizadas nos discursos feministas, principalmente no esforço evidenciado de encerrar as mulheres no lar, a esfera doméstica.

Dessa forma, reitera o espaço privado enquanto um lugar de maior sensibilidade, em contraposição à racionalidade demandada da esfera pública, caracterizada como masculina, discriminando a ocupação feminina na arena política e em cargos de decisão (MIGUEL; BIROLI, 2012).

Na campanha eleitoral de 2018, a candidata Alê Silva (PSL, MG), em um vídeo postado no seu *Facebook*, aborda aspectos essencialistas sobre os papéis de gênero em seu discurso: “Você mulher que sabe como se administra um lar, como se cuida dos filhos, como se cuida do marido, vamos cuidar do país como se fosse nossa casa. Vamos levar essa dedicação para a política” (SILVA, 2018). Os mecanismos de dominação e submissão feminina na vida social se apresentam na fala de Silva, a candidata mobiliza questões alinhadas à lógica patriarcal para justificar sua candidatura, e o papel que deve ser desempenhado por mulheres na condição de parlamentares: o de cuidadoras dedicadas, porém, no espaço político.

Utilizar a atribuição de cuidadoras ao se remeter ao feminino é algo bem comum no espectro político, e não tão somente, também na sociedade de forma geral, pois o cuidado está total e diretamente relacionado à reprodução da vida, central na natureza da acumulação capitalista. Por reprodução da vida é entendido as formas de prover, cuidar, interagir que produzem e mantêm os laços sociais e são importantes principalmente pelo fato de que essas atividades constroem os indivíduos como seres sociais, formando seu *habitus* (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 46). Com isso, as formas como são trazidas as discussões do cuidado, do trabalho reprodutivo atrelado às mulheres nas campanhas eleitorais são fundamentais para a

¹⁵³ Campagnolo, em plenário, dedica sua fala para abordar a suposta perversão dos escritos de Beauvoir. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=aHr1OPLOWh4>. Acesso em: 10 out. 2023.

compreensão da concepção de feminino e feminilidade das candidatas, bem como as atribuições intrínsecas a isso.

Essa estratégia não é uma novidade das candidatas eleitas em 2018. A narrativa se faz presente em outros momentos nas campanhas eleitorais brasileiras, como no contexto do ano de 2010 quando a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) almejava a eleição. Durante esse período, boa parte de sua campanha explorou o *slogan* Dilmãe, mãe Dilma, colocando-a na condição de alguém que iria cuidar do país e, por ser mulher, estava apta a isso – além de ser mãe e avó. Em vídeos postados nas suas redes sociais, ou até mesmo no transmitidos no horário eleitoral, Dilma aparece dialogando com seus netos¹⁵⁴, realidade que dificilmente se vê nas campanhas de candidatos homens.

O ex-presidente Lula da Silva também proferiu narrativas que reforçam a condição de cuidadora ao mencionar que Dilma iria “cuidar do país com atenção, carinho e força de mãe”, ou quando disse “Eu falo para a Dilma que se eu não tivesse a Marisa (a primeira-dama Marisa Letícia) e tivesse que dar um filho para alguém cuidar, eu não tinha dúvida de entregar nas mãos dessa companheira”¹⁵⁵.

A maternidade é um “lugar seguro” em que se repousam as narrativas patriarcais e conservadoras. Narrativas essas retomadas com bastante afínco por parte de atores e atrizes atrelados ao espectro ideológico da extrema direita nas eleições de 2018. Ao analisarmos as postagens nas redes sociais das, à época, candidatas a deputadas federais, a temática da maternidade perpassou boa parte de seus discursos, sendo mobilizado, sobretudo, como justificativa para a validação dessas mulheres na esfera política.

Porém, é interessante observar que historicamente se mobiliza a questão da maternidade para justificar o trabalho realizado no espaço privado, seja reprodutivo, doméstico, afetivo. Nesse novo contexto, a questão da maternidade aparece no sentido de tornar as candidatas mulheres aptas para desempenharem um papel político. Estas que, segundo essa lógica, podem ser “boas políticas” pelo fato de se autointitularem “boas mães”.

Cabe ressaltar a relevância de modelos familiares que sustentam essas narrativas. Messenberg (2019) identificou a defesa da família tradicional e o desejo de resgate da fé cristã como “ideias-chave” do conservadorismo moral que reacendeu no Brasil, em meados dos anos 2010. Entre os elementos invocados, ela apontou aversão ao casamento gay, ao aborto, à ideologia de gênero nas escolas, ao comunismo, à expansão do feminismo e a

¹⁵⁴ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=etYFn8aCqLY>. Acesso em: 15 out. 2023.

¹⁵⁵ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2010/lula-diz-que-entregaria-filho-para-dilma-cuidar-44lqqpdd2qmfoyktxmiuikrpq/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

concordância com a “cura gay”. Assim, mulheres que são boas mães e estão atreladas à ideia de manutenção dos papéis sociais tornaram-se figuras centrais no projeto político da extrema direita, em ocupar a política institucional, mobilizando, sobretudo, a questão da representatividade feminina.

A defesa da família tradicional tornou-se, para essas atrizes, a justificativa para o ingresso de mulheres na política institucional, mobilizando principalmente a questão da maternidade em suas campanhas, na tentativa de demonstrar preparo frente aos desafios da carreira política, por já estarem aptas na condição de mães.

O Congresso Nacional é lugar de mulher? Mas é claro. As mulheres estão em todas as partes. Mais do que ninguém, mulheres sabem o que é fazer várias coisas ao mesmo tempo, ter múltiplos papéis, então ela consegue ser mãe, ser esposa, ser filha, cuidar dos filhos, então me falem, ninguém melhor do que mulher pra dizer o que precisa no Congresso nacional (VENTURA, 2018)¹⁵⁶.

A validação da candidatura da deputada, segundo a fala anterior, se dá, sobretudo, quando ela afirma “ninguém melhor que eu” para ocupar tal lugar após se apresentar como mãe, cuidadora e esposa.

Em relação à maternidade, do escopo analítico em questão aqui, das deputadas analisadas, com exceção de Caroline de Toni, todas são mães e exploram tal fato de diversas formas, seja afirmando ser mãe solteira e nunca ter sofrido nenhum preconceito por parte de Jair Bolsonaro por conta disso¹⁵⁷, seja para reiterar o papel de cuidado destinado às mulheres, “Sou mulher, médica e mãe que sabe cuidar de gente e que merece a oportunidade de representar o Piauí na Câmara Federal”¹⁵⁸.

Nesse sentido, observamos que tanto campanhas de partidos do espectro ideológico de direita como da extrema-direita e da esquerda exploram a ideia de que mulheres são cuidadoras, e esse fator as tornam aptas para ocupar a política institucional, o zelo que mulheres possuem “naturalmente”. Porém, é possível afirmar que partidos de extrema direita, como o PSL, exploram isso com muito mais afinco, como se fosse a característica principal da mulher ser cuidadora, apostando em discursos majoritariamente essencialistas para se estabelecerem nessa esfera.

¹⁵⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/adriaventurasp/videos/692059321170381/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

¹⁵⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A2gWqfeUSx4>. Acesso em: 10 maio 2022.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=904375056617816>. Acesso em: 10 maio 2022.

Discursos como esses reiteram as qualidades que o patriarcado estabeleceu como femininas – ser cuidadora, atenciosa, comedida, séria, econômica – e têm sido utilizados como justificativa para mostrar certa aptidão dessas mulheres quando decidem galgar cargos na esfera política, mas sem perder uma suposta “essência feminina”. Cabe ressaltar que o conceito analítico de cuidado apresenta inúmeras camadas e abordagens, podendo fazer alusão ao trabalho e à economia do cuidado – conceito este que permite enfatizar que é a pedra angular da economia e da sociedade e tem sido trazido pelas teóricas feministas no sentido de criticar o papel do Estado na configuração do acesso ao cuidado e de quem o desempenha. A economista Valéria Esquivel afirma que esse conceito

foi reformulado como um conceito que entrelaça os aspectos econômicos (a forma como as economias se beneficia do trabalho de cuidados que não é reconhecido nem remunerado), social (as relações de classe e de gênero) e político os diferentes atores que demandam, sustentam ou implementam políticas públicas que, direta ou indiretamente, moldam a prestação e recepção de cuidados (ESQUIVEL, 2015, s/p).

Ou seja, a invisibilidade de se pautar e pensar cuidado como algo característico das mulheres é proposital, pois, não tão somente no espaço privado homens e familiares são beneficiados dessa atribuição, mas também no espaço público, e isso é trazido no sentido de destacar as diferenças entre homens e mulheres e como isso ressoa na organização política, social e econômica, além de todas as subjetividades imbricadas nisso.

Tais argumentos demonstram também, como foi discutido por Federici (2021), as opressões sofridas por mulheres há séculos, por serem designadas aos inúmeros trabalhos de cuidado, e o quanto esse trabalho, que muitas vezes não é assalariado, é uma das bases de sustentação da sociedade capitalista (Ibid., p. 25). Nesse sentido, o trabalho doméstico e a feminilidade se mesclam por serem colocados como socialmente natural, e afeta as mulheres. Ou seja, nessa lógica, as mulheres possuem “habilidades domésticas” adquiridas desde o nascimento (Ibid., p. 34).

Isso demonstra a amplitude de se pensar cuidado, porém, aqui, gostaríamos de destacar como diferentes atores e atrizes sustentam o argumento de que essa é uma característica excepcionalmente feminina, ao ponto de utilizarem como estratégia durante campanhas eleitorais no ano de 2018, bem como isso está em consonância com a glorificação de um modelo bem específico de família: tradicional, heterossexual e patriarcal.

4.2 Trabalho feminino e a glorificação da família

Silvia Federici, ao discutir a associação do trabalho doméstico como essencialmente feminino, pontua que não se surpreende em ver o quanto isso conduz a uma glorificação gritante do trabalho doméstico não remunerado e promove a manutenção da invisibilidade mantida no que tange a esse tipo de trabalho. A autora vincula a manutenção dessa associação ao feminino, a casa e à família como algo que tradicionalmente oferece o único interstício da vida capitalista, em que as pessoas passam a atender às necessidades de cuidado e amor uma das outras movidas por medo ou por dominação (FEDERICI, 2021, p. 34).

Nas Ciências Sociais, o conceito de trabalho é de suma importância e tem sido discutido por inúmeras vertentes de interpretação. Porém, a tradição marxista se consolidou na análise crítica de tal conceito, contribuindo para sistematizar compreensões do que é trabalho produtivo, trabalho improdutivo, focando nas relações entre proletários e os proprietários dos meios de produção. Em suas obras, Marx gerou discussões intensas acerca da exploração do trabalho. Sua análise sobre o trabalho alienado e a propriedade privada continua sendo uma contribuição importante para o pensamento crítico e a compreensão das desigualdades sociais e econômicas presentes no sistema capitalista.

O que chama atenção tanto de Federici quanto de outras intelectuais que discutem questões que perpassam a concepção de trabalho – seja ele produtivo ou improdutivo – é o seguinte questionamento: por que Marx e a tradição marxista ignoraram as atividades que reproduzem a vida? A crítica repousa no fato de o trabalho doméstico, realizado majoritariamente por mulheres, ter sido reduzido e marginalizado, ou até mesmo ocultado, nos escritos de Karl Marx. Questionamentos que perpassam se o trabalho doméstico é externo ao capital. Marx não levou em consideração o quanto por trás de cada fábrica, escola, escritório existe o trabalho oculto de inúmeras mulheres que proporciona as condições para haver produção capitalista.

Partindo da premissa de que o machismo é o elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, Federici busca repensar as relações entre gênero e capitalismo a partir das atividades que reproduzem a vida, como os trabalhos reprodutivo, afetivo e doméstico, os quais são desempenhados majoritariamente por mulheres. Estes que não foram discutidos com a atenção necessária, tendo em vista que são essenciais, na condição de instrumento de acumulação capitalista, e devem ser considerados ao se pensar o conceito de emancipação, tão discutido por Marx e pela tradição marxista.

Federici, de certa forma, afirma que a tradição marxista falhou em considerar o papel das mulheres na reprodução da força de trabalho e negligenciou a transformação do corpo feminino em “uma máquina para a produção de novos trabalhadores”. Ela argumenta que o fato de não terem levado em consideração a perspectiva e o trabalho realizado majoritariamente por mulheres resultou na lacuna da compreensão do que pode ser considerado trabalho produtivo. Afinal, de Lênin e Gramsci, toda a tradição da esquerda concordou com a “marginalidade” do trabalho doméstico para a reprodução do capital e com a marginalidade da dona de casa (GALETTI, 2022, p. 2).

A essência da ideologia capitalista é glorificar a família como “esfera privada”, a última fronteira na qual homens e mulheres mantêm viva a alma (FEDERICI, 2021, p. 36). Sobre esse aspecto, Engels (2019 [1884]), em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, desnaturaliza a família patriarcal e monogâmica, mostrando sua origem histórica e o quanto essa concepção de família ocidental é uma invenção do capital para o capital. Esse modelo de família é glorificado porque o patriarcado pavimentou a ideia de que o espaço privado e, com ele, o trabalho doméstico não remunerado são uma condição natural feminina.

A organização do núcleo familiar a partir da esfera privada é umas características essenciais do patriarcado. Essa lógica está profundamente arraigada na divisão capitalista do trabalho e na compreensão estabelecida do que é considerado produtivo e improdutivo, o que deve ser visibilizado ou não. Apesar de o capital ter aberto as portas das fábricas para as mulheres, proporcionando assim o assalariamento, a condição de não assalariamento do trabalho doméstico se manteve, aumentando assim a jornada de trabalho das mulheres.

Sobre esse aspecto, Gago (2021, p. 39) pontua que as teorias feministas popularizaram a noção de tripla jornada – que seria o trabalho fora de casa, trabalho em casa e trabalho afetivo de produção de vínculos e redes de cuidado. Outras autoras como Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza, Susan Ferguson têm se debruçado na discussão de uma Teoria da Reprodução Social, a qual busca demonstrar, sob uma perspectiva marxista, a importância de incluir uma compreensão sobre as formas não remuneradas de trabalho, seus impactos, e responder qual seria a base material da opressão das mulheres no capitalismo. Sobre esse aspecto, Bhattacharya afirma que,

A teoria da reprodução social revela que a categoria-essência do capitalismo, sua força animadora, é o trabalho humano, e não a mercadoria. Ao fazê-lo, expõe ao escrutínio crítico a superficialidade do que geralmente entendemos como processos “econômicos” e desenvolve a eles seu componente confuso, sensorial, de gênero, racial e indisciplinado: seres humanos vivos, capazes de seguir ordens ou desprezá-las (BHATTACHARYA, 2023, p. 155).

As teóricas da reprodução social defendem a ideia de que o trabalho humano é a categoria essencial para se pensar o capitalismo e não a mercadoria, esta que é, segundo Marx, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas (MARX, 2008, p. 57) [...] “A mercadoria é valor de uso ou objeto útil de valor. Ela revela seu duplo caráter, o que ela é realmente, quando, como valor, dispõe de uma forma de manifestação própria, diferente da forma natural dela, a forma de valor de troca” (Ibid., p. 82).

Esse contexto exigiu dos movimentos feministas a luta pelo assalariamento dos inúmeros trabalhos femininos, compreendendo que essa circunstância não promove a emancipação feminina, mas, sim, a visibilidade desse trabalho. Além disso, os movimentos feministas compreendem que dentro do sistema capitalista a única forma de dar visibilidade a algo é a partir do quanto aquilo vale, da remuneração.

A década de 1970 foi um marco para essa discussão, principalmente na Itália e nos Estados Unidos, quando foi lançada a campanha por um salário para o trabalho doméstico (Wages for Housework Campaign) (Ibidem). Tais ações dos movimentos feministas tinham e continuam tendo a finalidade de combater a articulação estabelecida entre patriarcado, capitalismo e colonialismo – esse último afetando diretamente as mulheres racializadas, estas que majoritariamente são reduzidas ao trabalho doméstico e de cuidado.

Nesse sentido, a luta pelo salário é, em simultâneo, uma luta contra o salário, devido ao poder que ele representa, e contra a relação capitalista que materializa (Ibidem, p. 41). Assim, é necessário pontuar que compreendemos toda a complexidade desse debate, e com isso não há um horizonte de esgotá-lo aqui, mas, sim, o de pontuar como isso se materializa no atual cenário político atrelando às campanhas eleitorais brasileiras de 2018.

Porém, faz-se necessário citar como a narrativa de um modelo de família amparado no patriarcado e no conservadorismo se estabelece com muito mais afinco a partir do ano de 2016, no Brasil, contexto em que a ex-presidenta Dilma Rousseff sofre o impeachment, o qual foi marcado pelo apelo à família tradicional brasileira supostamente ameaçada por ideologias comunistas.

Durante a votação do impeachment, que ocorreu no dia 11 de abril de 2016 na Câmara dos Deputados¹⁵⁹, a maioria das/os deputadas/os que votaram a favor do impeachment relacionaram seus votos com menções às suas famílias e, sobretudo, a Deus. Seus discursos

¹⁵⁹ Ver mais em:

<https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>. Acesso em: 03 out. 2021

foram regados de emocionalidade e de caráter redentivo, no sentido de que efetivamente a única solução de cunho moralizante fosse a retirada da presidenta Dilma do poder. Para esses atores e atrizes, partidos de esquerda promovem a disseminação de um modelo de família nocivo. Incluir pessoas LGBTQIA+ nessa concepção de família, por exemplo, torna-se uma afronta para o neoconservadorismo imbricado na sociedade¹⁶⁰.

Outro fator interessante é que o curso desse processo redundou numa ação performativa e emotiva, manobrando discursos catastróficos ou primorosos para captar assim a atenção dos indivíduos, resultando em uma teatralidade por parte dos deputados. Gurgel (2017) elucida que a ação performativa é fruto da articulação entre a teoria da ação e do teatro de performance.

A autora considera performática a ação que, tal como no teatro, apresenta-se como “comportamento duplamente restaurado” (SCHECHNER, 2006, p. 34-35), comportamentos marcados, emoldurados ou acentuados. Gurgel emprega o conceito de ação performática como tática preferencialmente utilizada por partidos de esquerda, destacando assim que um dos fundamentos para o fenômeno da ação performática estaria “na cisão histórica entre espontaneidade e organização e na influência, não assumida, sobre os partidos, de teses que sugerem seu próprio fim, a partir dos debates da crise do valor e da defesa de certo esgotamento de categorias como classe e trabalho” (Gurgel, 2017, p. 300).

Porém, aqui aplicamos o conceito de ação performativa no que tange à ascensão da extrema direita na política institucional brasileira e como isso tem se dado, de como esses novos atores e atrizes, que têm orientado suas atuações políticas em combate da política sexual e antigênero, tendo como fio condutor o discurso em defesa da família e performando isso em suas narrativas.

As deputadas do PSL, em suas campanhas, mobilizaram essa narrativa em inúmeros momentos ao justificar a importância de sua candidatura a partir do zelo, afirmando ser “uma representante que zela pela família, pelos filhos, pelos valores, pelas bandeiras cristãs (SLEUTJES, 2018)¹⁶¹. Os valores cristãos aparecem como a principal tônica de quem defende

¹⁶⁰ Já na 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados, a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A medida está prevista no parecer do relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), apresentado ao [Projeto de Lei 580/07](#) e aos textos apensados a ele. O parecer recebeu 12 votos favoráveis e cinco contrários. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

¹⁶¹ Ver: <https://www.facebook.com/watch/?v=1101790839986187>. Acesso em: 15 out. 2022.

um modelo específico de família, o qual produz engajamento e aderência pelo eleitorado. Sobre esse aspecto, Teixeira e Barbosa (2022) apontam que

A noção de situação problemática nos parece produtiva, pois permite compreender os processos pelos quais gênero e família emergem como categorias produtoras de engajamentos políticos. As disputas em torno destes conceitos produzem uma dinâmica coletiva que “faz emergir ao mesmo tempo um problema e seu público” (CEFAI, 2017, p. 188).

[...]

A construção de um problema público, que também pode ser descrita pela noção de momentos críticos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999), está relacionada à capacidade que determinadas temáticas adquirem ao reunir repertórios e sensibilidades de grande alcance. Trata-se de um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos que ocupam centralidade em determinadas conjunturas sociais por permitirem a constituição de formas variadas de engajamentos (TEIXEIRA; BARBOSA, p. 92).

Ao mobilizar a gramática da família, se promove um apelo que gera sensibilidade em indivíduos, criando um contexto de ameaça pelos novos arranjos familiares. Um novo sujeito político se estabelece, a partir das parlamentares eleitas na 56ª legislatura, que se diferenciam pela ênfase no espaço privado, vertebrada principalmente na relação homem e mulher e na ideia de uma família tradicional, heterossexual, cristã e neoconservadora. Esse novo sujeito mobiliza gramáticas que fazem alusão ao espaço privado, trazendo-o para a política institucional, seja para validar a presença feminina nesse espaço, seja para promover a manutenção do ideário dos papéis sociais de gênero, que, segundo essa lógica, devem ser mantidos.

Capítulo 5: A eleição das postagens

As redes sociais tornaram-se ferramentas centrais para a visibilidade das candidatas nas eleições ocorridas em 2018, no Brasil. Elas utilizaram as redes para a disseminação de suas propostas, para dialogar com o eleitorado mediante vídeos, postagens, *lives*, os quais promovem a circulação de seus nomes e material da campanha de forma virtual. As redes sociais modificaram as dinâmicas eleitorais no Brasil e no mundo.

Segundo a *Microsoft*, as redes sociais são a primeira fonte de informação para 72% da população e o público com acesso a essas é extremamente diversificado. No Brasil, a partir de dados da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (2010), 92% dos usuários acessam a Internet em busca de informação, e 71% dos internautas, residentes em regiões metropolitanas do país, pertencentes a distintas classes sociais, estão presentes nessas redes (MARQUES; VIDIGAL, 2018, p.2). Tais resultados dão indícios da importância das redes sociais na disseminação de notícias, propagandas eleitorais e sobretudo, para a formação de opinião dos usuários.

Isso ficou em evidência no Brasil, com destaque ao ano de 2016, marcado pela intensa utilização das redes sociais - *Facebook*, *YouTube*, *Twitter*, além de apontar para o acirramento da polarização política, a partir das investidas de conteúdos contra o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças, assim como a difusão das narrativas neoconservadoras. As redes sociais foram fundamentais na evidência do ativismo e do esforço empenhado por atores e atrizes de extrema-direita e direita em deslegitimar o governo petista da ex-presidenta Dilma Rousseff, e na apresentação de uma suposta ‘nova política’, como resposta aos anos de governo petista.

Neste contexto, novos personagens emergiram no cenário político, apropriando-se das redes sociais como os canais no *YouTube* e impulsionando manifestações nas redes que tiveram continuidade nas ruas. Muitos dos que estiveram em evidência concorreram a cargos políticos nas eleições de 2018. Nesse escopo, destacamos as candidatas a deputadas federais da 56ª legislatura, Joice Hasselmann (PSL), Bia Kicis (PSL)¹⁶² e Carla Zambelli (PSL) que obtiveram grande visibilidade por meio das redes sociais durante a campanha pró-impeachment e foram essenciais no processo de afloramento do antipetismo e ativação dos discursos da extrema direita.

¹⁶² A deputada atualmente se encontra no Partido Liberal (PL).

Dois anos depois, em 2018, os holofotes se voltaram para as campanhas eleitorais, as quais ocorreram entre os dias 16 de agosto a 6 de outubro, segundo o calendário oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e essas atrizes por tamanha visibilidade alcançada durante o processo de impeachment, obtiveram sucesso em suas candidaturas. Além das ruas, as redes sociais foram utilizadas massivamente pelas candidatas como ferramenta de disseminação de suas campanhas, bandeiras e agendas, reconfigurando assim os processos eleitorais que, antes, não contavam com um ciberativismo tão consolidado como no ano de 2018.

A escolha pelo *Facebook* deu-se, principalmente, porque, em meados de 2018, era essa a rede social que tinha maior visibilidade e aglutinava leitoras/es das mais diversas gerações, classes sociais, especificamente pessoas interessadas em ler postagens mais longas e detalhadas. Cabe ressaltar que o limite de caracteres do *Facebook*¹⁶³ é de 63.203, o que o diferencia de outras redes como o *Twitter*, o qual tem limite de 280 caracteres e é utilizado massivamente por atores e atrizes políticos, porém, com postagens curtas, sem o aprofundamento na temática discutida.

As análises das postagens nos dão inúmeras entradas interpretativas de como se construíram as narrativas das candidatas, desde o teor das discussões, as agendas defendidas, como se deu a interação com o eleitorado, a repercussão, como foi mobilizado pelo *Facebook* a rede para difundir a imagem da candidata, quais associações foram feitas com outros atores e atrizes políticos, etc.

A partir da análise dos dados coletados no Facebook, chegamos a campos semânticos que envolvem ideias, forças que se sobressaíram nas análises realizadas e suas ramificações, como demonstra o quadro abaixo. Será explorado no decorrer desse capítulo tais ideias forças a partir da análise das campanhas eleitorais, bem como, em quais contextos essas aparecem nas narrativas das candidatas em suas redes.

Quadro 1 - Campos semânticos

Antipetismo	Neoconservadorismo moral	Antifeminismo	Neoliberalismo	Exaltação do líder
Ideias-força	Ideias-força	Ideias-força	Ideias-força	Ideias-força
Anticomunismo	Família tradicional	Feminilidade/mãe	Estado mínimo	Bolsonaro

¹⁶³ Cabe mencionar que o Facebook foi criado em 2004 por Mark Zuckerberg, que desde o início pensou em uma rede marcada pela personalização, em que seus usuários observariam o que eles mais se interessassem (PARISIER, 2012). Pode-se afirmar que o *Facebook* se constitui atualmente como a rede social mais utilizada no mundo e conta com cerca de um bilhão de usuários acessando diariamente.

		de família		homem correto
Lavajatismo	Homeschooling/Escola sem partido	Anti-aborto	Empoderamento/Empreendedorismo	Bolsonaro do povo
PT corrupto/Esquerda lha	Fé cristã	Maternagem	Meritocracia	Bolsonaro capitão/grande líder
Antiestablistment	Anti-intelectualismo	Beleza	Livre iniciativa	Bolsonaro homem comum
	Patriotismo			

O quadro acima concentra as principais ideias-força desenvolvidas na campanha eleitoral de 2018 entre as candidatas de extrema-direita do escopo analítico, em suas redes sociais. As candidatas do PSL demonstraram maior radicalidade em suas posturas com a criação de um inimigo em comum e colocando-se com frequência como detentoras de uma suposta “nova política” que promove o enfrentamento ao que está estabelecido. Como já mencionado anteriormente, a maior bancada feminina do escopo analítico em questão é do Partido Social Liberal (PSL) e esse, utilizou do início ao fim de suas campanhas a imagem do à época candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (PL). Construindo assim a narrativa de que elas se alinham completamente com o que Bolsonaro representava, além de fortalecerem as ideias forças mencionadas no quadro acima mediante seus materiais, falas em eventos, postagens e propostas.

Esse fato permeia uma questão importante explorada aqui e repousa em como se dá a identificação feminina com a figura de Jair Bolsonaro, esse que em diversos momentos proferiu discursos misóginos e sexistas durante o processo eleitoral — e mesmo assim foi defendido com afincos pelas candidatas do PSL e não tão somente. Considerado majoritariamente nas narrativas das candidatas como apenas rústico e não machista no período eleitoral de 2018 e em toda a sua trajetória política que não se resume apenas nas eleições de 2018.

Dito isso, é importante destacar que a associação com a figura de Bolsonaro foi feita de inúmeras formas, como, por exemplo, a partir da candidata Dayane Pimentel (BA), que se autointitulava em todas as oportunidades que tinha como “a federal do Bolsonaro na Bahia”, a representante direta dele. Em uma de suas postagens, ela afirmou: sou candidata a deputada a pedido pelo próprio Bolsonaro. Eu sou uma mulher honesta, ilibada, mãe de família, cristã.

Uma profissional competente. Pessoa correta e comprometida com Brasil (PIMENTEL, 2018)¹⁶⁴.

Inúmeros aspectos dessa fala nos chamam atenção, Dayane apresenta-se como alguém recrutada por Bolsonaro e que aceitou tal desafio por compreender o convite como uma missão. A candidata justificou ainda a sua candidatura pelo fato de ser mãe, ter uma família e ser cristã. Características essas que apareceram em todas as campanhas em questão. Afinal, nessa lógica, o fato de cumprirem a função social de ser mãe, elas não estão fugindo do que é esperado dos papéis sociais esperados do patriarcado. E esse fato, as tornam aptas para cumprirem outros papéis na sociedade, como no caso, adentrarem na política institucional.

Atreiou a isso o seu entendimento do que é ser uma mulher. Bem como, quais características uma mulher precisa ter para adentrar ao campo político. Em sua fala, fica evidente também a tentativa de construção de uma narrativa de “pureza” ao mobilizar a palavra “ilibada”, a qual significa não ter manchas.



Figura 5 - (2018). Fonte: *Facebook*.

No santinho acima aparece a candidata Dayane Pimentel (BA) de mãos dadas com Jair Bolsonaro, com a seguinte legenda: ‘unidos para transformar a Bahia e o Brasil’. Cabe destacar a estética do santinho, as cores escolhidas, amarelo e verde, fazem alusão à bandeira do Brasil. Tais cores também aparecem em boa parte dos santinhos da candidata e em todas as campanhas do PSL, tornando-se um modelo a ser seguido que pode ser interpretado como uma alusão a bandeira do Brasil pelas cores mobilizadas.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=296093134543442>

O patriotismo foi uma das ideias-forças mais exploradas nas eleições de 2018 e isso se evidenciou também na estética adotada pelas candidaturas do PSL. Alinha-se a isso o ideário performativo adotado pelo bolsonarismo. O qual tinha como uma de suas finalidades demarcar uma divisão nítida da população entre os patriotas, nacionalistas que se orgulham da bandeira do Brasil e defendem sua nação de um lado e inimigos da pátria de outro, que mobilizaram cores vermelhas e não são considerados patriotas, mais especificamente indivíduos que se identificam com o PT e com o comunismo.

Isso se evidenciou no decorrer de toda a campanha eleitoral. As eleições de 2018 foram marcadas pela associação dos inimigos da pátria, sobretudo, com o comunismo, em que a bandeira vermelha foi demonizada, além do apelo ao resgate do nacionalismo, tática comum em governos autoritários e fascistas, afinal, a matriz desse último sempre foi o anticomunismo (TRAVERSO, p.80, 2021). Essa narrativa deu continuidade ao ideário mobilizado no período de destituição da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), o qual o anticomunismo foi utilizado como principal marcador para provocar boa parte dos brasileiros que não possuíam afinidades com o governo petista. Além dessa questão, o lavajatismo apareceu com frequência sendo associado a governos de esquerda.

Porém, o foco de análise aqui é o período que se concentra as eleições da 56ª legislatura, e do quanto foi explorado nas campanhas eleitorais as cores da bandeira do Brasil, essas sendo mobilizadas como resposta a suposta ascensão de um comunismo que estava em evidência por meio do governo petista que estava na presidência. O slogan ‘a nossa bandeira jamais será vermelha’, permeou diversas campanhas, como a da candidata Caroline de Toni (SC), Bia Kicis (DF), Joice Hasselmann (SP). Em um dos vídeos postado em seu perfil do *Facebook* de Toni, ela afirma que: com a política, o cidadão de bem, o povo brasileiro não se brinca, a nossa bandeira jamais será vermelha¹⁶⁵.

A narrativa do anticomunismo fez-se também presente na campanha eleitoral de Joice Hasselmann com bastante intensidade. Em sua página no *Facebook*, essa temática foi mencionada quatorze vezes apenas em um vídeo, o qual aparece Olavo de Carvalho - reconhecido como ‘querido amigo e professor’ pela candidata e que também declarou voto à Joice, reiterando o rechaço ao “poder comunista petista que é a mídia”. Olavo frisou que a mídia comunista não vem de hoje, desde o regime militar os comunistas estavam atrelados aos jornais¹⁶⁶. É interessante mencionar o quanto a partir da narrativa do anticomunismo se

¹⁶⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/carolinerdetoni/videos/245987152755987>

¹⁶⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2237351386496141>

cria a desconfiança aos meios de comunicação, os associando aos inimigos por supostamente defendem essas bandeiras. Isso se evidenciou em praticamente todas as campanhas das candidatas do PSL, porém, principalmente nas redes sociais de Hasselmann, Bia Kicis (DF) e Carla Zambelli (SP), as quais protagonizaram polêmicas e *fake news* nas redes sociais.

Outro aspecto em consonância com o anticomunismo que teve muita visibilidade durante o período eleitoral, foi a discussão acerca da relação entre marxismo e cristianismo, o qual foi salientado em santinhos e *lives* de candidatas, como a de Caroline de Toni (SC), Bia Kicis (DF) e Chris Tonietto (RJ). Essa última foi muito mais taxativa ao evocar durante toda a sua campanha a bandeira da incompatibilidade entre ser cristão, marxista ou comunista, dedicando praticamente todas as suas falas em abordar tais assuntos. Em um de seus santinhos, Tonietto questiona quem é cristão e comunista, com os seguintes argumentos:



Figura 6 - (2018) Fonte: *Facebook*.

O santinho vem acompanhado da postagem em que a candidata elenca cinco motivos, que, segundo ela, demonstram a incompatibilidade entre cristianismo e marxismo. São eles:

- 1- O cristão teme e adora um Deus transcendente. O marxismo é uma filosofia imanentista e materialista, que vê nas realidades espirituais apenas criações culturais que expressam aspectos da luta de classes gerada por determinado "modo de produção".
- 2- Para o cristão, a vida plena só pode existir após a morte (com a vida eterna). Só Deus é perfeito, e é apenas participando dos méritos de Sua Paixão que podemos realizar o sentido de

nossa existência. Cristo diz a Pilatos que Seu Reino não é deste mundo (Jó 18, 36), mas o marxista quer realizá-lo na Terra com o estabelecimento de um governo revolucionário.

3- Jesus Cristo nunca foi e nem jamais poderia ser socialista. Diz-nos o Divino Mestre que "quanto aos pobres, sempre os tendes convosco" (Mt 26, 11), que não é possível extirpar a miséria e a exploração do homem pelo homem da Terra. Alerta-nos que é o diabo o Príncipe deste Mundo (Jó 14, 30), e devemos procurar antes os bens espirituais aos temporais (Mt 6,19-20).

4- O movimento comunista internacional sempre perseguiu os cristãos no mundo todo, e sempre os considera como os alvos preferenciais de suas empreitadas genocidas. O cristão que se diz marxista é cúmplice moral do assassinato de milhões de outros cristãos.

5- Especificamente, os católicos incorrem não apenas em grave erro ao apoiar qualquer governo, partido ou movimento de pensamento marxista, conforme explicita a encíclica *Divini Redemptoris* de Pio XI, como também estão sujeitos à pena de excomunhão *latae sententiae*, de acordo com decreto do Santo Ofício de 1949, válido até hoje. O pensamento político e social dos católicos deve orientar-se pela Doutrina Social da Igreja, que tem como um de seus documentos principais, a encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, além de vários outros¹⁶⁷.

Amparando-se em versículos bíblicos, nesses cinco pontos fica evidente o quanto a candidata coloca o marxismo na condição de inimigo da Igreja Católica - o que não contém aspecto de novidade, sobretudo a afirmativa de que a incompatibilidade entre cristianismo e marxismo repousa no fato de que esse último inspira a teoria e *práxis* comunista, além de ser responsável pelo assassinato de milhões de cristãos pelo mundo e por incitar a morte de bebês a partir da descriminalização do aborto, segundo a candidata. Tonietto em suas postagens também reitera a impossibilidade de se acabar com a miséria e exploração no mundo, recorrendo ao versículo bíblico que relata o quanto esses são inerentes à vida humana, mobilizando a narrativa de que o diabo é o príncipe deste mundo, e com isso, há uma impossibilidade de outro sistema político promover a igualdade entre os indivíduos. Sendo isso inviável entre a humanidade.

A candidata, que é católica, mobiliza nas suas falas, que todos devem se orientar pela doutrina social da Igreja Católica, independente do âmbito privado ou público, demonstrando assim o quanto essa acredita que a política deve ser guiada pelo catolicismo e seus valores morais. De todas as candidatas do PSL, Chris Tonietto (RJ) foi a que mais se amparou na religião para pautar sua campanha, ficando evidente o quanto ela tem como finalidade que a

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1869799573100622> Acesso em: 13 out. 2021.

política institucional seja uma continuidade de um modelo bem específico de espaço privado, de concepções morais.

Ela que se autodeclara católica e integrante da Liga Cristo Rei, uma associação de católicos espalhada pela América Latina, a qual promove esporadicamente fóruns de discussões, que encampa a proposta de restauração do reinado social e político de Jesus, difundindo assim a tradição da Igreja - segundo integrantes do grupo¹⁶⁸. Tonietto também é membro dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro, grupo de advogados ativos em pautas como a criminalização do aborto, *homeschooling*¹⁶⁹ - educação domiciliar, contra o que chamam ativismo judicial STF, dentre outras agendas que tangenciam a política brasileira a partir do espectro ideológico da extrema-direita.

O ataque da candidata ao que ela compreende como marxismo e conseqüentemente ao comunismo traz consigo agendas que segundo Tonietto são anticristãs e por esse fator devem ser combatidas. Ela afirma que a filosofia ou a estratégia política marxista se ampara nas agendas anticristãs como o aborto, ideologia de gênero, legalização das drogas, e que para ela, tudo é permitido em nome de uma utopia materialista que não reconhece nenhum valor moral que não seja ele próprio (TONIETTO, 2018). A candidata se autointitula serva¹⁷⁰ de Deus e amparada a isso, adotou uma narrativa de representante dos católicos, de alguém que vai lutar para resgatar a moralidade e o conservadorismo no Brasil juntamente com o candidato a presidente, Jair Bolsonaro. Em diversas *lives* no seu *Facebook*, Tonietto afirmava ter compromisso com a verdade e o dever moral de lutar contra as agendas que ‘são anti-cristãs’, que estão corroendo a sociedade a partir de governos “esquerdistas”, mas especificamente através do PT.

Para as candidatas, a defesa da família é crucial frente ao suposto cenário que se desenhava. Concomitantemente com a narrativa de Tonietto, Caroline de Toni ao criticar o comunismo, afirmou que “desde a revolução comunista de 1917 a esquerda visa destruir a família. Nos anos 60, as feministas, incluindo as feministas radicais, convocou a revolução das classes de gênero” (2018)¹⁷¹.

¹⁶⁸ Disponível em: <https://ssvm.org.br/artigo2/liga-cristo-rei-uma-acao-consolidada-de-apostolado/> Acesso em 13 mai. 2022.

¹⁶⁹ O Projeto de Lei 1.388/2022 que autoriza a educação domiciliar, foi aprovado pela Câmara no dia 19 de maio de 2022, (como PL 3.179/2012) e se encontra na Comissão de Educação (CE) do Senado.

¹⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2264191413813466>

¹⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/carolinerdetoni/videos/378908222649665> Acesso em: 13 mai. 2022.

Na mesma esteira do anticomunismo, o pânico moral e medo se fez presente entre as candidatas bolsonaristas. Carla Zambelli (SP), foi uma das que mais mobilizou o eleitorado brasileiro ao se amparar incansavelmente na narrativa do medo, propiciando um pânico moral em cima do que ela nomeia de golpe comunista em curso. Zambelli associou o Supremo Tribunal Federal (STF) ao comunismo, tendo como justificativa o fato de a defesa do voto em cédulas não ter sido emplacada pelo STF, afirmando que no Brasil há um ativismo judicial agindo em consonância com a esquerda e ameaçando conseqüentemente a democracia. A candidata a partir desse discurso provocou uma insegurança sobre o processo eleitoral, afirmando que a depender do resultado das eleições se confirmaria a instabilidade do voto eletrônico e da mobilização feita pela esquerda.

Essa pauta também foi levantada com bastante afinco por Chris Tonietto (RJ) a qual emplacou a narrativa do STF comunista, mas sem trazer para a discussão o voto em cédulas. Tonietto criticou o STF sobretudo a partir da discussão da descriminalização do aborto, afirmando no decorrer de sua campanha que o Supremo é tendencioso nessa discussão, favorecendo militantes feministas e esquerdistas, ‘sendo ideológico’ demais.

Em um de seus santinhos, a candidata destacou ter como proposta combater o ativismo judicial do STF, esse que para ela foi transformado ‘numa plataforma de ativismo e que o Congresso não pode ficar calado diante de tamanho abuso e descaramento’ (TONIETTO, 2018)¹⁷². É interessante mencionar o quanto não tão somente na fala desta, bem como, de todas as candidatas eleitas do PSL, aparece a palavra ativismo, quando elas se referem às pautas progressistas, como também o conceito de ideologia se fez presente em diversos momentos das análises das campanhas eleitorais, como se fosse algo exclusivamente da esquerda ou do PT. A concepção de ideologia dessas se repousa em exclusivamente a pessoa e grupos que pensam diferente delas, não considerando que tanto o ativismo como a ideologia se faz presente em todos os campos, seja ele de esquerda, direita, etc.

Porém, o ideário de que ideologia é algo exclusivamente de esquerda foi pavimentado com sucesso a partir das narrativas presentes entre os atores e atrizes de extrema-direita, sobretudo na tentativa de demonização das universidades federais, do ensino, na tentativa de deixá-los imune de qualquer traço ideológico.

O controle científico da sociedade, implementado por meio de um sistema judiciário cada vez mais infectado pelas mais diversas ideologias universitárias – verdadeiras fábricas de discursos legitimadores da engenharia social que se opera em escala global – será, com todas as suas conseqüências macabras – aborto, ideologia de

¹⁷² Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1916249298455649> Acesso em 05 dez. 2021.

gênero, eutanásia, suicídio assistido – o destino do Brasil também, caso não combatamos com todas as nossas forças o ativismo judicial em nosso país ¹⁷³.



Figura 7 - (2018). Fonte: Facebook

No entanto, é interessante observar o quanto Tonietto em suas postagens frisa a relação entre o STF com um suposto projeto político do comunismo, associando ambos por meio do Partido dos Trabalhadores. Sobre a ameaça comunista, cabe destacar que tal *slogan* é uma ferramenta utilizada por atores e atrizes atrelados a governos autoritários e essa narrativa foi utilizada anteriormente em inúmeros momentos históricos, não tão somente no atual contexto brasileiro como, por exemplo, pela Ação Integralista¹⁷⁴ (AIB) organização política criada em 1932 e reverbera até hoje. Mas também, pela direita americana, na década de 1950, com o Macarthismo¹⁷⁵, incitando o medo ao comunismo, ou o enxergando como uma doença que deveria ser combatida, visão essa replicada no Brasil contendo os mesmos aspectos.

Esses discursos têm como fio condutor impulsionar nos indivíduos o medo do outro, do que pensa diferente e possui outros valores. A exploração instrumental que emerge a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e consideradas até ameaçadoras, como, por exemplo, o avanço dos movimentos sociais e o

¹⁷³ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1937605209653391> Acesso em 05 dez. 2021.

¹⁷⁴ Criado na década de 1930, a Ação Integralista pode ser considerada como uma organização pautada no cristianismo e com forte discurso anticomunista, antiliberal e, em alguns casos, antisemita (GONÇALVES, 2021). Retirado de: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58205709>

¹⁷⁵ É um termo que se refere à prática de acusar alguém de subversão ou de traição, motivado pela paranóia da Guerra Fria, entre EUA e URSS e o qual intensificou o medo pelo comunismo, fazendo ascender um anticomunismo nos Estados Unidos.

medo de transformações profundas em instituições como a família tradicional, é o que motiva esses indivíduos. O medo tem sido resgatado nas discussões que tangenciam política e a extrema-direita, como um afeto destrutivo, que segundo Espinosa é operado na condição de paixão triste. Nesse contexto, o outro é tido como um inimigo que vai corroer e destruir caso tenha visibilidade ou esteja em ascensão na sociedade.

Jodi Dean, sobre esses aspectos elencados, afirma que até mesmo pequenas reformas são demonizadas como comunistas, isto é, o anticomunismo serve como uma das principais armas do arsenal político das direitas (2021, p.18), para injetar nos indivíduos o medo e a paranoia. A partir da construção do imaginário anticomunista, se estabelece uma estratégia dos comunistas para destruir as famílias tradicionais, a moral e os bons costumes. Essa narrativa reitera que espaços públicos, universidades, imprensa, a política institucional, estariam dominadas por ideários que devem ser combatidos de todas as formas. Além disso, fica nítido o quanto o esforço dos indivíduos da extrema-direita é de tornar o espaço público, a política em uma continuidade da esfera privada, do lar, esses que estão ameaçados pelo comunismo.

Nas campanhas das deputadas analisadas, fica evidente a articulação de diferentes forças e discursos que se mobilizam a partir da narrativa anticomunista. Em *lives* transmitidas de forma *online*, algumas deputadas conversaram com imigrantes venezuelanos que estavam no Brasil, na tentativa de demonstrar o quanto comunismo é nefasto com as pessoas na América Latina, a partir da experiência desses. Na mesma *live*, a candidata demonstrou medo ao afirmar seu receio em que o Brasil venha se tornar uma Venezuela a partir de governos de esquerda.

Com frequência a comparação entre Brasil e Venezuela foi trazida nas campanhas de candidatas de extrema-direita. Não somente a partir de Aline Sleutjes (PR), mas também durante a campanha eleitoral de Bia Kicis (DF), Joice Hasselmann (SP), Carla Zambelli (SP), Chris Tonietto (RJ) as quais citavam a suposta relação entre lideranças petistas com Nicolás Maduro, o qual está na condição de presidente desde 2013.

A candidata Alê Silva (PSL-MG), também reiterou sentir medo de um avanço comunista no Brasil. Ela afirmou em sua campanha que “vivemos uma crise moral, as esquerdas dividiram a sociedade” (SILVA, 2018), atribuiu aos movimentos de esquerda toda responsabilidade por essa suposta crise, a qual ela não especifica, qual é, e do fortalecimento

do comunismo na sociedade, reiterando a política de nós *contra* os outros, porém, sem conseguir elaborar claramente como se pavimenta essa crise.

De todas as candidatas do PSL em questão, a professora Dayane Pimentel foi a única que não fez menção direta ao comunismo, diferentemente das outras candidatas, como a Caroline de Toni (SC), Joice Hasselmann (SP), Major Fabiana (RJ), Carla Zambelli (SP), Bia Kicis (SP), Chris Tonietto (RJ), que ressaltaram com afínco a questão do comunismo em suas campanhas eleitorais. Essa última, em seus santinhos postados nas redes sociais, associou a eleição de Jair Bolsonaro como a única possibilidade e solução do Brasil se livrar do comunismo, representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).



Figura 8 - (2018). Fonte: *Facebook* Chris Tonietto

Não somente em seus santinhos, a candidata Chris Tonietto (RJ), em *lives* transmitidas em seu *Facebook*, se colocava contra o comunismo, marxismo cultural, ideologia de gênero, atribuindo ao PT toda a pavimentação desse ideário narrado por ela e que sob a sua perspectiva, corrói a moralidade e a realidade brasileira. Em uma de suas postagens, a candidata afirma:

Tá chegando a hora da mudança! Contra o comunismo, o marxismo cultural, a ideologia de gênero, o aborto, a bandidolatria, a impunidade, a doutrinação nas escolas, a legalização das drogas, o desencarceramento em massa, o agigantamento do Estado, o ativismo judicial e contra todas as pautas que ameaçam a moral, a ética e os bons costumes. A favor da vida, da família, dos princípios e valores da nossa sociedade e em prol do resgate do nosso País. Você quer enxergar a verdadeira renovação política e quer ver todo sistema de corrupção, que foi institucionalizado durante todos esses anos de governo do PT, cair por terra? Quer voltar a hastear a bandeira do Brasil com todas as suas cores reluzentes e com verdadeiro amor à pátria, ou prefere trocá-la por uma outra, de cor vermelha, que representa tão somente o amor a uma ideologia nefasta? Essa é a hora de acreditarmos que estamos fazendo o certo em trocar o que sabemos ser errado por alguém que pode dar uma

guinada e varrer todo o legado maléfico que a corrupção nos deixou. É óbvio que a mudança vai acontecer gradativamente - até porque a herança deixada pelos anos em que a esquerda esteve no poder é a mais trágica possível -, mas o nosso papel nesse momento é darmos um voto de confiança e de esperança naquele que, sem sombra de dúvida, foi levantado por Deus para liderar esse processo de resgate da Terra de Santa Cruz (TONIETTO, 2018).¹⁷⁶

O chamado à defesa dos valores, da moralidade e de um modelo muito específico de família na sociedade aparece em todas as campanhas das deputadas eleitas mencionadas do PSL. Na postagem de Chris Tonietto, ela se apresenta como resposta, esperança, resistência, amparo ao que em sua perspectiva estava colocado, o que ela afirmou ser uma degradação promovida pelo PT e esse contexto conferiu legalidade a tudo que fere a moral, a ética e os bons costumes. Por fim, a candidata cita sua religião - católica, para justificar um processo de 'resgate' que está representado na sua figura e de Jair Bolsonaro e de todo seu projeto político. Para Tonietto, tais candidaturas foram lideradas e impulsionadas por Deus e - segundo ela, isso proporcionará ao Brasil um resgate da Terra de Santa Cruz.¹⁷⁷

A palavra resgate aparece com frequência nos vídeos, postagens e santinhos das candidatas, como vimos acima na fala de Tonietto. Em consonância com ela, Bia Kicis (DF) se refere à política brasileira e ao governo petista, como um contexto que necessita de intervenção urgentemente. Kicis atribui à social-democracia todos os desmantelamentos sociais, econômicos, políticos e culturais vivenciados, apontando que sua missão ao se candidatar é consertar o país. Porém, nas suas falas não fica claro o que essa compreende por social-democracia: ela mistura economia com moralidade e falta de democracia no que se apresenta por social-democracia segunda a perspectiva dela.

Ninguém mais aguenta a social-democracia. Que destruiu a economia do país estagnou completamente a economia e esfacelou, essa que é a verdade. O Brasil, hoje, a gente pode dizer que tem uma democracia de verdade aqui? nós estamos resgatando! Que temos instituições que estão tomadas é muito difícil hoje. A maioria ela vive, ela sim oprimida por uma minoria barulhenta que querem impor a suas pautas a qualquer custo então se você não concorda, você é taxado de fascista, seja lá o que foi. Não dá, o brasileiro cansou da prisão do politicamente correto. Então tá na hora de nós resgatarmos as instituições do Brasil [...] 'eu não estou aqui por uma ideologia, estou pela nação, para consertar o país' (KICIS, 2018).¹⁷⁸

¹⁷⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1945971742150071>

¹⁷⁷ Nome dado ao Brasil pelos portugueses logo após o descobrimento do Brasil.

¹⁷⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=390596884810448&ref=watch_permalink

Em consonância com Kicis, a professora Dayane Pimentel (BA), em boa parte dos seus vídeos, pontuou estar defendendo princípios morais que representavam a esperança contra tudo que o PT simboliza ou corrói. Ela se referia aos petistas como ‘esquerdalhas’ e assim como Chris Tonietto (RJ) também, colocou-se como contrarresposta, na tentativa de oferecer amparo ao eleitorado, na condição de candidata que defende principalmente os valores da família e de Deus.

Quando mencionamos a relação do resgate e do amparo que aparece com muita frequência nas falas das candidatas, isso só evidencia a necessidade de se pensar política a partir da chave dos afetos. No contexto eleitoral de 2018, sobressai com muito mais afinco a mobilização das emoções como o medo, amparo, raiva, desamparo, primeiro por trazer ao debate o que foi feito nos últimos anos pelas/os candidatas/os que foram eleitos nas eleições anteriores, segundo porque o fio condutor das narrativas analisadas aqui, perpassam o oferecimento de amparo ao eleitorado que se sente desamparado.

Partindo do pressuposto defendido por Safatle (2015), às sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuito de afetos e esses nos permitem compreender tanto a natureza dos comportamentos sociais, quanto a incidência de regressões políticas (p.16). Os afetos permeiam a política e não tão somente, toda a sociedade, porém, no que tange a política isso se manifesta com mais afinco por mobilizar sentimentos com amparo, desamparo, ressentimento, medo e a depender do espectro ideológico do governo que esteja em vigência, isso se manifesta de diferentes formas.

Ou seja, para entendermos o fenômeno do aumento de parlamentares eleitas em 2018, atreladas ao espectro ideológico de direita e extrema-direita, a dimensão dos afetos torna-se essencial para a compreensão deste contexto e da ascensão desses grupos, bem como isso se desencadeia na política. Sobretudo, pelo fato de que a discussão do cuidado, do amparo, do resgate de certos padrões morais, aparece de inúmeras formas nas análises feitas das campanhas eleitorais.

Porém, voltemos à questão do amparo *versus* desamparo. As candidatas às deputadas federais analisadas aqui se apresentam como resposta em inúmeros momentos na condição de cuidadoras, ou reiteram a narrativa de necessidade de conserto ao se referirem ao Brasil. Elas acionam a ideia de que o país está abandonado, desamparado, em ruínas e associam tais questões ao fato de serem mulheres e se sentirem aptas a exercerem tal função, sobretudo porque já exercem cuidado na esfera privada, em seus lares.

Cabe mencionar que, entende-se aqui o desamparo como afeto político central em consonância com os escritos de Freud, esse que afirmou que o afeto que nos abre para os vínculos sociais é o desamparo - que pode ser considerado como um medo específico da vulnerabilidade, de indivíduos que se encontram em situações incertas. Para tanto, esse contexto aciona o sentimento de abandono e de não pertencimento a um contexto ou grupo, promovendo o que Dunker (2015) intitula de gramática do sofrimento, onde a dor e o desamparo são sempre estruturados como demandas e isso de certa forma impulsiona os indivíduos em sociedade a lutarem por melhores condições de vida. Cabe mencionar que o sofrimento por si só não constitui uma resistência social, ele só se torna um fator político quando se conecta com a experiência da perda de identidade (Ibidem) ou com o sentimento de desamparo, impulsionando práticas de reconstituição e necessidade dos indivíduos se sentirem pertencentes a um lugar ou grupo.

Nessa cartografia, se estabelece o sofrimento como uma categoria política, produzindo um sintoma e esse se compõe da necessidade, do 'ter se' ou da impossibilidade de não ter nada, de não fazer parte de algo, ocupando assim um lugar de falta. No escopo analítico proposto neste trabalho, essa necessidade se estabelece a partir da demarcação que o outro, considerado muitas vezes como inimigo - no caso a esquerda comunista, é responsável por manter o sofrimento entre os indivíduos, impulsionando o desamparo social.

Compreende-se aqui o desamparo como afeto mobilizador, tendo centralidade na política, entendendo que apesar dos afetos terem sido negligenciados em sua potência crítica social, mas, ainda, que essa exclusão foi historicamente um problema de injustiça (CAMPELLO, p.26, 2022), faz-se necessário distinguir brevemente a diferença entre sofrimento e desamparo. Esse último procura circunscrever um espaço psíquico situado além da angústia ou sofrimento, significando uma abertura máxima,

do psiquismo, profunda, sem fundo como um abismo, e a desqualificação do outro, como outro, em sua tentativa de responder ao desespero, de tornar-se objeto disso. É nesse entre-dois, abertura do desamparo e impossibilidade do objeto, que procuro me manter. Freud, antes de Winnicott, relaciona o desamparo psíquico com o estágio inicial da vida, em que o ego ainda é imaturo (CHABERT, p.100, 2001).

O desamparo em sua relação com o eu e com o sofrimento lança o sujeito em busca do objeto perdido, objeto este, causa de desejo. Assim, o indivíduo estabelece uma relação de conflito interminável com a condição de desamparo, afinal, diante da perda de referências simbólicas consistentes e persistentes; diante das mudanças na forma de estabelecer vínculos,

emerge o vazio, a falta de sentido e de esperança; em suma, o desamparo. Gerando também a criação de inimigos.

Uma política de demarcação se consolida, estabelecendo assim quem são os inimigos, os outros, que devem ser destituídos do poder por se apresentarem como ameaça e por oferecerem nessa lógica desamparo. Isso se ilustra quando, por exemplo, a candidata à época Bia Kicis afirma que ‘nós estamos em guerra e nosso inimigo quer acabar com a sociedade (KICIS, 2018)¹⁷⁹ - fazendo alusão à esquerda. Em outro momento, Kicis culpabiliza o socialismo ao afirmar que esse quer destruir os valores cristãos e a vida dos inocentes a qualquer custo (Ibidem)¹⁸⁰.

O resgate de valores morais, cristãos, conservadores, são a tônica e ideias forças que pavimenta a ideia de amparo político segundo as análises das campanhas eleitorais. E isso se manifesta também no embate produzido a partir da relação entre religião e anticomunismo, que sobressaiu na campanha eleitoral das candidatas do PSL, principalmente entre Bia Kicis, Cris Tonietto, Dayane Pimentel e Aline Sleutjes, em consonância com a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro. O constructo de moralidade e valores cristãos foram levados com afinco por meio dessas candidatas, a partir da associação do PT e da esquerda de forma geral a impulsionar a imoralidade através do comunismo.

Um exemplo que ilustra perfeitamente esse fato foi o *jingle* da campanha eleitoral de Dayane Pimentel (BA), o qual fazia alusão ao candidato à presidência, bem como, em boa parte de seus vídeos postados e analisados, ela mencionava sua proximidade com Bolsonaro. Em um dos vídeos, Dayane aglutinou diversas palavras-chave que fazem parte das narrativas de Bolsonaro, como: família tradicional cristã, ordem e progresso, a sua luta contra a ‘esquerdalha’ e por fim, sempre fazia questão de mencionar o quanto ela se considerava cidadã do bem por todos esses aspectos.

Sou a federal de Bolsonaro. Vai ter família tradicional cristã tomando conta desse país, sim! Pela ordem, pelo progresso, pela retomada do ensino moral-cívico, por uma economia mais liberal, pelo cidadão de bem que paga impostos absurdos e abusivos e que não tem nada em retorno. Vamos baixar essas cargas tributárias se Deus quiser. Se você votar em mim você está votando em ficha limpa, em renovação. Sou limpa, são cristã, sou mãe, sou professora, sou nordestina, sou baiana, estou com Bolsonaro a quatro anos lutando contra a esquerdalha e pelo cidadão de bem (PIMENTEL, 2018)¹⁸¹.

¹⁷⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=390596884810448&ref=watch_permalink Acesso em: 7 abr. 2021.

¹⁸⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2347259432168061> Acesso em: 7 abr. 2021.

¹⁸¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=304227293701297> Acesso em: 3 mai. 2021.

Sua fala ilustra diversos aspectos que se alinham com as narrativas propagadas por Jair Bolsonaro e seus aliados. O neoconservadorismo é o fio condutor dos discursos, pois no cerne encontra-se o ideário de que a família tradicional cristã é a salvaguarda para resgatar a moralidade que foi supostamente perdida a partir dos governos petistas.

Nisso, concentra-se também o ataque aos movimentos sociais, mais especificamente aos movimentos feministas. Tal ataque apareceu com bastante frequência entre as candidatas eleitas do PSL, sobretudo nas falas da professora Dayane Pimentel (BA), Joice Hasselmann (SP) e Caroline de Toni (SC). Nas redes sociais dessas três, com muita frequência as postagens faziam menção aos movimentos sociais como principais responsáveis pela deturpação do que é ser mulher, da maternagem, dos padrões de feminilidade ou de beleza, que devem ser seguidos segundo essas mulheres.

Essa vigilância se manifesta no que tange os corpos femininos e a discussão de feminilidade que esse faz com bastante afincado, por construir narrativas que associam autocuidado com um consumo exacerbado de produtos, cirurgias, fazendo com que as noções de feminilidade não sejam deslocadas do capitalismo, mas sim, se potencializa ainda mais o consumo independente das classes sociais, apresentando-se como uma possibilidade para todas as mulheres, independente de suas classes sociais.

Em uma de suas postagens, a então candidata Dayane Pimentel, se auto apresentou assumindo a confrontação com outras candidaturas de feministas de esquerda como principal estratégia discursiva: “guerreira pela educação, guerreira feminina, e vamos chegar lá para compor uma bancada de mulher de verdade, para colocar a esquerdalhada debaixo do salto agulha”¹⁸².

É interessante a afirmativa de que ‘feministas são pseudo-mulheres’, pois a candidata, estabelece a partir disso, uma forma de pensar maniqueísta, que está amparada no bem e no mal, no que é ser mulher e o que não é a partir da identificação com o feminismo e concepções de feminilidade.

Nesse emaranhado é importante mencionar o esforço em desumanizar mulheres que se autointitulam feministas ou que estão atreladas à esquerda, pois quando se conceitualiza esse grupo de ‘pseudo-mulheres’, sobressai o esforço de destituição e de humanização dessas em específico. Esse deslocamento do que é considerado feminino ou “ser mulher”, reflete o que podemos considerar de regimes de reconhecimento, maneira como os indivíduos se vinculam

¹⁸² Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=272711013344088>

aos seus sentimentos e aos seus sentidos morais, de modo a estabelecer uma identidade e a tentativa de antifeministas de consolidarem uma nova gramática sobre o que é considerado mulher na sociedade.

Se por um lado os diversos feminismos se esforçaram em desenvolver o ideário da não existência de uma categoria única de ser mulher, ressaltando que essas são atravessadas de formas diferentes na sociedade, a partir de marcadores raciais/étnicos, sexuais, de classe e gênero, é possível afirmar que as narrativas antifeministas se esforçam de inúmeras formas em pavimentar a ideia de que existe uma categoria única de ser mulher e que tal categoria está completamente atrelada a discursos essencialistas.

Nessa ótica, se promove a diluição de todos os marcadores e opressões sofridas de formas diferentes pela multiplicidade de corpos femininos, homogenizando-as e, além disso, descartando mulheres que não se enquadram em um padrão muito específico de feminilidade. Com isso, podemos afirmar que a defesa da feminilidade impulsionada pelo antifeminismo está em consonância principalmente com a governamentalidade neoliberal - essa que instala hábitos nos indivíduos, incitando o consumo, afinal, a aparência feminina passou a ser vista como um instrumento importante pelo qual as mulheres podem incrementar seu capital humano (OKSALA, 2019, p.133).

Moreira (2022) afirma que a luta dos diversos feminismos se concentra principalmente em desessencializar a noção de feminino e não imputar nenhum destino fixado às mulheres (p.41), no sentido de combater as formas de poder, disciplina e docilidade que estão intrínsecos nos discursos em defesa de um modelo de feminilidade construídos a partir das práticas patriarcais. Desse modo, quando narrativas antifeministas se esforçam em diluir os marcadores de raça, classe e gênero e imputar a ideia de que não existem assimetrias de gênero a partir da glorificação dos papéis atribuídos pelo patriarcado, essas passam a potencializar uma noção bem estabelecida de feminilidade.

Assim, também se evidencia o estímulo à rivalidade feminina nesses discursos direcionado aquelas que questionam a lógica amparada na feminilidade, pois, ao recusarem esse modelo, conseqüentemente estão recusando a proteção masculina tida como fundamental pela ótica neoconservadora, bem como a divisão de papéis na família

Tal concepção corrobora na reafirmação da sustentação simbólica dos lugares que mulheres e homens devem ocupar na sociedade, ou qual categoria de mulher é legítima na arena política: as que dão sustentação às desigualdades de gênero.

Nesse sentido, em outro momento, a candidata Dayane Pimentel afirma que chegará lá para compor uma bancada de ‘mulher de verdade’, para colocar a esquerdalha debaixo do

salto agulha, aquela Maria do Rosário (PT), Gleisi Hoffmann (PT) (PIMENTEL, 2018)¹⁸³. Pimentel não explicita o que ela compreende por ‘mulher de verdade’, não chega a mencionar as características que dão subsídios para um indivíduo ser considerado feminino, mas crê-se pautar no padrão caricatural e de senso comum da submissão feminina, disciplina, relacionando ao cuidado. Porém, o fato de as deputadas mencionadas construírem um partido de esquerda, sinaliza que para ser mulher não se deve questionar as estruturas de dominação e nem estar atrelada a espectros ideológicos progressistas.

A candidata Carla Zambelli (SP), em consonância com Dayane Pimentel (BA), critica o movimento feminista ao afirmar que ela é uma ‘mulher de verdade’ por não fazer coro com as feministas, principalmente ao defender à época o candidato a presidência Jair Bolsonaro, o qual inúmeras vezes disseminou discursos se colocando contra os movimentos feministas e protagonizou embates marcados por misoginia na condição de parlamentar quando era deputado federal.

Zambelli menciona a questão do aborto quando questiona Marina Silva que disputava a presidência em 2018, afirmando que essa ‘com seu discursinho, você vai convencer mulheres com discursos abortistas, você só atrapalha a vida das mulheres de verdade, que querem ser mais. Esse seu discurso feminista (ZAMBELLI, 2018)¹⁸⁴.

A fala de Zambelli faz alusão direta com a forma que o patriarcado vê e incita a relação das mulheres ou a união entre elas: como um perigo que deve ser evitado (BABI, 2016). Por ser perigoso que mulheres se unam e pensem de forma coletiva, a respeito das opressões sofridas em sociedade, é arraigado no imaginário social pelas estruturas de dominação que as mulheres devem competir, rivalizar, desacreditar umas, as outras, etc. Esta ideia vem sendo construída ao longo da história, fundamentada na ideologia da dominação masculina, que coloca isso como algo naturalizado e tradicional à manutenção do poder do patriarcado (SOARES, 2020, p.336).

Essa rivalidade tem objetivos estratégicos de fomentar a competição, manter as desigualdades, estabelecer quem é aliada e quem não é, sendo um modelo incisivo da lógica misógina de desunir mulheres atreladas à agenda feminista. Cabe ressaltar que esse contexto também promove o apagamento das inúmeras violências que acometem as mulheres e a negação dessas, são consideradas com frequência como exageros, mentiras, desacreditando quem se encontra do ‘outro lado’.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=206225993581154>

A estratégia de desvalidar as pautas impulsionadas pelos movimentos feministas, não é uma novidade, as disputas de narrativas sempre se fizeram presentes no fazer política, porém, o que nos chama atenção no contexto das eleições de 2018, é que a desvalidação das pautas femininas fora impulsionadas, principalmente, por mulheres - as candidatas analisadas aqui, dentre outras que não foram eleitas, mas que corroboram do mesmo pensamento político.

A adesão pelas narrativas antifeministas se fez presente nas campanhas eleitorais de praticamente todas as candidatas do PSL, como demonstra a análise de suas redes nesse período. Evidenciou-se também, em diversos momentos, as tentativas de minimizar as falas de caráter misógino de Jair Bolsonaro. Carla Zambelli (SP), afirmou nunca ter sofrido nenhuma discriminação por parte Bolsonaro por ser mulher, mãe solteira, ‘nunca vi ele sendo homofóbico, nem machista. Ele só é rígido e tem posições firmes, mas é uma pessoa boa (ZAMBELLI, 2018). A narrativa de que Bolsonaro é um bom amigo também se fez presente no período de campanha eleitoral, “Agradeço ao meu padrinho político - Jair Messias Bolsonaro- por tudo que me ensina, que sempre está disposto a me ouvir, aconselhar, meu ombro amigo, um braço forte em minha vida” (PIMENTEL, 2018)¹⁸⁵.

Já a candidata Aline Sleutjes (PR), em um vídeo postado em sua página do *Facebook*, afirmou que ‘mulher vota sim em Bolsonaro, porque a mulher vota a favor da família, do patriotismo, da paz, dos filhos, dos valores. É por isso que eu voto em Bolsonaro, homem correto, cristão, honesto que vai cuidar do nosso país e das mulheres’ (SLEUTJES, 2018)¹⁸⁶.

Percebe-se que no discurso de Sleutjes ela enfatiza a possibilidade de mulheres votarem em Bolsonaro, atrelando a imagem dele com a concepção de família, aos valores e cuidado com as mulheres, alinhado assim a imagem de Bolsonaro com a representação de uma tutela, proteção amparo ao feminino. Reiterando assim a importância nessa lógica da docilidade construída mediante hábitos e práticas disciplinares.

Em outro momento, Sleutjes menciona a questão do cuidado associando com a figura dela, no que ela pode representar na condição de deputada federal, contudo, mobilizando a narrativa de que o fato dela ser mãe lhe torna apta para cuidar da população, ‘tenho certeza que Deus está conosco. Uma política nova, honesta, de caráter, mulher guerreira, professora, mãe e que irá cuidar desse Paraná’ (Ibidem, 2018).

¹⁸⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/professoradayanepimentel/posts/656219134763075> Acesso em: 2 fev. 2020.

¹⁸⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1101790839986187> Acesso em: 2 fev. 2020.

É interessante observar tanto na fala de Aline Sleutjes, como nas campanhas eleitorais das outras deputadas, o quanto o cuidado aparece como uma característica exclusivamente feminina, sendo validada principalmente se essa mulher exercer a função de mãe. Tentando assim se inserirem na arena política que foi historicamente destinada aos homens, por esses serem tidos como racionais e mulheres como emotivas, a partir da narrativa que é possível manusear as características femininas - amparadas nessa lógica patriarcal, para se exercer a posição de políticas, o cuidado se estende da família para o estado.

Com isso, fica evidente em boa parte de todas as postagens analisadas das candidatas em questão, do PSL, o quanto essas acionam palavras-chave que orientam quem as escutam, sobre suas proximidades e identificações com Jair Bolsonaro, bem como, a criação de um inimigo em comum: o outro, que não compartilha dos mesmos ideais. Apresentando também uma uniformidade linguística, religiosa e estética.

No que tange a questão da uniformidade linguística, o conceito de ordem, outro elemento central a ser explorado, apareceu com bastante frequência nos discursos analisados das candidatas do PSL, em consonância com as narrativas de Jair Bolsonaro, esse que também durante sua campanha eleitoral evocou incansavelmente uma suposta necessidade de ordem que a sua figura iria suprir no Brasil. Essa narrativa apareceu desde sua pré-campanha quando esse se filiou à época ao PSL¹⁸⁷.

Já nas candidatas, principalmente ao analisar as postagens de Dayane Pimentel (BA), a palavra “ordem” apareceu com frequência. Ela afirma que sua luta está direcionada a combater absolutamente tudo que promove uma suposta desordem. Em uma de suas postagens afirma “eu represento a ordem, os policiais, a Igreja, o progresso e luto contra todos que pensam o contrário!” (PIMENTEL, 2018).

Essa fala de Pimentel reitera o que já foi citado aqui sobre como se consolida a partir das narrativas de atores e atrizes da extrema-direita a polarização do eu *versus* o outro, e nesse movimento buscam marcar as diferenças na tentativa de formação de uma singularidade ou identidade, essa sendo subjetiva e exige reconhecimento dos indivíduos. Traverso (2017), afirma que esse movimento é perigoso e míope, pois, em sua concepção, o papel da política é exatamente o de superar e transcender subjetividades, diferenças.

Porém, o neoconservadorismo se utiliza dessa estratégia para abandonar totalmente qualquer perspectiva de unidade e isso, se demonstra nos discursos analisados aqui, sobretudo

¹⁸⁷ Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/brasil/ao-som-de-mito-e-gritos-de-ordem-bolsonaro-filia-se-ao-psl/>

na mobilização do slogan “a candidata de Bolsonaro”, demonstrando assim que há um reconhecimento e uma liderança a partir da figura do à época candidato à presidência.

Aline Sleutjes (PR), também aderiu a essa máxima, ‘a candidata do Bolsonaro’ nas suas redes sociais, porém, especificando ser a única da região dos campos do Paraná¹⁸⁸, na tentativa de demarcar singularidade em seu estado. Ela participou de diversas carreatas pelo Paraná com Jair Bolsonaro e em seu *Facebook*, transmitia ao vivo tais movimentações, as quais ficaram gravadas na sua página. Nessas carreatas Sleutjes reitera as narrativas de Bolsonaro, principalmente o resgate da moralidade e se apresentava como resposta a toda corrupção, a partir do discurso de ser ficha limpa e anticorrupção.

Em uma das carreatas transmitidas ao vivo no *Facebook*, Aline afirmou querer ser eleita para defender juntamente, com Jair Bolsonaro, a moralidade no Brasil. Já em outra carreata, a candidata ressalta novamente a questão da moralidade associando a operação Lava Jato, afirmando querer um novo país, com novos políticos que querem gente do bem, um país com ordem e progresso, que luta com seu capitão - Jair¹⁸⁹.

Em diversos momentos a corrupção se fez presente na fala de Sleutjes, no sentido de demonstrar que a realidade há época era insustentável na política brasileira, apresentando assim a operação Lava Jato como um modelo a ser seguido de honestidade, ‘vamos colocar o Brasil nos eixos, é a hora da gente boa. É hora de plantarmos a semente da honestidade (SLEUTJES, 2018). Nesse sentido, criou-se a narrativa durante a campanha eleitoral de que a Lava Jato foi uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil¹⁹⁰ e isso foi mobilizado como um padrão seguido pelos candidatos, ao levantarem a bandeira de defesa da operação.

É interessante destacar como o registro da moralidade aparece nas campanhas eleitorais das candidatas do PSL fazendo ligação com inúmeros aspectos que perpassam a economia, pois, em inúmeros momentos elas associam com a questão da corrupção na política, levantam a bandeira da operação Lava Jato, porém, com mais frequência a discussão aparece atrelada na relação entre a defesa de um modelo muito específico de família ameaçado pelos movimentos sociais, principalmente o LGBTQIA+ e o feminista. A discussão da ideologia de gênero perpassa esses movimentos na lógica neoconservadora e se destaca com mais rigor entre as candidatas que abertamente declaram-se católicas ou evangélicas,

¹⁸⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=318429818891038&ref=watch_permalink Acesso em: 2 fev. 2020.

¹⁸⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=318429818891038&ref=watch_permalink

¹⁹⁰ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>

como o caso da Chris Tonietto (RJ). Em uma de suas postagens, Tonietto afirma que a decência e moralidade tem sido destruídas:

Amálgama de ideologias anticristãs e revolucionárias, a chamada ideologia de gênero é uma das maiores ameaças que sofre nosso país. A implantação de seu ensino nas escolas brasileiras representa a destruição completa da decência, da moralidade e da saúde das gerações vindouras, através da promoção de uma sexualização precoce, do incentivo a orientações sexuais contrárias aos valores da grande maioria das famílias, da confusão acerca da própria identidade - que pode levar crianças e jovens à depressão e até ao suicídio - e da transferência de autoridade da família para o professor no que diz respeito à formação moral do indivíduo (TONIETTO, 2018)¹⁹¹.

Tonietto culpabiliza a suposta ideologia de gênero por inúmeros problemas que para ela se apresentam na sociedade, como a questão moral do indivíduo, atribuindo também em outros momentos aos movimentos feministas e LGBTQIA+ a responsabilidade pela sexualização infantil, que segundo atores e atrizes da extrema-direita, se dá principalmente via sistema educacional. Segundo Martí, ao analisar o antifeminismo na América Latina pontua que esse está totalmente ligado com a discussão impulsionada pelo campo neoconservador sobre a ideologia de gênero, o autor afirma que,

um dos principais cavalos de batalha do antifeminismo na América Latina tem sido sua oposição à chamada “ideologia de gênero”. Esse conceito foi cunhado pela ortodoxia vaticana para se opor ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo (1994) após a virada conservadora imposta pelo papado de João Paulo II [...] Na América Latina, o termo “ideologia de gênero” foi importado da Europa por meio das redes de organizações fundamentalistas cristãs, especialmente por meio da plataforma CitizenGo que surgiu na Espanha em 2013 e atualmente está próxima do partido populista de direita Vox. De fato, foi o capítulo latino-americano desta organização que promoveu a campanha #ConMisHijosNoTeMetas e a estendeu a diferentes países da América Latina. (MARTÍ, s/n, 2022)¹⁹².

Isso se evidencia na campanha de Chris Tonietto, primeiro pelo fato de que ao trazer a narrativa da ideologia de gênero, a mesma associava com a sexualização infantil, com os

¹⁹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1907184206028825>

¹⁹² Tradução nossa.” Uno de los principales caballos de batalla del antifeminismo en América Latina ha sido su oposición a la denominada “ideología de género”. Este concepto fue acuñado por la ortodoxia vaticana para oponerse al reconocimiento de los derechos sexuales y reproductivos, en especial tras la Conferencia Internacional sobre población y desarrollo de El Cairo (1994) tras el giro conservador impuesto por el papado de Juan Pablo II. [...] En América Latina, el término “ideología de género” ha sido importado desde Europa a través de las redes de organizaciones integristas cristianas, en especial, a través de la plataforma CitizenGo surgida en España en 2013 y actualmente próxima al partido de derecha populista Vox. De hecho, ha sido el capítulo latinoamericano de esta organización el que ha impulsado la campaña #ConMisHijosNoTeMetas y la ha extendido a diferentes países de América Latina”.

Disponível em: <https://latinoamerica21.com/es/antifeminismos-y-populismos-de-derecha-en-america-latina/>

movimentos sociais e do quanto isso vai contra ao catolicismo - fé que Tonietto professa. Como contra resposta ao que estava supostamente colocado por parte da esquerda, em sua campanha a narrativa da ameaça, fazendo alusão a uma destruição completa das crianças por meio das escolas brasileiras, fez Tonietto reiterar a importância da educação domiciliar ao combate de tais ameaças. Colocando o *homeschooling* como uma de suas principais agendas defendidas durante todo o período eleitoral.



Figura 9 - (2018). Fonte: Facebook

A estratégia de enfrentamento ao que é considerado por sexualização infantil praticada via ideologia de gênero, repousa-se principalmente na defesa do *homeschooling*. Cabe mencionar que das nove candidatas eleitas pelo PSL, Chris Tonietto foi a única que trouxe para sua agenda em diversos momentos o *homeschooling* como resposta para uma educação moral e cívica. Em uma de suas postagens, a candidata justifica a partir de cinco pontos à sua defesa. São eles:

- 1- A educação das crianças é primordialmente um dever da família e não do Estado. Pelo direito natural, os pais dispõem de plena autoridade sobre sua prole até que esta atinja a idade da razão.
- 2- As escolas brasileiras, salvo raras exceções, tornaram-se centros de doutrinação marxista explícita ou implícita e a politização geral da sociedade - com o conseqüente rebaixamento da inteligência e da eficiência profissional - é fruto do trabalho incessante de militantes travestidos de professores nas instituições de ensino públicas ou privadas do País.
- 3- Fato mais grave do que a doutrinação em si é a engenharia social a que são submetidas nossas crianças, por programas e materiais didáticos que retratam explicitamente relações sexuais e incitam-nas à sexualização precoce, bem como a práticas homossexuais, à zoofilia e à aceitação da pedofilia. Tudo fruto da imposição da ideologia de gênero que leva as crianças

a questionarem sua própria natureza biológica e tem causado transtornos psicológicos, depressão e suicídios no mundo inteiro.

4- Os pais é que têm a competência para educar seus filhos e não há nenhum motivo para a interferência do Estado na liberdade da família. Ao Estado cabe ser colaborador da entidade familiar e não seu impositor, até mesmo porque a família precede o Estado que deve salvaguardar seus direitos e não usurpá-los.

5- A prática do *homeschooling* permitirá a transmissão dos valores morais e religiosos de uma geração à outra (por isso mesmo é tão combatido pela esquerda). É um dos importantes meios de preservação de nossa cultura e de resistência a toda iniciativa revolucionária que busque suplantar nossa tradição cristã e substituí-la pelas ideias de qualquer ideólogo da moda¹⁹³.

A partir desses cinco pontos, fica latente que a questão gira em torno da ideia de que nas escolas acontecem uma doutrinação marxista a qual abarca a ideologia de gênero, erotização infantil e sexualização das crianças e adolescentes. Como resposta a isso, Tonietto dentro outras candidatas analisadas aqui, defendem que a educação domiciliar tem como finalidade combater essa suposta realidade, atribuindo aos pais o papel de professores.

O *homeschooling* é uma estratégia de desvencilhar o ensino escolar do Estado e responsabilizar exclusivamente a família por esse designo. Nessa lógica é defendido que os pais eduquem seus filhos em casa, participando ativamente do processo de formação intelectual destes, desenvolvendo práticas e metodologias próprias, além de privar as crianças do convívio e socialização que a escola oferece.

Porém, nas análises das campanhas eleitorais o que aparece com mais afinco sobre essa discussão, é a utilização do ensino domiciliar para livrar as crianças de discussões que abarquem as sexualidades, o que tem sido chamado “ideologia de gênero”. Tonietto sobre esse aspecto, faz alusão a ‘um ensino livre de ideologias’, e isso, soma-se a discussão realizada em torno do projeto Escola Sem Partido¹⁹⁴. A qual se fortaleceu em meados de 2016 a partir do Projeto de Lei 193/2016, angariando diversos atores de direita e extrema-direita que passaram incitar alunas/os em denunciar professoras/es que supostamente doutrinam politicamente em sala de aula.

Segundo o site oficial do Escola Sem Partido, eles lutam pelo respeito à Constituição Federal nas escolas e universidades e incitam a vigilância por parte dos alunos sob qualquer

¹⁹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1897874616959784>

¹⁹⁴ O movimento Escola Sem Partido foi criado em 2004 por Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo. O movimento busca criar mecanismos que não permitam aos professores transferir aos alunos suas concepções morais e políticas, visando assim, limitar a atuação das/os professoras/es.

atitude “suspeita” por parte dos docentes. Nas palavras dos mobilizadores, esses ressaltam que;

pela conscientização dos estudantes sobre o seu direito à educação, à impessoalidade, à laicidade, ao pluralismo de ideias e à liberdade de consciência e de crença; pelo respeito ao direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, nos termos do artigo 12, IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Sabemos que o conhecimento é vulnerável à contaminação ideológica e que o ideal da perfeita neutralidade e objetividade é inatingível. Mas sabemos também que, como todo ideal, ele pode ser perseguido. Por isso, sustentamos que todo professor tem o dever ético e profissional de se esforçar para alcançar esse ideal (Movimento Escola Sem Partido)¹⁹⁵.

Nas campanhas analisadas, a defesa do Escola Sem Partido aparece com frequência entre as candidatas do PSL. As nove candidatas à época traziam para o debate, o movimento, seja apresentando-se como apoiadoras em suas postagens, santinhos, seja na problematização da suposta doutrinação por parte das/os professoras/es. Já entre as candidatas de direita, o movimento Escola Sem Partido não foi mencionado quando essas abarcaram em suas campanhas a temática da educação, muito menos a temática do *homeschooling*, demonstrando assim, que tal pauta foi exclusivamente das candidatas atreladas à extrema-direita.

Caroline de Toni (SC), em seus santinhos, lives e diversas postagens, reiterou com frequência ser contra ideologia de gênero e principalmente contra materiais escolares que visam a erotização das crianças. Defendeu com afinco a Escola Sem partido e afirmou ser a favor do retorno da educação moral e cívica, ampliação dos colégios militares, por mais autoridade ao professor na sala de aula (TONI, 2018)¹⁹⁶. Em outro momento, a candidata afirma que na condição de cidadã de bem, defende a Escola Sem Partido, atribuindo a defesa de tal movimento com o resgate da moralidade na educação, estando assim em consonância com sua concepção ideológica.

Em consonância com esse discurso, Chris Tonietto (RJ) afirma,

Nossa próxima geração, educada pela ideologia de gênero e outras aberrações tão abjetas quanto o marxismo cultural, até porque são deles decorrentes, promete formar cidadãos divorciados da moralidade que deve nortear os valores de toda uma sociedade. Mais uma vez, vemos o Poder Judiciário, através do condenado ativismo judicial, fazendo às vezes do Poder Legislativo e, por conseguinte, ferindo a democracia que tanto prezamos, eis que é sabido que a maior parte da população brasileira é contra a ideologia de gênero. Esse é um dos motivos pelos quais defendo a Escola sem Partido (2018)¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em: 11 fev. 2022.

¹⁹⁶ Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=ciFMBhRrvrY>

¹⁹⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2178152079137106> Acesso em: 11/02/2022.

Outra candidata que com frequência mobilizou essa discussão, foi Bia Kicis (DF). Em uma live, ela afirmou a necessidade de proteger as crianças contra a ideologia de gênero nas escolas, “isso é um absurdo, a doutrinação marxista. Eu quero estar lá [...] e, claro, trabalhar com o pessoal da educação porque a Escola Sem Partido é uma das principais pautas do meu projeto” (KICIS, 2018)¹⁹⁸.

Nesse escopo de fortalecimento do movimento da Escola Sem Partido, as discussões em torno da ideologia de gênero se somam a essas narrativas, resultando no fortalecimento do ataque aos movimentos sociais, principalmente aos de caráter feminista e os que pautam as questões LGBTQIA+, pois, nessa lógica, tais movimentos são responsáveis pela imoralidade que se manifesta a partir da doutrinação e sexualização nas escolas por parte das/os professoras/es que corroboram com pensamentos marxistas, feministas ou LGBTQIA+.

Esses aspectos mencionados fortalecem os discursos e as movimentações neoconservadoras, fazendo com que tudo e todos que se amparam na discussão dos direitos humanos, sexualidade, direitos humanos sejam tidos e lidos como imorais a partir dessa concepção. Para Dardot e Laval (2016) o recrudescimento dos movimentos neoconservadores, ou mesmo os de caráter pós-fascista, tem sua raiz nas transformações subjetivas provocadas pela hegemonia neoliberal e isso é essencial na compreensão da ascensão do neoconservadorismo no Brasil e no mundo, no sentido que o neoliberalismo vai além das pautas econômicas. Em sua nova roupagem, as subjetividades dos indivíduos e a cultura são afetadas e possuem como uma de suas finalidades o reforço das hierarquias sexuais, de raça e etnia e de classe.

Segundo os autores, essa base de pensamento fortalece os ideais de meritocracia e individualismo social, ao passo que se localizam diametralmente em oposição aos princípios de redistribuição e solidariedade com os indivíduos. Para eles, o neoliberalismo ainda permite com que haja um enfraquecimento dos movimentos sociais, em oposição a um fortalecimento de narrativas que reduzem tais movimentos como inimigos da moralidade.

O componente moral, somado ao capitalismo global em alguns países, é um dos componentes que explica o motivo de alguns grupos se manterem no poder, apesar de inúmeras denúncias por corrupção: “Corrupção, para o político fascista, consiste na pureza, e não da lei” (STANLEY, 2020, p. 39).

¹⁹⁸ Retirado de: https://www.facebook.com/watch/live/?v=390596884810448&ref=watch_permalink

Assim, pode-se afirmar que o neoliberalismo e o neoconservadorismo têm como uma de suas facetas a tentativa de forte regulação da moralidade sexual e isso se demonstra em inúmeros momentos dessas narrativas, mas aqui gostaríamos de atrelar como esse componente moral se faz presente a partir do projeto Escola Sem Partido no contexto de campanhas eleitorais de 2018. No sentido de que esse projeto tem principalmente a função principal de propor uma manutenção das tradições morais, visto que o atual contexto demonstra o quão forte são as transformações dos papéis sociais de homens e mulheres, e para frear isso se apresenta como estratégia a censura dos debates de gênero nas escolas.

Segundo Brown (2018), essa racionalidade promove uma forma de cultura política - e uma guerra cultural, mas, também, de subjetivação, que prioriza a mobilização do direito de proteger e garantir uma moral sexual baseada na defesa da família tradicional e nuclear (heterossexual, monogâmica e cristã), que estaria legitimada por seu potencial reprodutivo, argumento também endossado por Biroli, Machado e Vaggione (2020) ao analisarem o recrudescimento neoconservador na América Latina.

A “fixação” pelas pautas morais não é exclusividade das novas direitas. Bobbio (2011) já caracterizava a direita clássica pelos ideais que envolvem o individualismo; a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa; a primazia do sagrado; a valorização da ordem e da tradição; o militarismo e a defesa da segurança nacional; o elogio da nobreza e do heroísmo; e, no que mais cabe ressaltar nesta investigação, *a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual*, para ficar nesses exemplos. O que as novas direitas exercem é uma intensificação deste processo, utilizando-o como modo de governança e principal na aposta de fixação de seu ideário. Tal fixação se manifesta nas mais diversas temáticas, e no que tange a educação, o movimento Escola Sem Partido se apresenta como contrarresposta à suposta crise moral e sexual, captada na análise aqui apresentada aqui, principalmente nos discursos das candidatas do PSL. O anti-intelectualismo se soma a essa discussão a partir do rechaço das escolas, universidades públicas e docentes, os quais se tornaram inimigos dessa pauta moral nessa lógica. Como afirmar Martí (2022),

por meio da acentuação de discursos anti-racionalistas e anti-intelectualistas, bem como pela disseminação de pós-verdades, como, por exemplo, a suposta homossexualização da infância, as formações radicais de direita têm buscado alimentar os pânicos morais de certos setores populares, nos quais os valores tradicionais ainda estão enraizados (s/p, 2022)¹⁹⁹

¹⁹⁹ Tradução nossa. De este modo, mediante la acentuación de discursos antirracionalistas y antiintelectualistas, así como a través de la difusión de posverdades, por ejemplo, la supuesta homosexualización de la infancia, las formaciones de derecha radical se han orientado a avivar los pánicos morales de ciertos sectores populares en los

Isso se evidencia com frequência nas campanhas eleitorais das deputadas do PSL, quando essas atacam a qualidade de ensino, tanto das escolas, como das universidades públicas, ou quando culpabilizam intelectuais por implantarem imoralidade na sociedade. Um exemplo disso, foi a candidata Caroline de Toni (SC), a qual afirmou que Michel Foucault, Judith Butler, Shulamith Firestone, são alguns dos responsáveis pelo que ela chamou de ‘mentalidade revolucionária’. Toni afirma no mesmo vídeo de campanha, que esses intelectuais são responsáveis pela agenda totalitária coordenada pela elite progressista, a esquerda (TONI, 2018)²⁰⁰.

A negação da intelectualidade e suas práticas sociais, é uma estratégia comum de políticas fascistas e da extrema-direita. Nesse escopo, os estudos de gênero, por exemplo, são criticados principalmente a partir da justificativa de que minam a família tradicional, subvertem a masculinidade e acabam com a feminilidade das mulheres. Esse último ponto está em consonância com a principal narrativa do antifeminismo que se apresentou durante as campanhas eleitorais, a partir da defesa da feminilidade supostamente combatida pelos movimentos feministas.

Caroline de Toni faz questão de citar inúmeras teóricas como Shulamith Firestone, feminista radical canadense-americana, retomada com frequência pelos atores e atrizes de extrema-direita, como uma intelectual que em seus escritos incita a destruição da família, a promiscuidade e principalmente o aborto ²⁰¹. Com frequência, circulou entre as candidatas do PSL, a seguinte frase de Firestone:

destrua-se a família; reduza-se às cinzas a infância; libertem-se as mulheres de sua feminilidade; abram-se as portas de par em par à promiscuidade primeva; refaça-se a natureza à imagem e semelhança do movimento revolucionário feminista radical (FIRESTONE, 1970).

Tal excerto do livro *A dialética do sexo* (1970), é mobilizado para demonizar as teóricas feministas e seus impactos na sociedade, propagando também com isso um rechaço à academia e ao que é ensinado por parte das/os professoras/es. Porém, cabe mencionar que as

que los valores tradicionales se encuentran todavía arraigados (MARTÍ, s/p, 2022). Disponível em: <https://latinoamerica21.com/es/antifeminismos-y-populismos-de-derecha-en-america-latina/>

²⁰⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=315291512578582> Acesso em: 1 fev. 2020.

²⁰¹ A deputada estadual (PSL-SC) e historiadora Ana Caroline Campagnolo, em seu livro, *Feminismo perversão e subversão* (2019), afirma que o feminismo foi representado e puxado por eugenistas como Margaret Sanger, aliciadoras de menores como Simone de Beauvoir e radicais como Shulamith Firestone. Campagnolo tornou-se uma referência dentro da extrema-direita, principalmente por se auto-declarar antifeminista e por ter escrito o primeiro livro que busca refutar as teóricas feministas, demonstrando assim a suposta nocividade e imoralidade do movimento.

citações feitas tanto por de Toni como outras deputadas do PSL, são desconexas e não abarcam o contexto em que Firestone discute a questão da sexualidade feminina, principalmente na discussão do trabalho reprodutivo, identificando O papel da mulher no cuidado das crianças como a fonte central da opressão feminina. Conforme afirma Victoria Margree:

Firestone acreditava que as origens históricas da opressão das mulheres residiam na sua falta de controle sobre a gestação, sob a qual penaram até ao momento em que se generalizou uma contraceção eficaz. O facto de a maioria das mulheres em idade fértil ficar presa a um ciclo constante de gravidez, parto e amamentação, tornava-as dependentes dos homens para garantir comida e abrigo, e excluía-as de outras funções sociais. Assim se criou a primeira divisão de classe entre os seres humanos — produtores masculinos, reprodutoras femininas (MARGREE, 2019)²⁰².

A feminista inspirou-se nos escritos de Karl Marx quando em seus trabalhos incitava às mulheres a "tomar o controle da fertilidade humana", apropriando-lhe mesmas as tecnologias adequadas de reprodução, tal como o proletariado deveria tomar os meios de produção. Porém, ao ser trazida nas discussões das deputadas do PSL, Firestone é apresentada como uma intelectual que impulsiona o aborto nas mulheres e se colocava contra tanto a maternidade quanto o casamento como prisões.

Stanley (2018), ao analisar a relação entre o do anti-intelectualismo e do fascismo, afirma que o raciocínio não atrai, mas a emoção sim e nesse movimento a política fascista reduz o debate, oblitera a realidade, apresentando a intelectualidade como nociva aos valores defendidos por esse grupo. Com isso, as universidades se transformam em zonas de guerra que devem ser desmanteladas, pois, são as responsáveis pela ‘mentalidade revolucionária’, conforme citado acima a partir da candidata Caroline de Toni (SP). Nesse escopo se configura um ataque às liberdades de expressão, bem como, a liberdade acadêmica, de produtividade intelectual e de qualquer coisa que questione a lógica patriarcal.

A candidata Chris Tonietto (PSL-RJ) também culpabiliza as universidades públicas por ‘todo mal e imoralidade’, ao afirmar em sua campanha que essas são “verdadeiras fábricas de discursos legitimadores da engenharia social que se opera em escala global – com todas as suas consequências macabras – aborto, ideologia de gênero, eutanásia, suicídio assistido” (TONIETTO, 2018), fazendo um apelo ao combate a todo esse ativismo ideológico²⁰³. Nessa lógica, a ascensão de tudo que está relacionado com a imoralidade se atrela ao ensino público e ao papel desempenhado pelos docentes nas universidades públicas.

²⁰² Disponível em:

<https://www.esquerda.net/artigo/shulamith-firestone-relevancia-atual-da-feminista-radical-que-queria-abolir-gravidez/62770>

²⁰³ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1944624038951508>

Como afirma Lazzarato (2019), a estratégia neoliberal não é econômica sem ser, ao mesmo tempo, subjetiva (p.31), além de promover o endividamento, individualização essa lógica promove uma despolitização e acentuação do anti-intelectualismo.

Assim, como já mencionado anteriormente, se pavimentou a política de nós contra eles, os inimigos, que devem ser combativos e isso se fez presente principalmente nas narrativas que abordaram a intelectualidade, as universidades públicas, corroborando assim a um chamamento de combate a isso que está supostamente estabelecido a partir da ideologia de gênero, do marxismo cultural e ‘sexualização infantil’, o que conseqüentemente, dissemina uma aversão aos movimentos sociais, principalmente aos feminismos, fortalecendo assim o antifeminismo.

5.1 As disputas em torno do movimento #EleNão e Ele sim na campanha eleitoral

No contexto eleitoral foram mobilizadas inúmeras manifestações massivas pelo Brasil que visavam combater a candidatura de Jair Bolsonaro, por representar inúmeros retrocessos e ataques às mulheres e minorias sociais. Isso se deu, principalmente, pelo histórico de sua atuação na condição de deputado federal no estado do Rio de Janeiro, por vinte e oito anos, marcada por declarações de tom misógino e machista endereçados às parlamentares de partidos de progressistas, como a ocorrência de 2014, entre Bolsonaro e Maria do Rosário (PT-RS). Bolsonaro insultou a deputada afirmando que ela não merecia ser estuprada porque era feia. Isso porque, Maria do Rosário chamou em discurso na tribuna da CD, a ditadura militar do Brasil de "vergonha absoluta", e em seguida Bolsonaro se sentiu ofendido²⁰⁴.

Desde o mês de setembro de 2018, coletivos de mulheres, setoriais femininos de partidos políticos, celebridades nacionais e internacionais e alas progressistas iniciaram uma campanha nas redes sociais - *Facebook, Twitter, Instagram*, demonstrando o descontentamento destes grupos com a candidatura e crescente popularidade do então candidato Bolsonaro.

Tais manifestações, intituladas de #EleNão apareceram como um contraponto, foram impulsionadas no Brasil inteiro como uma forma de demonstrar o repúdio ao candidato Jair Bolsonaro, ocupando assim as ruas das capitais e se estendendo às cidades menores, porém, 14 cidades tiveram manifestações contrárias a Bolsonaro. Também houve atos em diferentes

²⁰⁴ Retirado de:

<https://lunatenorio.jusbrasil.com.br/noticias/156410097/nao-te-estupro-porque-voce-nao-merece-volta-a-dizer-bolsonaro-a-deputada>

idades do mundo, como Nova York, Lisboa, Paris e Londres. Porém, as maiores manifestações aconteceram nas capitais, São Paulo e no Rio de Janeiro²⁰⁵.

As agitações foram lideradas por mulheres, porém, houve adesão masculina também, e nas pautas trazidas foram englobadas diversas agendas, como a defesa da democracia e dos direitos humanos, dos direitos da população LGBTQIA+, o combate às *fake news*, etc. Esses grupos se sentiam ameaçados pelas narrativas preconceituosas e autoritárias de Jair Bolsonaro, bem como, lutavam para que não houvesse retrocessos nas políticas públicas e sobretudo nos direitos que abarcam esses indivíduos.

Podemos afirmar que a mobilização do #EleNão é fruto e continuação de inúmeras manifestações que a antecederam, as quais foram intituladas de Primavera Feminista ou Primavera das Mulheres, com dimensões comparáveis ao que foi “Junho de 2013”²⁰⁶ no Brasil. A expressão “Primavera” é o nome dado à onda de protestos, principalmente aquelas ocorridas no Oriente Médio em 2010, intitulada de Primavera Árabe, as quais tiveram como principal marca o uso das redes sociais e a continuação nas ruas. Thomas Tufte (2013) aponta que “Primavera” é o termo aplicado a processos de mobilização social e ação coletiva que têm como característica a chamada para um processo de desenvolvimento mais inclusivo, no qual os desempregados, os jovens, as mulheres, os pobres, os marginalizados, ou simplesmente o cidadão de baixa renda exige ser ouvido.

Porém, no que diz respeito à Primavera feminista, uma das mobilizações deu-se em resposta ao Projeto de Lei 5069/2013, de autoria a época presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Eduardo Cunha, parlamentar que estava à frente da primeira agenda ampla de contra reforma antipopular que inclui o projeto de lei citado. A proposta restringia o atendimento a mulheres vítimas de violência sexual e o acesso delas ao aborto legal, exigindo Boletim de Ocorrência, exame de corpo de delito, além de retirar das instituições médicas a obrigação de realizar procedimentos, ceder medicamentos como a “pílula do dia seguinte” e o coquetel anti-DSTs e de prestar informação às mulheres violentadas que desejam abortar dentro dos marcos da lei (GALETTI, 2016).

Nas redes sociais foram convocadas, em 2015, diversas manifestações: primeiramente, em várias capitais do Brasil, depois em cidades de menor porte. Elas tinham como principal lema “Pílula fica, Cunha sai!”, como resposta ao retrocesso que impõe o

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Em junho de 2013, emergiram em várias partes do Brasil manifestações contra o aumento do preço do transporte público e, posteriormente, por outras demandas, as quais tiveram princípios e formas de ação compartilhados por vídeos no YouTube, páginas no Facebook e mensagens no Twitter (ZÜQUETE, J. P, 2014).

referido projeto de lei. A adesão ao movimento chamou atenção da grande mídia e, com isto, foram disseminadas reportagens nos principais veículos de informação, o que deu visibilidade aos atos. Um exemplo da divulgação midiática foi a reportagem feita pelo Brasil de Fato (2015), chamada “Uma primavera feminista para acabar com o inverno conservador”, marcando assim a ascensão do neoconservadorismo de forma mais consolidada nas ruas e na política institucional.

É interessante trazer a Primavera Feminista como marco de novas formas de mobilização feminista, pois isso demarca o quanto concomitantemente com as reações conservadoras se teve, por outro lado, o enfrentamento dos retrocessos. Nesse sentido, cabe mencionar que o movimento feminista, assim como afirma Lazzarato (2019), questiona constantemente o conceito de poder e de tomada de poder, pois, compreende que para geri-lo a única coisa realmente necessária é uma forma particular de alienação (p.188).

Dito isso, no período de campanha eleitoral de 2018 surge a movimentação do #EleNão como uma continuação da Primavera Feminista, no sentido ter características semelhantes de organização, ao se iniciar nas redes sociais e ter continuidade nas ruas. E, pelo foco em combater a ascensão de grupos antidemocráticos e misóginos. Essas manifestações, que se espalharam pelo Brasil e pelo mundo, foram consideradas como a maior onda de protestos impulsionada por mulheres na história do Brasil. Segundo Céli Pinto (2018), nunca houve uma manifestação dessa envergadura contra um candidato. Na história, houve grandes comícios antes das eleições, mas sempre a favor de alguém ²⁰⁷ e não com tom de enfrentamento por parte das mulheres.

Durante o período eleitoral a aderência por Bolsonaro se manifestou nas diversas pesquisas de intenção de voto realizadas, as quais apontavam que a diferença de adesão a Bolsonaro diferia entre homens e mulheres. Bolsonaro era o candidato mais rejeitado pelo eleitorado feminino e segundo o Datafolha, 52% das mulheres diziam que não votariam no ex-capitão do Exército de jeito nenhum. Entre os homens, esse percentual era de 38%²⁰⁸. Cabe mencionar que as pesquisas também abordaram que a maioria do eleitorado de Bolsonaro era composto por homens brancos.

Esse percentual se transpareceu nas ruas através das manifestações realizadas pelo #EleNão e após inúmeros atos. A partir daí foi nítida a tentativa de moderação de Bolsonaro em suas narrativas e entrevistas, principalmente as que faziam alusão ao feminismo e

²⁰⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013> Acesso em: 08 nov. 2021.

²⁰⁸ Ibidem.

abordavam temáticas semelhantes. Em entrevista transmitida na Rede Record, o candidato negou as acusações de misoginia quando questionado sobre esse aspecto. Em seguida, na propaganda eleitoral gratuita, Bolsonaro fez questão de atrelar sua imagem à de um “pai de família”, buscou ressaltar a diferença em se criar um filho homem e uma filha mulher, emocionando-se perante as câmeras ao falar de sua filha mais nova,²⁰⁹ na tentativa de demonstrar o quanto se sentia privilegiado em ser pai de menina - a qual foi associada em abril de 2017, como fruto de uma “fraquejada”.²¹⁰

Ainda na tentativa de amenizar o impacto de sua postura no que tange às mulheres, como contrarresposta ao movimento #EleNão, o eleitorado de Bolsonaro com as candidatas a deputadas federais do PSL começaram uma movimentação intitulada de #EleSim, o qual passou a abordar em suas campanhas o motivo de se fazer necessário o apoio a Jair Bolsonaro, esforçando-se para colocá-lo na condição de aliado das mulheres. Segundo mencionado pela candidata Joice Hasselmann (PSL-SP) à época, foi ela quem encabeçou as manifestações a favor de Bolsonaro, afirmando isso em um vídeo em seu *Facebook*²¹¹ com certo orgulho.

⁴⁰ Eles, em resposta, gritaram:
"Não, ele não! Queremos
Barrabás! " Ora, Barrabás era
um bandido. João 18:40



#EleSim!

Imagem 10 - Fonte: *Facebook*.

²⁰⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4zGyG5rds54> Acesso em: 08 nov. 2021.

²¹⁰ Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2017/04/bolsonaro-diz-que-teve-filha-mulher-por-fraquejada.html>

Acesso em 08 nov. 2021.

²¹¹ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=175890669960053

As narrativas adotadas para justificar o apoio à Bolsonaro possuem como fio condutor o suposto amparo que a figura dele representa para mulheres que são mães, boas esposas e que defendem uma concepção bem específica de moralidade. A candidata Major Fabiana (PSL-RJ) em suas lives e postagens menciona que faz parte do grupo de mulheres policiais, conservadoras, cristãs, mães, patriotas e bolsonarianas²¹² (FABIANA, 2018). Nessa mesma linha, a candidata Soraya Manato (PSL-ES) também fez inúmeras postagens afirmando ser uma mulher conservadora, pró-vida e estar com Jair Bolsonaro.²¹³

Já a candidata Aline Sleutjes (PSL-PR), postou inúmeros vídeos em sua página do *Facebook* acompanhada de outras mulheres de várias gerações, essas que ao final da fala da candidata repetiam o jargão: sou mulher e estou com Bolsonaro²¹⁴. Sleutjes disparou inúmeros santinhos em seu *Facebook* com Bolsonaro, os quais anunciavam carreatas que foram feitas, algumas com Bolsonaro, outras ela estava só, porém, sempre em suas falas ressaltando estar “fechada com o capitão”.

Afirmou também que 'a mulher vota sim em Bolsonaro, porque a mulher vota a favor da família, do patriotismo, da paz, dos filhos e principalmente dos valores. É por isso que eu voto em Bolsonaro, homem correto, cristão, honesto que vai cuidar do nosso país e das mulheres’ (SLEUTJES, 2018).

Na análise das campanhas eleitorais das candidatas do PSL, a defesa, apoio à Bolsonaro perante as inúmeras manifestações do #EleNãO, se concentrava na narrativa de que ele é um grande defensor da família e que essas, na condição de mulheres, mães, esposas, se associavam a ele por Bolsonaro representar a manutenção e resgate da família tradicional. Podemos afirmar que de certa forma a ideia de proteção permeia essas narrativas e que romper ou ir contra o ideário criado a partir do que Bolsonaro representa, significaria estar desprotegida, desamparada. Isso também se liga à ideia de sanções de recompensa, o que pode justificar a aderência dessas mulheres aos discursos antifeministas ou em participar das práticas impulsionadas por Jair Bolsonaro.

Ao recusar toda essa representatividade em consonância com o patriarcado, as mulheres estariam recusando a proteção masculina, afinal, os sujeitos são construídos e socializados a partir de práticas patriarcais (OKSALA, p.116, 2019), o que justifica de certa forma a aderência por parte das mulheres. Nesse sentido, a candidata Joice Hasselmann

²¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/majorfabiana/photos/a.658635677840428/702846833419312/>

²¹³ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2214512412167900>

²¹⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=994939760686358>

(PSL-SP)²¹⁵ em suas redes durante a campanha eleitoral compartilhou inúmeros vídeos de mulheres que apoiavam Bolsonaro e que as narrativas permeiam a questão da confiança e segurança que essas ansiavam e que na figura dele era suprida. Em um desses vídeos, a apoiadora Elisabete Liso diz:

Sou mãe, sou dona de casa, sou médica, dou aula na faculdade de medicina, sou produtora rural, trabalho com filantropia numa associação com 350 pessoas com deficiência e quero dizer aqui para vocês porquê, Bolsonaro. Porque eu vi na figura desse homem o que está faltando neste Brasil, o que nós perdemos ao longo desses anos, com tantas coisas erradas, com tanta falta de norte, com tanta falta de uma pessoa que fosse patriota que olhasse para o Brasil com o mesmo amor que olhamos. Nós que tivemos coragem de colocar nossos filhos neste mundo, acreditando que eles poderiam ter uma vida melhor. Todos os dias sofremos com a possibilidade de uma insegurança de acontecer alguma coisa. É para essas mulheres que dirijo a minha palavra. Eu confio no Jair Messias Bolsonaro. Eu confio que Jair Messias Bolsonaro possa trazer de volta para nós segurança, confiança, esperança, e que nós possamos realmente resgatar o nosso Brasil". Jair, nós mulheres, mais do que ninguém precisamos da sua força, confiança, da sua coragem (LISO, 2018)²¹⁶.

A postagem do vídeo vem acompanhada do seguinte comentário de Hasselmann: sensacional o depoimento de Elisabete Liso. Ela traduziu o sentimento de muitas de nós mulheres (2018). Já em uma live ao vivo da manifestação do Ele Sim, a candidata também mobiliza a palavra confiança ao se referir a Bolsonaro, "mulherada desse Brasil, confie em mim, confie no Jair"²¹⁷.

É interessante destacar a exploração do sentimento de vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de ter que dividir cidadania e poder com grupos minoritários e do quanto isso aparece a partir da sensação de insegurança supostamente instaurada. Isso se transparece tanto no depoimento de Liso ao mencionar que Bolsonaro pode trazer de volta para eles a segurança frente à insegurança, como na fala de Hasselmann ao se apresentar como alguém confiável para o seu eleitorado. Stanley (2018) acerca disso, menciona que a exploração da vitimização é um elemento universal da política fascista internacional contemporânea (p.99).

Isso coaduna com a política do eu *versus* eles, os inimigos que se apresentam como perigoso e promovem insegurança, medo, logo devem ser combatidos a qualquer custo. O medo é explorado nessa lógica por ser um sintoma, e segundo Freud tem origem na angústia original da castração, essa que consiste no sentimento inconsciente de ameaça sofrida pelos

²¹⁵ Em 2021, Joice se desfilhou do PSL e se filiou ao PSDB, após ter brigado com Jair Bolsonaro e seus filhos Carlos e Flávio Bolsonaro.

²¹⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2152115398335018>

²¹⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=665281653852858

indivíduos. Na discussão feita aqui, esse medo está em consonância ao apelo de reconhecimento que esses indivíduos promovem e tentam conservar.

A partir do momento que pautas relacionadas às minorias sociais e políticas ficam em evidência e ganham espaço na sociedade, é instaurado o sentimento de insegurança e medo do que está por vir com esse alcance. Isso, se evidenciou a partir da campanha #EleNão, sendo potencializado uma cultura de insegurança, a qual Dunker (2015) chamou de “lógica de condomínio”. Ou seja, a estratégia baseada na privatização do espaço, seguida da hipernormatização de seu funcionamento e do incremento de políticas de identidade baseadas na conformação do gozo (p. 226). Isso está na raiz da segregação e do preconceito, travestido do discurso de moralidade, da manutenção de estruturas sociais patriarcais, coloniais e classistas.

Na mesma esteira de potencialização da insegurança, outra narrativa que apareceu com frequência com a *hashtag* #mulherescomBolsonaro, foi a de que Jair luta pelo bem associado em inúmeras vezes com a verdade. A candidata Daiane Pimentel (PSL-BA) em um vídeo reiterou seu apoio ao *slogan* #EleSim, afirmando que o movimento #EleNão foi uma palhaçada impulsionado por pseudo-mulheres, feministas, essas que são a escória da sociedade, agora com elas sim, as mulheres de direita, bolsonaristas. Guerreiras, conhecereis a verdade e a verdade vos libertará, João 8:32 (PIMENTEL, 2018)²¹⁸.

O discurso de Pimentel acerca das mulheres que se colocaram contra Bolsonaro através do movimento #EleNão, traz aspectos que as ridicularizam e as desumanizam ao serem consideradas pseudo-mulheres. Em consonância com essa narrativa, Halssemann (PSL-SP) ao tecer comentários sobre o #EleNão, reitera que essas manifestantes são uma mulherada:

Coisa ridícula, umas barangas, de biquíni, peladas, escrito ele não no traseiro, com os peitos de fora (...) a agressividade, a estupidez desses movimentos, e a mentira, a falácia que foi contada via imprensa e tal, a montagem das imagens que a gente mostrou o que era verdadeiro e o que era falso pegou muito mal e teve um efeito contrário (HASSELMANN, 2018)²¹⁹.

Os corpos das manifestantes são mensurados na fala de Joice, sendo associados ao ridículo, feio e principalmente criticados por estarem à mostra, segundo ela. Porém, conforme circulou na mídia à época, as fotos compartilhadas dos protestos do #EleNão por grupos bolsonaristas não condizem com as manifestações que ocorreram de fato em 2018, mas sim,

²¹⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=2170304979706297&ref=watch_permalink

²¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=921926491348251>

eram fotos antigas de outros protestos de cunho feministas, alguns até não aconteceram no Brasil e circularam como se fosse do #EleNãO.

Em tais fotos que candidatas e eleitores de Bolsonaro postaram em suas redes sociais, feministas apareciam nuas, depredando igrejas católicas, quebrando imagens católicas e as queimando. Além disso, espalharam inúmeras informações falsas como, por exemplo, ao utilizarem as imagens registradas no Largo da Batata, em São Paulo, referente ao Carnaval de 2017²²⁰ como se fosse das manifestações.

No escopo de justificativas da defesa de Jair Bolsonaro contra a onda de protestos, apareceu com bastante evidência críticas ao Partido dos Trabalhadores e a políticas sociais encabeçadas pelo PT, como o bolsa família ²²¹. Em uma de suas defesas, Hasselmann afirmou que,

"ele sim porque ele não é ladrão, ele sim porque ele não é corrupto, ele sim porque ele é forte, chega de bananas na presidência da república. postes e bananas levaram nosso país a chegar onde nós estamos. Hashtag ele sim porque ele não se dobra pra lacradoras que acham que podem mandar naquilo que sequer entendem. #ele sim porque ele preza família!! pai, mãe, filhos. ele preza família. #elesim porque ele tem coragem de ir contra o politicamente correto. #elesim porque ele vai sim pensar no povo que hoje tá em favela, mas pra tirar esse povo de lá com o melhor programa social que tem: emprego. não é bolsa miséria. é emprego. #ele sim porque ele tem os melhores ao lado dele. eu to lá, ao lado dele. e sem dúvida, sem medo de errar e sem falsa miséria, eu sou a mais preparada pra enfrentar aquele lamaçal de corrupção na câmara dos deputados no congresso nacional (HASSELMANN, 2018)²²².

Quando a candidata cita as supostas ‘lacradoras’, ela está se referindo as atrizes da rede Globo de televisão, que durante a campanha eleitoral se posicionaram em suas redes sociais por meio de vídeos que viralizaram, chamados aos protestos #EleNãO. Esse fato só potencializou o rechaço de bolsonaristas pela rede de televisão e as artistas, atacadas por Bolsonaro e por Joice Hasselmann em seu *Facebook* com bastante frequência, conforme mostra as análises das postagens²²³.

Os conflitos em torno do #EleNãO e #EleSim durante o contexto eleitoral foram acalorados e demonstraram o quanto as candidatas do PSL e o eleitorado de Jair Bolsonaro mobilizaram alguns conceitos como o feminino, a família, no sentido de disputarem o

²²⁰ Disponível em:

<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/09/largo-batata-bolsonaro-fake-news-elenao.html>

²²¹ Através da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, assinada pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Bolsa Família foi oficialmente criado. Essa lei estabeleceu que as famílias beneficiárias do PBF devem possuir renda de até cem reais per capita, sendo o maior benefício concedido no valor de R\$50,00 — esses valores foram alterados ao longo dos anos, acompanhando índices inflacionários. Retirado de: <https://www.infoescola.com/sociedade/bolsa-familia/>

²²² Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=423439391517586>

²²³ Em uma de suas postagens, Joice menciona as atrizes da Globo, chamando-as de “As LACRADORAS de MEIA TIGELA querem influenciar o eleitor a votar numa QUADRILHA??? POR QUE O MEDO DE MUDAR?” #BolsoJoice1771 Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=241420330053625>

significado desses. A tônica se deu principalmente na tentativa de amenizar as falas, posturas, trajetória política de Bolsonaro no que tange à misoginia e ao machismo presente em seus discursos, apresentando-o como alguém portador de confiança, integridade, o qual supostamente iria amparar principalmente as mulheres que são mães, esposas e zelam por um modelo único de família: tradicional e cristã.

É interessante observar a participação de mulheres como essas em questão nos dispositivos de dominação, e sobre esse aspecto, Coco Fusco afirma que,

a ideologia neoconservadora promete acesso ao poder político a quem desejar renunciar à sua identificação com os “interesses particulares” de uma minoria e, ao mesmo tempo, tira proveito, sobretudo econômico, da presença das mulheres e minorias e da diferença sexual ou étnica que tal presença manifesta em plena luz do dia (FUSCO, p.95, 2008).

A identificação com a figura de Jair Bolsonaro pode ser explicada de inúmeras formas, porém, tem como fio condutor as violências que seus discursos e formas de fazer política conservam, amparado no pacto do patriarcado. Condensando em si diversos atributos que a ordem patriarcal se ampara, como a performance de uma virilidade, uma personalidade agressiva, rígida, defensiva, a qual conserva consequentemente as desigualdades de gênero na sociedade a partir dessa lógica.

Assim, com a formação da imagem de uma figura paterna onipotente e não controlada, transcendendo em muito o pai individual e com isso apta a ser ampliada em um “eu do grupo”, é a única maneira de disseminar a “atitude passivo-masquista [...] à qual a vontade tem de se render”, uma atitude tanto mais exigida do seguidor fascista quanto mais seu comportamento político se torna irreconciliável com seus próprios interesses racionais como pessoa privada, bem como com os do grupo ou classe ao qual pertence de fato. A irracionalidade redespertada do seguidor é bastante racional do ponto de vista do líder: ela necessariamente tem de ser “uma convicção que não é baseada em percepções e raciocínios, mas em um vínculo erótico”²²⁴.

Para tanto, a discussão sobre como se dá a identificação ou o espelhamento com o líder torna-se essencial para a compreensão da adesão de mulheres na política brasileira reproduzirem e se ampararem nos discursos de Bolsonaro. Partindo do pressuposto de que a autoridade patriarcal está em crise de legitimidade devido ao avanço da visibilidade das agendas feministas e isso de certa forma impulsionou a ascensão de grupos neoconservadores.

²²⁴ Retirado de: https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/25/adorno-a-psicanalise-da-adesao-ao-fascismo/#_ftn12
Acesso em 9 agos 2023.

Será discutido a seguir como se evidenciou nas campanhas eleitorais tal afirmativa, bem como se deu a identificação das candidatas a deputadas federais eleitas em 2018 com Bolsonaro, a partir da análise das redes sociais das candidatas em questão.

5.1.1 De que família elas falam? O discurso das candidatas no processo eleitoral

“Eu quero cuidar do país como eu cuido da minha família”²²⁵ (ZAMBELLI, 2018), essa foi a fala da candidata Carla Zambelli (PSL-SP), em um vídeo disponível em sua página de *Facebook*. Em outros momentos a mesma candidata também associa sua inserção na disputa política ao zelo pela família, afirmando que sua principal pauta é essa: ‘a minha plataforma acima de tudo é para defender a família. A família vem antes do Estado, o direito à vida, vem antes do Estado’ (Ibidem).

Já Aline Sleutjes (PSL-PR) também menciona o zelo pela família, associando-a ao cristianismo e do papel da mulher na condição de eleitora, “uma representante que zelee pela família, pelos filhos, pelos valores, pelas bandeiras cristãs. Mulher vota sim em Bolsonaro, porque a mulher vota a favor da família, do patriotismo, da paz, dos filhos, dos valores” (SLEUTJES, 2018)²²⁶. Na fala de Sleutjes a palavra valores aparece duas vezes, no primeiro colocando-se na condição de representante que zela pelos valores e no segundo momento fazendo um chamado às mulheres para que essas votassem em Bolsonaro, pois a figura dele representava os atributos defendidos pela família.

No mesmo sentido, Bia Kicis (PSL-DF), também menciona a família atrelando ao cristianismo, “eu quero fazer parte da bancada cristã, a bancada da família, porque a gente precisa muito disso. As agressões que as famílias estão sofrendo, as pessoas não aguentam mais. A gente precisa proteger as nossas crianças contra a ideologia de gênero nas escolas (KICIS, 2018)²²⁷. Para Kicis a proteção da família e principalmente das crianças se condiciona ao que ela atribuiu à “bancada da família”, como se existisse outra bancada que se coloca contra essa instituição, no caso em específico isso se repousava no Partido dos Trabalhadores.

Nas três falas mencionadas os afetos são mobilizados via pânico moral, sobretudo ao justificarem uma suposta perseguição à instituição família a partir da “ideologia de gênero”, a qual deve ser combatida. O componente moral é o fio condutor da narrativa desses atores e

²²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gOO3HwyNOXw>

²²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1101790839986187>

²²⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=390596884810448&ref=watch_permalink

atrizes, por associarem os movimentos feministas e LGBTQIA+ à imoralidade, perversão e corrupção de seus filhos, das crianças “da nação”. Sob o lema “protejam nossas crianças”, as candidatas defendiam uma concepção de família que é salvaguarda, que transmite segurança. Sobre esse aspecto bell hooks menciona,

a nova direita e os neoconservadores costumam explicar essas mudanças como uma tentativa de impor ordem ao caos, de voltar a um passado (idealizado). Na noção de família citada nessas discussões, os papéis sexistas são proclamados como tradições estabilizadoras. Não surpreende que essa visão da vida familiar seja associada a uma noção de segurança que implica que estamos sempre mais seguros junto a gente do nosso próprio grupo, raça, classe, religião e assim por diante (p.43, 2013).

A ideia de unidade reverbera nessas narrativas, na tentativa de aglutinar indivíduos que se sentem medo frente aos arranjos familiares que não estão em consonância com um modelo familiar patriarcal, heterossexual e branco. Para tanto, nas campanhas eleitorais se evidencia um chamado que esteja atrelado à noção de segurança, como hooks menciona acima. “Uma representante que zele pela família, pelos filhos, pelos valores, pelas bandeiras cristã”²²⁸, associando também a família ao cristianismo “quero fazer parte da bancada cristã, a bancada da família, porque a gente precisa muito disso. As agressões que as famílias estão sofrendo, as pessoas não aguentam mais. A gente precisa proteger as nossas crianças”.²²⁹

Sem dúvida, a família desempenha papel determinante na plataforma política dessas deputadas eleitas em 2018 e segundo elas a família deve estar acima do Estado, “a minha plataforma acima de tudo é para defender a família. A família vem antes do Estado, o direito à vida, vem antes do Estado”.²³⁰ Essa narrativa se alinha com o projeto neoliberal de sociedade, como menciona Brown,

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “familiarizada” de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum (BROWN, 2019, p. 133).

A afirmação da centralidade da família também pode ser compreendida como uma maneira de transferir para a esfera privada os encargos do poder público, como a educação, a saúde, o cuidado e a segurança. Para Melinda Cooper, essa delegação dos deveres às famílias se apresenta como uma alternativa ao Estado de bem-estar social e como uma fonte primária de seguridade para os indivíduos. Ademais, ela atende aos interesses tanto de grupos

²²⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1101790839986187> Acesso em: 4 mar. 2021.

²²⁹ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=390596884810448&ref=watch_permalink Acesso em: 4 mar. 2021.

²³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=206225993581154> Acesso em: 4 mar. 2021

associados à economia neoliberal quanto daqueles que se identificam com o conservadorismo nos costumes. Brown assinalou o quanto a família como uma estrutura de poder significa não apenas uma rede de proteção para seus integrantes, mas também um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade (BROWN, 2019, p. 114).

Para tanto, criar o ideário de que ideologias progressistas buscam desacreditar ou acabar com a instituição família, torna-se uma narrativa crucial para esse projeto político. “Sou pró-vida e sou pró-família. Vou sempre defender essa sagrada instituição, que é a base da sociedade e o santuário da vida, contra aqueles que querem desacreditá-la, e descaracterizá-la”.²³¹ “É necessário, representantes que defendem firmemente a família tradicional”.²³²

Cabe ressaltar que essa narrativa da defesa da família está completamente associada na campanha eleitoral das candidatas bolsonaristas, com a defesa de movimentos pró-vida, justificando que um dos papéis fundamentais dessa instituição - família - é zelar pela vida das crianças, sobretudo no combate contra a descriminalização do aborto, associando os movimentos feministas como principal aparato da esquerda para disseminar a suposta “cultura da morte”. “Os partidos de esquerda querem legalizar o aborto. Para eles é mais fácil ceifar uma vida do que prevenir uma gravidez indesejada. Como médica e cristã vou trabalhar na câmara federal para que essa carnificina não se instale no Brasil”²³³. A candidata associou tais atos a “carnificina” mobilizando o medo no eleitorado de que isso seja naturalizado mediante a atuação de governos de esquerda.

O nosso futuro Presidente (Bolsonaro) reafirmou seus compromissos com a vida, a família, repudiando expressamente todas as possibilidades de legalização do aborto e de outras políticas que ameaçam os valores morais cristãos que nos são tão caros.²³⁴

[...]

No dia 8 de outubro foi celebrado pela Igreja o “Dia do Nascituro”, data escolhida para lembrar do ser humano que enfrenta a posição de maior risco em decorrência da cultura da morte que impera em nossa sociedade. Como já é sabido, diversos organismos internacionais vêm, há muito, tentando legitimar a prática do aborto - eufemismo para assassinato de bebês no ventre materno - mundo afora. Atualmente, poucos países da América Latina, como o Brasil e a Argentina, ainda consideram o aborto como crime. Contudo, recorrentemente têm sido criadas manobras que visam, por vias inadequadas e iníquas, viabilizar a aprovação dessa prática tão nefasta²³⁵

²³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/carolinerdetoni/posts/190661248274137> Acesso em: 1 mar. 2021.

²³² Disponível em: <https://www.facebook.com/carolinerdetoni/videos/378908222649665> Acesso em: 1 mar. 2021.

²³³ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2214512412167900> Acesso em 2 mar. 2021.

²³⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1934917259922186> Acesso em: 2 mar. 2021.

²³⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/ChrisTonietto/posts/1926665257414053> Acesso em 3 mar. 2021.

A legislação brasileira em relação à prática do aborto é uma das mais restritivas, permitindo-o apenas em caso de estupro ou de risco para a vida da mãe. Os movimentos feministas brasileiros buscam alterar o marco legal, tendo por objetivo o reconhecimento por parte do Estado da interrupção voluntária da gravidez como comportamento lícito (BARSTED, 1997). Essa é uma luta histórica dos movimentos que têm se travado há décadas, mas que nos últimos anos enfrentaram uma maior dificuldade em ampliar o debate tendo em vista o recrudescimento neoconservador em curso, mediante partidos e lideranças de extrema-direita.

Segundo Camargo (2009), em 1970 foi realizada a primeira manifestação pró-aborto, no Rio de Janeiro, devido ao fechamento de uma clínica. A partir desse momento, o debate deixou de ser interno às feministas e ganhou expressões públicas. A descriminalização do aborto, não é uma pauta nova para o movimento feminista. Há décadas, os embates entre ativistas e Estado têm sido travados. Porém, para as ativistas da contemporaneidade o corpo assume um significado mais amplo. Sorj e Gomes (2014) sobre esse aspecto ressaltam que:

Ter autonomia sobre o corpo extrapola o tema do controle da reprodução e da saúde e a articulação de políticas públicas correspondentes, e passa a se referir principalmente a um modo de experimentação do corpo que, embora não prescinda de transformações na política, na cultura e nas relações interpessoais, é vivenciado como subjetivo. (SORJ; GOMES, 2014, p.438).

Nos materiais que circularam nas redes sociais das candidatas, a questão do aborto apareceu atrelada com a defesa da família, com imagens de fetos, ultrassom de gravidez, na tentativa de sensibilizar o eleitorado no tanguê essa bandeira, bem como, buscando desassociar tal questão como se fosse um problema de saúde pública, atrelando principalmente a questão do aborto com o cristianismo.



Figura - 12. Fonte: Facebook.

Portanto, nessa cartografia se pavimenta também o fortalecimento das narrativas antifeministas, ao associarem a descriminalização do aborto como pauta crucial dos movimentos feministas, na tentativa de promover um apagamento das inúmeras agendas que perpassam tal movimento. “Mulheres com discursos abortistas, só atrapalha a vida das mulheres de verdade, que querem ser mais”²³⁶. É mobilizando essas narrativas que antifeministas disseminaram táticas para ganhar projeção política e social, apresentando-se como salvaguardas, defensoras e “mulheres de verdade”, essas que defendem a vida e se colocaram contra a descriminalização do aborto.

²³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=206225993581154> Acesso em: 30 nov 2021.

Considerações Finais

Analisar mulheres que disputaram cargos públicos e foram eleitas atreladas à figura de Jair Bolsonaro (2018-2022) e à enunciação de discursos antifeministas certamente é uma tarefa indigesta e paradoxal. Vivenciar no cotidiano o impacto do bolsonarismo em um contexto de pandemia da Covid-19, sendo mulher, foi sem dúvida uma vivência que nos foge palavras para elaborar como de fato se concretizou.

Por um lado, é possível argumentar que houve certos avanços nas agendas femininas a partir da presença de mulheres de outros espectros ideológicos na cena política nacional. Por outro, é evidente que a adesão e a disseminação de discursos de ódio e ressentimento proferidos pelo ex-presidente Bolsonaro e pelas próprias parlamentares contra as organizações coletivas feministas, levaram a um fortalecimento de atores e atrizes declaradamente antifeministas na arena política do país.

O fato é: o antifeminismo das mulheres parlamentares analisadas está em curso, tem disputado espaços e tem obtido sucesso na captura sobretudo de mulheres em suas fileiras. A figura do ex-presidente, bem como o contexto político dos últimos anos, fez com que esse fenômeno encontrasse lugar seguro nos discursos e projetos políticos da extrema direita, consolidando uma virada autoritária na política institucional, com o enfrentamento direto à toda discussão e práxis dos movimentos sociais feministas. Consolidou-se, assim, uma disputa acirrada em torno de categorias que são caras a esse movimento social, como a representatividade, a maternidade, a feminilidade e a própria categoria mulher.

A reação neoconservadora em curso foi pavimentada e atrelada ao neoliberalismo, onde dois elementos são fundamentais: a economia e a subjetividade dos indivíduos. O ideário que impulsiona a percepção dos indivíduos como responsáveis por suas conquistas e fracassos, orienta processos de agressão contra si próprios (Han: 2014). Mulheres e homens se submetem às forças de dominação, ocasionando violências neuronais imensuráveis. Os indivíduos farão de tudo para se encaixarem em certos padrões de produtividade, que não levam em consideração - de forma estratégica - os marcadores de classe, raça, etnia, sexualidade e gênero.

A família, como vimos no decorrer da análise, é também outro importante catalisador entre os adeptos da extrema direita. A partir da ideologia familista que está presente com mais afinco em governos autoritários, estrutura-se a ideia de que a arena política deve ser uma continuidade dos valores morais relativos a uma concepção muito bem definida de família:

branca, heterossexual e cristã. Assim, o que não se alinha à esse ideário, deve ser combatido e exterminado, custe o que custar. Não é à toda que recentemente a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O qual o relator é o deputado Pastor Eurico (PL-PE), conhecido pelos seus ataques cotidianos à LGBTQIA+ e um ativo porta-voz do neoconservadorismo na Câmara.

Nesse processo, a atuação das mulheres é fundamental para a difusão do apego à família, pois essas são designadas para serem as guardiãs dos lares, responsáveis pelo seu bom funcionamento, pela criação de filhos fortes para a nação e fiadoras da “restauração” de uma ordem moral, que vem sendo desafiada constantemente pela agenda feminista. Esse papel destinado ao feminino na defesa da família é intrínseco ao neoliberalismo e aos novos arranjos familiares impulsionados por esse. A interpelação moral responsabiliza especialmente as mulheres pelo cuidado, o trabalho reprodutivo e o afetivo. Com isso, pensar e promover estratégias de captura dessas para a esfera política, entendendo a importância do conceito de representatividade e estabelecendo uma disputa acerca desse, torna-se fundamental para a pavimentação de governos autoritários.

Nesta perspectiva, a ascensão de parlamentares mulheres de extrema direita na política institucional delimitou a disputa em torno do conceito de representatividade e não tão somente, de outros conceitos que são caros à luta das mulheres, como a compreensão do que se entende por ser mulher e os seus atributos na sociedade. Tais conceitos ganharam novas roupagens, as quais foram atreladas à ideologia da extrema direita.

Tal cenário cartografou uma atualização da ideologia das direitas, de modo a torná-las apelativas a um público mais alargado e para isso, o antifeminismo tornou-se de suma importância como estratégia para capturar mulheres, tendo em vista que é mais comum vermos homens serem adeptos do antifeminismo, a partir de movimentos como o masculinismo. Sobre esse aspecto, diversos estudos têm se debruçado em analisar a ascensão de grupos masculinistas pelo Brasil, como a pesquisa de Bruna Camilo (2023), a qual estudou tais grupos nas redes sociais e grupos de *WhatsApp*, a partir da ascensão do bolsonarismo. Camilo afirma que a busca e a “reafirmação do poder que os masculinistas almejam, é resultado do que eles veem como ameaça, quando grupos historicamente perseguidos e excluídos conquistam direitos básicos” (2023, p.177). A pesquisadora alerta sobre o grande crescimento desses grupos radicalizados no Brasil e a sua aderência entre muitos segmentos sociais.

O resultado desta cartografia do aumento do masculinismo, coaduna com o recrudescimento galopante de discursos e práticas antifeministas. Lideranças que se apresentam como “outsiders” ao sistema, mas que empatizam com “the people” (“o povo”), definido num “sentido histórico idealizado de nação e comunidade (muitas vezes étnica)” contra os seus inimigos, sejam estes os imigrantes ou “as elites” (Alvares e Dahlgren 2016, p.49) tem ganho o respeito da população e gerado uma identificação coletiva. Isso se torna mais viável a partir de governos autoritários, que fazem apelos à população para serem parte de um projeto político, que está pautado em pilares como o resgate do nacionalismo, dos papéis de gênero e das configurações tradicionais familiares.

Nesse contexto, a misoginia é usada para justificar uma política discriminatória que, mais do que abertamente racista, promove o apagamento de pautas importantes como o trabalho reprodutivo, mobilizando o discurso da “mãe, cuidadora”, a qual adentra a esfera política para “cuidar” do Brasil. Esse discurso foi visível durante a campanha eleitoral de 2022, quando Jair Messias Bolsonaro investiu com afínco na mobilização da imagem de sua esposa Michelle Bolsonaro, que junto com Damares Alves, foram cabos eleitorais cruciais “para a doutrinação e formação teológica de seus rebanhos” (Rosas, 2023, s/p).²³⁷

Michelle apareceu em praticamente todos os programas do horário eleitoral e de forma presencial percorreu o país com Damares Alves e Tereza Cristina, ambas ministras do governo Bolsonaro. Em suas falas mencionava supostas ações de seu marido, as quais, segundo ela, tinham beneficiado majoritariamente as mulheres brasileiras: como o envio de água em um contexto de seca no nordeste do país, o enfrentamento às violências de gênero²³⁸ e a prisão de mais de 12 mil homens que agrediram suas companheiras. Terminava sempre os seus discursos fazendo um apelo, pedindo para que as pessoas orassem por seu marido, que “intercedesse” por aqueles que não estão enxergando (Michelle Bolsonaro, 2022).

Ao mobilizar a fé em seus discursos, a ex-primeira-dama buscou se aproximar das mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade no país e estabelecer uma aproximação direta com aquelas das classes sociais menos favorecidas. Procurou, assim, mediante a mobilização dos afetos para com essas eleitoras e a exploração de sua condição de evangélica, estabelecer vínculos decisivos com parte relevante do eleitorado feminino, que apresentava índices significativos de rejeição à candidatura de seu marido.

²³⁷ Disponível em:

<https://br.boell.org/pt-br/2023/07/13/religiao-e-politica-brevess-reflexoes-e-proposicoes-partir-de-um-olhar-sobre-os> Acesso em 9 nov. 2023.

²³⁸ Ver: <https://www.facebook.com/jovempannews/posts/1190846991777596/> Acesso em: 08 nov. 2023.

A figura de Michelle Bolsonaro reforçava, inicialmente, a perspectiva de uma mulher evangélica que tinha muito clara a sua “função”, a qual possuía alguma voz na arena política, mas era antes de tudo “bela e recatada”. Reafirmava, assim, o perfil de mulher cristã que não se coaduna com a pauta feminista, que não se considera empoderada, mas que busca ter alguma influência na política institucional. Afinal, como a própria ex-primeira-dama mencionou durante o período eleitoral em 2022: “uma mulher sábia edifica sua casa, mulheres sábias, edificam seu país e vem com Bolsonaro”.²³⁹

Durante o final do governo Bolsonaro e, principalmente, nas eleições de 2022, a utilização política mais intensa da imagem da ex-primeira dama aponta para uma mudança estratégica no discurso da extrema direita em relação à participação feminina na política. Se durante os primeiros anos do governo Bolsonaro a exploração da imagem de Michelle era no sentido do reforço a posturas de feminilidade padrão e de discrição, ao final do seu governo reforçaram-se as performances de combatividade na defesa da ideologia familista e no estabelecimento do diálogo direto e próximo com as classes populares.



Figura 13: Fonte: Hugo Barreto/Metrópoles.²⁴⁰

²³⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjegVdmApv5/> Acesso em 1 nov. 2023.

²⁴⁰ Ver mais em:

<https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/beleza/cabeleireiro-de-michelle-bolsonaro-comenta-novo-e-radical-vi-sual-dela> Acesso em 01/11/2023.



Imagem 14. Fonte: Hugo Barreto Metr poules.

As imagens acima são reveladoras das mudanças promovidas não são no discurso, mas inclusive, na aparência física da ex-primeira dama. Na posse de Bolsonaro, Michelle aparece com cabelos longos, loiros, lisos e vestida de cor de rosa, reforçando a sua feminilidade padrão. Em 2022, Michele   apresentada no dia 8 de março com um visual bastante distinto, ela surge ao lado do marido, com o cabelo curto, escurecido, sem maquiagem, com acessórios discretos, calça larga e camiseta rosa com a frase que fazia alusão a campanha eleitoral de 2022. Completamente diferente do que se apresentava desde então. Segundo seu cabeleireiro a época, “a procura pelo *pixie cut*, segundo o profissional, Michelle lançou tendência. Desde que ela radicalizou, faço 20 cortes desse tipo por dia”, afirma²⁴¹. A remodelagem da figura da ex primeira-dama não são se insere na estratégia de campanha que visava a aproxima o de Bolsonaro com o eleitorado feminino, mas sugere certo remanejamento das premissas antifeministas no discurso da extrema direita. Esse não  , porém, um processo de transmuta o discursiva de fácil opera o, vide os resultados erráticos obtidos pelas parlamentares que ousaram se afastar das pautas antifeministas e principalmente da “sombra” do líder.

Caso emblemático é o da ex-deputada Federal Joice Hasselmann. De deputada federal mais votada em São Paulo, nas elei es de 2018, com 1.078.666 votos, Hasselmann não se reelegeu, em 2022, tendo obtido apenas 13 mil votos. Após se envolver em atritos com o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro pela disputa da liderança do PSL, em 2019, Joice rompeu com Bolsonaro e perdeu expressivamente o apoio de seu eleitorado. Foi, inclusive,

²⁴¹ Segundo seu cabeleireiro a época, “a procura pelo *pixie cut*, segundo o profissional, Michelle lançou tendência. Desde que ela radicalizou, faço 20 cortes desse tipo por dia”, afirma Ibidem.

objeto de perseguição misógina ao ser chamada de “Peppa Pig” por parcela significativa do eleitorado masculino, após o rompimento político com Bolsonaro e o bolsonarismo. O apelido de Peppa Pig foi dado por Eduardo Bolsonaro, em ataque referente ao peso da Deputada, e despertou diversas ofensas misóginas e gordofóbicas de seus apoiadores nas redes sociais contra a adversária. Em entrevista realizada pela Universa da UOL em outubro de 2020, Hasselmann, em referência ao ocorrido deu a seguinte declaração:

Eu não percebia que estava sendo tão violentada. Dizia que nunca seria vítima de machismo, que era uma bobagem. Mas realmente existe uma violência de gênero política muito grande com a mulher. Então acabei mordendo a língua. Aprendi da pior forma. O que eu vivi foi um estupro moral²⁴².

Meses depois, Hasselmann apareceu 20 quilos mais magra, “repaginando” o seu discurso nas redes sociais na direção ao estímulo de práticas de vida saudável, a partir de uma nova conta no *Instagram*, denominada “Bem-estar com Joice”²⁴³. A deputada orienta seus seguidores a terem uma vida supostamente mais saudável, indicando alimentação à base de caldos, gelatinas e reeducação alimentar, reforçando modelos tradicionais estéticos de beleza e autoestima. Joice continua rechaçando posições feministas, mas de forma mais amena do que em 2017 e 2018, considerando a mudança do perfil de sua audiência. Mais do que estratégia de marketing político, a metamorfose do discurso da deputada vai na direção do que aponta Naomi Wolf (1992), em *O Mito da Beleza*, ao afirmar que quanto mais as mulheres avançam em termos políticos e de sucesso em suas carreiras, mais barreiras lhe são impostas. O aumento dos questionamentos em relação à aparência feminina serve como “amarras” para dificultar o seu ingresso na política, ao corroborar a busca por padrões modelares e a adequação de seus corpos à visibilidade pública. Tudo isso advém então de uma dual relação: o sistema capitalista e as estruturas sexistas. Esse casamento faz com que as indústrias de cosméticos tenham lucros exorbitantes, ao passo que as mulheres se encontram, também, mesmo com diversos esforços, aprisionadas em padrões que são considerados legítimos (GALETTI; MELO, 2020, p.17).

Outro caso emblemático foi o da deputada federal Dayane Pimentel (BA), a mais votada do Estado da Bahia e a qual se considerava, em 2018, “a federal de Bolsonaro”.

²⁴² Ver: Joice Hasselmann sobre ataques ao romper com Bolsonaro. In: Universa UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/26/joice-hasselmann-sobre-ataques-ao-romper-com-bolsonaro-foi-estupro-moral.htm> Acesso em 03/11/2023.

²⁴³ Ver: Veja o que fez a deputada federal Joice Hasselmann para eliminar 20kg. In: UOL Viva Bem. Disponível: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/08/25/veja-o-que-fez-a-deputada-federal-joyce-hasselmann-para-eliminar-20kg> Acesso em 04/11/2023.

Pimentel rompeu com Bolsonaro e seus filhos durante a pandemia da Covid-19, quando eles negaram os seus efeitos e consequências, reiterando exaustivamente a narrativa de que “era só uma gripezinha”²⁴⁴. Ela se opôs à postura negacionista do ex-presidente e obteve como resultado a pecha de traidora por parte do eleitorado bolsonarista. Nas redes sociais, Dayane provocou ao comentar a diferença curta na votação dos candidatos nas eleições de 2022.

"Sabe o que é reconfortante nessa história toda? Os 1,8% de diferença. Exatamente aqueles que foram enganados e humilhados mostrando a falta que fizeram. Ninguém venceu, foi Bolsonaro que perdeu!"²⁴⁵.

Em 2022, Dayane tentou a reeleição para a Câmara dos Deputados, mas não obteve sucesso. Ela recebeu 29.979 votos da população baiana. Na esteira das não eleitas, a lista se completa com Alê Silva (MG) e Major Fabiana (RJ), ambas não romperam com o bolsonarismo, mas ficaram como suplentes na corrida eleitoral de 2022.

De outro lado, as deputadas federais bolsonaristas eleitas, em 2018, que se mantiveram fiéis ao programa político de Bolsonaro, foram não só reeleitas como muito bem votadas. Reafirmaram, assim, a perspectiva de que mulheres políticas dentro desse espectro ideológico, são impulsionadas e verdadeiramente validadas, caso estejam alinhadas às narrativas propagadas por esses. Carla Zambelli (SP), Caroline de Toni (PR), Bia Kicis (DF) e Tereza Cristina (MS) tiveram, em 2022, votações expressivas em seus estados. Além disso, ocuparam postos de poder importantes durante a 56ª Legislatura: Zambelli assumiu a presidência da Comissão do Meio Ambiente e Kicis a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, assim como a comissão considerada a mais poderosa da Câmara dos Deputados: a Comissão de Constituição e Justiça.²⁴⁶

As eleições de 2022 comprovaram a força da extrema direita no país, ao erigir o Partido Liberal como a maior bancada da CD, com 99 deputados, sendo que 17 deles são mulheres. Apesar desse cenário, houve crescimento da bancada feminina em todos espectros ideológicos e, pela primeira vez, a Câmara dos Deputados conta com a presença de duas

²⁴⁴ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-covid-19-de-gripezinha-1-24319177> Acesso em: 04 nov. 2023.

²⁴⁵ Ver mais:

<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/274155-ex-aliada-de-bolsonaro-dayane-pimentel-ironiza-derrota-do-presidente-para-lula> Acesso em: 04 nov. 2023.

²⁴⁶ Ver mais:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bia-kicis-assume-comando-da-ccj-a-mais-poderosa-comissao-da-camara/> Acesso em: 04 nov. 023.

mulheres trans em sua composição. As vereadoras Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) foram eleitas, com 256.903 e 208.332 votos, votação expressiva²⁴⁷.

Se, por um lado, o protagonismo e a popularização dos movimentos feministas nas primeiras décadas do século XXI desencadearam mobilizações contrárias, que alimentaram o conservadorismo no país e pavimentaram a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018; por outro, os movimentos feministas demonstraram a sua força e resistência na luta para barrar os retrocessos e ajudaram a aprovar leis que criminalizam os abusos contra as mulheres brasileiras. Sem dúvida, o momento é delicado, pois a cada avanço na pauta dos direitos, há simultaneamente pressões adversas respaldadas na representatividade de parlamentares conservadores e fundamentalistas no Congresso Nacional. É incontestável a urgência de novas estratégias e articulações dentro do campo progressista, para que se desmistifique o ideário antifeminista potencializado pela extrema-direita e prepare o feminismo para oferecer respostas que estejam à altura da crise societária em que vivemos.

²⁴⁷ Além da reeleição de deputadas progressistas jovens, como Sâmia Bomfim (Psol-SP), Fernanda Melchiona (Psol-RS).

Referências

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*, [1950], São Paulo. Editora UNESP, 2019.

ALBORNOZ, Susana Guerra. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 14, n. 1, pp. 127-143, 2011.

ALBUQUERQUE, Afonso de; QUINAN, Rodrigo. Extrema-Direita, Mídias Digitais e Estetização da Política: o que deixamos de ver? *ENCONTRO ANUAL DA COMPOS*, 30., São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/trabalhos/extrema-direita-midias-digitais-e-estetizacao-da-politica-o-que-deixamos-de-ver?lang=pt-br>

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. *Revista Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.8, n.23, p. 73-97, jun.-set, 2015.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de Almeida. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangélicos e a crise brasileira. *Novos Estudos*. CEBRAP, v. 38, p. 185-213, 2019.

ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H.; RIBEIRO, E. Associativismo e Representação Política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*. [online], v. 8, p. 237-263, 2012.

_____. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos PAGU*, v.50, p.5-30, 2017.

ÁLVARES, Cláudia. O “Femonacionalismo” enquanto Violação de Categorias de Identidade: A Face Renovada da Extrema-Direita Europeia. *Revista de Comunicação e Linguagens*. No. 51, 2019.

ANSART, P. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs). *Memória e (Res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004, p. 15-36.

ARENT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy *Feminismo para os 99%. Um manifesto*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2019.

ARRUZA, Cinzia. Ligações perigosas entre marxismo e feminismo, São Paulo, editora Usina, 2019.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/?lang=pt&format=pdf>

AVELAR, L. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Chauvinismo de bem-estar social e fascismo contemporâneo: estudo crítico da Casa Pound-Itália. Cadernos Cemarx, Campinas, v. 13, p. 1-30, 2020.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Editora Almedina, Portugal, 2011.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: a experiência vivida, volume 2. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2016.

BENJAMIN, J. The Bonds of Love: Psychoanalysis (1988). *In*: Feminism, and the Problem of.

BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. *Debates feministas. Um intercâmbio filosófico*. Trad. de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018

BENTO, Camila da Costa. Uma análise do discurso político de Bolsonaro que contribui para a chegada da extrema-direita brasileira ao poder. 101f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos) - Universidade Beira Interior, 2020. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10936>.

BIROLI, F. Gênero e Desigualdades, São Paulo, Boitempo, 2018.

_____; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero, Neoconservadorismo e democracia. São Paulo, Boitempo, 2020.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI N.; PASQUINO G. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORGES, Samuel Silva da Fonseca. Imagens da ideologia punitiva: uma análise de discurso crítica do Movimento Brasil Livre. 2019. 262 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BOAS, T.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, n. 2, p. 137-161, 2009.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI N.; PASQUINO G. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. DADOS, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20210164, 2023.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANCHINE, Vanda Josefina. O discurso do salto alto. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do UniCeub – Centro Universitário de Brasília, 2006.

BRASIL, Marina V; COSTA, Angelo Brandelli. Psicanálise, feminismo e os caminhos para a maternidade: diálogos possíveis? Psic. Clin., Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 427 – 446, set-dez/2018.

BRASIL. MRE. Relatório Geral sobre a Mulher na Sociedade Brasileira – IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz – Pequim 1995. Apresentação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim, Brasília, dezembro de 1994.

BROUSSE, Mariè Helène. As identidades, uma política, a identificação, um processo, e a identidade, um sintoma. Revista Opção Lacaniana online nova série Ano 9 • Números 25 e 26 • março/julho 2018.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Editora Politéia, 2019.

_____. Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.

BUENO, R. (2012, 2º semestre). A centralidade do argumento neoliberal em Von Mises, Hayek e Friedmann: uma via para a crítica política contemporânea. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, 12(23), 9-34.

BURITY, Joanildo. The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. *Forum – Brazilian Political Science Review*, n. 15, v. 3, p. 1-19. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/K6WPj8yxktVRMQcqxWQFc/abstract/?lang=en>.

BUTTIGIEG, J. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-50.

CAMPELLO, Filipe. Crítica dos afetos. Editora Autêntica, São Paulo, 2022.

CANÊDO, Leticia Bicalho. “Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política”. In: CANÊDO, L. B. (org.). O sufrágio universal e a invenção democrática. São Paulo: Estação Liberdade. pp. 19-42. 2005.

_____. “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 15, pp. 55-75. 2011.

- CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa. Petrópolis, Editora Vozes, 2017.
- CARVALHO, Daniel Gomes. O que é patriotismo e nacionalismo. Revista Sindijus, 2020. Disponível em: <http://sindijus.org.br/o-que-e-patriotismo-e-nacionalismo.html>
- CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/231710/29097>
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.
- CHALOUB, Jorge. Um olhar sobre a instável hegemonia da direita radical. *Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo*, n. 136, p. 7, nov. 2018.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2000.
- CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno Bolognesi. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732018000400002
- CHODOROW, N. Feminism and difference-gender, relation, and difference in psychoanalytic perspective (pp. 51-69). In: *Socialist Review*, n. 46. 1979.
- COOPER, Melinda. Family values: between neoliberalism and the new social conservation. The MIT Press, 2016.
- CORNELL, Drucilla. “O que é feminismo ético?”. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. Debates feministas. Um intercâmbio filosófico. Trad. de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- COSTA, Beatriz; ROCHA, Camila; SOLANO, Ester. Feminismos em disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras. São Paulo, Boitempo, 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEAN, Jodi. Camarada. São Paulo, Editora Boitempo, 2021.
- DELEUZE, Guilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
- DÉNAT, Céline. F. Nietzsche ou a “política” como “antipolítica”. *Cadernos Nietzsche* 32, 2013.
- DOWNING, Lisa. “The Body Politic: Gender, the Right Wing and ‘Identity Category Violations.’” *French Cultural Studies* 29(4): 367-377, 2018.
- DUNKER, Christian. Reinvenção da intimidade: Políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo, Editora Ubu, 2017.

_____. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo, Boitempo, 2015.

EISENSTEIN, Hester. *Feminism Seduced: How Global Elites Use Women's Labour and Ideas to Exploit the World*. Paradigm: Boulder, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora UnB, 2016.

FALUDI, Susan. *Backlash: The underclared war against american women*. Crown, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 47-71, 2004.

FARRIS, Sarah. *In the Name of Women's Rights: The Rise of Femonationalism*. Durham, USA: Duke University Press, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante, 2019.

_____. *O patriarcado do Salário*. São Paulo, Editora Boitempo, 2021.

_____. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras: imagens do feminismo no Brasil. *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996.

FILHO, Robson Rodrigues Gomes. Carisma e dominação carismática: perspectivas teórico-metodológicas do conceito weberiano de carisma e sua efetivação histórica nos estudos de religião. *Revista de Teoria da História* Ano 6, Número 11, Maio/2014

FINCHELSTEIN, Federico. *Del fascismo al populismo em la historia*. Editora: Taurus, 2019.

FLOR, Gisele. Corpo, Mídia e Status social: reflexões sobre o padrão de beleza. *Rev. Estud. Comun. Curitiba*, v. 10, n. 23, p. 267-274, set./dez. 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2015.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: Uma conversa na teoria crítica*. São Paulo, Editora Boitempo, 2020.

GAGO, Verónica. *A potência ou o desejo de feminista transformar tudo*. São Paulo, Editora Elefante, 2020.

GALETTI, Camila. *Entre afeto e política*. Revista Jacobin, São Paulo, 2020.

GALETTI, Camila; MELO, Jéssica. Os discursos de ódio e a misoginia: Uma breve análise do impeachment de Dilma Rousseff. *In: Seminário Nacional Sociologia & Política*. Instituição promotora: Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná, Brasil, 16-18 mai. de 2018. Natureza: Apresentação de trabalho. Idioma: Português.

_____. Discutindo ressentimento como potencializador da nova direita. Revista Espaço Acadêmico, 2020. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2020/05/17/discutindo-o-ressentimento-como-potencializador-da-nova-direita/>

_____. Neoconservadorismo, autoritarismo e mulheres : um holofote sobre a deputada federal Joice Hasselmann (PSL). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020.

GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com textos, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2005.

GILLIGAN, C. In a different voice. Harvard University Press, 1993.

_____. A Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge: Harvard, 1982.

_____. Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade. Editora Unesp, 1996.

GROSZ, Elizabeth. Corpos-cidades. In: Gênero, Cultura visual e Performance: Antologia crítica. Org: MACEDO; RAYNER. Edições Húmus, 2011.

GOHN, M. G. Sociologia dos movimentos sociais, São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. Revista Sociedade e Estado - Volume 29 Número 2 Maio/Agosto 2014.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo. FGV Editora, Rio de Janeiro, 2020.

GOULART, Mayra. O Populismo para além de Laclau: entre a expansão do demos e a desfiguração do liberalismo. Revista Estudos Políticos. vol. 9, nº 1. 2019.

GONÇALVES, Leandro; NETO, Odilon Caldeira. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo. São Paulo, Editora FGV, 2020.

GRECO, Musso. Os espelhos de Lacan. Revista Opção Lacaniana, ano 2, nº5, 2011. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_6/Os_espelhos_de_Lacan.pdf

HAN, Byung Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte, Editora Áyiné, 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, Nacionalismo, Estado. Dossiê Nação / Nacionalismo. Estud. av. 22 (62). Abr 2008.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: Alliez, Eric. Gilles, Deleuze: Uma vida filosófica. São Paulo. Ed. 34, 2000.

HAROCHE, Claudine. Antropologias da Virilidade: O Medo da Impotência. In: CORBIN, Alan; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. (org.). História da Virilidade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

HUR, Domenico Uhur. Psicologia, política e esquizoanálise. Campinas, Alínea, 2019.

ILLOUZ, Eva. O amor nos tempos do capitalismo. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2011.

INOCÊNCIO, Adalberto F; GALETTI, Camila C. H. Gênero e Neoliberalismo: Uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas. Revista Eletrônica Interações Simbólicas, FURG. v.4, nº3. 2020.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KEHL, Maria Rita. Ressentimento. São Paulo, Editora Boitempo, 2020.

LACAN, J. “O estádio do espelho como formador da função do Eu”. In Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998 [1949].

_____. O seminário: livro 4: a relação de objeto (1956-1957). Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

LAZZARATO, Maurizio. Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1, 2019.

_____. Signos, máquinas, subjetividades. São Paulo; n-1 Edições; Edições Sesc São Paulo., 2014.

LEMOS, Renato. A militarização da democracia no Brasil: muito além das armas, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335889190_A_militarizacao_da_democracia_no_Brasil_muito_alem_das_armas_Notas_de_pesquisa

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A estetização do mundo: Viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

LORDON, Frédéric. A sociedade dos afetos: Por um estruturalismo das paixões. Campinas, Editora Papirus, 2015.

LUTZ, C. Engendered emotion: gender, power and the rhetoric of emotional control in American discourse. In: LUTZ, C. A.; ABU-LUGHOD, L. (Eds.). Language and the politics of emotion: studies in emotion and social interaction. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1990.

_____. O amor nos tempos do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. São Paulo. Editora Expressão popular, 2009.

MANDUCA, Vinicius. O aborto em pauta: a atuação de movimentos pró-vida no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15333>. Acesso: 14/02/2022.

MANNHEIM, Karl. “Das Problem der Generationen”, in idem, *Wissenssoziologie* [introdução e organização: Kurt H. Wolff], Neuwied, Luchterhand, 1964.

MARINHO, Marco Antonio Couto. Trajetórias de vida: um conceito em construção. *Revista do Instituto de Ciências Humanas – Vol. 13, Nº 17, 2017*. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/15710>

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. Bertha Lutz. Brasília, Edições Câmara, 2016. Disponível em: Acesso em: 02/10/2023.

MARQUES; Lidiane; VIDIGAL, Frederico. Prosumers e redes sociais como fontes de informação mercadológica: uma análise sob a perspectiva da inteligência competitiva em empresas brasileiras. *Transinformação*, v. 30, n. 1, p. 1-14, 2018.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1975.

_____. Cap. I. A mercadoria. In: *O Capital* (livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARTÍ, J. Antifeminismos como contramovimento: uma revisão bibliográfica dos principais - principais perspectivas teóricas e debates atuais. *Tecnocultura. Revista de Cultura Digital e Movimentos Sociais*, 18 (1), 61-71, 2021.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociol. Polít. Curitiba*, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010.

MARIANO, Ricardo. *O barulho dos evangélicos*. Instituto Humanitas Unisinos, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/573620-o-barulho-dos-evangelicos-entrevista-com-ricardo-mariano>

MARTINEZ, Moniz. Fazer o mesmo, sem ser o mesmo: feminilidades, neoliberalismo e antifeminismo no contexto Godllywood Brasil. *Revista ex aequo*, nº42, 2021.

MELO, Demian. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. Disponível em: <https://niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC19/MC191.pdf>

MESSENBERG, Débora. *A elite Parlamentar do Pós-Constituinte: Atores e Práticas*. Editora Brasiliense, 2002.

_____. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Soc. estado*. [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.621-648.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mito e discurso político. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994*. Campinas; São Paulo: Editora da Unicamp; Imprensa Oficial, 2000.

_____. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Revista de Sociologia e política. Nº 20, 115-134 Jun, 2003.

MITCHELL, J. (1979). Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e a mulher. Interlivros.

MOUFFE, C. Sobre o Político. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 1ª edição, 2015. Tradução: Fernando Santos.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964. Estudos História 180. São Paulo: Editora Perspectiva Fapesp, 2002.

MUDDE, Cas. A extrema direita hoje, Editora Eduerj, Rio de Janeiro, 2022.

NETO, Odilon Caldeira. Frente nacionalista, neofascismo e “novas direitas” no Brasil. Revista Faces de Clio UFJF, vol.2, nº4, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D2.-Odilon.pdf>

_____; GONÇALVES, Leandro P. O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2020.

OKIN, Susan M. Gênero, o público e o privado. Revista Estudos feministas. vol.16, n.2, pp.305-332, 2008.

PARISER, Eli. O filtro Invisível: O que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAULA, Tiago Franco de. DEUS ACIMA DE TUDO: A atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2021.

PERROT, Michelle. Mulheres públicas. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Minha história das mulheres. São Paulo, editora Contexto, 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, Céli. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (organizadores). Neoliberalismo, feminismos e contracondutas: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.

RIVETTI, Jéssica; HEY, Ana Paula. Mulheres políticas Estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por Cristina Kirchner. Tempo Social revista de sociologia USP, v.35, nº3, 2023.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROCHA, Camila. ‘Menos Marx, mais Mises’: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de doutorado defendida no Departamento de Ciência Política USP, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Theófilo; GALETTI, Camila. Agenda neoconservadora no governo Bolsonaro e a redução da maioria penal. *Revista de Ciências Sociais — Fortaleza*, v. 53, n. 2, jul./out., 2022.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Editora Autêntica, 2016.

_____. Nascimento da biopolítica. A terra é redonda, 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/nascimento-da-biopolitica/>

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. – 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHELER, Max. *El resentimiento en la moral*. Traducción por José Gaos. Madrid: Revista de Occidente, 1927.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: direita e esquerda. *Humanidades Em Diálogo*, 6, 149-162. 2014.

SILVA, Márcio Pereira da; SANTOS, Nivaldo dos. A influência das redes sociais na campanha eleitoral. 7º Pesquisador, Faculdade Alfredo Nasser, 2020. Disponível em: <https://www.unifan.edu.br/unifan/aparecida/wp-content/uploads/sites/2/2020/02/A-INFLU%C3%8ANCIA-DAS-REDES-SOCIAIS.pdf>

SILVA, A.P.C.L. *As perspectivas da representação substantiva sobre a ação parlamentar feminina no Brasil*. São Carlos: UFSCAR, 2019. 106 p. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2019.

SOARES, Maristela da Silva. Nós por nós mesmas: a experiência vivida com as mulheres do Grupo Sororidade Feminina no município de Pinhais/PR Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1006>

SOLANO, Esther. *O ódio como política: A reinvenção das direitas nos Brasil*. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila; SENDRETTI, Lilian. MULHERES DE EXTREMA-DIREITA: empoderamento feminino e valorização moral da mulher. *Caderno CRH*, Salvador, v.36, 2023.

SPW. *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de estado, legislação, mobilização social*, 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-64, 2023.

TRAVERSO, Enzo. Las caras das nuevas derechas, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2018.

ZEKTIN, Clara. Como nasce e morre o fascismo. São Paulo, Editora Autonomia literária, 2019.

POLANYI, Karl. La gran transformación, FCE, México, 1992.

PECK, J. Constructions of neoliberal reason. Oxford (UK): Oxford University Press, 2010.

URE, Michael. Resentment/Ressentment. In: Constellations: na International Journal of Critical and Democratic Theory, vol. 22, nº 04, p. 599-613, 2015.

VASQUEZ, Ana Carolina; FALCÃO, Ana Taísa. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. O Social em Questão, vol. 21, núm. 43, pp. 371-392. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019,

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. Economy and Society, v. 44, n. 2, p. 165- 187, 2015.

VERGÈS. Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu, 2020.

_____. Uma teoria feminista da violência: por uma política antirracista da proteção. São Paulo: Ubu, 2021.

WELZER-LANG, Daniel (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 460-482. <https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt>

ZAKARIA, Rafia. Contra o feminismo branco. Rio de Janeiro, Intrínseca. 2021.

Apêndice

Santinhos candidatas de extrema-direita campanha eleitoral 2018.

1. Aline Gurgel (AM - PRB)

NOSSAS Bandeiras

PRB 10

- **CTJ - Projeto Central Trabalhador Jovem** - cursos e treinamentos para qualificar nossa juventude para atuar no mercado de trabalho.
- **SSM - Super Saúde Mulher** - centros especializados para saúde da mulher com exames, ultrassom, mamografia e o acompanhamento médico.
- **Meu Talento. Meu Rendimento** - incentivo ao empreendedorismo com cursos profissionais, consultorias empresariais e financeiras.
- **Enfrentamento a violência contra a mulher** através da implantação da **Casa da Mulher Brasileira no Amapá.**
- **Defendemos um Estado Municipalista** através do aumento de repasses para todos os municípios, pois as pessoas vivem nas cidades e precisam de infraestrutura e cuidados.

Força da Mulher

Aline GURGEL
Deputada Federal

O Amapá pediu, agora é 1000

CNPJ: 31.224.83/0001-04 COLIGAÇÃO AMAPÁ DA GENTE - PRP PRB PTC PTB DC

MEU TALENTO MEU EMPREENDEDIMENTO

Incentivo ao empreendedorismo com cursos profissionalizantes, consultorias empresariais e financeiras.

COMIDAS TÍPICAS DA TEREZA
TACACA VATAPI
MANICÓBA COCRET

Aline GURGEL
Deputada Federal

Força da Mulher

O Amapá pediu, agora é 1000

CNPJ: 31.224.83/0001-04 COLIGAÇÃO AMAPÁ DA GENTE - PRP PRB PTC PTB DC

#PropostaNota1000

VAMOS LUTAR PELA JUVENTUDE!
VOTE A FAVOR DA CENTRAL DO TRABALHADOR JOVEM

- + EMPREGO
- + QUALIFICAÇÃO
- + OPORTUNIDADES
- + EDUCAÇÃO

Aline GURGEL
Deputada Federal

O Amapá pediu, agora é 1000

Força da Mulher

CNPJ: 31.224.83/0001-04 COLIGAÇÃO AMAPÁ DA GENTE - PRP PRB PTC PTB DC

#PropostaNota1000

CTJ - Central do Trabalhador Jovem
cursos e vagas para o mercado de trabalho em um único lugar.

Aline GURGEL
Deputada Federal

O Amapá pediu, agora é 1000

Força da Mulher

CNPJ: 31.224.83/0001-04 COLIGAÇÃO AMAPÁ DA GENTE - PRP PRB PTC PTB DC

2. Aline Sleutjes (PR-PSL)



ALINE SLEUTJES
PNE-CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL

VOTE CERTO!

QUEM NÃO LUTA PELO FUTURO QUE QUER, TEM QUE ACEITAR O QUE VIER.

#euvotoAlineSleutjes

DEPUTADA FEDERAL

ALINE SLEUTJES 1717




UM POUCO SOBRE ALINE

Aline Sleutjes é natural de Castro-PR, mãe de 3 filhos e é professora de Educação Física com pós graduação em Gestão Escolar. Possui centenas de cursos na área de gestão pública e legislação. Foi eleita a melhor vereadora e política do ano em todos os 8 anos de mandato. É cristã atuante. Foi indicada pela Ocepar para defender o agronegócio e o cooperativismo. Defende a Educação e a Família. Convidada por Bolsonaro para representar as mulheres no Estado do Paraná.

BANDEIRAS

- Apoiará e defenderá o agronegócio e cooperativismo;
- Apoiará a criminalização dos Movimentos que promovem invasões, depredação e ameaças ao patrimônio público e privado;
- Apoiará a Reforma Tributária.
- Apoiará a Reforma Política;
- Lutará pela saúde com mais investimentos e valorização dos profissionais;
- Contra a liberação do Aborto.
- Apoiará um novo pacto federativo para o dinheiro ficar mais nos municípios e estados e não na união.
- Contra o Estatuto do Desarmamento;
- A favor da Escola sem partido;
- Contra ideologia de gênero nas escolas;
- Lutará para recuperar a qualidade de ensino no sistema público educacional;
- A favor da Redução da Maioridade Penal;
- Apoiará a Reforma da Previdência;
- Defenderá o plano de governo do PSL pautas importantes para a reorganização econômica e moral do nosso País;
- Apoiará a Lava Jato;



COMO MUDAR?

Fazendo a Renovação Política com candidatos Ficha Limpa. Apoiando a Lava Jato. Voltando a cumprir as leis com ordem e progresso como determina a nossa bandeira. Este é um país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Juntos somos mais fortes!



Para Deputada Federal



BRASIL acima de tudo e DEUS acima de TODOS!

SOU BOLSONARO 17!

LEBRANDO QUE CANDIDATO
ESFAQUEADO AINDA CONCORRE
A PRESIDENCIA, QUEM NÃO
CONCORRE É O CANDIDATO PRESO!!



DEPUTADA FEDERAL
ALINE
SLEUTJES
1717

#EUVOTOALINESLEUTJES

SOU BOLSONARO 17

A "LAVA-JATO"
E A TRINCHEIRA
EM QUE TODOS
OS BRASILEIROS
DECENTES
SE APOIAM,
POR UM PAÍS ONDE
CORRUPTOS SÃO
PUNIDOS!



DEPUTADA FEDERAL
ALINE
SLEUTJES
1717

#EuvotoAlineSleutjes



VOCÊ É A CHAVE
PARA SE LIBERTAR
DESSA CORRENTE!

VOTE CERTO!

DEPUTADA FEDERAL
ALINE
SLEUTJES

DIGA NÃO A CORRUPÇÃO!

#EUVOTOALINESLEUTJES!



SOLDADO QUE TEM MEDO
DE MORRER NAO VAI A GUERRA

AGORA MAIS QUE NUNCA
BOLSONARO!

DEPUTADA FEDERAL
ALINE 1717
SLEUTJES

CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL

ALINE SEMPRE
SLEUTJES a favor da
VIDA



DEPUTADA FEDERAL
ALINE
SLEUTJES
VOTE
1717

3. Alê Silva (MG-PSL)

Combate à Corrupção



- Lutar pelo prosseguimento da aprovação em seu texto original do Projeto de Lei de iniciativa popular chamado DAS DEZ MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO, além de outras visando o efetivo combate a corrupção no nosso país.
- Apoiar firmemente a manutenção da Operação Lava Jato.
- Lutar pelo fim do foro privilegiado e a extinção da indicação de ministros e desembargadores no judiciário.

ALÊ SILVA 1704

PSL 17 **ALÊ SILVA 1704** **Deputada Federal**
#EuVotoAlê1704

PROPAGANDA ELEITORAL - CNPq. 31.112.337/2020.1.10

Propostas de Educação



- Lutar pela inserção de conteúdos sobre Segurança Pública e Saúde nas escolas, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio.
- Criar Projetos e Programas que valorizem o professor, com objetivo de tornar reconhecida sua figura como autoridade dentro e fora da sala de aula. Torna-lo, acima de tudo, respeitado pelos governantes e pela comunidade escolar.

ALÊ SILVA 1704

PSL 17 **ALÊ SILVA 1704** **Deputada Federal**
#EuVotoAlê1704

PROPAGANDA ELEITORAL - CNPq. 31.112.337/2020.1.10

MUDA BRASIL!



Nelson Barbudo



Bia Kicis

PSL 17

MUDA BRASIL!



Magno Malta



José Medeiros

PSL 17

4. Professora Dayane Pimentel (BA-PSL)

40 Eles, em resposta, gritaram: "Não, ele não! Queremos Barrabás!" Ora, Barrabás era um bandido. João 18:40



#EleSim!

02.09 - AS 15HS
CONCENTRAÇÃO - ONDINA
MONUMENTO CLÉRISTON ANDRADE

CARREATA SALVADOR
VAMOS MOSTRAR A NOSSA FORÇA

#COLECOM AGENTE
PROFESSORA DAYANE PIMENTEL 1717

HOJE GRANDE INAUGURAÇÃO

COMITÊ CENTRAL DA PROFESSORA DAYANE PIMENTEL E JAIR BOLSONARO
18HS • AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 1641 - FEIRA • BAHIA

#AFEDERALDEBOLSONARO
DAYANE PIMENTEL 1717

01 AGENDA

ADESIVAÇÃO
SEXTA - DIA 24/08 - 17HS
NA FRENTE DA FEIRA COMUNICAÇÃO

CARREATA EM CAMAÇARI
SÁBADO - DIA 25/08 - 09HS
LOCAL DE CONCENTRAÇÃO: ESPAÇO CAMAÇARI 2000

LANÇAMENTO DE CAMPANHA PARA DEPUTADO ESTADUAL MAGNO FELZEMBURGH
SÁBADO - DIA 25/08 - 18HS
HOTEL ACALANTO AV. MARIA QUITÉRIA Nº 1327

#AFEDERALDEBOLSONARO
DAYANE PIMENTEL 1717

5. Caroline de Toni (PR-PSL)



Eu apoio um novo Pacto Federativo

Cerca de 80% dos impostos federais arrecadados em SC não retornam para SC, sendo, em vez disso, aplicados em assuntos alheios ao nosso estado. Vou trabalhar para mudar isso.



Eu apoio a redução da maioria penal para crimes graves

Se é capaz de matar, sequestrar e estupro, então está apto a responder e pagar pelos seus crimes. A sociedade não pode ficar à mercê da bandidagem. O fato de um assassino ter apenas 16 anos não traz de volta quem ele matou e tampouco o torna um inocente.



Carol
De Toni
DEPUTADA
FEDERAL
1718

#EndireitaBrasil
#AquiÉFichaLimpa
#AForçaDoOesteChegou

Material de campanha para web / CNPJ da candidatura: 31192.649/0001-85



Carol
De Toni
DEPUTADA
FEDERAL
1718

#EndireitaBrasil
#AquiÉFichaLimpa
#AForçaDoOesteChegou

Material de campanha para web / CNPJ da candidatura: 31192.649/0001-85



ESCOLA
SEM
PARTIDO

Deputada Federal

COMPROMISSO
ASSINADO



CAROLINE DE TONI

1718 - PSL - SANTA CATARINA

Conheça minhas propostas:

1. Combate à corrupção e apoio à operação Lava-jato;
2. Simplificação tributária;
3. Diminuição dos impostos;
4. Revogação maciça de leis desnecessárias que atrapalham as empresas e cercelam a liberdade do cidadão;
5. Desburocratização do país para facilitar a vida do cidadão e das empresas;
6. Proibição da ideologia de gênero aplicada em sala de aula;
7. Contra material escolar que vise a erotização das crianças;
8. Excludente de ilicitude para os policiais;
9. Fim do estatuto do desarmamento e maior facilidade para obtenção da posse e do porte de armas;
10. Defesa do agronegócio e da agricultura familiar;
11. Mais autoridade para o professor em sala de aula;
12. Modernização das rodovias estaduais;
13. Apoio ao Projeto Escola Sem Partido;
14. Ferrovia para escoamento da produção do oeste catarinense;
15. Duplicação da BR282 e BR470 em Santa Catarina;
16. Diminuição dos excessos das leis ambientais;
17. Novo Pacto Federativo;
18. Contra a legalização das drogas e do aborto;
19. Derrubada da BNCC - Base Nacional Comum Curricular;
20. Retorno da educação moral e cívica;
21. Legalização do ensino domiciliar (homeschooling);
22. Multiplicação dos colégios militares pelo país;
23. Corte de privilégios do alto escalão do serviço público;
24. Fim das audiências de custódia;
25. Redução da maioria penal para os crimes graves e hediondos;
26. Diminuição de gastos estatais com publicidade;
27. Impedir que o BNDES faça empréstimos estrangeiros;
28. Extinção do programa que insere médicos cubanos no país e valorização dos médicos brasileiros;
29. Dificultar a demarcação de terras indígenas;
30. Defesa de um programa de privatizações;
31. Exoneração tributária para áreas culturais relevantes como livrarias, etc;
32. Criminalização do MST e do MTST.

f /carolinerdtoni #EndireitaBrasil #AquiÉFichaLimpa #AForçaDoOesteChegou

Material de campanha para web / CNPJ da candidatura: 31192.649/0001-85

6. Chris Tonietto (RJ-PSL)



PROPOSTA

1º *Combater qualquer iniciativa ou projeto de lei abortista ou que procure atacar a família e os valores cristãos da sociedade.*



CHRIS TONIETTO
Deputada Federal

1714

 Jair Bolsonaro (PSL) Presidente 17	 Wilson Witzel (PSC) Governador 20	
 Márcio Gualbeto (PSL) Dep. Estadual 17070	 Flávio Bolsonaro (PSL) Senador 177	 Chris Tonietto (PSL) Dep. Federal 1714

PROPOSTA

8º *Combater toda tentativa de implantação da ideologia de gênero.*



CHRIS TONIETTO
Deputada Federal

1714

7. Major Fabiana (RJ-PSL)



MAJOR FABIANA
1746 DEPUTADA FEDERAL

PERFIL
Major da PMERJ, com 20 anos de serviço ativo. Casada, mãe de 3 filhos, 35 anos, moradora do subúrbio do Rio de Janeiro.

UNIDADES POLICIAIS
Batalhões de Leblon, Santa Cruz, Maré, Méier, Barra da Tijuca, Trânsito, Turismo, São Cristóvão, Campo Grande, Vias Expressas. Regimento de Cavalaria. Centro de Criminalística. Centro de Recrutamento e Seleção de Praças. Comando Intermediário da Zona Oeste. Estado Maior Geral. Gabinete do Comandante Geral.

CONTATO
Rio de Janeiro
capfsilva@gmail.com
021 991910294
@majorfabiana1746
Instagram

PRINCIPAIS FUNÇÕES
Subcomandante dos Batalhões da Maré e Méier
AGOSTO 2013 A JANEIRO 2016
Subcomandante das Vias Expressas do RJ
FEVEREIRO 2017 A AGOSTO 2018

FORMAÇÃO
Oficial Superior da PMERJ, acadêmica de Direito, Perito Militar, Gestão de Pessoas.



PROPOSTAS
A MAJOR FABIANA É CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL 1746

VIATURAS
1 Defende uma licitação federal para aquisição de viaturas tecnicamente projetadas para o fim que se destinam. Chega de carros de passeio adaptados, e uma compra em grande escala acarretaria economia de recursos.

ARMAMENTO
2 Previsão de acautelamento de armas destinadas às Corporações para os policiais, dentro da nova redação do Estatuto do Desarmamento, com a transferência da propriedade a este Policial, quando da sua passagem para a inatividade.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA
3 Defende a EQUIDADE para a reforma. O papel dos militares é diferenciado e merece considerações próprias.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
4 Defende a criação de um banco de dados integrado, com base na premissa da sinergia. A informação não pode ser exclusividade de um único órgão. Capacitação em tecnologia da informação para melhoria do serviço.

POLICIAIS FERIDOS EM COMBATE
5 Alteração na lei para que seja opcional a reforma dos policiais amputados e/ou paraplegicos. Ganho institucional com o aproveitamento intelectual de jovens policiais feridos em serviço, acompanhando a tendência da acessibilidade. Plano de carreira diferenciado para estes casos.

Ass: @majorfabiana1746 - Instagram



COLABORAR PARA QUE HAJA PREVISÃO LEGAL DE ACAUTELAMENTO DE ARMAS DESTINADAS ÀS CORPORações, PARA POLICIAIS, QUANDO DE SUA INCORPORAÇÃO.

Major Fabiana 1746

DEPUTADA FEDERAL 1746
MAJOR FABIANA

PSL PARTIDO SOCIAL LIBERAL 17

8. Dra. Soraya Manato (ES-PSL)

Pela vida, pela família

PSL

Deputada Federal - ES
Dra. Soraya Manato 1717

Pela vida, pela família

PSL

A FAVOR DA VIDA
- Apoio a Atenção à Mulher
- Contra a legalização do aborto
- Combate às drogas

Deputada Federal - ES
Dra. Soraya Manato 1717

GOVERNADOR
MANATO
VOTO ÚNICO
17

é B

BRASIL ACIMA DE TUDO

DEUS ACIMA DE TODOS

FALTAM 3 DIAS

Deputada Federal - ES
Dra. Soraya Manato

9. Joice Hasselmann (SP-PSL)



PSL
17

SANTINHO VIRTUAL
COMPARTILHE COM SEUS AMIGOS
E FAMILIARES PARA ELES
NÃO ESQUECEREM O NÚMERO

JOICE FEDERAL **1771**

É AMANHÃ
#BOLSOJOICE



JOICE FEDERAL **1771**
BOLSONARO 17 **PSL**
PRESIDENTE



LUTANDO PELO BRASIL

JOICE FEDERAL **1771**
BOLSONARO 17 **PSL**
PRESIDENTE

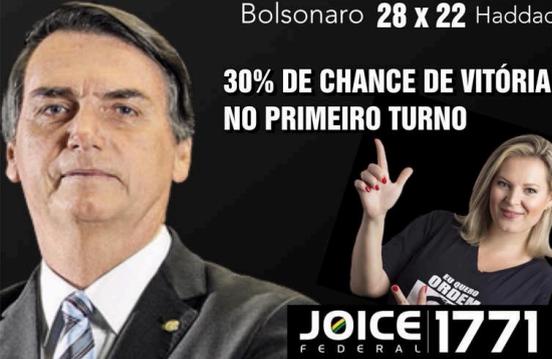
CRUSOÉ/ PARANÁ PESQUISAS. - 5/10/2018

BOLSONARO TEM 41%
DOS VOTOS VÁLIDOS

É O MENOS REJEITADO
Bolsonaro **48x58** Haddad

TEM A MAIORIA DO ELEITORADO FEMININO
Bolsonaro **28 x 22** Haddad

30% DE CHANCE DE VITÓRIA
NO PRIMEIRO TURNO



JOICE FEDERAL **1771**

10. Carla Zambelli (SP-PSL)

QUEM LEVOU?



#Carla Zambelli

COMISSÃO CONSTATA O SUMIÇO DE 74 ITENS DO ACERVO PRESIDENCIAL RECEBIDOS POR LULA!

UM TIMAÇO
PARA SÃO PAULO E O BRASIL!



JANAINA	CARLA	OLIMPIO	BOLSONARO
17317	1710	177	17
ESTADUAL-SP	FEDERAL-SP	SENADOR-SP	PRESIDENTE

PERGUNTA ÀS FEMINAZIS:



SE NO SOCIALISMO NÃO EXISTE PROPRIEDADE PRIVADA, ESTUPRO COLETIVO NÃO SERIA APENAS "OCUPAÇÃO DEMOCRÁTICA?"

#Carla Zambelli

SOMENTE UM CONGRESSO FORTE PODE CONTER OS DESMANDOS DO STF!

Câmara aprova proposta que impede STF de suspender lei por decisão monocrática

E SOMENTE TEREMOS UM CONGRESSO FORTE SE VOCÊ AJUDAR!

Colabore:

doacaolegal.com.br/carla-zambelli



#Carla Zambelli